FERNANDA VICK SOARES DE SENA

**Conferências nacionais de educação e as dinâmicas participativas na
lei federal nº 13.005/2014**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Henrique Justino de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

FERNANDA VICK SOARES DE SENA

**Conferências nacionais de educação e as dinâmicas participativas na
lei federal nº 13.005/2014**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do programa de Pós-Graduação em direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Prof. Dr. Gustavo Henrique Justino de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Sena, Fernanda Vick Soares de
Conferências nacionais de educação e as dinâmicas participativas na
lei federal nº 13.005/2014 / Fernanda Vick Soares de Sena ; orientador
Gustavo Henrique Justino de Oliveira -- São Paulo, 2018.
462 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito do
Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Inovações democráticas participativas. 2. Controle social de
políticas públicas. 3. Conferência Nacional de Educação 2010. 4. Plano
Nacional de Educação II. 5. Teoria jurídica das políticas públicas. I.
Oliveira, Gustavo Henrique Justino de, orient. II. Título.

Nome: SENA, Fernanda Vick Soares de.

Título: Conferências nacionais de educação e as dinâmicas participativas na lei federal nº 13.005/2014

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Sinto orgulho e gratidão pela oportunidade de realizar este estudo em uma instituição pública de ensino. Gratidão que implica ação, ante um contexto social e político que ameaça o futuro do ensino superior público.

Sou profundamente grata a todas e a todos que me inspiraram e que contribuíram para que este trabalho se concretizasse.

Ao meu orientador, Professor Gustavo Henrique Justino de Oliveira, o reconhecimento pela inovação de suas linhas de pesquisa e pela liberdade em termos teóricos. Por apostar nesta proposta de trabalho e pela coragem de direcionar a incursão em outras áreas do conhecimento.

Agradeço ao Professor Adrian Gurza Lavalle pela profundidade analítica de suas aulas e de suas abordagens sobre a participação, o que me levou a pensá-la no Direito. Pela abertura ao diálogo e pela generosidade em mostrar caminhos para a busca de respostas.

Serei sempre obrigada à Professora Maria Paula Dallari Bucci pela escuta atenta e acolhedora e pelos preciosos retornos críticos que me levaram a pensar a função do Direito para o poder social.

Agradeço à Coordenação Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação - Daniel Cara, Maria Rehder, Andressa Pellanda, Maria Lúcia da Costa Pedro e Gutierrez Silva - pela abertura a esta pesquisa e pelo acesso a dados, indicação de fontes e conteúdos implicados no tema. Gratidão especial ao Daniel Cara, Coordenador Geral da rede, pela gentileza e esforço para contextualizar com tantos detalhes a incidência da articulação no processo analisado. Agradeço também a correspondência dos consultores legislativos da Câmara dos Deputados, Ana Valeska do Amaral Gomes e Paulo de Sena Martins, bem como do Coordenador Geral da Conferência Nacional de Educação de 2010, Francisco das Chagas Fernandes. À Marcele Frossard, pelas dicas à escrita do meu trabalho.

Meu apreço à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” pelo valor inestimável do “Programa de Incentivo à Educação Formal” que mantém aos seus servidores, o que tornou possível conciliar trabalho e pesquisa. À equipe da Advocacia e Consultoria Jurídica com quem compartilhei tanto sobre este trabalho: obrigada pela paciência, diálogo e torcida.

Agradeço aos colegas de orientação pela caminhada juntos; de forma especial, à Alexandra Fuchs de Araújo, pela parceria nos trabalhos e pelo apoio generoso nos momentos difíceis. Sou grata também a tantos companheiros de disciplinas com os quais

dialoguei sobre as dificuldades desta pesquisa, em especial aos que conheci na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pelas diferentes visões de mundo. A mesma gratidão aos integrantes do Núcleo Democracia e Ação Coletiva do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (NDAC-CEBRAP), pelas tantas orientações que seus debates me transmitiram.

Minha gratidão e carinho a todos os meus amigos e minhas amigas, especialmente Patrícia Gordin, Rosa Martinelli e Iolanda Costa, que me apoiaram diretamente, cada uma a sua maneira. À Mônica Vasconcellos, pelo compromisso espiritual para comigo.

Sou grata por todas as minhas relações familiares, as próximas e as distantes, de quem recebi tanto reconhecimento e torcida quanto a esta etapa marcante da minha vida: sintam-se todos contemplados neste gesto. Às minhas irmãs Fabiane Vick e Jessika Vick pela união que construímos em nossa história de superação. Ao meu irmão Diego Vick, onde estiver. À Dircemari Vick, minha mãe, por tudo o que o que insistiu em me dar, apesar de toda fragilidade, e por seu amor. Por fim, a quem mais esperou, torceu e sofreu junto comigo por este trabalho, suportando todos os seus percalços, compreendendo minhas ausências, vibrando pelas conquistas: Josué, Alfred e Albert, obrigada pelo amor e apoio que me deram todos estes dias.

[...]a maior parte da expansão da participação não perturba as instituições existentes.

(PATEMAN, 2012, p. 15)

RESUMO

SENA, Fernanda Vick Soares de. **Conferências nacionais de educação e as dinâmicas participativas na lei federal nº 13.005, de 2014**. 2018. 462 p. Dissertação (Mestrado). – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

O objetivo desta pesquisa foi compreender a incidência da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) no processo de formulação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), da Lei nº 13.005, de 2014, o que inclui a fase precedente e participativa, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010. Buscou-se analisar, especificamente, os resultados e os modos de atuação da entidade para identificar fatores de sua capacidade de influência e, a partir dos elementos do caso, propor questões jurídicas ao tratamento da participação. O recorte de análise foi o tema do financiamento (Eixo V da CONAE e Meta 20 da lei do PNE) e o debate evidenciou disputa sobre a amplitude da responsabilidade financeira da União na educação básica, opondo setores da sociedade civil e governo. A narrativa do caso foi conformada por questões diretivas de pesquisas da Ciência Política sobre inovações democráticas participativas e Conferências Nacionais. A abordagem eleita trata as experiências participativas como expedientes de controle social de políticas públicas, fenômeno de incidência social de cidadãos e atores da sociedade civil sobre decisões governamentais. Estas propostas lidam com representação de interesses ou de pautas temáticas nos processos participativos e, naturalmente, com dilemas de legitimidade dessas representações políticas, o que também desafia tratamento jurídico. A forma como buscam resolver esses dilemas obriga a analisar os casos pela conformação dos interesses em disputa, pelas interações específicas entre atores, regras procedimentais, racionalidade das intervenções, dentre outros. Percebeu-se que explorar tais elementos no caso concreto permitia também compreender os próprios fatores de capacidade de influência. Ficou evidente que o resultado positivo da incidência decorreu de atuação estratégica da CNDE, com lógicas próprias em cada uma das etapas do processo (participativa e legislativa). Quanto ao modo de atuação, a incidência foi analisada por categorias de capacidade – jurídicas e políticas – pensadas com base na compreensão jurídico-analítica de fenômenos de poder. Esta forma de analisar o caso, bem como as características da experiência que ela obriga a enfrentar, implicou dilemas para a análise pelo Direito Administrativo e evidenciou os limites dos institutos dogmáticos “participação” e “controle social”. Pela abordagem juspolítica do poder, buscou-se demonstrar que há regimes jurídicos distintos de participação associados a cada etapa do ciclo constitucional do poder, o que permite distinguir participação como compartilhamento decisório, ao modo de democracia direta, e como expediente de controle social de políticas públicas. A abordagem jurídica das políticas públicas iluminou caminhos para acomodar todos esses elementos: seu método conjuga direito e política, lida com o reconhecimento dos conflitos sociais e permite pensar, pelo regime de efeitos jurídicos, a construção de esquemas particularizados de controle social em cada arranjo de política pública, como o da própria Lei 13.005/2014, permitindo pensar condições jurídicas estratégicas do poder social.

Palavras-chave: Inovações democráticas participativas; Controle social de políticas públicas; Conferência Nacional de Educação; Plano Nacional de Educação II; Teoria jurídica das políticas públicas.

ABSTRACT

SENA, Fernanda Vick Soares de. **National education conferences and participatory dynamics in Federal Law 13.005/2014**. 2018. 462 p. Dissertation (Master). – Law School, University of São Paulo, 2018.

The objective of this research was to understand the National Campaign for the Right to Education (CNDE) in the process of formulating the National Education Plan (PNE 2014-2024), Law 13.005/2014, which includes the previous and participatory phase, the 2010 National Conference on Education (CONAE). The main objective of this study was to analyze the results and the ways in which the entity acts to identify factors of its influence capacity and, based on the elements of the case, to propose legal questions to the treatment of participation. The analysis was the financing theme (CONAE's Axis V and Goal 20 of the PNE Law), and the debate highlighted a dispute over the scope of the Union's financial responsibility for basic education, opposing sectors of civil society and government. The narrative of the case was shaped by policy research questions of Political Science on participatory democratic innovations and National Conferences. The chosen approach treats participatory experiences as social control measures of public policies, phenomenon of social impact of citizens and actors of civil society on government decisions. These proposals deal with the representation of interests or thematic guidelines in the participatory processes and, of course, with dilemmas of legitimacy of these political representations, which also challenges legal treatment. The way they seek to solve these dilemmas requires the analysis of the cases by the conformation of the interests in dispute, by the specific interactions among actors, procedural rules, rationality of interventions, among others. It was noticed that to explore such elements in the concrete case also allowed to understand the own factors of capacity of influence. It was evident that the positive result of the incidence was due to the strategic action of the CNDE, with its own logic in each of the stages of the process (participatory and legislative), which are explained in the elements that make up the debate itself on the legitimacy of incidence and representation. As for the way of acting, the incidence was analyzed by capacity categories - legal and political - thought based on the legal-analytical understanding of power phenomena. This way of analyzing the case, as well as the characteristics of the experience that it forces to face, implied dilemmas for the analysis by Administrative Law and evidenced the limits of the dogmatic institutes "participation" and "social control". By the juridical-political approach of the power, it was tried to demonstrate that there are different legal regimes of participation associated to each stage of the constitutional cycle of the power, which allows to distinguish participation as sharing decision-making power (direct democracy) and as a tool for social control of policies. The legal approach of policies illuminated paths to this debate: its method conjugates law and politics, deals with the recognition of social conflicts and allows to think, through the regime of legal effects, the construction of particularized schemes of social control in each arrangement of policy, such as Law 13.005/2014, which allows us to think about strategic legal conditions of social power.

Key words: Participatory democratic innovations; Social control of public policies; National Conference on Education; National Education Plan II; Legal theory of public policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: COMITÊ DIRETIVO DA CNDE	323
Quadro 1A: MEMBROS DA REDE DA CNDE REFERIDOS NA PESQUISA	326
Quadro 2: COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL DA CONAE 2010	328
Quadro 3: COMISSÃO ESPECIAL DE DINÂMICA E SISTEMATIZAÇÃO – CEDS	332
Quadro 4: EIXOS TEMÁTICOS E COORDENADORES – CONAE 2010	333
Quadro 5: DELEGADOS DA ETAPA NACIONAL – CONAE 2010	334
Quadro 5A: DELEGADOS DA CNDE NA CONAE 2010	335
Quadro 6: A CNDE E SUA REDE NOS COLÓQUIOS DA CONAE 2010	337
Quadro 7: ETAPA NACIONAL DA CONAE 2010 - METODOLOGIA DAS EMENDAS	337
Quadro 8: ANÁLISE DAS EMENDAS APRESENTADAS PELA CNDE	339
Quadro 9: DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2010	342
Quadro 9A: SÍNTESE TEMÁTICA: A CNDE NA CONAE 2010	381
Quadro 10: PROJETO DE LEI Nº 8.035, DE 2010 – DIVISÃO TEMÁTICA	382
Quadro 10A: META 20 NA LEI FEDERAL Nº 13.005, DE 2014	383
Quadro 11: A META 20 DO GOVERNO E O EIXO V DA CONAE 2010	384
Quadro 12: DEPUTADOS INTERLOCUTORES - CNDE	386
Quadro 13: EMENDAS DA CNDE AO PL 8.035, DE 2010 - TEMAS	388
Quadro 14: EMENDAS À META 20 - POR DEPUTADO E TEMA CNDE]	393
Quadro 15: AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - PROJETO DE LEI Nº 8.035, DE 2010	396
Quadro 15A: SÍNTESE TEMÁTICA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	397
Quadro 16: PROJETO DE LEI Nº 8.035, DE 2010 - HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES	402

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Metodologia	22
1. Considerações iniciais ao tema e aos objetivos desta pesquisa	22
2. Objetivos e questões da pesquisa.....	26
2.1. Técnica: Estudo de Caso.....	27
2.2. Organização dos dados: documentos, apêndices, anexos e quadros informativos	28
2.2.1. Pesquisa documental	28
2.2.2. Entrevista com o Coordenador Geral da CNDE.....	30
2.2.3 Quadros explicativos das informações da CONAE 2010 e da tramitação do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010	31
CAPÍTULO 1 – PARTICIPAÇÃO: UM REGISTRO DO DEBATE.....	35
1.1. A teoria democrática tradicional: modelos centrais, dominantes ou realistas de democracia	35
1.2. A crítica participativa da Teoria Democrática: a abordagem em três gerações.....	45
1.2.1. Primeira e segunda geração da teoria participacionista: contexto histórico de formação do campo, principais representantes e contornos teóricos.....	46
1.2.2. Terceira geração do participacionismo: inovações democráticas participativas	53
1.3. Inovações democráticas participativas e controle social das políticas públicas: o sentido de “participação” deste trabalho e os elementos que mobiliza	58
1.3.1. Conferências Nacionais: enquadramento teórico, classificações e as orientações de pesquisas	68
1.4. Síntese parcial	72
CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO DO ESTUDO DE CASO: FINANCIAMENTO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	75
2.1. Planejamento e financiamento da educação a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).....	76
2.2. A política social de educação sob a Constituição de 1988	80
2.2.1. Considerações jurídicas sobre o federalismo brasileiro.....	83
2.2.2. A organização das competências quanto ao ensino público obrigatório	85
2.2.3. Normas de financiamento	86
2.2.3.1. Subvinculações constitucionais, fundos especiais de natureza contábil e o federalismo cooperativo: funções supletivas e redistributivas em educação.....	90
2.2.3.2. Qualidade do ensino e a busca por instrumentos para seu efetivo financiamento: o Custo Aluno Qualidade (CAQ) e a metodologia do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi).....	95
2.2.4. O Plano Nacional de Educação 2001/2011, da Lei Federal nº 10.172, de 2001: disputas e vetos	99

2.3. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação: a relevância da atuação nos temas do financiamento da educação pública.	103
2.3.1. Histórico e objetivo.....	104
2.3.2. Composição, esferas e direção	106
2.3.3. Formas de atuação: as estratégias	109
2.3.4. Principais realizações da Campanha quanto ao financiamento da Educação	112
2.3.4.1. As primeiras investidas: as “pautas negativas”	112
2.3.4.2. O movimento “FUNDEB pra valer!” e o prêmio Darcy Ribeiro 2007	113
2.3.4.3. O Piso nacional do Magistério: Lei 11.738, de 2008 e a ADI 4617/2008.....	114
2.3.4.4. A incidência sobre a Lei dos <i>royalties</i> do petróleo	115
2.3.4.5. A Construção da metodologia Custo Aluno Qualidade inicial – CAQi	117
2.4. Síntese parcial.....	119
CAPÍTULO 3 – CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2010 E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2014/2024: ELEMENTOS DE PODER EM UMA NARRATIVA INFLUÊNCIA	121
3.1. CONAE 2010: antecedentes participativos, convocação, objetivos e programação	122
3.2. Comissão Organizadora nacional, delegados, ritos e resultado da CONAE 2010: a incidência da CNDE	126
3.2.1. Comissão organizadora: composição, autonomia e missões estratégicas	127
3.2.1.1. Composição: amplo acordo com segmentos educacionais e setores sociais	129
3.2.1.2. Autonomia e competências estratégicas: a relevância da Comissão Especial de Dinâmica e Sistematização - CEDS.....	132
3.2.2. Composição da etapa nacional da CONAE 2010: o corpo de delegados.....	138
3.2.3. A metodologia nas etapas da CONAE 2010 e o repertório de ação da CNDE.	140
3.2.3.1. Estratégias da CNDE nas etapas subnacionais para habilitar delegados e emendas na etapa nacional.....	146
3.2.3.2. Estratégias da CNDE na etapa nacional: metodologia de aprovação das emendas, impacto da presença e os colóquios especializados.....	148
3.2.4. Mapeando a capacidade de influência da CNDE: Documentos da CONAE 2010.....	151
3.3. Tramitação do Projeto de Lei 8.035/2010: a incidência da CNDE na Meta 20 do PNE.....	152
3.3.1. Visão panorâmica da tramitação do Projeto de Lei do PNE	153
3.3.2. Impasses na apresentação do Projeto de Lei do PNE.....	157
3.3.3. Câmara dos Deputados: as interlocuções da CNDE na 1ª fase e o reflexo nas emendas	160
3.3.4. Câmara dos Deputados: a racionalidade da presença nas Audiências Públicas	163
3.3.5. Câmara dos Deputados e impasses com o Governo Federal: a derrubada do Recurso 162/2012	164

3.3.6. Fim da 1ª fase da tramitação: resultados	166
3.3.7. Senado Federal e a baixa interlocução com a sociedade civil na tramitação do PNE ..	168
3.3.8. Segunda fase na Câmara dos Deputados: nova reformulação do texto do PNE	170
3.4. Síntese parcial	171
CAPÍTULO 4 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A PERSPECTIVA JUSPOLÍTICA	174
4.1. Participação e controle social na dogmática do Direito Administrativo	177
4.1.1. Participação administrativa ou popular	181
4.1.1.1. Maria Silvia Zanella Di Pietro: a participação popular como defesa do indivíduo ..	182
4.1.1.2. Marcos Augusto Perez: participação popular e a eficiência da gestão pública	184
4.1.1.3. Odete Medauar: Democracia administrativa e participação	188
4.1.1.4. Gustavo Henrique Justino de Oliveira: participação administrativa e a legitimidade pelo procedimento	189
4.1.1.5. Carlos Ayres Brito: participação popular como poder político e controle social como direito subjetivo	191
4.1.1.6. Conclusão sobre abordagens administrativistas sobre a participação	194
4.1.2. O controle social na dogmática dos controles burocráticos	194
4.2. Uma perspectiva juspolítica: participação e controle social no estatuto jurídico do poder	201
4.2.2. Sobre o conceito de poder e seu elemento objetivo: a capacidade	203
4.2.3. A conformação jurídica do direito à participação política	205
4.2.4. Regime jurídico da participação e ciclo do poder	207
4.3. A abordagem jurídica das políticas públicas como caminho de conformações desses elementos.	214
4.3.1. Participação como expediente de controle social de políticas públicas: perspectiva jurídico-analítica	216
4.4. Expedientes jurídicos do poder social: uma leitura juspolítica dos elementos do caso ...	227
4.4.1. A incidência da CNDE na formulação do PNE: elementos de poder em uma narrativa de influência	227
4.4.2. Arranjo jurídico-institucional do controle social na Lei do PNE: expedientes de interação socioestatal	232
CONCLUSÃO	236
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	246
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DIRIGIDO À CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO	267
APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM DANIEL TOJEIRA CARA	271
APÊNDICE C – QUADROS	323

ANEXO I - CNDE Caderno de emendas da Conferência Nacional de Educação - etapas estaduais, de 04 de novembro de 2009	411
ANEXO II CNDE - METODOLOGIA DA CONAE E ORIENTAÇÕES, DE 25 DE MARÇO DE 2010	425
ANEXO III - CNDE - MINUTAS DE EMENDAS PROPOSTAS AO PROJETO DE LEI Nº 8.035, DE 2010 (META 20)	433

INTRODUÇÃO

A experiência concreta que moveu o desenvolvimento deste trabalho foi a formulação participativa do Plano Nacional de Educação (PNE) do período 2014/2024, da Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014. A fase da iniciativa de lei foi instruída pela realização da 1ª Conferência Nacional de Educação pós-democratização – a CONAE 2010. Tal conferência instruiu oficialmente a decisão do Ministério da Educação de discutir o planejamento decenal para educação, a proposta do Poder Executivo para o debate perante o Poder Legislativo, o Projeto de Lei nº 8.035, de 15 de dezembro de 2010. O debate todo – desde a convocação da CONAE 2010 até a sanção à lei do PNE - durou seis anos (2008-2014).

O objetivo desta pesquisa foi investigar a incidência política de um ator social que se mostrou relevante no curso do fenômeno da formulação do PNE vigente (fase participativa-executiva e fase legislativa): a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), uma articulação de entidades e pessoas que figurou como representante da sociedade civil organizada na defesa do direito à educação pública no debate do planejamento educacional.

A pesquisa partiu do pressuposto de fato de que este ator social teve papel relevante na formulação do PNE vigente¹ e, por isso, buscou mapear os processos de sua atuação e os resultados de sua interferência, para assimilar os elementos de sua capacidade de influência, em uma perspectiva jurídica. A pesquisa se restringiu ao tema do financiamento das metas do PNE, tratado na meta 20 do anexo da lei nº 13.005, de 2014 e, no âmbito da CONAE 2010, compreende o debate do Eixo V, que cuida de financiamento e controle social.

Essa conformação de pesquisa – envolvendo fases distintas de um processo político decisório tomando por unidade a incidência de um ator social – não se apresenta nem trivial para o Direito Administrativo, cujos limites de campo situariam o estudo apenas no âmbito do processo participativo e sua influência sobre o projeto de lei do PNE, nem foi a perspectiva inicial. Foi fruto da ampliação dos referenciais teóricos sobre o objeto de estudo no curso da pesquisa.

A participação é um tema altamente disputado, como a própria democracia, o que se reflete no fazer da teoria, na dificuldade de estabelecer consensos e até mesmo em seus vazios teóricos. Buscar fundamentos sobre o tema num debate carregado de tensões, que

¹ Cf. fontes citadas nas considerações de metodologia.

verte contradições e conflitos quanto aos sentidos dos conceitos mais basilares (MIGUEL, 2014, p. 27-28), mostrou-se uma tarefa árdua.

Sem uma visão ampliada dessas tensões, qualquer análise acerca da participação não poderia avançar com clareza, porque a participação é um vocábulo fluido, com muitos significados, reportando-se a campos de pesquisa muito diferentes e até contraditórios, em termos de pressupostos e valores em suas bases.

Assim, o maior obstáculo a ser superado no desenvolvimento deste trabalho interdisciplinar foi a dificuldade de “ler” a realidade pelas lentes de um campo teórico bastante disputado em termos conceituais, ou seja, oferecer problematizações úteis à descrição de dilemas concretos nela implicados sem, contudo, deixar de atender ao objetivo central de um trabalho em Direito: erigir questões pertinentes à reflexão e intervenção jurídica sobre esses dilemas.

O Brasil conta com uma razoável história de experiências participativas e após um longo período de celebração, move esforços teóricos para assimilar uma nova agenda de questões e problemas a serem enfrentados (GURZA LAVALLE, 2011a, p. 13-14). Os novos papéis desempenhados por atores sociais em novas oportunidades de interações socioestatais, levantam questões sobre a utilidade destes expedientes para os atores sociais e estatais envolvidos e demandam novas perguntas temática da participação.

Se “a maior parte da expansão da participação não perturba as instituições existentes” (PATEMAN, 2012, p. 15), a pergunta que dirigiu este trabalho foi saber qual a utilidade das experiências participativas para os atores sociais no âmbito de suas interações com os órgãos e agentes estatais. Para o Direito Administrativo, uma provocação já havia levado à inquietação diante do vazio de estudos sistemáticos capazes de fazer frente à complexidade de fenômenos de participação e controle social analisados nas demais áreas do conhecimento (COUTINHO, 2013, p. 184).

Haveria como pensar algumas condições jurídicas do poder social sobre os processos decisórios estatais?

As lentes oferecidas no conjunto de ideias organizado no capítulo 1 ampliaram a visão sobre esses processos para uma abordagem jurídica. As diversas perspectivas teóricas do campo das inovações democráticas lá reunidas permitiram justificar a análise de outra ordem de fenômenos relativos à capacidade de influência sobre as ações do governo. Não dos processos participativos em si, tomados como puros processos instrutórios neutros, mas dos atores sociais que deles fazem uso intencional.

O capítulo 1 é o resultado de um esforço de assimilação de alguns dos estudos da Ciência Política sobre as experiências brasileiras de inovações democráticas participativas. O intuito é apresentar uma matriz de ideias, pressupostos conceituais e históricos deste campo para realizar a análise dos fenômenos empíricos selecionados nesta pesquisa.

Como parâmetro inicial, este trabalho partiu da proposta sistematizadora sobre o percurso da crítica participacionista à Teoria Democrática para apresentar parte do debate sobre participação. Esta sistematização oferece a análise do desenvolvimento deste campo pela identificação de três vertentes distintas (GURZA LAVALLE, 2016) e, assim, descreve suas inflexões e o seu estágio atual para apontar fundamentos e orientar pesquisas empíricas e elaborações teóricas.

Mostrou-se essencial apresentar de forma sintética os principais elementos do debate da Teoria Democrática que incitaram a reflexão da crítica participativa. Esta breve abordagem se refere às principais ideias das teorias ditas minimalistas, procedimentais ou liberais da Democracia, de teóricos como Schumpeter e Dahl, e para apresentá-las de forma direcionada aos objetivos deste estudo, foram utilizadas as perspectivas críticas de trabalhos que sistematizaram essas ideias em abordagens panorâmicas em virtude de pesquisas relacionadas à crítica democrática (MIGUEL, 2005; 2014; MELO, 2015; ALMEIDA, 2015).

Como se pôde observar, as pesquisas sobre as inovações democráticas implicam muitos outros campos de estudos, não apenas participação (GURZA LAVALLE; ISUNZA VERA, 2011, p. 100). Tratando-se de um estudo que envolve Conferências Nacionais, mostrou-se inevitável uma breve análise sobre o registro das Instituições Participativas (AVRITZER, 2009) ou **experiências participativas institucionalizadas** no âmbito de certas políticas públicas, que dentre outras questões, implicam **debates sobre representação política formal e informal** que ocorrem nestes espaços (ALMEIDA, 2014, p. 97). Este estudo envolve também a proposta que busca enquadrar estas e outras experiências de **participação no registro do controle social de políticas públicas** (GURZA LAVALLE; ISUNZA VERA, 2013, p. 349-357).

Dos estudos sistemáticos de Conferências Nacionais também foram colhidos direcionamentos de pesquisa. Em geral, são trabalhos que se preocupam com a descrição de seus procedimentos e com a análise das experiências enquanto fenômenos políticos (SOUZA, 2013).

As contribuições de Débora Rezende de Almeida, que se utiliza de pesquisas empíricas sobre conferências nacionais para sustentar seu debate sobre reformulações na

teoria da representação política, sugerem a análise de certas experiências numa cadeia mais ampla de atos, com vistas a viabilizar pesquisas sobre a legitimidade das representações que ocorrem nas Instituições Participativas (IPs). Para a teórica, as IPs conectam relações entre espaço político e espaço público (estão nas intersecções), de modo que a legitimidade desses processos pode ser avaliada pelas relações estabelecidas entre representante e representado nessas esferas (IPs, Estado e sociedade em geral).

Em função desta perspectiva, o capítulo 2 tem a finalidade de situar o contexto do objeto de análise como introdução à narrativa do caso oferecida no capítulo seguinte. Essencialmente, descreve o ambiente do conflito de interesses que implica a mobilização social em análise e, assim, conforma um importante elemento para a discussão sobre a sua legitimidade enquanto incidência social na defesa do direito à educação pública. A disputa de interesses envolve as tarefas que cabem à União no federalismo brasileiro quanto ao financiamento da educação básica pública.

O segundo capítulo teve dois desenvolvimentos: 1) apresentar a institucionalidade jurídico-constitucional sobre financiamento e planejamento da política de educação, buscando oferecer um breve histórico de antecedentes e uma visão panorâmica sobre como está dividida a competência para prestar o serviço público implicado no direito à educação; essas características dialogam com as causas mais importantes da mobilização da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e justificam parte de suas escolhas de intervenção relativamente ao financiamento da educação; 2) apresentar o histórico de formação e de mobilização deste mesmo ator social, descrevendo suas estratégias de ação e o histórico de incidência política sobre os temas do financiamento e do planejamento em educação desde seu nascimento, em 1999.

No capítulo 3 propõe-se a análise da cadeia de fenômenos implicados na formulação do Plano Nacional de Educação vigente enquanto processo político decisório que envolveu duas fases: a fase de elaboração do Projeto de Lei, que incluiu a CONAE 2010, e a fase da tramitação legislativa que culminou na Lei nº 13.005, de 2014, o plano com 20 (vinte) metas em educação para os próximos 10 (dez) anos. Como já indicado, é uma cadeia de atos analisada em conjunto em função da incidência da CNDE, procurando mapear resultados e processos desta atuação.

A demonstração dos **resultados** é relevante para a própria lógica de investigação, que buscava inicialmente conhecer a extensão da alegada influência. Tem também o papel de demonstrar unidade temática da intervenção do ator social, compondo o elemento de unidade da cadeia de atos analisada. São os resultados, também, que justificam a

pertinência de se verificar os **processos** pelos quais essa mesma influência foi possível. Esse curso de ação foi analisado sob o ponto de vista dos **mecanismos de poder** acessados em todo o curso do fenômeno pela CNDE, identificados pelo aspecto objetivo – **a capacidade** – segundo a teoria do poder em perspectiva juspolítica, de Diogo de Figueiredo Moreira Neto (1992b).

Ao capítulo 4 foi reservada a tarefa de reunir estes elementos em uma discussão útil para problematizar as limitações das abordagens jurídicas sobre este tema, propondo absorver a abordagem da ciência política que assimila as experiências de inovação democrática participativa como expedientes de controle social (GURZA LAVALLE; ISUNZA VERA, 2010). Tal investida permitiu a assimilação do caso analisado em perspectiva jurídica pela reflexão sobre o papel do direito na estruturação de oportunidades e meios de incidência social sobre o poder: quais seriam os elementos jurídicos desta capacidade de influência?

O caminho percorrido iniciou com a proposta de situar parte da dificuldade do campo jurídico para absorver a complexidade destes fenômenos, o que foi feito pela seleção de algumas questões conflitantes para a abordagem do Direito Administrativo decorrentes da dinâmica do caso analisado: questões de igualdade participativa, a representação política ou de interesses nos processos participativos e, essencialmente, a própria estrutura do caso, como uma cadeia de atos que implica, necessariamente, relações de governo, não puramente de Administração.

Esta problematização se mobilizou em função das delimitações do campo Direito Administrativo e da dúvida sobre a pertinência de se reter este debate apenas no âmbito da dogmática procedimental ou, ao contrário, de promover análises fragmentadas que, em nome de sua epistemologia, perde capacidade de compreensão dos fenômenos, considerando que envolvem decisões governamentais, não meramente administrativas.

Foi apresentado o tratamento dogmático que algumas doutrinas do Direito Administrativo conferem ao tema da participação popular ou administrativa, perquirindo o sentido que dão ao vocábulo e ao complexo de conceitos e pressupostos jurídicos em que se estruturam; este mapeamento levou, naturalmente, ao impasse teórico entre participação e controle social da Administração pública, em virtude de uma polêmica que se estabelece entre algumas doutrinas acerca da zona cinzenta entre expedientes de participação e de controle social.

Nesta linha, procurou-se elaborar as diferenças entre participação e controle social a partir do desenvolvimento analítico desses dois institutos jurídicos (MEDAUAR, 2014),

com destaque para a visão juspolítica da participação (MOREIRA NETO, 1992a). Nesta análise, procurou-se iluminar a diferença entre o regime do que se pode chamar, efetivamente, de participação, e daquilo que se pode pensar como expedientes participativos do controle social no âmbito das áreas estruturadas de políticas públicas, acolhendo a abordagem da ciência política sobre o tema.

A teoria jurídica das políticas públicas apresentou-se como importante caminho metodológico para pensar propostas de adequado tratamento do tema, em virtude da implicação temática evidente. Esta teoria mostra-se profícua para resolver os problemas da limitação do Direito Administrativo no âmbito da participação e do controle social, tendo vista sua nota de associação entre direito e política.

Considerações de metodologia esclarecem a conformação dos dados do capítulo 3, reunidos nos quadros anexos, bem como o conteúdo dos apêndices.

As traduções de textos em língua inglesa e espanhola são próprias.

Metodologia

1. Considerações iniciais ao tema e aos objetivos desta pesquisa

A pesquisa realizada para a elaboração deste trabalho começou com a consciência quase ingênua sobre o cenário das pesquisas em participação no Brasil. O objeto, a formulação do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e o momento precedente, a CONAE 2010, exigiram a consideração de teorias que extrapolam as análises jurídicas, como a teoria política sobre participação. Por isso, o projeto inicial sofreu mudanças de direção e objetivo à medida em que coletava os dados empíricos. Por outro lado, o trabalho se concretizou com uma perspectiva interdisciplinar que combinou contribuições teóricas de diferentes campos de conhecimento para melhor compreender o objeto em análise.

A escolha da experiência participativa das Conferências Nacionais de Educação e os institutos participativos da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 tem algumas razões: 1) o contato inicial em trabalho acadêmico anterior²; 2) a veiculada correlação entre o processo participativo e o PNE 2014/2024; 3) a curiosidade sobre o conteúdo das divergências entre discursos oficiais e da sociedade civil acerca dos impactos efetivos da participação social

² Refere-se ao conjunto de *workshops* e trabalhos acadêmicos elaborados em virtude das exigências de avaliação da disciplina “Administração Pública Democrática e Participação Popular”, oferecidas no primeiro semestre de 2014 no Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

na elaboração do Projeto de Lei 8035, de 2010 e; 4) as institucionalidades participativas introduzidas na gestão do planejamento da educação pela Lei do PNE, com destaque para a previsão de Conferências Nacionais de controle do cumprimento das metas e a criação do Fórum Nacional de Educação, com atribuições legais.

Inicialmente, o objetivo era conhecer aspectos da primeira Conferência Nacional de Educação e sua relação com a elaboração do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, de 2014). A perspectiva de análise é bastante familiar ao Direito: a influência objetiva da experiência participativa sobre a decisão político-jurídica do PNE (OLIVEIRA, 2005). Por este critério, a observação dos fatos e coleta de informações levou a um movimento de comparação dos resultados da Conferência com as decisões públicas para as quais havia sido convocada a instruir.

As primeiras dificuldades para operar essa comparação direta foram se delineando: os temas da CONAE 2010 eram 06 (seis), enquanto as metas do planejamento, 20 (vinte), além de normas de implementação contidas na Lei do PNE (artigos 1º a 14). A correlação temática não é direta e, além disso, algumas poderiam implicar vício de diagnóstico, porque os temas de política pública em educação estão acomodados em muitas normas; a sua inserção na norma de planejamento indica apenas as escolhas políticas em termos de prioridades de ação governamental, forma e meios para implementação, e não necessariamente a criação de políticas específicas.

Buscar o aprofundamento da abordagem da participação nas ciências sociais, especialmente na ciência política, foi determinante para a mudança de foco. Ao iluminar a existência de outras questões para analisar este processo participativo, trouxe grande inquietação quanto à limitação da pesquisa jurídica em participação: a multiplicidade de questões apresentadas naquele campo relativizava a exclusividade da perspectiva sobre capacidade decisória dos processos participativos.

Se os processos participativos não servem para decidir, para que servem, então? E qual seria a utilidade de uma pesquisa jurídica neste âmbito?

De fato, pensando para além do campo da participação direta, quanto às experiências participativas de consultas e audiências públicas, conferências nacionais, conselhos de política, orçamentos participativos, dentre outros, a ciência política tem diversos direcionamentos de estudo. Mas chama atenção a abordagem que, fazendo importantes distinções conceituais, compreende estas experiências de inovação democrática participativa como expedientes de **controle social das políticas públicas**, em uma ampla cadeia de fenômenos de conexão não eleitoral entre cidadãos e atores sociais,

de um lado, e as diversas expressões do governo³. Assim tomada, a **participação social institucionalizada** valoriza fenômenos de representação política e a existência de “corpos intermediários” entre indivíduos e instituições, para além dos partidos políticos.

A produção teórica e empírica sobre as Conferências Nacionais auxiliou a refinar o olhar desta pesquisa sobre a complexidade da realidade analisada; estes estudos destacam muitos pontos para análise de casos concretos, dentre os quais chamaram a atenção: a utilidade de algumas classificações da Conferências Nacionais; os usos específicos das Conferências para os objetivos de gestores públicos e atores sociais; a relevância do perfil de participantes; e a pertinência de se identificar objetivos oficialmente apresentados pelas Conferências.

Essas abordagens mostraram que não é possível pensar esses processos como espaços neutros de instrução de decisão pública, como se de dentro das estruturas do Estado não operassem interesses que, por sua vez, conflitam com outros interesses, circunstancialmente fora do Estado e que nele também buscam caminhos de sua prevalência.

Desde o início do levantamento do campo documental e bibliográfico sobre o processo participativo e legislativo da formulação do PNE, foram identificados registros que destacavam a atuação da CNDE (Cf. MARTINS, 2011, 2015; BRITO, 2015), com foco nos temas do financiamento da educação e controle social. Em princípio, tais constatações não fizeram eco, mas as lentes adquiridas na ciência política permitiram que o registro da influência deste relevante ator social do campo da política de educação passasse a despertar questões gerais para esta pesquisa.

A partir de um longo diálogo informal estabelecido com representantes dessa entidade, buscou-se compreender e assimilar minúcias do processo da alegada influência. Desde o começo do diálogo, os interlocutores da entidade deixaram evidente que houve, de alguma maneira, uma atuação marcada por objetivos estratégicos de interferir na formulação do PNE.

Assim, compreender a influência da CONAE 2010 na formulação do PNE transmutou-se no objetivo de compreender e descrever **a atuação** e os **resultados** produzidos pela CNDE no processo participativo da CONAE 2010, como parte de suas estratégias para incidência na formulação do PNE 2014/2024. Ou seja, **mapear os**

³ Entendido o conceito de **controle social de forma ampla**: incidência de cidadãos e atores da sociedade civil sobre processos decisórios governamentais, seja por meio de fornecimento de informações, de estabelecimento de prioridades, de cogestão, ou mediante modalidades de avaliação, supervisão ou sanção. (GURZA LAVALLE, 2013, p. 349).

processos e os resultados dos dois fenômenos tendo como **liame a incidência estratégica** do ator coletivo no primeiro (a CONAE) com objetivo de influir no segundo (decisão pública sobre o planejamento de educação).

Neste passo, foi reduzido o foco de análise para as questões relativas ao financiamento da educação, que compreendem: 1) percentual do PIB como meta de investimento em educação; 2) novas fontes de financiamento e destinação de recursos à educação pública; e 3) mecanismo de financiamento da qualidade da educação (o custo aluno-qualidade ou CAQ/CAQi), questões inseridas na **Meta 20 do PNE**.

O registro da experiência foi balizado por alguns dos pressupostos apresentados no Capítulo 1, dentre os quais se destacam: 1) as novas empreitadas teóricas da participação orientam estudos empíricos voltados a compreender aspectos e utilidades específicos das experiências participativas (FUNG, 2006); 2) a participação social é conceito que implica processos formais e informais de representação de atores coletivos nesses espaços institucionais; 3) a abordagem de controle social (ISUNZA VERA; GURZA LAVALLE, 2012), que implica a observação analítica desses fenômenos por suas inúmeras interações socioestatais na institucionalidade de certos setores de políticas públicas, se apresenta como caminho pertinente às análises em perspectiva jurídica; 4) é possível analisar um conjunto de fenômenos numa dimensão de processo (ALMEIDA, 2014), o que também tem reflexos para análises jurídicas, especialmente considerando a perspectiva da abordagem jurídica das políticas públicas.

A apresentação deste estudo de caso foi construída a partir das perguntas de pesquisa e dos dados adiante sistematizados. Estes foram balizados pelos pressupostos acima apresentados e **instruídos pela narrativa** oferecida pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, sintetizada em entrevista dirigida à colheita de **sua contextualização sobre todo o processo** CONAE 2010 e formulação do PNE.

Os resultados identificados no Capítulo 3 comprovam os pressupostos de fatos adotados para a investigação, demonstrando a influência da CNDE sobre a formulação do PNE a partir da incidência na CONAE 2010. Mas é a análise das ações da entidade no processo de construção desta influência que se levantaram as questões mais ricas para o estudo da participação em perspectiva jurídica.

O esforço de organização dos dados e de sua apresentação teve o objetivo de dissecar os mecanismos de interferência concretos da CNDE nos dois processos (participativo e político-decisório). A partir da identificação de categorias de **capacidade de influência** do

ator social **ou mecanismos de poder**, cuja natureza e atributos permitem classificá-las como **capacidade de políticas** e **capacidades jurídicas**.

As duas categorias foram pensadas em oposição, nos termos do que propõe Diogo de Figueiredo Moreira Neto em sua teoria do poder em visão juspolítica⁴. Sua compreensão analítica de fenômenos de poder vale-se dos elementos **vontade**, **capacidade** (elementos subjetivo e objetivo constituintes) e **eficácia** (elemento resultante). Seu foco está nos elementos objetivos, **a capacidade** - instrumentalizada em expedientes de **força** (*vis absoluta*) e de **influência** (*vis compulsiva*) – e **os resultados**, visíveis em fenômenos de **coerção** e **persuasão**. O estudo jurídico do poder identifica os **expedientes jurídicos** associados a essas **capacidades**, expressos em manifestações de **força (coerção)** e **influência (persuasão)**, onde podem ser analisadas essas experiências participativas.

A seguir, a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho e a forma de coleta de dados.

2. Objetivos e questões da pesquisa

O objetivo da presente pesquisa empírica é descrever a incidência política da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) na formulação da Meta 20 do PNE 2014/2024 (Lei 13.005, de 2014), compreendida a etapa da Conferência Nacional de Educação 2010, com vistas a uma análise jurídica de aspectos de sua capacidade de influência em todo o processo.

Como objetivos específicos, este estudo buscará:

- 1) Descrever como a CNDE atuou e que resultados produziu na Conferência Nacional de Educação 2010, em relação a seus objetivos de incidência;
- 2) Descrever como a CNDE atuou e que resultados produziu na tramitação legislativa do Plano Nacional de Educação 2014/2024, em relação a seus objetivos de incidência;
- 3) Identificar e descrever aspectos de sua capacidade de influência no curso dos dois processos (participativo e legislativo) em termos de capacidades jurídicas e capacidades políticas;

⁴ Será objeto de análise no capítulo 4.

2.1. Técnica: Estudo de Caso

Esta é uma pesquisa qualitativa e utiliza como técnica o estudo de caso, método adequado para examinar fenômenos pouco analisados, cujos meandros são desconhecidos, porque permite dar enfoque a características particulares de processos (EISENHARDT, 1989).

Este trabalho pretende identificar a capacidade de influência geral da CNDE na formulação do PNE 2014/2024 pela influência na CONAE 2010: portanto, a pesquisa adota como unidades de análise os resultados e processos dessa influência geral.

No **mapeamento dos resultados**, foram construídos padrões de análise a partir dos **temas da pauta da CNDE** quanto ao financiamento e controle social da política de educação, presentes no Eixo V do processo participativo da CONAE 2010 (Quadro 9A) e na Meta 20 do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010 (Quadro 13), e que foram sintetizados em quadros temáticos a partir da análise das emendas apresentadas por esta entidade em ambos os processos.

No mapeamento dos processos, a unidade de análise geral é o **mecanismo de poder**, que se desdobra em **capacidade jurídica** (ou competências administrativas) e **capacidade políticas** (não coercitiva) para determinar diversos resultados e cursos de ação dos demais atores do processo.

No relato do **processo de incidência na CONAE 2010**, a CNDE é analisada como **entidade organizadora** e **entidade delegada (participante)** e neste sentido, reuniu capacidades jurídicas (coercitivas) e de influência. Em primeiro lugar, foram apresentadas as principais **competências administrativas (capacidades jurídicas)** acessadas pela CNDE na organização e realização da CONAE 2010 e a correlação direta ou indireta dessas atribuições com a possibilidade de interferir em questões do seu interesse no curso do procedimento (Quadros 02, 03 e 04). Em segundo lugar, foram identificadas as expressões de sua **capacidade políticas**, que operaram na intervenção feita pela entidade enquanto um corpo de delegados participantes, em todas as etapas da Conferência (nacional e subnacional): são as atuações estratégicas, ou seja, o uso dirigido de seu repertório de ação para vencer as barreiras institucionais impostas à possibilidade de influência no Documento Final, ligadas às regras gerais do procedimento da Conferência (habilitação de delegados e rito de aprovação de emendas, debates em colóquios - Quadros 5, 6 e 7).

No relato do **processo de incidência na tramitação do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010 (PNE)**, a CNDE é analisada enquanto ator social em sua interação com o Congresso Nacional a partir da interface com atores políticos específicos, na tentativa de influenciá-los a conformar o plano de educação ao resultado da CONAE 2010, qualificando sua pauta pela força política do Documento Final. A **CNDE forneceu** aos congressistas interlocutores, em sua maioria com interesses políticos na pauta da educação (Quadro 12), **informações** para seu posicionamento político perante o Projeto de Lei nº 8.035, de 2010; em troca, **a CNDE fez uso da competência jurídica** desses atores (apresentar emendas) e inseriu grande parte dos temas de sua pauta de financiamento e controle social (Quadro 13) nas emendas do projeto de lei do PNE (Quadro 14) oferecidas à Meta 20, o que se revela como expressão de sua capacidade política.

Outros aspectos **da estratégia de influência**, que estão inseridos em um jogo de persuasão mais amplo (nos termos da narrativa da entidade), também foram objeto de registros neste trabalho e conformam elementos da construção da capacidade de influência: a participação na maioria das Audiências Públicas realizadas pela Comissão Especial do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010 ocorridas na tramitação do projeto Legislativo (Quadros 15 e 15A) e, segundo a descrição da experiência no Capítulo 3, diversas oportunidades em que fez uso dos meios de comunicação para disseminar sua posição institucional e para mobilizar atores sociais e políticos.

Em seguida, uma breve descrição das fontes de dados e da sistematização das informações utilizadas neste estudo de caso.

2.2. Organização dos dados: documentos, apêndices, anexos e quadros informativos

2.2.1. Pesquisa documental

Quanto ao processo da **Conferência Nacional de Educação de 2010**, a maioria dos documentos oficiais está disponibilizada no portal exclusivo reservado pelo Ministério da Educação (BRASIL; MEC, 2010a) e compreende: 1) portarias de constituição da Comissão Organizadora Nacional da CONAE 2010 e portarias de designação de membros; 2) normas regulamentares da Comissão Organizadora Nacional; 3) atas das reuniões da Comissão organizadora nacional da CONAE 2010; 4) orientações para organização da etapa estadual da Conferência Nacional de Educação; 5) Documento-Referência; 6) Documento-Base

Preliminar (Volume I e II); 7) Documento Final; 8) Encarte do Documento-Referência; 9) Regimento Interno da etapa nacional da Conferência;

Foram encontrados no portal do Fórum Nacional de Educação os anais da Conferências Nacional de Educação (Volumes I e II).

Quanto ao processo legislativo do **Plano Nacional de Educação 2014/2024**, a maioria dos documentos oficiais foi extraída do portal da Câmara dos Deputados, da página destinada à tramitação do Projeto de Lei 8.035, de 2010, em especial as cinco versões do texto do PNE utilizadas para o mapeamento do debate durante a sua tramitação: 1) o projeto de lei apresentado pelo Governo Federal em 15 de dezembro de 2010 à Câmara dos Deputados; 2) o 1º Parecer Substitutivo do Relator, apresentado à Comissão Especial, em 05 de junho de 2011; 3) a Redação Final da 1ª fase da tramitação do projeto de lei produzido pela Câmara dos Deputados para envio ao Senado Federal; 4) A Emenda Substitutiva do Senado Federal enviada à Câmara dos Deputados em 31 de dezembro de 2013; 5) a Redação Final do Projeto de Lei 8.035, de 2010, encaminhada pela Câmara dos Deputados à Presidência da República para sanção, em 05 de junho de 2014, que foi aprovada sem vetos. Por fim, a própria Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, o PNE 2014/2024.

Algumas produções oficiais e trabalhos acadêmicos que se reportaram à atuação da CNDE, à tramitação da lei do PNE ou ao processo participativo da CONAE 2010 foram citados ao longo do Capítulo 3 como fontes documentais, dentre as quais: 1) as produções bibliográficas elaboradas pela equipe de Consultores legislativos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados sobre a tramitação legislativa do PNE 2014/2024 (MARTINS, 2011, 2015; BRITO, 2015); 2) entrevista realizada com o Coordenador da Comissão Organizadora Nacional, Secretário Executivo do MEC, Sr. Francisco das Chagas Fernandes (FERNANDES, 2010); 3) trabalhos acadêmicos diversos sobre o tema (SIMIELI, 2008; FRANCO, 2013; EICKELBERG, 2009).

Notas e pronunciamentos públicos da CNDE e das demais entidades que compõem sua rede ou o seu Comitê Diretivo Nacional foram extraídos, na maior parte dos casos, dos registros de seu portal na internet⁵, e em alguns casos, em outras fontes da rede mundial de computadores.

Importantes registros documentais sobre a atuação estratégica da rede de entidades da CNDE foram obtidos através do acesso aos grupos de discussão virtual criados pela

⁵ Cf. CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Página oficial.

Coordenação Geral da entidade para estabelecer comunicação no âmbito de toda a rede em função da CONAE 2010 e da tramitação do Projeto de Lei do PNE: o “campanha-conae”⁶ e o “PNE pra valer!”⁷. Ao longo da narrativa do Capítulo 3, foram utilizadas mensagens extraídas destes grupos. Ressalte-se que foram utilizados apenas os textos das mensagens enviadas pela Coordenação Geral da entidade, da qual obteve-se autorização formal de uso, para todos os fins.

Notícias e matérias jornalísticas, que se reportaram a momentos, decisões e acontecimentos importantes no curso dos procedimentos participativo e legislativo aqui estudados, foram utilizadas apenas para auxiliar a contextualização desses fatos, ou, ainda, para demonstrar a própria estratégia de intervenção da CNDE perante a imprensa. Neste sentido, a busca não foi sistemática, mas dirigida a episódios específicos, conforme se apresenta no relato do caso, no capítulo 3.

2.2.2. Entrevista com o Coordenador Geral da CNDE

A produção deste documento apresentou-se como importante elemento para dar sentido à descrição do caso, mas não foi uma opção adotada desde o início do levantamento dos dados. Se a influência da entidade sobre o resultado era passível de mapeamento objetivo, em grande parte pela análise dos documentos, a perspectiva da racionalidade de ação em todo o processo – a despeito de estar registrada de forma parcial em diversas fontes de pesquisa, como se verifica ao longo do trabalho – certamente se mostraria mais clara para a apresentação do caso com a documentação da narrativa dos seus representantes, que, afinal de contas, fora acessada desde o levantamento preliminar e informal de dados.

As informações obtidas ao longo do processo de diálogo, investigação e tentativa de compreensão do objeto foram, assim, registradas em entrevista realizada com o Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, permitindo um registro pormenorizado. As perguntas foram previamente elaboradas para abranger detalhes específicos que o levantamento de dados já havia apresentado e foram encaminhadas à Coordenação Geral da entidade antes da sua realização (apêndice A). A

⁶ CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Lista de discussão virtual**. CAMPANHA-CONAE.

⁷ CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Lista de discussão virtual. PNE PRA VALER!

entrevista foi gravada por meio digital. Feita a transcrição, foi submetida à análise do entrevistado para correção de imprecisões, complementações de dados ou mesmo a retirada de declarações ou informações por deliberação dos demais membros da Coordenação Geral da CNDE.

A entrevista transcrita com estas correções está registrada no Apêndice B.

2.2.3 Quadros explicativos das informações da CONAE 2010 e da tramitação do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010

O **Quadro 1**, Comitê Diretivo da CNDE, apresenta as onze entidades deste colegiado, com uma breve descrição do histórico, objetivos e atuação de cada uma. O **Quadro 1A** “Membros da rede da CNDE referidos na pesquisa” reúne descrições sintéticas sobre formação pessoal, profissional e atuação de membros e colaboradores referidos ao longo da pesquisa.

Os **Quadros 2 e 3**, respectivamente, “Comissão Organizadora Nacional da CONAE 2010” e “Comissão Especial de Dinâmica e Sistematização – CEDS”, apresentam informação direta e não foram objeto de construção mais elaborada; visam apenas tornar esses dados acessíveis.

O **Quadro 04**, “Eixos Temáticos e Coordenadores”, em suas 02 (duas) primeiras colunas, reúne a identificação numérica e descritiva dos 06 (seis) eixos temáticos da Conferência Nacional de Educação de 2010, conforme apresentado na primeira versão do Documento-Referência, acrescido posteriormente do eixo autônomo “Plano Nacional de Educação”; a terceira coluna apresenta o registro sequencial dos parágrafos numerados, com o seu agrupamento em cada eixo. A quarta coluna identifica os Coordenadores de Eixo, representantes de entidades integrantes da Comissão Organizadora Nacional. Esta informação não foi relatada em nenhum dos documentos da CONAE 2010 pelo Ministério da Educação tendo constado na narrativa do interlocutor da CNDE. Conforme a informação disponibilizada, outra referência foi encontrada em notícia no portal da UNDIME, noticiando a composição dos coordenadores de eixo (UNDIME, 2010).

O **Quadro 05**, “Delegados da Etapa nacional”, apresenta uma sistematização das quatro categorias de delegados com direito à voto, com a identificação e o descritivo nas duas primeiras colunas e a identificação da necessidade de observar condições nas etapas

prévias, conforme sinalizado na terceira coluna. Isso porque num primeiro momento, são delegados apenas passíveis de habilitação na etapa nacional, conforme um número de assentos fixado no Regimento Interno da CONAE 2010 (coluna quatro). Somente foram habilitados e credenciados os delegados que observaram suas regras específicas de habilitação nas etapas subnacionais, o que explica a divergência entre a quarta e a quinta coluna (efetivamente habilitados). As regras são parte do debate do capítulo 3.

O **Quadro 05A** apresenta o rol de delegados da CNDE na etapa nacional e foi produzido com base na comparação entre a última lista de delegados, disponibilizada no grupo virtual “campanha-conae” em 22 de janeiro de 2010, por ocasião da organização da presença da delegação na etapa nacional, e o registro dos presentes disponível nos Anais da Conferência Nacional de Educação de 2010, que tem um tópico específico contendo o nome de todos os participantes inscritos.

O **Quadro 06** “A CNDE e sua rede nos Colóquios da CONAE” reúne as informações disponibilizadas no volume II dos Anais da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2010 – apontando os 06 (seis) colóquios dos 08 (oito) relativos ao eixo V em que a CNDE se fez presente como integrante da mesa (BRASIL; MEC, 2011).

O **Quadro 07** “Etapa nacional da CONAE 2010 – Metodologia das emendas”, reúne informações de diversos documentos analisados em conjunto: 1) Regimento Interno da CONAE 2010 (artigos 21 a 25), 2) orientações para organização da etapa estadual da Conferência Nacional de Educação (itens 6.5.2 a 6.5.3); 3) As notas explicativas dos blocos I, II e III de emendas, na introdução dos dois volumes do Documento-Base preliminar da CONAE 2010 e, por fim, registros do Volume II dos Anais da CONAE 2010.

O **Quadro 08** é um registro do processo de identificação das emendas oferecidas pela CNDE à CONAE 2010 e do seu grau de aprovação (inserção no Documento Final), quanto ao Eixo V e foi elaborado para permitir o controle dos dados analisados quanto à capacidade de influência da CNDE para aprovar emendas na etapa nacional da CONAE.

Primeiramente, partiu da análise de 02 (dois) documentos produzidos pela CNDE para a orientação de sua rede quanto à aprovação de emendas: 1) o “Caderno de Emendas – Etapas Estaduais”, em sua versão final disponibilizada ao grupo em 04 de novembro de 2009⁸ e 2) “Metodologia da CONAE e Orientações”, um conjunto de orientações enviado

⁸ Cf. Anexo 1. Fonte: CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Caderno de Emendas.**

à toda a rede da CNDE em 25 de março de 2010⁹, pouco antes da etapa nacional; ambos os documentos importam apenas do que diz respeito ao Eixo V. A partir desses documentos foi possível identificar todos os parágrafos aos quais a CNDE ofereceu emenda (coluna 02). A análise dos Blocos I, II e III do Documento Base, que registram as emendas de forma numerada e em realce colorido, permitiu identificar a quase totalidade das emendas propostas pela entidade ao Eixo V (coluna 03) e sua inserção em cada um dos blocos (colunas 04 a 06). A coluna 07 registra as emendas que constaram ou não no documento final, permitindo quantificar o volume de emendas aprovadas.

O **Quadro 09**, a versão analítica do Eixo V do “Documento final da Conferência Nacional de educação de 2010”, elaborada com realces coloridos das emendas da CNDE, teve o objetivo de evidenciar os resultados apontados no quadro 08. Quanto ao percentual de aprovação de emendas, registrar comentários sobre o processo de análise das emendas (coluna comentários) e, ainda, para promover a primeira parte do mapeamento temático do debate realizado pela CNDE na CONAE 2010 a partir de suas emendas, estão resumidas no Quadro 09A, ao final do mesmo documento.

O **Quadro 10, “Projeto de Lei nº 8.035, de 2010 – Divisão tópica”** reúne apenas informações diretas para facilitar a análise do caso.

O **Quadro 11 “A meta 20 do Governo e o Eixo V da CONAE”** também reúne informação direta retirada do texto do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, mas a compara com informações diretas extraídas, agora, do Quadro 09 e 9A, que sintetizaram os principais temas objeto de emendas na CONAE 2010.

O **Quadro 12** reúne informações relativas à **Comissão Especial do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010**, destacando os **Deputados Federais interlocutores da CNDE** que a compunham e a quantidade de **emendas** que ofereceram – tanto no geral quanto as relativas à pauta da entidade. Para construí-lo, foram utilizadas as informações dadas na entrevista à pergunta sobre partidos e congressistas interlocutores, o qual foi cotejado com todos os deputados que ofereceram emendas à Meta 20. A vinculação do congressista com a Comissão de Educação foi conferida no Repertório biográfico das 53^a (BRASIL, Congresso Nacional, 2007) e 54^a (BRASIL, Congresso Nacional, 2011) legislaturas, compreendendo os anos de 2007-2015. O resultado relativo às emendas desses deputados foi extraído do quadro 14.

⁹ Cf. Anexo 2.

O **Quadro 13** sintetiza os dispositivos das propostas de **Emendas** elaboradas pela **CNDE à Meta 20** do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010 (anexo 3)¹⁰. Esses dispositivos foram associados aos temas da pauta da entidade na CONAE 2010, nos termos do quadro sintético 9A (supra), e a eles foram atribuídos códigos numéricos, que serviram para identificar cada tipo de emenda oferecida pelos Deputados à Meta 20.

O **Quadro 14** apresenta as emendas à Meta 20 do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, oferecidas por cada Deputado Federal, discriminada por seu número oficial e associada ao código numérico que identifica o seu tema, segundo o que dispõe o quadro 13. Foram considerados apenas os dispositivos das emendas e apenas as redações idênticas ao modelo oferecido pela CNDE. Isso porque várias entidades – inclusive do Comitê Diretivo da CNDE - ofereceram suas próprias emendas, de sorte que as redações ficaram bem parecidas, em alguns casos.

O **Quadro 15** é um apanhado sobre as **Audiências Públicas do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010** no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), com a identificação dos participantes da rede da CNDE que se fizeram presentes na qualidade de palestrante, quanto ao tema do financiamento da educação. Neste sentido, o **Quadro 15A** é uma síntese temática do debate da CNDE na pauta do financiamento no processo legislativo. Os dados foram extraídos das notas taquigráficas disponíveis no portal da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O **Quadro 16** apresenta o histórico de alterações aos dispositivos da Meta 20 durante todo o processo legislativo do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, contendo 1) o texto da proposta do governo, 2) as duas alterações produzidas na Câmara dos Deputados, após os dois momentos de oferecimento de emendas; 3) a redação do Senado Federal devolvida à Câmara dos Deputados; 4) o texto final enviado para sanção pela Presidência da República.

¹⁰ O anexo 3 reúne os textos das propostas de emendas construídas pela CNDE que foram encontrados no portal da Câmara dos Deputados, bem como de arquivos disponibilizados no grupo de discussão virtual da CNDE “PNE pra Valer!”.

CONCLUSÃO

A proposta de estudar a participação em perspectiva jurídica, no âmbito do Direito do Estado e, especificamente, no Direito Administrativo, foi uma empreitada acadêmica muito inquietante e desafiadora, em função dos objetivos que foram estabelecidos e, especialmente, do contexto social e político em que se desenvolveu.

Desde o oferecimento do projeto de pesquisa, em 2014, o cenário político brasileiro não parou de se modificar, e estes acontecimentos impactaram o curso desta reflexão. Naquele ano, a participação social foi alvo de conflituoso debate político, com a edição do Decreto Federal nº 8.243, de 23 de maio, que instituiu o Sistema e a Política Nacional de Participação (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014). Com a sua suspensão pela Câmara dos Deputados (BRASIL; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014d), sob razões paradigmáticas⁵³², uma realidade de opiniões bem diferentes sobre o celebrado histórico brasileiro de participação se apresentou, revelando profundas discrepâncias entre o que se assimila sobre as instituições participativas^{533 534} e os avanços do debate teórico-acadêmico.

Isso determinou muitos dos contornos apresentados neste trabalho, em especial, o esforço de reunir e explorar conceitos elementares da Teoria Democrática e do próprio Direito Administrativo.

⁵³²“Em detida análise da matéria, percebe-se a ostensiva e flagrante inconstitucionalidade do ato normativo que ora se pretende impugnar. O **Decreto presidencial corrói as entranhas do regime representativo**, um dos pilares do Estado democrático de direito, adotado legitimamente na Constituição Federal de 1988. [...] Na verdade, sob o manto de se aumentar a participação popular, o que o Governo faz é restringir esta participação àquele segmento social escolhido de acordo com a cartilha palaciana, **impedindo o acesso amplo** e irrestrito de todo cidadão, garantido, entre outros dispositivos, **pelo art. 14 da Carta Magna**, que reza: “A soberania popular será exercida **pelo sufrágio universal, e pelo voto direto e secreto**, com valor igual para todos e nos termos da lei, mediante: I - **plebiscito**; II – **referendo**; III - **iniciativa popular**.”

⁵³³ “[...] Apenas quero destacar algumas reações paradigmáticas e controversas a respeito do sentido da representação e de qual é o papel da sociedade civil no processo democrático. **Entre os debates calorosos que ocorreram**, seja em veículos de comunicação de grande circulação, seja no interior do Congresso Nacional, é possível citar **a ideia de que a PNPS [Política Nacional de Participação Social] afronta o Poder Legislativo e faz uma mudança de regime por decreto** (do representativo para a participação direta). O editorial do Jornal *estadão*, de 29 de maio, chega a dizer “ora, a participação social numa democracia representativa se dá através dos seus representantes eleitos no Congresso, legitimamente eleitos”. **Nada mais ilustrativo da limitada compreensão acerca do que constitui a representação democrática.**” (ALMEIDA, 2015, p. 17).

⁵³⁴ “Do outro lado da pugna, e com **espanto pelas reações desproporcionais suscitadas pelo decreto** em certos segmentos dos meios de comunicação e dos formadores de opinião, e até mesmo no seio da Câmara dos Deputados, as vozes em defesa da PNPS e do SNPS fazem lembrar que **as instituições participativas constituem a materialização institucional** de preceitos consagrados na Constituição e que elas não ameaçam a democracia representativa, pelo contrário, enriquecem-na e a complexificam. Mais: parte nada desprezível dessas instituições foi criada mediante leis pelos poderes legislativos municipais, estaduais e nacional, de modo que mal poderiam ser entendidas como uma tentativa de suplantá-las” (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2014, p. 91-92).

Na sequência, o país entrou em um período de intensos conflitos políticos, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, seguido de profundas reformas constitucionais, em especial a EC nº 95, de 2016, (BRASIL, 2016) e leis que opunham (e ainda opõem, porque em curso) perspectivas econômicas e sociais sobre a realidade do país. Neste cenário em que a disputa política transborda a todos os níveis das relações sociais, estudar participação sob a perspectiva de instrução decisória, formação de consenso, gestão, harmonia, eficiência, etc., pareceu descabido.

O contato com a sistematização do debate sobre a participação na ciência política (capítulo 1) permitiu pensar outra abordagem jurídica sobre o tema, pela percepção de inúmeras questões que movem as linhas atuais daquele debate, em uma perspectiva que conjuga compromisso de transformação social com viabilidade institucional nas democracias representativas.

No curso histórico da teoria participacionista apresentado em três gerações, a terceira e última situa o debate não em propostas ousadas de transformação democrática, mas no registro das inovações participativas como expedientes de fortalecimento de sistemas representativos, melhorando o nível institucional de interações entre representante e representados, tendo em vista a pluralização institucional da democracia ocorrida a partir da década de 1990 em boa parte do mundo.

Neste registro, uma proposta enquadra as experiências de inovação democrática participativa - as audiências e consultas públicas, as conferências nacionais, etc – como expedientes de controle social, compreendido este como fenômenos de incidência social sobre processos decisórios, envolvendo relações entre cidadãos e atores da sociedade civil, de um lado, e as repartições do governo, de outro. A abordagem também implica a presença de atores intermediários entre os cidadãos e os governos nesses espaços de participação.

Como representantes de interesses subrepresentados nos circuitos tradicionais do sistema político, a presença desses atores sociais ou coletivos intermediários traz para o debate questões de legitimidade da representação, que são relevantes tanto para a Ciência Política quanto para o Direito, por questões específicas, mas não distantes. As propostas teóricas das pesquisas das Conferências Nacionais, inspiraram a análise de processos de controle social numa cadeia ampla de atos e numa racionalidade que permitiu apresentar o caso de incidência social analisado pela perspectiva do conflito político.

Assim, o fenômeno investigado foi a formulação participativa do Plano Nacional de Educação do período 2014/2024, da Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014, antecedido

pela realização da CONAE 2010. Tal conferência instruiu o Projeto de Lei nº 8.035, de 15 de dezembro de 2010, debatido entre dezembro de 2010 e junho de 2014, marcado por uma ampla discussão com a sociedade civil e forte embate com o governo no âmbito do financiamento.

O objetivo específico foi analisar a incidência social da Campanha Nacional pelo Direito à Educação no curso do fenômeno, uma articulação de entidades e pessoas que figurou como representante da sociedade civil organizada na defesa do direito à educação pública, que foi investigada por sua capacidade de influência no debate sobre o financiamento do PNE: na CONAE 2010, o recorte foi o Eixo V (financiamento e controle social) e no Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, a Meta 20 do planejamento.

Três elementos concretos implicados neste trabalho moveram o olhar de pesquisa todo o tempo para pensar as funções do Direito no âmbito do poder social: 1) a alegada influência da CNDE sobre o resultado da CONAE 2010 e do PNE; 2) o compromisso com ideais democratizantes que mesmo a terceira geração dos teóricos da participação, de objetivos mais modesto, sustentavam; 3) a ideia central de que mesmo sem efetiva capacidade decisória, as experiências participativas no registro do controle social deveriam ser capazes de interferir nas dinâmicas do poder, já que se dirigem a estes processos decisórios.

Refletir as funções do direito implicou dois movimentos: 1) pensar um modelo de análise que correspondesse às questões implicadas no caso concreto; 2) problematizar de forma didática as abordagens dogmáticas do Direito Administrativo sobre a participação, que limitavam a absorção da proposta da ciência política de pensar participação enquanto expediente de controle social.

Isso foi possível, primeiramente, a partir da contribuição imensurável da “Teoria do Poder”, de Diogo de Figueiredo Moreira Neto (1992b), que descreve manifestações de poder em linguagem juspolítica e que permitiu pensar **categorias de capacidade de influência - capacidade políticas e capacidades jurídicas** – como ferramentas para analisar os fatores determinantes do sucesso da incidência da CNDE.

Para esta teoria, fenômenos de poder são descritos por três elementos concomitantes: subjetivos (vontade), objetivo (capacidade) e de eficácia, (o resultado aparente). O elemento **objetivo é a capacidade**, a vantagem que permite ao sujeito exercer domínio e que se revela no **poder de sujeitar** ou de **influenciar**, em resultados que podem ser descritos como coerção e persuasão. Como teoria jurídica do poder, reconhece que há expedientes jurídicos determinando fenômenos de sujeição (coerção) e de influência

(persuasão) e foram estas diretivas que levaram o olhar de pesquisa a percorrer os caminhos de capacidade manifestados e estrategicamente buscados pela CNDE no processo analisado.

A análise demonstrou que as **capacidades políticas** – sem maiores diferenciais jurídicos em seu cerne - decorrentes do impacto da atuação anterior da CNDE (capítulo 2) lhe conferiram legitimidade perante atores sociais e estatais para **compor o público da conferência** como delegados (participante) e como membros da comissão organizadora nacional. Isso lhes permitiu acesso a outros mecanismos de poder em sua atuação estratégica: ocupou posições subjetivas de relevância na Comissão Organizadora Nacional e outros órgãos da conferência⁵³⁵ (**capacidades jurídicas**, do tipo competências administrativas).

A partir da utilização destas competências (capacidades jurídicas), associadas a seus repertórios de ação (capacidade política), a CNDE conformou sua **capacidade de influência** no resultado da CONAE 2010, inserindo temas de sua pauta pública no Documento Final.

O Documento Final da CONAE 2010, por sua vez, se tornou o **discurso de legitimação da pauta da CNDE na tramitação legislativa** no PNE, marcado por grande interlocução com congressistas de diversos partidos políticos, e se constituiu elemento de sua **capacidade de influência** no processo de emendas ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010: a CNDE foi **responsável direta por mais de 70% (setenta por cento) do volume de emendas à meta 20** e o conteúdo dessas emendas está diretamente associado ao conteúdo das emendas que a entidade produziu ao Eixo V da CONAE⁵³⁶.

A forma de analisar este caso não se acomodaria bem apenas no âmbito do Direito Administrativo, porque diversas características da abordagem e do caso conflitam com o tratamento dogmático da participação administrativa ou popular, compreendida como processo instrutório de processos decisórios. Analisadas as principais conformações do campo, observou-se que o tratamento dogmático situa a participação no discurso da eficiência da gestão, da produção do consenso e homogeneização de interesses, e que não apresentam elaborações para lidar com a presença de atores representantes de interesses e todas as questões de legitimidade que isso acarreta.

A partir da polêmica doutrinária sobre participação e controle social e visando construir elementos para absorver o debate proposto pela Ciência Política - que situa as

⁵³⁵ Cf. Capítulo 3, sobre os acordos para a constituição da Comissão Organizadora da CONAE 2010.

⁵³⁶ Cf. capítulo 3 e Quadros 9 e 9A.

inovações democráticas participativas como expedientes de controle social, - ofereceu-se a análise da conformação jurídico-analítica do controle social. As doutrinas identificam controle social no esquema de pensamento dos controles burocráticos (compreendo os elementos jurídicos de relação de sujeição, parâmetro legal e medida ou sanção), o que fica evidente no fato de que posicionam o tema no tópico dos controles da Administração. Contudo, ao descrever seus fenômenos, falam no registro da participação.

Carlos Ayres Britto é categórico em suas reflexões: participação é o regime do compartilhamento do poder político; controle social é o regime de sua fiscalização e acompanhamento.

Do esforço para tentar compreender os elementos jurídicos do controle social a partir das categorias jurídico-analíticas dos controles burocráticos ficou evidente que controle social não é passível de descrição nesta tipologia. Além disso, também não parece possível, nem útil, defini-lo em categorias exclusivamente jurídicas pelo simples fato de que não é, exclusivamente, manifestação de um poder jurídico: não conforma relações de sujeição ao modo dos controles burocráticos, nem dinâmicas de verificação de regularidade à parâmetro de legalidade (embora possa incluir expedientes de controle de legalidade).

O controle social está associado ao elemento legitimidade do poder.

A teoria jurídica da participação política de Diogo de Figueiredo Moreira Neto trouxe elementos que auxiliaram na acomodação destas ideias e enquadramento de processos participativos como expedientes de controle social, conforme a proposta de certas análises da ciência política. Suas didáticas lições associam os tipos de participação política dos cidadãos e seus grupos a momentos distintos no ciclo do poder – **destinação, atribuição, distribuição, contenção, detenção e exercício** – distinguindo, portanto, seu regime jurídico com base no regime jurídico do poder com o qual se relaciona.

Nos níveis pré-constitucionais e constitucionais do ciclo do poder (destinação, atribuição e distribuição) a participação também tem assento constitucional e, portanto, a carga de exigências procedimentais que são peculiares aos regimes da participação como direito fundamental. Nos níveis da ordem jurídica já institucionalizada e operante, onde o poder se realiza nas formas jurídicas da detenção, da contenção e do exercício, conformam-se regimes diferentes. O **exercício do poder** é o campo da divisão funcional das tarefas do Estado (executivo, legislativo e jurisdicional), ou seja, das competências públicas.

A **participação política** que opera no âmbito das **decisões governamentais** está inscrita no regime jurídico do **exercício do poder** e pode operar **com ou sem**

compartilhamento desse poder decisório, no caso das democracias semidiretas. O regime jurídico da participação direta tem base constitucional, no caso brasileiro, no Art. 14, incisos I, II e III (plebiscito, referendo e iniciativa popular). Fora dessas hipóteses, qualquer modalidade de participação política associada às decisões governamentais não está no registro de participação direta, porque não implica compartilhamento decisório de base constitucional (e suas exigências procedimentais próprias da igualdade formal).

Portanto, em princípio, o enquadramento das **experiências participativas brasileiras** (audiências e consultas públicas, conferências, ouvidorias, etc.) como expedientes de **controle social** se mostrou juridicamente adequado, porque estes fenômenos participativos se apresentam como expedientes de interação com os representantes eleitos, para legitimar os processos decisórios, em regra sem compartilhamento de poder. Mesmo no caso dos expedientes com poder de deliberação vinculante – os Conselhos Setoriais e Orçamentos Participativos – sua conformação jurídica está assentada na legislação do ente competente para o exercício daquele poder, portanto, sob o regime que aquela legislação definir.

Exatamente por estar situado no âmbito do exercício ordinário das competências públicas, estes expedientes participativos no entorno das decisões governamentais atraem a metodologia da teoria jurídica das políticas públicas como modo de pensar suas questões procedimentais. Sendo uma abordagem jurídica de Governo, não de Administração, lida naturalmente com a relação entre direito e política, com potencial para superar as limitações do tratamento restrito ao campo do Direito Administrativo. Seu método inclui direito, gestão, economia e ciência política, sem embaraços para tratar da fragmentação dos interesses sociais.

Por essa abordagem, as questões implicadas na definição de públicos participantes ou segmentos legitimados a representar interesses no âmbito das experiências participativas, a questão da assimilação dos conflitos, os dilemas de igualdade participativa ou de representação podem ser resolvidas no âmbito de estudos particularizados de cada subsistema de política, para identificar atores implicados, interesses em disputa e a natureza dos conflitos, de modo a resolver estas questões em arranjos institucionais específicos.

Mas a maior contribuição da teoria jurídica das políticas públicas para o tema da participação como expediente de controle social é que por sua abordagem vocacionada a promover a dinâmica do governo, de impulsionar a ação governamental a partir da construção de um regime de efeitos definido pelas posições jurídicas objetivas e subjetivas

(arranjos institucionais e dos processos), pode ser também utilizada para promover a dinâmica da incidência social, ao se pensar os mecanismos jurídicos que promovem poderes políticos específicos aos atores e os tornem detentores de efetiva capacidade de influência sobre o poder político-decisório.

Compreendido o controle social como fenômenos de incidência social que se materializam em diversos expedientes de interação entre os atores envolvidos (cidadão, atores coletivos e governamentais), é evidente que na base das inúmeras interações está presente, com maior ou menor capacidade de produzir efeitos, **mecanismos jurídicos** que estabelecem vinculações mediante **posições subjetivas e objetivas**: direito de petição, a criação do conselho setorial ou a realização de conferência no setor de política pública como arranjo institucional, o direito de certo segmento ao assento no conselho, a vaga de delegado na conferência, a obrigatoriedade de realizar audiência pública ou consulta pública, as regras procedimentais, etc.

Como ficou evidente a partir da análise do caso da incidência da CNDE, o **mecanismo jurídico tem funções de variar os custos da incidência social** sobre o governo, fomentando ou desencorajando a participação e o controle, pelo poder que têm de implicar os atores nas interações, determinando os tipos de dinâmicas sociais para exercer influência. Por isso, em relação ao que pode fazer reduzir o custo da intervenção social, os mecanismos jurídicos funcionam como **mecanismos de poder**.

O caso concreto analisado ajuda a pensar a relevância da institucionalização de mecanismos jurídicos de interação entre atores sociais e atores estatais. Diferentemente do setor social da saúde, por exemplo – cuja legislação constituiu as conferências de saúde como parte da estrutura orgânica do SUS⁵³⁷ –, não havia a previsão jurídica para a realização ordinária de Conferências Nacionais no setor da educação. Disso decorre que – em coerência com o regime do exercício do poder – realizar uma conferência dependa exclusivamente da decisão política do Governo, implicando muito mais esforços dos atores sociais. A CNDE mobilizou, há mais de uma década, para a realização deste processo (CARA, 2017; SIMIELI, 2008).

⁵³⁷ “Art. 1º O **Sistema Único de Saúde (SUS)**, de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as **seguintes instâncias colegiadas**: I - a **Conferência de Saúde**; e II - o Conselho de Saúde. § 1º A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada **quatro anos** com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde;” (BRASIL, 1990).

Portanto, expedientes de participação institucionalizadas, como oportunidades de interação socioestatal, ainda que não vocacionadas a decidir, são mecanismos de poder social sobre o poder Estatal.

Alguns apontamentos finais se impõem, como esclarecimento de posições e decisões tomadas no curso desta reflexão, até mesmo de conclusões a que esta pesquisa levou.

1. Que sendo as experiências de interação participativa analisadas como controle social, operam sobre subsistemas de políticas públicas ou ações estratégicas do governo;
2. Que por tratar de incidência social sobre políticas públicas, compreende controle sobre formulação, implementação e avaliação, o que implica que incidem sobre a função administrativa e política do governo;
3. Que em função de algumas políticas públicas terem conformação na lei, o controle social pode incluir a incidência sobre a tramitação legislativa;
4. Adotar a proposta de enquadrar as experiências participativas como expediente de controle social buscou debater elementos e conceitos para dissociar, em função do regime jurídico, as instituições participativas brasileiras mais estudadas e conhecidas da carga normativa associada à participação direta ou face a face, com vistas contribuir para precisão conceitual e tratar sobre a confusão de sentidos e expectativas que se pode ter delas. Isso implica que:
 - a. Estas experiências não estão no registro da Democracia Participativa, regime democrático com alto nível de compartilhamento decisório a ser definido em bases constitucionais muito diversas daquelas que definem os regimes de democracia representativa onde estas experiências têm achado lugar;
 - b. Estas experiências também não se confundem com as experiências participativas estabelecidas pelo regime da democracia semidireta, no caso brasileiro, as disposições do art. 14, incisos I, II e III;
 - c. Estas experiências não estão no registro da participação popular, conceito historicamente situado no desenvolvimento da categoria prática da participação no contexto do regime militar brasileiro, que carrega compromissos com valores distintos em relação ao que se estuda neste trabalho;

- d. Embora estas experiências estejam no registro da capacidade de influência, a abordagem deste trabalho é funcionalmente dirigida a pensar condições materiais da efetiva capacidade de poder social, não se bastando em meras condições formais para o exercício da influência.
5. Que como expedientes de controle social, as experiências de interação ou participativas, podem incluir operações de fiscalização da legalidade, pela provocação dos controles burocráticos da Administração em seu processo mais amplo, mas seu compromisso mais importante é com a dimensão da legitimidade das decisões, pela implicação política que suas dinâmicas são capazes de gerar entre os atores socioestatais envolvidos. Neste sentido:
- a. Mesmo que inclua a perseguição de certos objetivos positivados na legislação, o controle social não opera em comparação com parâmetros de legalidade, mas ele mesmo conforma o parâmetro da adequação da decisão governamental sobre a qual incide;
 - b. A evocação da teoria jurídica das políticas públicas como método para estudos dirigidos implica pensar a construção de arranjos institucionais de controle social, demandando estudos concretos sobre os subsistemas de políticas públicas e ações estratégicas do governo;

Como derradeira reflexão, propõe-se considerar que a participação como controle social de políticas públicas, na perspectiva da teoria juspolítica da participação, valoriza o elemento político do controle social, impondo uma agenda de questões ao Direito do Estado e ao Direito Administrativo. O destaque que a ciência política confere à presença dos atores sociais intermediários nessas dinâmicas – como aqueles que efetivamente conseguem realizar controle social em sentido forte - encontra eco na perspectiva jurídica de fenômenos de poder, à medida em que é na concentração da força social que o poder político se viabiliza – a exemplo do próprio Estado, sua máxima expressão.

Controlar o poder decisório governamental sob a perspectiva da legitimidade, portanto, implica reflexões jurídicas sobre a forma mais eficiente de operar controle social e, neste cenário, parece estar naturalmente no centro do debate a perspectiva da relação indivíduo-Estado, que é estrutural ao Direito Administrativo. A complexidade das questões públicas, a dificuldade de comunicar seus pressupostos, meandros técnicos e políticos, evidenciam a impotência do cidadão isolado - mesmo sua soma numérica, se

descoordenada e sem propósitos específicos - para operar controles sobre as decisões públicas. Evidenciam, portanto, a pertinência de se debater as condições jurídicas desse poder social efetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, L. O. L. de. Participação popular na elaboração de atos normativos por agências reguladoras federais: uma análise da experiência acumulada nos últimos 20 anos. In: PEREZ, M.A.; SOUZA, R. P. de. **Controle da administração pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2017, pp. 217-243.

ALMEIDA, D. R. de. **Representação além das eleições**: repensando as fronteiras entre o estado e a sociedade. 1.ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

ALMEIDA, D. R. de. Representação política e conferências: estabelecendo uma agenda de pesquisa. In.: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. de. **Conferências Nacionais**: atores, dinâmicas participativas e efetividade. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

ALMEIDA, D. R. de. **Pluralização da representação política e legitimidade democrática**: lições das instituições participativas no Brasil. Opinião Pública, Campinas, vol. 20, nº 1, abril, 2014, p. 97.

ALMEIDA, F. D. M. de A. **Competências na Constituição de 1988**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 15.

ARAÚJO, A. F. Participação democrática na administração: o procedimento da reforma do plano diretor da cidade de São Paulo – fase do executivo – gestões Kassab (2006-2012) e Haddad (2013-2016). Dissertação. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2016. 320f.

ARAÚJO, L.; CARA, D. **Por que 7% do PIB para educação é pouco?** Campanha Nacional pelo Direito à Educação, São Paulo, 17 ago. 2011. Nota técnica. Disponível em <http://campanha.org.br/acervo/nota-tecnica-por-que-7-do-pib-para-a-educacao-e-pouco-calculo-dos-investimentos-adicionais-necessarios-para-o-novo-pne-garantir-um-padrao-minimo-de-qualidade/>. Acesso em 27 fev. 2017.

ARNSTEIN, S. R. **A ladder of citizen participation**. JAIP, Vol. 35, No. 4, July, 1969, pp. 216-224.

ARRETCHE, M. **Políticas sociais no Brasil**: descentralização em um Estado federativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 14 no. 40, junho de 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712>. Acesso em 20 dez. 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Documento**: por um plano nacional de educação (2011-2020) como política de estado. Rio de Janeiro, 29 abr. 2011

AVRITZER, L. Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. In.: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. de. **Conferências Nacionais**: atores, dinâmicas participativas e efetividade. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013

AVRITZER, L. **Conferências nacionais**: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. Brasília: Ipea, 2012. Texto para Discussão, n. 1739.

AVRITZER, L. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Washington: Woodrow Wilson Center Press; Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.

AZEVEDO, F.; TEIXEIRA, A. S. et al. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. 1932. In: MADALDI, A. M.; GONDRA, J. G. (Orgs). **A reorganização do campo educacional no Brasil**: manifestações, manifestos e manifestantes. Rio de Janeiro: 7letras, 2003, p. 134.

BARBER, B. **Strong democracy**: participatory politics for a new age. Berkeley: University of California Press, 2003 [1984].

BONAVIDES, P. **Teoria constitucional da democracia participativa**. Por um direito constitucional de luta e resistência e por uma Nova Hermenêutica por uma repolitização da legitimidade. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 108.

BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)**. Constituição da República Federativa, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ato da Presidência de 07 de abril de 2011**. Constitui a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília, 2011a. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1D74044E3BF15298178C27C0907F0B27.proposicoesWebExterno1?codteor=857045&filename=Tramitacao-PL+8035/2010. Acesso em 22 fev 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ato da Presidência de 22 de março de 2011**. Cria a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília, 2011b. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1D74044E3BF15298178C27C0907F0B27.proposicoesWebExterno1?codteor=851171&filename=Tramitacao-PL+8035/2010. Acesso em 22 fev 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. **Parecer do Relator (PRL 1 CE)**. Relatório. Brasília, 2006a. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=496815&filename=Tramitacao-PRL+1+CE+%3D%3E+PL+7431/2006. Acesso em 23 abr. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação. **Histórico e atribuições**. Brasília, s.d.. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/conheca/index.html>. Acesso em 02 abr 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação. Sugestões de emendas das entidades ao PL 8.035/2010. Brasília, s.d.. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/plano-nacional-de-educacao/sugestoes-de-propostas-de-emendas-ao-pne>. Acesso em 20 fev. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Despacho da Mesa Diretora de 13 jan 2014**. Projeto de Lei 8.035, de 2010. Substitutivo do Senado. Proposição Sujeita à Apreciação do

Plenário. Brasília, 2014a. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1216331&filena me=Tramitacao-PL+8035/2010. Acesso em 14 abr. 2017

BRASIL. Câmara dos Deputados. EMENDA N° 449/2011 ao Substitutivo do PL n° 8.035/2010. Brasília, 2011c. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=953757&filena me=ESB+449+PL803510+%3D%3E+SBT+1+PL803510+%3D%3E+PL+8035/2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Glossário do Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/glossario/arquivos/glossario-em-formato-pdf>. Acesso em 12 jul. 2017

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Grupos de trabalho da 54ª Legislatura** (2011-2015). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/grupos-de-trabalho/54a-legislatura>. Acesso em 02 abr. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Mensagem da Presidência da República nº 701/2010, de 15 de dezembro de 2010**. Brasília, 2010a. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=831426&filena me=Tramitacao-PL+8035/2010. Acesso 23 abr. 2017.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Parecer de Comissão, de 26 de junho de 2012**. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8035, de 2010, do Poder Executivo, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências". Brasília, 2012a. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551590>. Acesso em 20 dez 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Decreto Legislativo de sustação de atos normativos do poder executivo**. PDC nº 1491, de 30 de maio de 2014. Brasília, 2014d. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=617737>. Acesso em 01 dez 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 8.035, de 2010**. Redação Final da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de 04 de outubro de 2012. Brasília, 2012b. Justiça http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=37B9D30813CC1384C92816A5D2BE07DB.proposicoesWebExterno2?codteor=1033265&filename=Tramitacao-PL+8035/2010

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 8.035, de 2010**. Redação Final da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, de 05 de junho de 2014. Brasília, 2014b. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=37B9D30813CC1384C92816A5D2BE07DB.proposicoesWebExterno2?codteor=1267006&filename=R EDACAO+FINAL+-+PL+8035/2010. Acesso em 23 fev. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n 4.155, de 1998**. Brasília, 1998a. Disponível em

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=25633>. Acesso em 16 set 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8.035, de 2010**. 1ª Parecer do Relator (PRL 1), de 05 de dezembro de 2011. Brasília, 2011d. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1D74044E3BF15298178C27C0907F0B27.proposicoesWebExterno1?codteor=947081&filename=Tramitacao-PL+8035/2010. Acesso em 23 fev. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8.035, de 2010**. Complementação de voto ao Parecer do Relator (CVO), de 09 abr. 2017. Substitutivo do Senado Federal que “aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências”. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1246054&filename=Tramitacao-PL+8035/2010. Acesso em 26 abr. 2017

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8.035, de 2010**. Mensagem EM nº 033, de 03 de novembro de 2010. Ministro de Estado da Educação. Brasília, 2010b. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=831421&filename=PL+8035/2010 Acesso em 02 fev 2017

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8.035, de 2010**. Parecer ao Substitutivo do Senado Federal que “aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências” de 19 de março de 2014. Brasília, 2014c. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1237910&filename=Tramitacao-PL+8035/2010. Acesso em 26 abr. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda Constitucional nº 015, de 2015**. Brasília, 2015a. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1198512>. Acesso em 02 jun 2017

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda constitucional nº 415, de 2005**. Brasília, 2005a. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=290585>. Acesso em 22 abr. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Recurso contra apreciação conclusiva de comissão (art. 58, §1º c/c 132. §2º do RICD)**. Brasília, 23 jun. 2015b. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1018116&filename=REC+162/2012+%3D%3E+PL+8035/2010. Acesso em 02 abr .2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno**. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18847>. Acesso em 26 mai. 2017

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno**. Disponível em http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/regimento-interno-da-camara-dos-deputados. Acesso em 02 abr 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Requerimento 1/2008**. Brasília, 2008a. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=620854&filena me=REQ+1/2008+PEC27708+%3D%3E+PEC+277/2008. Acesso em 14 jun. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Requerimento 527/2011**. Requer a constituição de Comissão Especial para analisar o Projeto de Lei nº 8035/2010 que trata do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE -2011-2020). Brasília, 23 fev. 2011e. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=844306&filena me=Tramitacao-PL+8035/2010. Acesso em 20 mar 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Requerimento de informação nº 287, de 14 de março de 2011**. Ao Ministro de Estado da Educação. Brasília, 2011f. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/853849.pdf>. Acesso em 16 maio 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Requerimento nº 6070, de 2012**. Requer a retirada de tramitação do Recurso nº 162, de 2012, apresentado contra a apreciação conclusiva, pelas Comissões, do PL nº 8.035, de 2010. Apresentação: 04 set. 2012. Brasília, 2012c. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=554476>. Acesso em 23 abr. 2017.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Resolução nº 30, de 1998**. Brasília, 1998b. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/arquivos/resolucao-30-de-1998>. Acesso em 05 abr 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Termo de Recebimento de Emendas, de 07 de junho de 2011**. Brasília, 2011g. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=04FF5E6477C4F6B47C841C3B667462D0.proposicoesWebExterno2?codteor=941146&filename=Tramitacao-PL+8035/2010. Acesso em 25 abr 2017.

BRASIL. **Decreto Federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm. Acesso em 01 dez 2016

BRASIL. **Diário da Câmara dos Deputados**. ANO LXVI, n. 57, Brasília, sexta-feira, 08 abr. de 2011.

BRASIL. **Diário da Câmara dos Deputados**. Publicado em 14 jul 2012. Suplemento A 119, Coletânea 01, p. 3. Brasília, 2012. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&Datain=14/07/2012&txpagina=3&txsuplemento=1&altura=650&largura=800#/.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Deputados brasileiros: repertório biográfico da 54ª legislatura, 2011-2015**. Edições Câmara. Série fontes de referência, n. 9., 2011. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5164>. Acesso em 19 abr 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Deputados brasileiros: repertório biográfico da 53ª legislatura, 2007-2011**. Edições Câmara. Série fontes de referência, n. 8.,

2007. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2387#>. Acesso em 19 abr 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 8, de 05 maio 2010**. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Brasília, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5063-parecercne-seb8-2010&Itemid=30192. Acesso em 12 abr 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa dos estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm.

BRASIL. **Constituição da República Federativa, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro, 1937a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 01 mar. 2017

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 01 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930**. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1930. Disponível em http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=19402&tipo_norma=DE C&data=19301114&link=s. Acesso em 22 fev. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 54.999, de 13 de novembro de 1964**. Institui a Conferência Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 1964. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54999-13-novembro-1964-395320-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 13 jun 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938**. Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1938. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0579.htm. Acesso 02 fev. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969**. Complementa disposições da Lei número 5.537, e 21 de novembro de 1968. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0872.htm#art1. Acesso em 20 jun. 2016.

BRASIL. Diário da Câmara dos Deputados. ANO LXVI, n. 57, Brasília, sexta-feira, 08 abr. de 2011, pp 335-336. Brasília, 2011. Deputados Federais indicados e designados para compor a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8035, de 2010, do Poder Executivo. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08ABR2011.pdf#page=>. Acesso em 16 fev. 2017

BRASIL. Educação Para Todos: o compromisso de Dakar. Brasília: UNESCO, CONSED, Ação Educativa, 2001, 70p. Texto adotado pelo Fórum Mundial de Educação Dakar. Senegal. 26 a 28 de abril de 2000. Jan 2001a. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>. Acesso em 20 mai. 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 59º, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acessado em 02 de maio de 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 14, de 12 de setembro de 1996. Brasília, 1996a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm. Acessado em 2 de maio de 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 53, de 19 de dezembro de 2006. Brasília, 2006b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm. Acessado em 2 de mai. de 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm. Acesso em 22 ago. 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em 22 ago. 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 23 ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964. Institui o Salário-Educação e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4440.htm. Acesso em 20 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5537.htm. Acesso em 20 jun. 2016

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm. Acesso em 20 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm. Acesso em 25 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 25 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm. Acesso em 23 ago. 2017.

BRASIL. **Lei 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1937b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em 02 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Brasília, 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm. Acesso em 03 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12858-9-setembro-2013-777015-publicacaooriginal-141068-pl.html>. Acesso em 02 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 02 mai. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei 1.422, de 23 de outubro de 1975.** Dispõe sobre o Salário-Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1422.htm. Acesso em 20 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm. Acesso em 02 mai. 2017

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em 16 de fev. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases de educação nacional. Brasília, 1996b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 14 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.** Brasília, 1996c. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 02 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 10, de 03 de setembro de 2008.** Brasília, 2008e. Disponível em <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria%20republicada.pdf>. Acesso em 02 mar. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva Adjunta. Comissão organizadora da conferência nacional de educação. **Ata da reunião ordinária realizada em 13 de fevereiro de 2009.** Brasília, 2009g. Disponível em http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/ata_3_30.04.2009.pdf. Acesso em 12 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva Adjunta. Comissão organizadora da conferência nacional de educação. **Ata da reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2008.** Brasília, 2008h. Disponível em http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/ata_1_21.10.2008.pdf. Acesso em 12 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação de 2010. [Notícia]. **Lula envia ao Congresso Nacional PL com as metas para 2011-2020.** Brasília, 2010h. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=362:lula-envia-ao-congresso-nacional-pl-com-as-metas-para-2011-2020&catid=102&Itemid=268. Acesso em 23 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 8, de 05 de maio de 2010.** Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Brasília, 2010g. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5063-parecercne-seb8-2010&Itemid=30192. Acesso em 23 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **O PNE 2010-2020: metas e estratégias.** Nota técnica. Brasília, 2011c. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/arquivos/nota-tecnica-atualizada>. Acesso em 20 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 577, de 27 de abril de 2017.** Dispõe sobre o Fórum Nacional de Educação. Brasília, 2017. Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=39&data=28/04/2017>. Acesso em 20 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 10, de 03 de setembro de 2008.** Brasília, 2008e. Disponível em

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=43&data=15/10/2008> . Acesso em 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Ação direta de inconstitucionalidade 5.719, de 5 de junho de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/adi-5719.pdf/view>. Acesso em 18 mar. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006**. Brasília 2006c. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/mpv/339.htm. Acesso em 20 abr. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Mensagem nº 09, de 09 de janeiro de 2001**. Brasília, 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/2001/Mv0009-01.htm. Acesso em 16 mai. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Mensagem nº 1.439, de 24 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/anterior_98/Mv1439-96.htm. Acesso em 17 mai. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek**. Estado do plano de desenvolvimento econômico em 30 de junho de 1958. Rio de Janeiro: Serviço de documentação, 1958. Disponível em <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/identem/490>. Acesso em 29 mai. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto Federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014**. Brasília, 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm. Acesso em 01 dez 2016

BRASIL. Secretaria Geral da presidência da República. **Conferências Nacionais realizadas entre 1941 e 2010**. Brasília, 26 abr. 2010. Disponível em http://secretariadegoverno.gov.br/arquivos/arquivos-novos/CONFERENCIAS%20NACIONAIS_Tabela_1941_%202010_26abril2010.pdf . Acesso em 14 nov. 2016.

BRASIL. Senado Federal. Ato da Presidência do Plenário. **Comunica o recebimento do PLC nº 103, de 2012 (nº 80.35, de 2010, na Casa de origem)**. Publicada no Diário do Senado nº 174, de 30 de outubro de 2010. Brasília, 2012a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3981690&disposition=inline>. Acesso em mar 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Glossário Legislativo**. Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo>. Acesso em 23 jun. 2017

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012**. Brasília, 2012b. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=30/10/2012&paginaDireta=56850>. Acesso em 23 jun 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.167/2008.** Brasília, 2008b. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2645108>. Acesso em 16 mai 2017

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 71, de 2005.** Brasília, 2005b. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2292976>. Acesso em

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Seção Judiciária do Estado do Maranhão. 5ª Vara Federal Cível da SJMA. **Processo n. 1002026-48.2017.4.01.3700.** Data da decisão: 15 ago. 2017. Brasília, 2017. Disponível em <https://pje1g.trf1.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/documentoS emLoginHTML.seam?ca=dd490ea2ab68bb07b779d1a7135e5ec15d7cf41661a184368f57a3df79e9f320ad24c0ef2bea37f57c0995218a757b146d4bc62bd4e14d55>. Acesso em 20 ago. 2017.

BRAYBROOKE, D. **Beyond Adversary Democracy by Jane J. Mansbridge.** (Review). Ethics, Vol. 93, No. 1 Oct., 1982.

BRITO, T. F. de. Passo a passo no Legislativo: os caminhos do Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional. In: GOMES, A. V. A.I; BRITO, T. F. de. (Orgs). **Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2015, pp 19 – 38. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/507684>. Acesso em 10 dez 2016.

BRITTO, C. A. **Distinção entre controle social do poder e participação popular.** R. Dir. Adm., Rio de Janeiro, 189, jul./ set. 1992

BUCCI, M. P. D. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas.** 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BUCCI, M.P.D. **A PEC do teto e a degradação da política de educação.** Rev. de Direito do Estado. Direito do Estado, 2016. Disponível em <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/maria-paula-dallari-bucci/a-pec-241-teto-de-gastos-ou-como-degradar-a-educacao-em-politica-de-governo>. Acesso em 01 maio 2017.

BUCCI, M.P.D. O art. 209 da Constituição 20 anos depois. Estratégias do Poder Executivo para a efetivação da diretriz da qualidade da educação superior. In.: BINEJBONDE, G; SARMENTO, D.; SOUZA NETO, C.P. de. **Vinte anos da Constituição Federal de 1988.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

BUCCI, M.P.D. **Quadro de Referência de uma Política Pública:** primeiras linhas de uma visão jurídico-institucional. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico. Ano 2016, N. 122. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/maria-paula-dallari-bucci/quadro-de-referencia-de-uma-politicapublica-primeiras-linhas-de-uma-visao-juridico-institucional>. Acesso em 20 dez 2016.

BUCCI, M.P.D.; VILARINO, M.A. A ordenação federativa da Educação brasileira e seu impacto sobre a formação e o controle das políticas públicas educacionais. In: ABMP;

Todos pela Educação. (Org.). Justiça pela Qualidade na Educação. Iaed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 117-150

BURNS, N.; SCHLOZMAN; VERBA S. **The private roots of public action.** Gender, equality, and political participation. Harvard College 2001, p. 3.

CAIN, Bruce. E.; DALTON, Russell. J.; SCARROW, Susan (Orgs). E. **Democracy transformed?** Expanding political opportunities in advanced industrial democracies. New York: Oxford University Press, 2006.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (CNDE). **Encontro Nacional.** 2017. Disponível em: <http://campanha.org.br/quem-somos/encontro-nacional/>.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Caderno de Emendas.** Conferência Nacional de Educação – Etapas Estaduais. 43 f., 2009. Disponibilizado em mensagem de lista de discussão. Mensagem recebida por <campanha-conae@googlegroups.com> em 04 de novembro de 2009.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Nota à Sociedade Brasileira:** Leitura inicial do projeto do Executivo Federal para o PNE 2011-2020. 15 dez 2010. São Paulo, 15 dez. 2010a. Disponível em <http://campanha.org.br/plano-nacional-de-educacao/leitura-inicial-do-projeto-do-executivo-federal-para-o-pne-2011-2020/>. Acesso em 26 mai. 2017

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Página oficial.** Disponível em: www.campanha.org.br.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Lista de discussão virtual.** PNE PRA VALER!. Disponível na Internet. [pnepravalere@googlegroups.com]. Movimento da sociedade civil, coordenado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, para incidir no projeto de lei do próximo PNE. Acesso em 30 abr 2017.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Posicionamento Público:** A educação não pode esperar. 08 dez 2010b. Disponível em <http://fresce.campanaderechoeducacion.org/wp-content/uploads/2016/02/O69-I-BRA-A1-DP-Pos.1.pdf>. Acesso em 23 abr 2017.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Lista de discussão virtual.** CAMPANHA-CONAE. Disponível na Internet. [campanha-conae@googlegroups.com]. Objetivo: organizar a incidência dos ativistas da Campanha Nacional pelo Direito à Educação na Conae (Conferência Nacional de Educação). Acesso em 01 jul. 2017.

CARA, D. Campanha nacional pelo direito à educação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em <http://www.gestrado.net.br/pdf/70.pdf>. Acesso em 22 mar 2017

CARA, D. T. **Entrevista.** Entrevistadora: Fernanda Vick Soares de Sena. [julho 2017]. São Paulo, 2017. 1 arquivo Mp3 (2h 04m 28s).

CARDOSO JR, J. C. **Estado, planejamento, gestão e desenvolvimento.** Balanço da experiência brasileira e desafios no século XXI. Chile: Nações Unidas, 2014, p. 14-15.

Disponível em <http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/36635-estado-planejamento-gestao-desenvolvimento-balanco-experiencia-brasileira>.

CARREIRA, D.; PINTO, J. M. M R. **Custo aluno-qualidade inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo Direito à educação, 2007, p. 29-31.

CARVALHO FILHO, J. dos S. **Manual de direito administrativo**. 30. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016, p. 1002-1003.

CIEGLINSK, A. **Debate sobre PNE pode levar até um ano e meio no Congresso**. Agência Brasil, Brasília, 15 dez. 2010a. Notícia. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2010/12/15/debate-sobre-pne-pode-levar-ate-um-ano-e-meio-no-congresso.htm>. Acesso em 20 jun. 2017

CIEGLINSK, A. **Entidades pedem urgência para o Plano Nacional de Educação**. Agência Brasil, Brasília, 08 dez. 2010b. Notícia. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2010/12/08/entidades-pedem-divulgacao-rapida-do-novo-plano-nacional-de-educacao.htm>. Acesso em 20 jun. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). **Mais de 6 mil pessoas assinaram petição contra adiamento do PNE**. Brasília, 31 ago. 2012a. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/noticias/10734-mais-de-6-mil-pessoas-assinaram-peticao-contra-adiamento-do-pne.html>. Acesso em 02 abr. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO. **MEC adia divulgação do novo PNE**. Notícia veiculada em 29 nov 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.contee.org.br/noticias/educacao/nedu1886.asp>. Acesso em 23 jun. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO. **CONTEE apoia petição pública que solicita aos deputados que retirem suas assinaturas do recurso que pretende reiniciar o debate sobre o novo PNE (Plano Nacional de Educação) na Câmara dos Deputados, levando a votação do Projeto ao Plenário**. Notícia datada de 24/08/2012: Brasília, 2012. Disponível em <http://contee.org.br/contee2016/index.php/2012/08/pne-peticao-publica-pede-aos-deputados-que- retirem-assinatura-do-recurso-1622012/#.WVAkNtxhnrc>. Acesso em 12 jun. 2017

COUTINHO, D. R. Direito das políticas públicas. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de. (eds.) **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

CURY, C. R. J. **O Plano Nacional de Educação de 1936-1937**. *Educativa*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 422, 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18224/educ.v18i2.4556.g2594>. Acesso em 15 mai. 2017.

_____. **O Plano Nacional de Educação de 1936-1937**. *Educativa*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 396-424, jul./dez. 2015, p. 422. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18224/educ.v18i2.4556.g2594>. Acesso em 15 mai 2017.

_____. **Sistema nacional de educação.** Desafio para uma educação igualitária e federativa. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a12.pdf>. Acesso em 03 mar 2017.

DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania:** de que estamos falando? En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110

DAHL, R. A. **Um prefácio à teoria democrática.** Tradução de Ruy Jugmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo.** 29. ed. Rev. Atual. e Ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 881.

_____. **Participação popular na administração pública.** R. Dir. Adm, Rio de Janeiro, 191:26-39, jan/mar. 1993.

ECODEBATE. Site de informações, artigos e notícias socioambientais. **Nota à Sociedade Brasileira:** Leitura inicial do projeto do Executivo Federal para o PNE 2011-2020. Notícia. 16 dez. 2010. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2010/12/16/nota-a-sociedade-brasileira-leitura-inicial-do-projeto-do-executivo-federal-para-o-pne-2011-2020/>. Acesso em 22 jun 2017.

EICKELBERG, A. **Framing, fighting and “fraldas pintadas”:** the learnings and teachings of the Brazilian Campaign for the Right to Education. 2009. Dissertação (mestrado) – International School for Humanities and Social Sciences University of Amsterdam, Amsterdam.

EISENHARDT, K. **Building Theories from Case Study Research.** Academy of Management Review, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei complementar nº 1.010, de 01 de junho de 2007.** Dispõe sobre a criação da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo – RPPM. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2007/alteracao-lei.complementar-1010-01.06.2007.html>. Acesso em 20 out 2017.

FERNANDES, F. das C. **Entrevista realizada em 27/09/2010.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 1031-1058, jul.-set, 2010, p. 1033. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/19.pdf>. Acesso 16 dez 2016).

FERNANDES, F. S. **Planejamento educacional:** uma abordagem histórica. Rev. educ. PUC-Camp, 19 (1): 25-34, jan/abr, 2014, p. 30

FERRAZ JUNIOR, T. S. **Introdução ao estudo do direito:** técnica, decisão, dominação. 4.ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **1ª Nota à Sociedade Brasileira e ao Congresso Nacional.** Brasília, 29 de março de 2011. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/notas/Formatadas/1%20Nota%20Pblica.pdf>. Acesso em 17 abr. 2017.

FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. **Plano Nacional de Educação**: proposta da sociedade brasileira. In: CONGRESSO Nacional de Educação, 2, Belo Horizonte, 1997.

FRANCO, D. V. **Conferência Nacional de educação 2010**. Participação e representatividade em questão. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (213 f). 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1459/1/denisevieirafranco.pdf> Acesso em 18 mai. 2017.

_____. **Conferência Nacional de educação 2010**. Participação e representatividade em questão. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (213 f) Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1459/1/denisevieirafranco.pdf> Acesso em 18 mai. 2017.

FREIRE, A. L. Teoria das posições jurídicas de Wesley Newcomb Hohfeld. In.: CAMPILONGO, C.F.; GONZAGA, A. de A.; FREIRE, A. L. **Enciclopédia Jurídica Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. Disponível em <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/1/edicao-1/a-teoria-das-posicoes-juridicas-de-wesley-newcomb-hohfeld>. Acesso em 17 ago. 2017.

FUNG, A. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. **Participação e deliberação**. Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 173-174.

_____. **Varieties of participation in complex governance**. Public Administration Review, Vol. 66, special issue: Collaborative Public Management, December, 2006.

FUNG, A.; WRIGHT, E. O. Thinking About Empowered Participatory Governance. In FUNG, A.; WRIGHT, Eric Olin (eds). **Deepening Democracy: Institutional Innovation in Empowered Participatory Governance**. London: Verso, 2003.

GURZA LAVALLE, A. **Após a participação: nota introdutória**. Lua Nova, São Paulo, n. 84, 2011a, p. 14. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 dez 2016.

_____. Participação, (des)igualdade política e democracia. In.: MIGUEL, L. F. (org.). **Desigualdades e democracia: o debate da teoria política**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2016, pp. 175.

_____. Participação: valor, utilidade, efeitos e causas. In: PIRES, R. R. C. (Org). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. v. 7 – Diálogos para o desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2011b.

GURZA LAVALLE, A.; HOUTZAGER P. P.; CASTELLO, G. **Democracia, pluralização da representação e sociedade civil**. Lua Nova, São Paulo, 67, 2006.

GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E. **A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability**. Lua Nova, São Paulo, 84: 2011.

_____. Participação e controle social. In.: IVO, A. B. L. (coord). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**. 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013. Coleção Trabalho e Contemporaneidade.

_____. Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática. In: ISUNZA VERA, E.; GURZA LAVALLE, A. (coords). **La innovación democrática en América Latina**: tramas y nudos de la representación, la participación y el control social. 1.ed. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS); Xalapa: Universidad Veracruzana, Dirección General Editorial, 2010.

GURZA LAVALLE, A; BARONE, L.S. Conselhos, associações e desigualdades. In: ARRETCHE, Marta. **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. São Paulo: Unesp/CEM, 2015, p. 56-58.

GURZA LAVALLE, A.; SZWAKO, J. **Origens da política nacional de participação social**. Entrevista com Pedro Pontual. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 99, p. 91-104, July 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000200091&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 dez 2016.

HELD, D. **Modelos de democracia**. 3.ed. Tradução de María Hernandez Díaz (2007). Madrid: Alianza Editorial, 2012, p. 239.

HERMIDA, J. F. **O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172), de 9 de janeiro de 2001**. Educar, Curitiba, n. 27, p. 239-258, 2006. Editora UFPR. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/n27/a15n27.pdf>. Acesso em 12 mai 2017

HIRST, P. **Associative democracy**: new forms of economic and social governance. Boston: MIT Press, 1994

HORTA, J.S.B. A I Conferência Nacional de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores. In: GOMES, A. C. (Org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV; USF, 2000. p. 151/152.

HORTA, J. S. B. **Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1982.

INSTITUTO CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Estatuto. Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 04 de março de 2016**. Registrado no 8º registro civil das pessoas jurídicas de São Paulo/SP.

INSTITUTO CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Estatuto. Aprovado na Assembleia Geral de 15 de agosto de 2011**. Registrado no 8º registro civil das pessoas jurídicas de São Paulo/SP.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Financiamento da educação: necessidades e possibilidades. Comunicado IPEA nº 124, de dezembro de 2011**.

Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111214_comunicadoipea124.pdf. Acesso em 22 mar 2017.

ISUNZA VERA, E.; GURZA LAVALLE, A. **Arquitetura da participação e controles democráticos no Brasil e no México**. Novos Estudos CEBRAP, v. 92, p. 105-121, 2012.

JUSTEN FILHO, M. **Curso de direito administrativo**. 10.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 1200.

KUENZER, A.; CALANZAS, M. J. C.; GARCIA, W. **Planejamento e educação no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996 (Coleção Questões da nossa época; v. 21).

LABOISSIÈRE, P. **Lula diz que envia quarta-feira ao Congresso novo Plano Nacional de Educação**. Agência Brasil, Brasília, 13 dez. 2010. 10h53. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2010/12/13/lula-diz-que-envia-quarta-feira-ao-congresso-novo-plano-nacional-de-educacao.htm>. Acesso em 20 jun 2017.

MACPHERSON, C.B. **The life and times of liberal democracy**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

MANSBRIDGE, J. **Beyond Adversary Democracy**. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

MARQUES NETO, F. de A.; PALMA, J.B. de. Os sete impasses do controle na Administração pública no Brasil. In.: PEREZ, M. A.; SOUZA, R. P. **Controle da Administração Pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 26-27

MARTINS, P. de S. Fundeb, federalismo e regime de colaboração. In.: CUNHA, C. da; SOUSA, J. V. de; SILVA, M. A. da. (Orgs). **Coleção políticas públicas de educação**. 1.ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

_____. O financiamento da educação no PNE 2014-2024. In: GOMES, A. V. A.; BRITO, T. F. de. (Orgs). **Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2015. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/507684>. Acesso em 10 dez 2016

_____. O financiamento da educação no PNE 2014-2024. In: GOMES, A. V. A.; BRITO, T. F. de. (Orgs). **Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2015. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/507684>. Acesso em 10 dez 2016.

_____. O FUNDEB, federalismo e regime de colaboração. In.: CUNHA, C. da; SOUSA, J. V. de; SILVA, M. A. da. (Orgs). **Coleção Políticas Públicas de Educação**. Campinas: Autores associados, 2011, p. 33

MAZDA, E.; B., M. **Bicho de sete cabeças: para entender o financiamento da educação brasileira**. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, 2009, p. 26-29.

MEDAUAR, O. **Controle da administração pública**. 3.ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. **Direito administrativo moderno**. 19.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 442.

_____. **O direito administrativo em evolução**. 3.ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2017, p. 294-303.

MEDEIROS, P. H. R.; PEREIRA, J. M. **Controle social no Brasil**: confrontando a teoria, o discurso oficial e a legislação com a prática. Revista do TCU, ano 34, n. 98, out-dez 2003, p. 65. Disponível em <http://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/viewFile/701/761>. Acesso em 22 ago. 2017.

MELO, R. Teorias contemporâneas da democracia. In.: RAMOS, F. C.; MELO, E.; FRATESCHI, Y. **Manual de filosofia política**: para os cursos de teoria do estado, ciência política, filosofia e ciências sociais. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação**: territórios em disputa. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2014.

_____. Desigualdades inevitáveis e restrição da democracia no pensamento elitista. In.: MIGUEL, L. F. (org.). **Desigualdades e democracia: o debate da teoria política**. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2016a, p. 108

_____. O liberalismo e o desafio das desigualdades. In.: MIGUEL, L. F. (org.). **Desigualdades e democracia: o debate da teoria política**. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2016b, p. 40.

_____. Teoria democrática atual, esboço de mapeamento. BIB, São Paulo, n° 59, 1º semestre de 2005, pp. 5-42.

MONLEVADE, J. A. C. de. **Para entender o FUNDEB**. 1.ed. Ceilândia: Idéa, 2007, p. 11.

MOREIRA NETO D. de F. **Mutações do direito público**. São Paulo: Renovar, 2006, p. 280-281.

_____. **Novas mutações juspolíticas**. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 45.

_____. **Curso de Direito Administrativo**. 16.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 613.

_____. **Direito da participação política**: legislativa, administrativa e judicial. Fundamentos e técnicas constitucionais da democracia. Rio de Janeiro: Renovar, 1992a.

_____. **Teoria do poder. Sistema de direito político**. Estatuto juspolítico do poder. Parte I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992b.

NOHARA, I.P. **Direito administrativo**. 7.ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, D. A. et al. **Por um plano nacional de educação (2011-2020) como política de Estado**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a11>. Acesso em 25 mai 2017.

OLIVEIRA, D. A. **Das políticas de governo à política de Estado**: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011, p. 335. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a05.pdf>. Acesso em 25 mai 2017.

OLIVEIRA, G. H. J. de. **Participação administrativa**. A & C R. de Dir. Administrativo e Constitucional, Belo Horizonte, ano 5, n. 20, p. 167-194, abr./jun. 2005, p. 182-183.

_____. **Direito administrativo democrático**. 1.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

OLIVEIRA, O. P. de; RODRIGUES, M. BARONE, L. S.; VOIGT, J. **I seminário nacional de participação social, 26 a 28 de out. de 2011**. Relatório. CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Núcleo Democracia e Ação Coletiva (NDAC). Disponível em http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/i_sem_nacional_partic_social_relatorio_final.pdf>. Acesso em 06 mar 2017.

OLIVEIRA, R.C.F. de. **Curso de direito administrativo**. 3.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2015.

OSTROM, E. Institutional rational choice. In.: SABATIER, P.A. **Theories of the Policy Process**. California: Westview Press, 2007.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Trad. Luis Paulo Rouanet. São Paulo: Paz e terra, 1992 [1970].

_____. **Participatory democracy revisited**. American Political Science Association, Vol. 10, No. 1, March 2012.

PEREZ, M. A. **A Administração pública democrática**: institutos de participação popular na Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2009

PETINELLI, V. **Uma análise dos condicionantes da capacidade de influência das conferências de políticas públicas sobre os programas das respectivas políticas setoriais**: o caso da 1ª CAP, 1ª Concidades, 1ª CMA, 1ª CE, 1ª CPM e 1ª CPIR. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014. Orientadora: Cláudia Feres Faria.

PLOTKE, D. **Representation is democracy**. Constellations, v. 4, n. 1, 1997, pp. 19-34.

POGREBISNCHI, T. **Conferências nacionais e políticas públicas para grupos minoritários**. Brasília: Ipea, 2012. Texto para Discussão, n. 1741. Disponível em http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1741.pdf. Acesso em 15 abril 2015.

PRZEWORSKI, A. **Democracy and the limits of self-government**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

REPULHO, C. R. **PNE**: trajetória e situação atual. Apresentação disponibilizada em acervo. 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de 15 de outubro de 2013. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=1983>. Acesso em 23 jun 2017.

RODRIGUEZ, J. R.; PÜSCHEL, F. P.; MACHADO, M. R. de A. **Dogmática é conflito: uma visão crítica da racionalidade jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROMANO, R.; VALENTE, I. **PNE: plano nacional de educação ou carta de intenção?** Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 96-107. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 02 mai. 2017.

ROMAO, W. de M. Entre a sociedade civil e a sociedade política. In: AVRITIZER, L. **Critical: Participatory institutions in democratic Brazil**. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 87, p. 199-206, July 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200013. Acesso em 05 jan. 2017

ROSENTHAL, D. Direito das políticas públicas. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, C. A. P. e. (eds.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SABATIER, P. A. The need for better theories. In: _____. **Theories of the Policy Process**. California: Westview Press, 2007, pp. 3-20.

SANCHES, C. E. **Desafios do poder público municipal na garantia do acesso à pré-escola e na ampliação do acesso à creche na perspectiva da Emenda Constitucional nº 59/2009**. Insumos para o debate. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2010, p. 36-39.

SARTORI, G. **Teoria democrática revisitada: o debate contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994 [1987].

SAVIANI, D. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024)**. 5. ed., rev, atual. e ampl. Campinas: Autores Associados: 2016, p. 275-276

_____. **Florestan Fernandes e a educação**. Estudos Avançados 10 (26) 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v10n26/v10n26a13.pdf>. Acesso em 23 abr 2017

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Trad. Jose Diaz Garcia. México: Aguilar, 1952 [1946]. Primeira edição publicação em 1942.

SILVA, E. R. A. **Participação social e as conferências nacionais de políticas públicas: reflexões sobre os avanços e desafios no período de 2003-2006**. Brasília: Ipea, 2009. Texto para Discussão, n. 1378. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1550/1/TD_1378.pdf. Acesso em 12 jan 2017

SILVA, J. A. da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros. 2002.

SIMIÉLI, L. E. R. **Coalizões em educação no Brasil: A pluralização da sociedade civil na luta pela melhoria da educação pública**. Dissertação (mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo Orientador: Mario Aquino Alves. São Paulo, 2008. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2424>. Acesso em 02 fev 2017

SOUZA, C. H. L. de; CRUXEN, I. A.; LIMA, P. P. F.; ALENCAR, J. L. O.; RIBEIRO, U. C. Conferências típicas e atípicas: um esforço de caracterização do fenômeno político.

In.: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. (org.). **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades**. Brasília: Ipea, 2013.

SOUZA, C. H. L.; PIRES, R. **Conferências nacionais como interfaces socioestatais: seus usos e papéis na perspectiva de gestores federais**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 63, n. 4, out./dez. 2012.

SOUZA, C. H. L. de et. al. Conferências típicas e atípicas: um esforço de caracterização do fenômeno político. In.: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. (org.). **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades**. Brasília: Ipea, 2013.

SOUZA, C. H. L. de. A que vieram as conferências nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010, p. 57-58. In: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. de. (Orgs). **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades**. Brasília: Ipea, 2013.

SOUZA, C. H. L. de; PIRES, R. R. C. Conferências nacionais como interfaces socioestatais: seus usos e papéis na perspectiva de gestores federais. In: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. de. (Orgs). **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades**. Brasília: Ipea, 2013.

SUNDEFELD, C. A. **Direito administrativo para céticos**. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

SUZART, J. A. da S. **O impacto da desvinculação de receitas nos gastos com educação da União: uma análise entre os anos de 1994 a 2012**. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 49(4):869-887, jul./ago. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n4/0034-7612-49-04-00869.pdf>. Acesso em 01 mai. 2017.

TEIXEIRA, A. C. C. **Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)**. Campinas, 2013. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. (174f). Disponível em <http://pct.capes.gov.br/teses/2013/33003017039P0/TES.PDF>. Acesso em 14 jun 2016).

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Mantenedores e apoiadores**. 2017. Disponível em:

https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/mantenedores-e-apoiadores/?tid_lang=1. Acesso em 26 dez. 2017.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Plano Nacional de educação recebe número recorde de emendas**. Notícia. Educação. IG, São Paulo, 08 jun. 2011. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/plano-nacional-de-educacao-recebe-numero-recorde-de-emendas/n1597015231678.html>. Acesso em 18 jun 2017

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS – UNDIME. **Página oficial**. Notícia de 26 mar. 2010. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/custo-alunoqualidade-e-um-dos-principiais-temas-da-conae>. Acesso em 26 abr 2017.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS. **Campanha Nacional pelo Direito à Educação apresenta emendas ao PNE**. Notícia divulgada no portal eletrônico da entidade em 15 fev. 2011. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/campanha-nacional-pelo-direito-a-educacao-apresenta-emendas-ao-pne>. Acesso em 18 jun 2017

URIBE, G. **Plano de Educação buscará investir 7% do PIB, diz Lula**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 dez. 2010, 11h58min. Depoimento no programa semanal “Café com Presidente”. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,plano-de-educacao-buscará-investir-7-do-pib-diz-lula,653101>. Acesso em 26 jun 2017

VERBA, S.; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. **Voice and equality**. Civic voluntarism in American politics. London: Cambridge University Press, 1995.

VIDAL, D. G. **80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**: questões para debate. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013

VITALE, D. Democracia direta e poder local: a experiência brasileira do orçamento participativo. In.: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. **Participação e deliberação**. Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora 34, pp. 239-254; p. 240-242

WARREN, M. E. A second transformation of democracy?”. In CAIN, B. E.; DALTON, R. J.; SCARROW, S. E. (orgs.). **Democracy transformed? Expanding political opportunities in advanced industrial democracies**. Ney York, Oxford University Press, 2006.

_____. **What can democratic participation mean today?** Political Theory, Vol. 30, No. 5 Oct., 2002, pp. 677-701.

XAVIER, L. In.: BREU, A. A. de et al. (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

XAVIER, L.; CUNHA, L. A. In.: BREU, A. A. de et al. (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 02 mai 2017.

XIMENES, S. B. **Lei do piso salarial no STF**: debates sobre a valorização do magistério e o direito à educação. Em questão 7. São Paulo: Ação Educativa: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2011. Disponível em <http://www.direitoaeducacao.org.br/wp-content/uploads/2012/03/Em-quest%C3%A3o.pdf>. Acesso em 23 mai 2017

_____. **Padrão de qualidade do ensino**: desafios institucionais e bases para a construção de uma teoria jurídica. Tese de doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2014. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-22052015-090529/pt-br.php>. Acesso em 24 abr 2017

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DIRIGIDO À CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Sobre sua identidade, história de atuação, objetivos e estratégias de ação.

- 1) Como se define a Campanha Nacional pelo Direito à Educação?
- 2) Quando, porque e como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação se constituiu?

- 3) Quem são seus principais financiadores e patrocinadores?
- 4) Quais suas principais estratégias de ação? Poderia descrever algumas delas?
- 5) O levantamento de dados inicial deste trabalho encontrou muitas referências à intervenção da CNDE em processos participativos institucionalizados, como Conferências Nacionais, Audiências Públicas, no executivo e no legislativo sobre diversos temas na pauta da educação. Qual a relevância desses instrumentos para as estratégias de ação?
- 6) Que temas específicos, no âmbito da educação, compõem a pauta da CNDE?
- 7) Dentre os registros da intervenção da CNDE, constatou-se a presença no debate sobre o financiamento da educação pública. Poderia descrever as principais intervenções da CNDE neste tema, segundo suas estratégias de ação?

Sobre o processo da Conferência Nacional de Educação de 2010:

- 8) Quais eram os principais objetivos da CNDE ao participar do processo/debate da CONAE 2010?
- 9) Poderia incluir na sua descrição a atuação na Comissão Organizadora Nacional?
- 10) Um detalhe chama a atenção na composição da Comissão Organizadora da CONAE 2010: há quatro entidades que compõem o Comitê Diretivo da Campanha (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST – e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME) que tiveram assento em segmentos autônomos na Comissão. Poderia tecer considerações a este respeito?
- 11) Qual o interesse em integrar a Comissão de Dinâmica e Sistematização?

Segundo informações contidas no portal da CNDE, a entidade coordenou o eixo V (Financiamento e Controle Social) da CONAE 2010 e habilitou muitos delegados.

- 12) A Campanha dirigiu suas estratégias de intervenção a outros eixos temáticos?
- 13) Poderia descrever o impacto da presença desse número de delegados para o processo como um todo? E para o resultado da deliberação e aprovação do Documento Final?

- 14) Poderia discorrer brevemente sobre o que acha mais relevante acerca da intervenção da Campanha em todo o processo da CONAE 2010 para alcançar seus objetivos naquela esfera de participação?
- 15) Considera que os resultados da CONAE 2010, formalizados no documento final, acolheram os objetivos da Campanha?
- 16) O Fórum Nacional de Educação foi instituído no final do processo da CONAE 2010 (Portaria 1407, de 2010). Poderia descrever o processo de incubação desta iniciativa?
- 17) Que outros temas ligados ao controle social da política de educação podem ser reputados ao debate da CONAE, em sua opinião?

Sobre os resultados da Conferência Nacional de Educação de 2010:

A CONAE 2010 e o Poder Executivo: Projeto de Lei nº 8.035, de 2010

Quando enviou o Projeto de Lei do PNE ao Congresso, em 15 de dezembro de 2010, o Governo declarou que o PNE foi “*uma construção coletiva*”, ressaltando a referência à CONAE 2010. Contudo, alguns registros de importantes segmentos da sociedade civil representados na Conferência falam que o governo desrespeitou o resultado deste processo. Perguntas:

- 18) Em sua opinião, em relação ao seu conteúdo, o PL 8035/2010 pode ser considerado fruto do processo participativo da CONAE 2010?
- 19) Poderia descrever os pontos de divergências mais relevantes, na opinião da CNDE, entre o PL 8.035/2010 e a CONAE 2010, no âmbito dos temas do financiamento da educação pública e do controle social?
- 20) Entre esses pontos divergentes, quais são os mais ligados aos objetivos estratégicos da CNDE?

A CONAE 2010 e o processo legislativo do PNE

O PNE 2014/2024, aprovado pela Lei 13.005/2014, teve longa tramitação. Na Câmara dos Deputados, sofreu 2915 emendas na Comissão Especial, acrescidas de mais 449 emendas ao 1º substitutivo do Relator. No Senado Federal, sofreu importantes alterações nas três Comissões técnicas pelas quais passou, com centenas de emendas. Há

muitos registros da influência da Campanha no processo legislativo do PNE 2014/2024.

Perguntas:

- 21) Como se deu a incidência da Campanha no processo legislativo da Lei 13.005/2014? Em quais temas e metas mais atuou?
- 22) Poderia descrever as estratégias de atuação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal?
- 23) Quais foram os partidos ou os congressistas interlocutores?
- 24) Poderia descrever de forma sucinta o que levou esses interlocutores a corresponder às demandas da CNDE?
- 25) Quais pontos relevantes da Lei 13.005/2014 podem ser considerados influência da intervenção estratégica da Campanha?
- 26) O Fórum Nacional de Educação constou no projeto original do governo como articulador e coordenador das conferências nacionais, foi tema de diversas emendas apresentadas tanto na Comissão Especial quanto ao Substitutivo do Relator. Ao final, ganhou status de instância de monitoramento das metas do PNE (art. 5, inciso IV) e menção expressa na estratégia 20.08, relativa ao CAQ. Poderia descrever as tensões desse processo?
- 27) Que outros mecanismos da Lei 13.005/2014 podem se conectar ao tema do Controle social sobre as metas do PNE?
- 28) O Ministério da Educação publicou a Portaria nº 577, em abril de 2017, o que causou indignação em diversas entidades e movimentos que o integram, que o consideram dissolvido. Poderia descrever este episódio, suas tensões e impactos para o modelo de controle social tal qual desenhado no PNE e para pauta da Campanha?
- 29) Há algo que queira acrescentar sobre todo este processo de construção do PNE?

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM DANIEL TOJEIRA CARA

Entrevistado: **Daniel Tojeira Cara (D)**, mais conhecido como Daniel Cara, é Coordenador Nacional da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Integrou as Comissões Organizadoras da Conferência Nacional de Educação Básica (2008) e a Conferência Nacional de Educação de 2010 e 2014. Integrou o Fórum Nacional de Educação até junho de 2017. Homenageado em 2015 pela Câmara dos Deputados com o prêmio Darcy Ribeiro, dentre outros motivos, pela condução da incidência política da sociedade civil na tramitação do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010 – o Plano Nacional de Educação 2014/2024.

A entrevista foi realizada em 10 de julho de 2017, mediante gravação, com tempo de duração de 02 horas e 04 minutos. Arquivo em formato MP3.

Entrevistadora: Fernanda Vick Soares de Sena (F)

F.: Boa tarde, Daniel. Gostaria que você se apresentasse e de saber se autoriza esta gravação.

D.: Bom, em primeiro lugar autorizo a gravação. Meu nome é Daniel Cara. Sou Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e participei de todo o processo de construção do Plano Nacional de Educação, desde a Conferência Nacional de Educação Básica de 2008, passando pela Conferência Nacional de Educação de 2010 e pelas etapas preparatórias da Conferência Nacional de Educação de 2014. Infelizmente, a etapa nacional que estava agendada para fevereiro de 2014 foi adiada unilateralmente pelo Ministério da Educação. Ela ocorreu depois das eleições e, portanto, depois da aprovação e sanção da Lei 13.005/2014, que estabelece o PNE. Como se sabe, a lei foi sancionada em 25 de junho de 2014.

F.: Bom, você já teve acesso às perguntas. Elas fazem parte de um diálogo que já vínhamos travando há bastante tempo e [esta entrevista] seria para que fizéssemos esse registro. Então, gostaria que você começasse dizendo como a Campanha se estruturou, como ela se define, como foi o seu começo, quais eventos mobilizaram todos esses atores. Conte um pouco.

D.: A Campanha Nacional pelo direito à Educação surgiu em 1999. Ela é fruto de um processo de articulação internacional da sociedade civil para incidência no Programa “Educação Para todos”, da Unesco. Esse programa, que depois foi incorporado como uma meta nos ODMs [Objetivos de Desenvolvimento do Milênio], estabeleceu 6 metas para a

educação em 2000, que deveriam ser cumpridas por todos os países até 2015. A sociedade civil ao redor do mundo se preparava para incidir em Dakar, quando seriam estabelecidas essas 6 metas gerais para educação no mundo, que, como eu disse, venceriam o prazo em 2015. Alguns brasileiros faziam parte desse esforço. Estávamos entre eles, especialmente por meio da Ação Educativa, ONG que à época era liderada por Sérgio Haddad, um dos criadores, logo depois, do Fórum Social Mundial junto com Oded Grajew, talvez o “pai” do FSM e Chico Whitaker. Portanto, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação nasce em um ambiente de internacionalismo da sociedade civil. Aliás, fazendo um parêntese, mantivemos essa linha internacionalista, com muita revisão estratégica, pois fomos delegados oficiais na reunião de 2000, em Dakar, participando da delegação oficial brasileira do Governo FHC, e também da renovação e reedição deste tipo pacto, no Fórum Mundial de Educação em Incheon, na Coreia do Sul, quando foram determinadas as metas de 2015 para 2030 na forma da Agenda de Educação 2030 (ou Quadro de Ação para a Educação 2030), que vai orientar a implementação do ODS 4 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4), que prevê educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos até 2030.

Desse processo de articulação internacional, liderado por Kailash Satyarthi, laureado em 2014 com o Prêmio Nobel da Paz, nasce a Campanha Global pela Educação, sendo mobilizadora e criatura de diversas “campanhas” nacionais, entre elas a brasileira. Ou seja, uma articulação para incidência em um processo da Comunidade Internacional por um organismo da Organização das Nações Unidas, no caso, a Unesco, deu ensejo para surgir um espaço global de incidência e pressão da sociedade civil. Para ficar claro, fomos fundadores da Campanha Global pela Educação e surgimos ao mesmo tempo que ela, junto com Moçambique, Peru e outros países do Sul, além de países do Norte, como Reino Unido.

A princípio, a ideia das campanhas era articular ONGs e sindicatos em defesa e promoção do direito à educação. Mas no Brasil foi diferente. A partir de 2003, nós decidimos ir por um caminho diferente dos outros países no mundo, um caminho de articulação de entidades para além do binômio “organizações da sociedade civil e sindicatos”, que é o que acontece nos outros países. Aproveitando a densidade societária que existia e ainda existe aqui, envolvemos movimentos sociais, como MST, envolvemos gestores, conselheiros de educação, além das ONGs e dos sindicatos.

A nossa Campanha tem, portanto, uma abrangência maior do que acontece nos outros países. Nossa trajetória de incidência política começa no FUNDEB, na época da coordenação da Denise Carreira.

Para rememorar, a Campanha começa sua história com a coordenação do Sérgio Haddad, da Ação Educativa e a secretaria-executiva da Camila Croso. Depois entra um período confuso, pois a Ação Educativa é coordenadora, e a Camila é a pessoa na Ação Educativa designada para exercer a coordenação da Campanha. É um período de baixa densidade política, muitas reuniões frustrantes com Cristovam Buarque, hoje senador e Ministro da Educação na época. Em 2003 ingressa a Denise Carreira, que é a primeira coordenadora com esse patamar de reconhecimento e legitimidade, e ela começa a incidência no FUNDEB, a construção real do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi); a Camila até faz as primeiras atividades prévias para construção do CAQi, mas isso tem um grande desenvolvimento na gestão da Denise. Eu assumo em 2006, já no final da tramitação do FUNDEB como Emenda à Constituição, a EC 53, de 2006, e depois já tenho uma atuação plena na Medida Provisória 339 que regulamenta o FUNDEB, convertida na lei 11.494, de 2007.

Então, a Campanha também tem essa diferença no Brasil, porque ela atua na perspectiva de incidência política perante às autoridades. Essa foi a demanda, quando se deu minha contratação, segundo o processo seletivo que participei.

F.: Você poderia comentar brevemente sobre este começo, acerca de algumas referências também ao início de uma articulação em torno dos vetos do PNE de 2001?

D.: Ah, sim. O que acontece é que quando começa a Campanha, ela procura uma agenda e ela não consegue ter uma agenda, ainda na gestão da Camila. Na busca por essa agenda nacional, a Campanha decide engrossar o coro junto ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que a partir de 2003 é desconstituído. O FNDEP é uma articulação sindical e acadêmica, em termos da sua hegemonia, e quando Lula é eleito Presidente da República, se desconstrói. Se desconstrói porque começa a existir conflito de ordem partidária. Na época, todos estavam dentro do PT, mas os movimentos mais à esquerda, que depois fundam o PSOL, começam a considerar que o governo se equivocava. Nesse momento, existe um rompimento do FNDEP, especialmente por atores majoritariamente do PSOL, após sua fundação, mas também alguns do PSTU, que muitos anos antes tinham abandonado o PT.

A Campanha entra neste esforço, em que o FNDEP é o principal ator, que é a luta pela derrubada dos vetos apostos ao PNE. Descobrimos, nesse momento, a litigância

estratégia e a justiciabilidade. E nisso há uma coisa que é exclusiva da Campanha na área da educação, ainda na gestão da Denise Carreira, que é uma ADPF, que a Campanha faz contra a inaplicabilidade plena da Lei do Fundef. Até hoje tramita esta ação; então, essas são as duas primeiras grandes ações da Campanha, ambas perante o STF, e a gente percebeu que pautas negativas são necessárias, mas, em geral, elas não coadunam muitas forças políticas.

E foi com esse aprendizado que se dá o nosso ingresso na luta pelo FUNDEB. A minha participação nesses eventos foi crescente: eu militava na Campanha, desde 2003, a partir do Comitê São Paulo. Nessa época, então, eu já tinha algum contato com esse processo. Passei por processo seletivo e ingressei na Campanha em junho de 2006.

F.: Poderia esclarecer qual é, atualmente, a composição e organização da CNDE?

D.: A Campanha tem algumas esferas. Tem o Encontro Nacional (que antes chamávamos de Assembleia, mas não tem o caráter de assembleia e mudamos), que determina as pautas gerais da Campanha; [o encontro] envolve representantes delegados de toda a rede; temos o Comitê Diretivo Nacional, que é aquele que se pronuncia diante de questões de conjuntura, a partir do foco, das estratégias determinadas pelo Encontro Nacional; temos uma coordenação geral, que tem a responsabilidade de fazer a articulação da rede, propor questões, tanto para o Encontro Nacional, quanto para o Comitê Diretivo, além de administrar o cotidiano da campanha, representar politicamente, ser a porta voz. Por que a Coordenação Nacional é importante? A Coordenação Geral? Porque, por exemplo, numa questão como a decisão da Lei do Piso (em que a UNDIME era contra e a CNTE era favorável), a Campanha tem que ser a afirmação não de um consenso, porque esse consenso é impossível de ser alcançado, mas de uma vontade geral bem rousseauiana, a partir dos princípios da Campanha e da busca do bem comum. A Coordenação Nacional é a representante, a voz pública da campanha, e é a representante dessa vontade geral, em relação às questões educacionais. Além disso, temos os Comitês Regionais, em 24 estados do país, agora a gente vai ter o 25º, vai ficar faltando Acre e Rondônia, então estamos praticamente em todo o território nacional, em todas as regiões, já.

Agora, vale lembrar, a Coordenação é a guardiã e promotora da vontade geral, mas parte significativa da legitimidade vem do Comitê Diretivo. Hoje, ele é composto por Ação Educativa, que foi a fundadora da Campanha, chegou a coordenar, mas desde 2006, quando eu entrei, a Campanha tem autonomia crescente, até termos personalidade jurídica em 2011 – ActionAid Brasil, Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da

Educação (Fineduca), Centro de Cultura Luiz Freire, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA-CE), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O Ibase já fez parte, bem como outras organizações. Devemos convidar mais uma entidade e compor 12 membros, com a coordenação sendo o voto de minerva.

F.: Sendo uma rede, em termos jurídicos, como se dá a sua atuação? É uma organização constituída juridicamente?

D.: Nós temos a constituição Instituto Campanha. Foi feita em 2011 que no seu estatuto é uma associação, sem fins lucrativos, que se responsabiliza por ser o braço jurídico e administrativo da Campanha, mas não é o braço político da Campanha. Então, a Diretoria do Instituto Campanha tem um mandato dado pelos membros da campanha. Outros países têm outras composições, que seriam muito mais confortáveis para nós. Eles permitem, juridicamente, a afirmação de uma rede. No Brasil, isso é impossibilitado pelo código civil, segundo nossa assessoria jurídica. Então, a alternativa foi estabelecer uma associação, que é uma associação de amigos da Campanha, na prática. É uma associação legitimada pela rede para gerenciar as questões administrativas, o patrimônio e também responder juridicamente, caso haja algum questionamento sobre alguma ação da Campanha.

F.: Ok. Quem são seus principais financiadores e patrocinadores, em relação à CNDE?

D.: Agora, nós temos apenas um financiador institucional, o Instituto C&A, que já anunciou sua saída da pauta da educação. Vamos perdê-los também. Ocorre que fomos sempre os principais críticos ao lulismo na educação. Vencemos Lula e Dilma todas as vezes que disputamos no Congresso Nacional. Naquela época, o investimento social privado admirava nosso trabalho, feito com base em princípios. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação foi fundada no dia 05 de outubro de 1999, na Central do Brasil, em alusão ao filme do Walter Sales, dia da Promulgação da Constituição Federal de 1988, a nossa Constituição Cidadã, e Dia Internacional das Professoras e dos Professores. Então, é a Carta Magna e a valorização docente nossa origem, e o lulismo esteve aquém nessas duas pautas. Porém, os tempos são outros e o governo atual é a própria representação do empresariado. Perdemos apoio ou os apoiadores impossibilitaram uma parceria conosco,

por apoiar medidas desse governo. Além disso, o Palácio do Planalto e o Ministério da Educação nos perseguem. Denunciamos o governo Temer na ONU e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Estive com Gordon Brown na Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro do ano passado (2016), e conseguimos um posicionamento dos relatores Philip Alston (relator especial da ONU para Extrema Pobreza e Direitos Humanos) e Koumbou Boly Barry (relatora especial para o Direito Humano à Educação) contra o Novo Regime Fiscal, que tramitou na forma da PEC 241 na Câmara dos Deputados, da PEC 55 no Senado Federal, e foi promulgado como Emenda à Constituição 95/2016. Esse teto dos gastos públicos federais é uma catástrofe. Depois conseguimos o questionamento ao “Escola sem Partido” dos relatores da ONU para Liberdade de Expressão, David Kaye, de Liberdade Religiosa, Ahmed Shaheed, e novamente da Boly. Isso causou a indignação dos movimentos ultraconservadores, que apoiam Temer, e do MBL (Movimento Brasil Livre), que apoia Dória, e viu o prefeito recuar de vez na demissão do Alexandre Schneider, Secretário de Educação do Temer e que estava sendo perseguido pelos apoiadores fanáticos do MBL. Recebi ameaças, algumas sérias, fomos acusados de ideologização de crianças, sexualização de crianças, mas passou. Eu sou um católico que defende o Estado laico, a discriminação do aborto, a pauta LGBT, etc., mas sou católico, então, eu sofri. Lutamos contra a exploração de crianças e adolescentes, atuamos contra toda forma de violência, sofri mesmo. Porém, com isso tudo, ficamos ainda mais distantes do investimento social privado, que além de tudo, tem uma pauta de educação que discordamos. Ou seja, por conta desse momento muito difícil que nós estamos no Brasil, que é a soma de uma crise política, de uma crise econômica e de uma crise social que se retroalimentam, não sei qual será nosso futuro. Assim, nós temos hoje um financiador institucional, o Instituto C&A. No passado, especialmente no momento em que a gente teve maior apoio, que foi exatamente na tramitação do PNE, nós tínhamos o FRESCE, que é um fundo de financiamento da atuação da sociedade civil ancorado pela cooperação espanhola, ou melhor, pela cooperação internacional espanhola, por meio da organização “Ayuda en Acción” (Ajuda em Ação). Nós tínhamos a *Action Aid*, porque ela, embora esteja no Comitê Diretivo, quase não financia mais, também devido às crises. Mas estamos buscando alternativas, pois a equipe brasileira da Action Aid sabe da nossa importância. Ainda assim, hoje, eles financiam pouco. E sobrevivemos com pequenos projetos. Ai, entra a CESE (Coordenadoria ecumênica de Serviços), sediada na Bahia, também é um braço ecumênico articulado com a cooperação internacional, Unesco e o Unicef, quando conseguem arrumar uma forma de

não criar susceptibilidades com o governo Temer. Tenho falado para nossa militância que podemos perder o escritório, podemos perder a remuneração da equipe de coordenação, mas a Campanha não acaba, nem que eu vire motorista de aplicativo. Não é pela grana, pelo financiamento, que eles vão tirar nosso ímpeto e diminuir nossa ação. Claro, vai abalar, mas vamos permanecer firmes.

Sobre o investimento social privado, vale um esclarecimento. Em um curto momento, nós tivemos o Instituto Unibanco e Instituto Natura como financiadores. O Ricardo Henriques, superintendente do IU, gostaria de manter o apoio. Mas ele financiou e apoiou na imprensa a Reforma do Ensino Médio. Nós colaboramos com os estudantes que ocuparam escolas, respeitando o protagonismo deles, e eu fui a principal voz de resistência à MP, falando nas poucas audiências públicas que ocorreram na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, participando do “Entre Aspas”, na GloboNews, e de outros programas, dando entrevistas para a RecordNews, para a TV Brasil, falando na CBN, para os grandes jornais. Não é correto aceitar o apoio financeiro de quem traiu uma regra de ouro no debate educacional e das políticas públicas. Em geral: não se faz Reforma, especialmente de organização curricular, com Medida Provisória. Muito menos com o conteúdo inaceitável dessa Reforma. Já o Instituto Natura, com o David Saad, virou uma instituição impossível de dialogar e de aceitar recursos, pois ele tem colaborado com processos graves de privatização, desrespeitando o princípio constitucional da gestão democrática, inscrito no inciso VI do art. 206 da Constituição Federal, fazendo uso abusivo do poder econômico do grupo. Ademais, como a gente exige autonomia plena nas nossas ações perante os nossos financiadores, acabou existindo conflito com o Instituto Natura, e... bem, os projetos não foram renovados, devido às nossas exigências de princípios. Eles não deixariam de apoiar as medidas do governo, das quais são coautores. E nós exigíamos que eles recuassem de sua posição. Ficou insustentável. Para nossa ação, na África lusófona, nós criamos, em 2016, a Rede Lusófona pelo Direito à Educação, a ReLus, depois de termos participado da Campanha Global pela Educação, em 1999, e da Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação, em 2005. Nós contamos com o apoio da Unesco do Brasil e, principalmente, da Open Society Foundation, que é uma organização vinculada ao George Soros. Porém, embora a Open Society tenha sempre respeitado a autonomia programática da Campanha, hoje eles consideram que o trabalho com a África Lusófona é infrutífero. Uma pena.

F.: Então agora a gente pode falar um pouco sobre as principais estratégias de atuação da CNDE. Especialmente, gostaria que você descrevesse essa estratégia da incidência política, a pressão sobre autoridades e a incidência sobre políticas públicas.

D.: Então, nós temos algumas estratégias que se retroalimentam, mas algumas são mais evidentes que outras. A primeira estratégia é a articulação social e institucional, que é a própria composição, o próprio modo de ser da Campanha, que é uma rede de várias organizações e pessoas. Antes, a gente tinha até como princípio a ideia de que a Campanha deveria ser uma coalizão exclusiva de organizações e movimentos, mas foi ficando cada vez mais evidente que isso significaria perder a potência de uma série de atores que não atuam dentro de organizações específicas, mas atuam em prol das políticas educacionais, como professores acadêmicos, pesquisadores, ativistas, que já estão aposentados e que optam por ter uma atuação individual. Então, a Campanha também abarca essa articulação institucional, social e política, envolvendo organizações, movimentos e pessoas, os cidadãos e as cidadãs. Outra estratégia é a mobilização social: não basta só realizar a articulação social e institucional, é preciso envolver um grande número de atores em torno das pautas. As principais ações de mobilização social são a “Semana de Ação Mundial”, que nesse momento, nesse período de vigência do Plano Nacional de Educação 2014-2024, no marco do PNE, se dedica à avaliação do cumprimento do plano, mas que no passado tinha um tema, que seguia a pauta internacional ou não, porque a ideia da Semana de Ação Mundial da Campanha Global é mobilizar por uma semana todo o mundo em torno da educação e, obviamente, não necessariamente essa semana no mundo tem a ver com nossa pauta nacional, então, avaliávamos se seguíamos ou não a SAM. Então, de vez em quando, a gente fazia SAM, mas com uma pauta local que era mais importante. Então, além da articulação e da mobilização social nós temos a comunicação. Ai, a comunicação é trabalhada não como um meio apenas, mas também como uma atividade finalística da Campanha, que é fazer chegar nossa posição para o maior número de pessoas possível, que é ocupar a agenda pública, ocupar a opinião pública. Nisso a gente é muito bem-sucedido, considerando que somos uma rede que tem uma pauta de enfrentamento, muitas vezes, dos governos, da posição dos empresários na área de educação. Diante do nosso discurso e da nossa estrutura, é impressionante nossa presença na imprensa, que é grande e bastante relevante.

A produção de conhecimento é uma fornecedora de insumos técnicos. Nós temos bem desenvolvida essa estratégia que fornece insumos para as demais estratégias. Então é uma estratégia importante, porque toda a nossa posição pública, toda nossa articulação, toda nossa mobilização social, tudo... tudo o que fazemos é feito de forma programática: a gente reúne argumentos técnicos e estudos para poder levar uma posição qualificada à sociedade e aos agentes do Estado. Honestamente, minha obsessão é que nossos

argumentos sejam sempre melhores do que os dos demais atores, isso abre espaço na imprensa, permite nossa participação nos debates parlamentares, enfim, temos que ser os melhores no debate, os mais bem preparados.

Isso tudo alimenta a estratégia da pressão sobre autoridades, que é a nossa ação estratégica mais reconhecida, mas ela é quase um ponto de chegada, ou seja, ela é muito mais, dentro de uma linha de produção, uma estratégia que é alimentada pelas demais estratégias. Nós nos fortalecemos ocupando espaços em Brasília, considerando o nosso trabalho nacional, graças à nossa garra, mas ela só tem muito sucesso quando acompanhada das outras estratégias. Claro que os Comitês Regionais pressionam as Assembleias Legislativas, o Poder Judiciário estadual... É evidente que no municipal, nas Câmaras de Vereadores, prefeituras e governos estaduais, os Comitês Regionais atuam. Mas na pressão sobre as autoridades a atuação mais concreta é em Brasília. Aliás, o que é importante frisar é que nossa pressão sobre autoridades está menos calcada na ocupação de espaços, que é imprescindível, mas está mais calcada na soma da ocupação de espaços e agilidade de posicionamentos. Por quê? Porque eu não tenho recursos suficientes para estar sempre ocupando os espaços em Brasília, então, eu tenho que ser mais ágil do que o governo, para ditar o ritmo, determinar a velocidade do jogo. Então é muito mais uma situação de ditar o ritmo do jogo, com argumentos técnicos e penetração na imprensa, do que ocupar os espaços de disputa. E, por último, a exigibilidade ou justiciabilidade, que é uma ação que a gente só usa quando é necessário, que é exigir perante o sistema judiciário o cumprimento das leis e das normas, ou o bom senso em relação às normas que o governo edita (como, por exemplo, agora, a revogação do calendário da CONAE e a desconstrução do FNE). Então, a gente reúne essas seis estratégias, mas elas se retroalimentam: uma dá legitimidade e fornece insumos para as outras. Então, acaba que elas se tornam muito naturais.

F.: Sim. Bom, dentro ainda dessas estratégias, chama a atenção, nos registros que existem sobre a Campanha, inclusive em alguns trabalhos acadêmicos, a intervenção da Campanha em processos participativos institucionalizados, como Conferências Nacionais e Audiências Públicas, no Executivo e no Legislativo, sobre diversos temas na pauta de educação. Qual a relevância destes instrumentos para as suas estratégias de ação? A partir de quando começaram a ser utilizados?

D.: A Campanha sempre fez uso desses instrumentos. É uma coisa muito natural para a Campanha. É praticamente constituinte da Campanha a ocupação dos espaços, procurando sempre dar o ritmo de tramitação, a linha da argumentação. Teve um grande

salto na gestão da Denise Carreira e eu dou continuidade a isso, como coordenador (quem deve liderar a pauta é a equipe profissionalizada). Ou seja, a Coordenação da Campanha determina muito o caráter da Campanha. Quando eu vim, o principal motivo da minha seleção – e eu sempre gosto de dizer que participei de um processo seletivo e, então, imagino que tenha sido este o principal motivo da minha contratação – era conseguir ocupar melhor os espaços em Brasília. Então, as Audiências Públicas e as Conferências servem como estratégia de legitimação, de exposição e legitimação das nossas pautas perante atores decisórios. Em cada audiência, o meu objetivo é dar a linha, a chave interpretativa e a agenda do tema debatido.

Eu acredito muito numa dualidade conceitual do Habermas, que ela é acertada, na minha opinião: a ideia de público fraco e público forte (ela advém do conceito, na minha análise, embora não seja explícito em Habermas, do conceito do Gramsci, de sociedade civil, como esfera de persuasão, e sociedade política, como esfera de coerção). Para Gramsci é claro: o Estado seria a soma da sociedade civil com a sociedade política, num regime democrático, precisa ser persuasivo e é coercitivo. Ele tem que convencer a sociedade – persuadir – e, ao mesmo tempo, ele tem que exercer o poder de coerção, quando ele precisa fazer valer uma medida. Ou ele toma uma decisão, que é uma decisão que precisa ser implementada. É claro que a sociedade civil e sociedade política são estratégias de ação na esfera pública para o Gramsci, considerando o aparato estatal. Mas o Habermas faz bem a simplificação dessa dicotomia, talvez não uma dicotomia, mas um binômio, quando ele fala de público forte e público fraco. É óbvio: a Campanha é parte do público fraco, ela tem que convencer o Poder Público a tomar atitudes, a cumprir com seu dever. O nosso objetivo é exigir a universalização do direito a educação, usando todas as ferramentas legais e éticas disponíveis. Isso significa que exigimos a universalização do acesso e da qualidade da educação. Nesse sentido, a gente vai para esses espaços de interação com o Estado para legitimar e realizar nossa ação. Agora, não são nesses espaços públicos que se tomam todas as decisões. É ingênuo pensar que a partir do momento que você convence alguém numa audiência pública a situação está resolvida. Você tem que convencer na audiência pública e você tem que manter pressão para que aquela proposta, que foi debatida na audiência pública, seja levada a cabo em termos de ser incorporada numa lei, de ser parte de uma decisão. E aí, para isso, você precisa ter mobilização social, você precisa ter imprensa dizendo que aquilo faz sentido, você precisa ter articulação institucional (muitas vozes falando a mesma coisa, mas de modos diferentes), você precisa ter uma forte argumentação técnica, porque o governo vai divergir da sua posição

(especialmente na questão da meta 20, como você está estudando). Nós não temos emendas parlamentares, nós não temos poder sobre o sistema eleitoral, nós não praticamos e nem coadunamos com *dirty politics*, então precisamos ser os melhores no embate de ideias para acumular força, reunir gente e vencer no embate de ideias. Assim, nosso trabalho é um trabalho de persuasão, mas que utiliza e ocupa estrategicamente espaços institucionais como mais uma esfera de ação, com a consciência de que não é aquela a esfera suficiente e decisiva para a tomada de decisão. Ou seja, participamos das audiências e das Conferências sabendo do limite delas, mas é a nossa chance e nos agarramos a ela, pois é nosso espaço de interação com os decisores. Além disso, sabemos que não existe apenas uma esfera decisiva, são várias... tem que conseguir atuar em diversas frentes para atingir um objetivo, em termos da incorporação de uma tese dentro de uma lei, por exemplo. E estamos conseguindo. É suado, é sofrido, mas é o caminho. E como nossa atuação é boa, quase todas as vezes, somos chamados para discutir soluções, apoiar a redação de emendas, de trechos da lei. Somos ouvidos pelos parlamentares, pelo MEC, pelo STF, com uma diferença, seguimos a linha da Hannah Arendt: a boa política se faz em público. Assim, se vou para uma reunião com um relator de uma matéria, comunicamos a reunião, informamos a agenda e, depois, divulgamos o que saiu. Nós acreditamos que é possível fazer política como o Brasil tricampeão em 1970, o Barcelona do Guardiola e o Corinthians do Tite fizeram: é possível ganhar jogando bonito e limpo. Verdade seja dita: o Corinthians do Tite, em 2012, parte de 2013 e 2015, jogou de forma mais suada, disciplinada e limpa do que qualquer outra coisa. Esses times se parecem mais conosco. <risos>

F.: Bom, eu ia te perguntar sobre a pauta e acho que você falou disso nos objetivos da Campanha. Poderíamos resumir esta pergunta: quais são os principais objetivos da Campanha e quais são os temas mais recorrentes nesta pauta de incidência?

D.: Ah, isso muda, né!?!>

A Campanha é consuetudinária. É uma rede extremamente unida e ela não tem uma Carta de Princípios e todo mundo de fora acha isso um absurdo. A questão concreta é que se tivesse uma Carta de Princípios ela adquiriria um grau institucional que praticamente tensionaria a presença de alguns atores dentro da rede da Campanha. Não é simples fazer trabalhar no mesmo sentido, afirmando uma vontade geral rousseauniana com o MST, a UNDIME e a CNTE, por exemplo, ou a UNCME, ou as ONGs do campo da Abong (dentro das ONGs do campo Abong existem divergências: Ação Educativa, CEDECA Ceará), etc. Não é fácil colocar todo esse grupo junto com a Fundação Abrinq, que pensa

muito diferente e que não compõe o campo Abong, muito menos do MST. A Fineduca é uma entidade acadêmica, preciosista. Enfim, a vida não é fácil, mas tem dado certo.

Então, na verdade, eu costumo dizer que a gente é consuetudinário, a gente toma uma posição e essa posição é válida até ser revogada. O que acontece? Em 2004, num Encontro Nacional, que na época ainda tinha a nomenclatura de Assembleia, foi decidido que a Campanha iria ingressar no debate do FUNDEB. A Ação no STF de questionamento à lei do Fundef, do descumprimento da Lei do Fundef, não avança de fato, porque ela ia significar uma dívida de bilhões de reais da União, perante Estados e Municípios e não tem instrumento econômico para fazer valer a sentença e, corajosamente, a gente decidiu construir um bom FUNDEB. Eu era do Comitê São Paulo e participei da construção dessa agenda. E aí, todo o foco da Campanha foi para a construção do FUNDEB. Quando a gente aprovou o FUNDEB, foi uma festa. Vencemos Lula, o Lula (!) tanto na Emenda à Constituição 53/2006, quanto na Lei de regulamentação, a Lei 11.494/2007. Claro, vencido, o Governo Lula afirmou que o Fundeb emanava dele, parlamentares seguiram a posição do Planalto, mas veja, em 31/10/2007, na noite em que a gente ganhou o prêmio Darcy Ribeiro por nossa incidência no Fundeb, naquela solenidade de recebimento do prêmio Darcy Ribeiro, nós decidimos e anunciamos que nosso foco seria atuar no Plano Nacional de Educação 2011-2020, que pelo rito de tramitação foi aprovado com atraso e virou 2014-2024. Deliberamos e anunciamos isso na solenidade! E dissemos que utilizaríamos as Conferências para poder legitimar nossa posição na construção do novo PNE, haja vista que o Plano em vigor, naquele momento, o PNE 2001-2010, não estava sendo cumprido, e dissemos que nós iríamos incluir o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) no PNE, já que não ele não tinha incluído no FUNDEB. E esse foi nosso foco. Isso é ser, de certo modo, consuetudinário, pois depois de determinado esse caminho e uma forma de trilhar esse caminho, caminhamos com sucesso. Agora, foi uma briga tremenda, porque as entidades divergiam, tive que sentar com cada uma delas, ouvir, levar abertamente as questões, construir a confiança, e essa é uma questão fundamental: confiança. Enfim, uns confiam no compromisso dos outros e, assim, progredimos, não sem conflitos, traumas, mágoas, ressentimentos. Mas sabemos que unidos, mesmo sem uma Carta de Princípios, somos mais fortes e, sabemos: quando uma Carta de Princípios for necessária, escreveremos uma, pautada também pela vontade geral, inscrevendo objetivamente que defendemos o direito à educação pública, laica, gratuita, inclusiva, estatal e qualidade para todos e todas, além da defesa incondicional do uso do recurso público exclusivamente para a educação pública com minucioso controle social.

Enfim, assim, toda a nossa ação, tudo o que a gente fez, tinha como foco o PNE, mesmo quando entramos em pautas aparentemente diferentes, que parecem que são pautas que desfocam, como a nossa incidência na Lei do Piso, a incidência na Emenda Constitucional 59/2009, nossa luta a favor da Lei das Cotas, a nossa atuação na Lei dos Royalties, etc. Na verdade, tudo estava vinculado a garantir um Plano Nacional de Educação pra valer, tanto é que o movimento que a gente cria, para incidir no PNE, é o movimento “PNE pra Valer!”, que é um movimento que ainda está em curso, porque o PNE, agora, está em vigência, então não faz sentido desmobilizar o movimento. Então, toda nossa atuação se dá nessa frente da incidência sobre o PNE, a partir de uma decisão muito debatida de 2007, anunciada na solenidade que nos premiava pela incidência no Fundeb. Qual é o ponto? O ponto é que a Campanha, ao longo de sua trajetória, especialmente quando constrói o CAQi, ela busca um financiamento adequado da política de educação. E a gente considera que esse é o grande fator de desmobilização e de inviabilidade do capítulo da Constituição Federal na área de educação; ou seja, falta, e falta muito, recurso. O fato de não haver um financiamento adequado de educação coíbe e, na prática, inviabiliza, o cumprimento concreto da Carta Magna, especialmente no capítulo da Educação, que nós consideramos um capítulo bom. A gente tem essa análise e julgamento até por conta da nossa incidência internacional, que é muito forte, e também vale lembrar a incidência internacional, toda a energia dispendida lá fora, tem que buscar um foco nacional, pois nossa incidência internacional só serve para alimentar a incidência nacional, que busca o cumprimento da Constituição, e quando olhamos nossa Constituição e a Constituição dos outros países... sabemos que estamos em situação melhor. Enfim, já que eu abri esses parêntesis, a gente não acredita no espaço internacional como uma esfera de incidência em si enquanto não houver uma democracia global, em que cada país representa um voto nos processos de tomada de decisão mundiais, como defende David Held, que é um pesquisador que para nós é importante na nossa incidência internacional. Portanto, a gente sempre vai usar o mundo, os organismos internacionais e os mecanismos internacionais como espaço de constrangimento dos governos nacionais brasileiros que descumprem a Constituição, e agora governo do Temer, que pior do que descumpri-la, a ataca. Então, vendo o que acontece nos outros lugares do mundo, o que a gente percebe é que as nossas leis nacionais são boas e a gente inclusive consegue fazer elas avançarem mais. Agora, é preciso ter o combustível para o cumprimento da política: o combustível para o cumprimento da política é o orçamento, não tem outra alternativa, e nisso nossas leis ainda estão aquém, e o pouco que tem está sendo desconstruído. Então, essa ideia

absurda, originada no Paulo Renato (ele até fez isso de propósito...), que coloca que o problema é de gestão e não é de recursos, é exatamente para evitar que se enfrente o debate sobre financiamento, porque se for para resolver a dívida histórica do Brasil com a área de educação, de fato, será necessário dispendar até mais do que 10% do PIB por um bom período de tempo para a Educação Nacional.

F.: Bom, você já acabou se adiantando um pouco. A próxima pergunta seria sobre estes registros da incidência da Campanha sobre o financiamento da educação, desde a tramitação da EC 53, que instituiu o FUNDEB, em especial essa da tramitação legislativa do PNE que está vigente, neste momento. Se há algo ainda neste tema que você poderia descrever, como foram as principais intervenções da Campanha neste tema, segundo suas estratégias de ação? Como a Campanha se articulou para exercer pressão sobre autoridade de uma forma geral, nesses processos?

D.: Bom, como eu disse um pouco antes, se a gente fosse um time de futebol, a Campanha se utilizaria da tática do Tite... - não é à toa, sou corintiano - que é a tática da intensidade, com disciplina e organização. O que acontece? O governo tem o poder absoluto: ele tem orçamento, ele tem discricionariedade, ele tem capacidade de fazer valer suas posições, ele tem emendas parlamentares, que ele pode utilizar como instrumento de negociação, e utilizou para fazer valer sua posição perante o Parlamento, e nós temos argumentação, legitimidade e vontade de garantir o direito à educação. De certa maneira, a gente tem que provar os nossos valores e defender nossas teses para os deputados virem junto conosco. E por que que eu falo em deputados e deputadas? Porque no Senado a gente nunca conseguiu incidir bem. Nunca! Não vai conseguir incidir nunca, provavelmente. A imagem dos pratos do Oscar Niemeyer é perfeita... essa é uma dúvida que eu sempre tive: não sei se a arquitetura determina, ou melhor, influencia a forma de agir, os procedimentos das Casas Congressuais, das Casas Parlamentares, ou se a lógica das Casas Parlamentares são refletidas na arquitetura. Enfim, Niemeyer inspirou o modo de funcionamento do Congresso Nacional, ou o Congresso Nacional inspirou Niemeyer. Parece tolo, mas é uma grande questão. O Senado se afirma como uma Casa de sobriedade, conservação. Aliás, essa é a função do Senado ao longo da História. Enfim, o Senado Brasileiro se afirma “do Império à República”, esse é seu lema. O lema diz que a Casa é uma Casa de continuidade, uma Casa, de certo modo, aristocrática. E a Câmara dos Deputados é a “Casa do Povo”, esse é seu lema. A Câmara é aquela balburdia, o lugar de excessos, da dinâmica das disputas mais explícitas. O Senado é uma Casa monótona, em geral.

Eu gosto muito de uma frase do Mario Covas de 1968, quando ele era uma das lideranças de resistência ao Regime Militar. Ela está disposta em uma placa no Espaço Mário Covas, no Anexo II da Câmara dos Deputados. Gosto da energia do lugar, já fizemos bons eventos por lá. Mas o Covas diz: “Creio no Parlamento, ainda que com suas demasias e fraquezas, que só desaparecerão se o sustentarmos livre, soberano e independente”. A Câmara é cheia de demasias e fraquezas, mas é a Casa que abre espaço para nós e para os fundamentalistas cristãos, os apoiadores do Bolsonaro, os meninos equivocados do MBL (Movimento Brasil Livre). Ali, todo mundo entra. No Senado Federal, não. É mais difícil, mais contido.

Então, incidimos muito, mas muito mais na Câmara, mas infelizmente, verdade seja dita, com essa crise toda, até o Senado... enfim, como a gente está vivendo um momento de loucura, até o Senado tem sido, muitas vezes, mais sensato e aberto do que a Câmara, quase como um legado da Presidência do Eduardo Cunha... Enfim, a gente até tem trabalhado melhor no Senado nesse Governo Temer, cheio de ilegitimidades, mas nos governos Lula e Dilma, até FHC, sempre era com a Câmara, pela Câmara, como um caminho, um espaço mais poroso e aberto, com melhor qualidade de debate, o que se perdeu, infelizmente.

Então, voltando ao Tite <risos>, a gente tem uma linha de intensidade: a gente tem que ser mais rápido do que o governo, a gente tem que aproveitar o fato de que os parlamentares têm muitas questões. Então, na nossa questão, que é a área da educação, a gente tem que ditar o ritmo, impor a qualidade do jogo. Quando se tem Ministérios inábeis politicamente, tudo fica mais fácil. Porque os representantes do MEC vêm para o confronto tentando impor sua posição pelo discurso da autoridade pública, se baseiam no cargo. Isso irrita os parlamentares, irrita qualquer um. Enfim, são menos ouvidos, muitas vezes estão pouco preparados e perdem no argumento, ficam também rotulados como arrogantes. E nós temos paciência de conversar com calma com todo mundo. É até uma postura freireana, pedagógica, inspirada em Paulo Freire. Nesse contexto todo, aproveitando cada milímetro, cada tiquinho de fraqueza do MEC e do Palácio do Planalto, que com a Dilma era bem mais fraco, a Campanha conseguiu algumas conquistas que foram muito impressionantes na tramitação do PNE.

Primeiro, a partir da experiência do FUNDEB, decidimos pautar o jogo. Por que isso? Porque lutamos para ter janeiro só nosso, nós trabalhamos todos os dias da semana, todos os dias do ano. Então, a gente decidiu que, durante janeiro, iria determinar a visão da

sociedade sobre o texto apresentado por Fernando Haddad, que não respeitava as deliberações da Conae 2010, como estava prometido e negociado.

Poxa, a Comissão Organizadora da Conae de 2010 tinha aceitado a divulgação do texto do PNE após as eleições presidenciais, vencidas pela Dilma contra o Serra. A desculpa era ele não ficar manchado de oportunismo partidário. O texto do PNE deveria ser da sociedade, não do governo – essa era a desculpa, bem equivocada, na minha opinião. Era um risco. Ainda assim, não foi fácil chegar a esse entendimento, porque a não divulgação do PNE do Poder Executivo, o de Haddad, que tramitaria no Parlamento, também significava a quebra de um protocolo, de um rito legislativo pautado por uma atitude republicana.

Eu era contra esse atraso, pois o PNE também poderia ter pautado as eleições. Para marcar isso, articulamos uma Carta pautada pelas deliberações da Conae de 2010 assinada, ou melhor, assumida pelo Serra e pela Dilma (no caso dela, com algum constrangimento, ela sempre tergiversava nessas horas porque é criteriosa até demais), mas fui voto vencido na Comissão Organizadora, respeitei a decisão da maioria, em nome de um texto condizente com a Conae, acordamos o atraso do envio. Mas o princípio era: precisa estar pautado na Conae de 2010, sucedânea da Coneb de 2008.

Mas... o que aconteceu? O Governo Federal não queria divulgar o PNE logo após as eleições. O Lula decidiu divulgar o PNE no dia 27 de dezembro, um contato meu dentro do Palácio do Planalto nos avisou. Enfim, a gente ficou sabendo dessa estratégia, o nosso acordo com o Haddad era a não divulgação do PNE antes das eleições de 2010, mas logo depois, para abrir um espaço de discussão antes da nova legislatura, eleita nas eleições ditas gerais de 2014. Como eu disse, o Haddad pediu para que a gente compreendesse que não dava para discutir antes das eleições, porque isso significava colocar o PNE dentro de uma agenda eleitoral e, aí, ia parecer que o Governo iria beneficiar a Dilma com a divulgação do PNE, dando a ela uma agenda e tirando do Serra, na época, uma agenda, o que eu considero um absurdo. Na realidade, nem a Dilma, nem o Haddad queriam ser conduzidos pelo PNE e a História da tramitação do Plano comprova isso, infelizmente. Bom, a gente divergiu e muito. Isso até recrudescer as relações na Comunidade Educacional, especialmente diante do campo petista, que sabia que tínhamos razão, mas ficou submisso à decisão protelatória de governo. Porém, os governantes têm esse poder de tomar a decisão quando querem tomá-la. Eles praticamente controlam o cronograma da agenda pública. Haddad determinaria quando iria divulgar o Plano e não conseguimos convencê-lo, pois ele não é um homem público – de fato – aberto à participação,

especialmente quando está convicto de algo. Ele cede pouco, infelizmente. Especialmente, cedia pouco quando estava no MEC. O grupo petista, sindicalista e acadêmico, com suas fortes intersecções, se convenceu ou foi convencido – mais isso – da posição de Haddad. Levei a voto numa comissão dedicada a negociar isso. Perdi. Aceitei a posição da maioria, contrariado, mas respeitando o princípio democrático. Porém, já era fim de novembro e nada de PNE, além de uma apresentação constrangida e malfeita do Haddad para nós, da Comissão Organizadora (ele não queria abrir o jogo sobre o texto que ele apresentaria como PNE). Sabia que ele estava protelando. E fiquei sabendo da ideia do dia 27 de dezembro. Não podíamos aceitar.

Pautei o Comitê Diretivo, não deram muito apoio. Propus, então, um posicionamento público, exigindo a divulgação da proposta de Executivo do Plano. Eu sabia que viria um texto muito aquém da Conae. Respeito muito o Haddad, mas quando ele se encastela nas suas convicções, que muitas vezes são boas, mas não era o caso, talvez até houvessem outras razões de governo, ele não cede com facilidade. Há razões de governo, mas as nossas razões são as razões da sociedade, do direito à educação. E não podemos abrir mão de fazer nosso papel. Ou seja, ficava claro que o MEC iria passar a Conae para trás e nós, da Coordenação da Campanha, não iríamos deixar isso acontecer ou passar incólume, não aceitaríamos a quebra de um princípio: o PNE deveria vir da Conae de 2010.

Eu estava na seguinte situação: a ala mais próxima do PT na Campanha, em especial a CNTE e a Undime, na época, não queriam expor o MEC, mas eu precisava buscar uma forma de colocar o problema em jogo, ir além das necessidades e variáveis partidárias.

Nesse determinado momento, eu sabia que era preciso ir para cima. Aí retomo a Carta para os candidatos Dilma e Serra. Caramba, aquilo era o nosso PNE. Era uma carta em defesa de um Plano Nacional de Educação pautado pela Conae, era uma carta aos governantes. Se não me engano, o título era “Carta-Compromisso pela Garantia do Direito à Educação de Qualidade: uma convocação aos futuros governantes e parlamentares do Brasil”. Articulei essa Carta, mas trabalhei com todo o Comitê Diretivo. Ela reunia uma série de atores. A Campanha liderou esse processo. o Todos pela Educação quis dizer que foi ele – tem até uma briga na Folha de S. Paulo explícita sobre isso, porque a Folha, em dois editoriais, fala que a carta é do “Todos” e a gente contradiz o “Todos” de forma direta, via Painel do Leitor. E o “Todos” assume seu erro e corrobora, inclusive, a nossa posição. E nesse episódio fica inviabilizada completamente a relação com o “Todos”, até hoje. Imagina se a CUT, o MST e outros atores mais identificados com o nosso campo iriam assinar uma Carta liderada por um grupo de empresários que, inclusive hoje, apoia o

governo Temer? Jamais. Eles toleraram a assinatura do “Todos”, porque o texto era nosso, basta lê-lo, mas jamais concordariam em participar de algo com a liderança do “Todos”.

Mas existia essa Carta, estava assinada pelas entidades do Comitê Diretivo da Campanha, que na época eram dez, ainda não tinha a Fineduca. E o fato é que a gente da equipe de Coordenação vai pressionando para que saia o Posicionamento Público para divulgação do texto do PNE. Consegui, depois de gastar muita saliva.

Isso significava que Haddad iria perder o controle da matéria, mas o grupo anuiu, por princípio, pelo fato de que a Carta divulgada durante as eleições já apresentava um programa. Enfim, pressionamos, conseguimos ir para cima. Sem tergiversar e com base no que já tinha sido deliberado programaticamente na Carta.

Soltamos o posicionamento e conseguimos pautar a “Agência Brasil” – sim, a Agência do Governo Federal, que era muito mais dedicada a ser uma agência pública do que governamental na época – e o “IG”, que era um portal noticioso relevante na época. Saiu nos dois, começou a reverberar na imprensa e na Esplanada dos Ministérios a mensagem: o governo Lula, que tanto falava de educação, segurava o PNE.

O governo começou a se sentir pressionado, fizemos chegar tudo ao Lula e ele começou a pressionar o Haddad internamente. Perceba, por meio de um posicionamento público que repercute, chegamos à divulgação do plano. E a gente consegue isso, isso foi muito legal, consegue fazer a divulgação do PNE ocorrer no dia 15 de dezembro. Na solenidade com o Lula, no Palácio do Planalto, quando a gente recebe o Plano, a ideia do Haddad é de alguém que não entende o Parlamento. Ele diz: “ah, a gente quer tramitar rápido para tentar marcar uma posição, tentar dar um norte para os parlamentares...”. Os parlamentares são, também, decisores. Não são despachantes. Ele diz que em um mês ele ia tramitar o PNE... Bom... o Plano estava totalmente eivado por equívocos e ausências em relação à CONAE... E aí a gente fala: “bom, quem vai ditar o ritmo dessa história somos nós, por meio do debate programático, com respeito aos parlamentares”.

No dia 15 de dezembro, a gente, graças a uma jornalista do IG... a gente... isso é complicado de dizer, a gente, no dia 14, durante a madrugada, a gente... nós tivemos acesso ao texto que eles iriam divulgar, embargado apenas para a imprensa, porque eles não passaram para o Fórum – na época nem era Fórum, era a Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Educação de 2010. Eles, Planalto e MEC, fazem um evento no Palácio do Planalto e... durante o momento em que eles fazem esse evento, quando o Haddad passa a falar em um mês de tramitação, os jornalistas de todos os veículos, com um acordo de preferência ao IG, já tinham a nossa posição, porque a jornalista do IG tinha

passado pra nós com antecedência de horas... Aí a gente já tinha apresentado para a imprensa todas as nossas posições contrárias ao texto do Plano, mostrando suas incongruências... Quem pautou a imprensa fomos nós, não o MEC. Essa fala do Haddad, de que ele – ele, veja só – fazer aprovar o Plano em uma semana, um mês, seguido e apoiado pelo Vanhoni, (depois foi o relator do Plano, na época era presidente da Comissão de Educação) pegou muito mal na Comissão de Educação. Na época, eu tinha publicado um estudo, que repercutiu no Valor Econômico, sobre as mudanças na Comissão de Educação. Eu sabia do que estava dizendo. De fato, não ia ser em um mês, isso tudo foi por água abaixo... eu conhecia aquele colegiado com a palma da minha mão. Então, Haddad centrou fogo no discurso da agilidade de tramitação, que era necessário, pois o PNE 2001-2010 deixava de vigorar em 31 de dezembro de 2010, iria existir um vácuo, que deveria ter sido preenchido desde 2008, aproveitando a Coneb e propondo um plano que tramitaria em paralelo às etapas preparatórias e nacional da Conae de 2010. Mas não. E com nossa análise, na forma de um Posicionamento Público, marcamos que o PNE do governo estava ruim, que só tinha um esqueleto ali de metas e estratégias, sem diagnóstico.

Durante janeiro, a partir disso, a gente faz uma leitura e a produção de emendas que eram emendas que retomavam o conteúdo da CONAE. Então, muitas vezes as pessoas falam: “ah, o PNE... as emendas se basearam na CONAE...”. Quem fez a conversão da CONAE para as emendas do Plano fomos nós, e aí a gente foi bem estratégico: a gente queria gerar uma avalanche de emendas. Essa era a nossa estratégia. Daí eu falei para a Vivian (Melcop) – porque quem produziu isso fui eu, a Vivian e o Luiz Araújo, os dois últimos cedidos pela UNDIME (o Luiz Araújo, na época, era assessor da UNDIME e a Vivian é secretária-executiva da UNDIME – e a gente passou janeiro trabalhando nisso, sem descanso), em paralelo, o pessoal do Ceará, num processo separado... o nosso comitê do Ceará também trabalhou, queria fazer emendas mais avançadas do que as da CONAE, com deputados de lá do Ceará. A gente passa janeiro trabalhando e aí a gente produz, primeiramente, 75 emendas e coloca num CD, com esse objetivo de fazer uma avalanche de emendas. As emendas já estavam dentro do procedimento, do formulário e da técnica legislativa, no formulário da Câmara dos Deputados, pronto para ser assinado. O Deputado e a deputada só tinham que imprimir e assinar. Podia mudar... tinha toda a estrutura, o que era para acontecer com a emenda, se ela era aditiva, modificativa, supressiva ou substitutiva, enfim, qual era a classificação da emenda, e a justificativa da emenda. E o resultado: todo mundo pegou esse nosso CD e começou a produzir emenda... as 2945 emendas... 2915... 3000 e... (quer dizer, cada hora tem um cálculo) ... é tudo fruto desse

CD. Claro, não são todas as emendas que seguem essa classificação ou que foram pautadas nas nossas emendas, mas assim... a prática de fazer emendas foi estimulada pela nossa estratégia de avalanche. O quê que a gente queria com a avalanche de emendas? A gente queria muitas emendas que retomassem o conteúdo do PNE... Aliás, melhor dizendo, o conteúdo da CONAE para o PNE (porque nós vencemos a Conae, vencemos o governo. Haddad nem teve coragem de disputar, mesmo sendo a Campanha suprapartidária, nós vencemos com os votos dos petistas, que sempre estão além das direções partidárias), mas também a gente queria mostrar que o texto era ruim, esse era o objetivo da avalanche. Como um texto bom é tão emendado. E a gente conseguiu. Impusemos a intensidade, demos a dinâmica da tramitação e marcamos a avaliação de que o PNE do Haddad estava muito, mas muito mesmo, aquém da Conae. E era verdade. Essa é nossa vantagem: lutamos, trabalhamos e, com isso, sempre estamos mais próximos da verdade dos fatos.

F.: Ok. Especificamente nesse tema, eu gostaria de saber um pouco sobre os registros que encontrei sobre a produção do CAQ e do CAQi e a luta da Campanha em relação aos 10% do PIB. De maneira mais resumida, como foi a construção dessa metodologia? Que entidades foram envolvidas? O que há por trás da discussão da pauta dos 10% do PIB para a educação e quais são os parâmetros que vocês se utilizaram para esses cálculos?

D.: Então, assim... é que é muita coisa.

F.: Podemos começar com o histórico do CAQ e do CAQi, cuja metodologia foi construída antes. Diversos registros apontam para isso. Foi aprovada no Conselho Nacional de Educação, no ano de 2010, conjuntamente com o debate da Conferência...

D.: Sim. A ideia de Custo Aluno-Qualidade é uma ideia razoavelmente antiga, não necessariamente com esse nome. O primeiro texto sobre Custo-Aluno no Brasil é do Vitor Henrique Paro. Foi publicado na década de 1970, início da década de 1980 para o INEP (isso está até no site do Vitor, como um documento disponível). E durante a década de 1980, começa-se a pensar, a partir deste texto, sobre Custo-Aluno na necessidade de um Custo Aluno-Qualidade, mas nem sempre com esse nome. Isso era muito mais um termo de um discurso do que um conceito. O trabalho da Campanha foi transformar um discurso num conceito e mais do que isso: transformar um discurso num conceito e num cálculo, então em uma proposta real, material, de financiamento da educação. Isso começa em 2002, na época do governo FHC, para subsidiar nossa ação no Supremo [Tribunal Federal], de descumprimento do FUNDEF. O Fundef, mais claro do que o FUNDEB, deixava explícita a necessidade de um Custo-Aluno Qualidade, ou seja, de um fator de qualidade da educação pautado na ideia do Custo-Aluno por ano, que sozinho é insuficiente para a

garantia do direito à educação. É uma superação do “gasto-aluno-ano” por “Custo Aluno-Qualidade”, entende? Não é fácil. O quê que a Campanha percebe? Que, de 2002 a 2007, durante a materialização da metodologia, que era necessário trabalhar na ideia de Custo Aluno-Qualidade, mas ela era muito difícil. Enfim, em uma releitura do texto constitucional, nos demos conta de que era preciso ter um padrão mínimo de qualidade, demandado no art. 211, § 1º, da Constituição Federal, que foi reformado na emenda constitucional 14, de 1996, que é a emenda do FUNDEF, precisamente. Quando a gente incorpora que existe uma obrigação da União para a garantia de um padrão mínimo de qualidade como sendo uma tarefa da União no regime de colaboração do art. 211, concluímos: “a gente tem que calcular isso”. E a gente pega a LDB e percebe que o art. 4º, inciso IX, vai dizer que é preciso garantir os insumos indispensáveis para o processo de ensino-aprendizagem. A soma dessas duas demandas legais conformava o CAQi, e isso fica mais evidente em 2007, alguns meses depois de eu assumir a coordenação, pois estávamos diante de um dilema, resolvido coletivamente.

A Campanha sempre vai utilizar a lei como uma referência. Sempre. Tanto de argumentação como de implementação. As políticas devem corresponder às leis, ao direito, devem materializar as leis, considerando que nosso direito é positivo, e mais do que isso, como também uma legitimação de nossa posição. E a gente decide calcular o que é o Custo Aluno-Qualidade como um padrão mínimo de qualidade, considerando que o padrão mínimo de qualidade é o introdutor, o primeiro passo, do padrão de qualidade disposto no art. 206, inciso VII da Constituição Federal como princípio da Educação Nacional. E aí, a gente consegue fazer um cálculo que é aceito pelo Conselho Nacional Educação, em 2010. Durante toda a tramitação do FUNDEB, mesmo na emenda constitucional 53 e depois na lei de regulamentação do FUNDEB, a gente tentou colocar o Custo Aluno-Qualidade Inicial, nosso CAQi, dentro do FUNDEB (esse em vigor agora). Não foi possível. Por que que não foi possível? Inicialmente, a União não queria nem dar 10% daquilo que é depositado por Estados e Municípios, que é o que é hoje a regra do FUNDEB: a cada um real investido no FUNDEB por Estados e Municípios, a União, no mínimo (e esse mínimo tem sido máximo), a União coloca 10 centavos e isso beneficia de 08 a 10 fundos estaduais do FUNDEB, que varia conforme a arrecadação e a distribuição dos recursos, mas nunca fugiu de 10 centavos. A gente queria, com o CAQi, subir de 10 centavos para 50 centavos, então para 50% daquilo que é praticado por Estados e Municípios, o que significaria uma contribuição hoje próxima de 50 bilhões (hoje é quase 13, seria quase 50). O governo federal já estava tendo uma atitude, isso é um fato, inclusive por pressão da sociedade civil,

de fazer com que o excedente arrecadatário, ou melhor, uma pequena parte dele, mas decisiva, fosse destinado à educação, à situação das universidades, na melhoria das condições de trabalho para os professores universitários, na parceria com Estados e Municípios, sempre mantendo muito pra si o controle da política de educação, mesmo da Educação Básica, na qual a União deveria ter uma função supletiva e distributiva, em parceria com os entes federados estaduais e municipais, mas tudo isso era e ainda é insuficiente. Precisamos do CAQi, mas não tinha mais espaço: “bom, já estou dando 10% do FUNDEB, não vou dar mais para vocês porque é correto ou estrategicamente necessário”, assim pensava o Poder Executivo. É a arte da lógica lulista, tinha uma lógica lulista na área de educação, criada pelo Tarso Genro e depois pelo Fernando Haddad, que coíbia o CAQi dentro do FUNDEB. Então tá bom! A gente sempre declarou: “então vai ser no PNE”. E eles riram. Eles riram também que a gente não iria aprovar 10% do PIB.... Têm mudanças na Comissão de Educação, até uma entrevista, que eu faço para um programa de televisão, ligado à TV Cultura, que era a TV Univesp ou Univesp TV, que era o sistema de educação à distância do estado de São Paulo, em que o Ederson Graneto, ele me pergunta: “mas e aí, vai aprovar os 10% do PIB? Eles vão deixar?”, daí eu disse: “bom, deixar eles não vão, mas a gente vai aprovar.” Porque o Custo Aluno-Qualidade Inicial... ele dava o argumento que faltava para dizer que era preciso os 10% do PIB. É importante dizer: o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, ele pensa, no “PNE da Sociedade Civil”, em uma ideia vaga, mas presente, de Custo Aluno-Qualidade (não CAQi) e pensa nos 10% do PIB. Mas faz uma conta de chegada, ele força para chegar aos 10% do PIB, ele força pra construir um CAQ sem nenhuma pesquisa real, é só uma comparação com outros países, que o Brasil deveria investir 25% do PIB per capita por aluno ao ano. Aí tem um trabalho do Gil Vicente dos Reis, que é da UFSCAR, que mais ou menos sistematiza isso. A gente não, a gente calculou na ponta do lápis. A conta do PNE, a nossa nota em defesa dos 10% do PIB para educação, que mudou a História da tramitação, também foi na ponta do lápis; ela depois é analisada no IPEA, que não critica a nota, e vai tentar viabilizar o montante, em termos de projeção, no Comunicado 124, de dezembro de 2011. Ou seja, a gente fechou os argumentos, graças ao CAQi. Isso é fruto de um acúmulo, que vem desde 2002, para chegar em 2010, com uma passagem de um parecer no CNE, que assume o CAQi como referência. Então a gente cercou o governo. Então a gente cercou o governo, o governo não tinha mais espaço. Nisso, nós vencemos: é preciso que o financiamento da educação garanta qualidade. Por isso eu digo: a questão é intensidade, se a gente não consegue ocupar os espaços, a gente tem que lutar pela posse de bola, quando está com a

posse de bola, tem que sempre pressionar o governo para o governo ficar encurralado. E a gente conseguiu na tramitação do PNE.

F.: Entrando um pouco na CONAE 2010, que foi um evento bastante comemorado, é bastante tratado dentro da bibliografia do Plano, dos pesquisadores e do próprio governo, nas publicações oficiais. Quais eram os objetivos ao participar da CONAE 2010? Se puder, colocar na forma resumida, como apontamentos.

D.: A gente não entrou na CONAE, a gente entrou na CONEB – ali foi que iniciamos nossa estratégia. Nosso jogo é progressivo e acumulativo. Esse é um ponto importante. A primeira comissão organizadora da CONEB excluía a Campanha, e ela excluía a Campanha porque ela tinha sido a única entidade que tinha reivindicado uma conferência de educação durante a primeira gestão do Lula, em alto e bom tom, com clareza: “por que só a educação não teve sua Conferência no primeiro mandato?”. Era nossa pergunta. Enfim, foi a única área que não teve conferência. O Lula escolheu uma área para não fazer conferência e foi justamente a educação. Por que? Porque era uma área em que o governo estava devendo no primeiro mandato. Educação vai exigir um esforço orçamentário comparativamente alto, devido à dívida histórica. O governo não se dispôs a esse esforço orçamentário. Nós temos uma publicação, que é a “Insumos para o Debate 1”, que mostra que o governo Lula, proporcionalmente, investiu menos que o Paulo Renato (do que o governo FHC!) no primeiro mandato. Ou seja: o excedente de capital que estava sendo gerado pelo ciclo de commodities, que foi o que subsidiou o processo do crescimento brasileiro e depois a política dos gigantes nacionais, não teve a educação como alvo. E aí, o segundo mandato tinha que ser o mandato da educação. Só que se tinha que ser o mandato da educação, teria que ser afeito à posição do governo. Um dia... agora não vou lembrar... mas em março de 2007, a Marta Suplicy disputava com o Haddad a cadeira do Ministério da Educação, e na Revista Época eu dou uma declaração de que o Plano de Desenvolvimento da Educação que o Haddad lançou, em 2007 (isso é tudo 2007, já, então, com o primeiro mandato finalizado em 2006), com o governo perdendo na pauta do Fundeb. O governo perdeu tudo ali... só que o Lula é muito hábil, é aquele cara que perde e diz que ganhou. Esse é o poder do governo. O governo sempre tem condição de dar a última palavra, dentro desse jogo. O jogo entre sociedade civil e governo sempre é desigual. Sempre é um jogo entre público fraco e público forte. E a gente tem que se preocupar menos com a desigualdade do jogo e mais com o resultado do jogo. Então o direito a educação tem que sair fortalecido, no processo de interação. Daí o Haddad quer ficar no Ministério da Educação, a Marta já na ponta (porque o Lula tinha convidado o

Tarso Genro, ele não aceitou. O Haddad não era um ator forte, um político forte, até na prefeitura de SP isso se comprova – ele é um político promissor, mas ele ainda tem muito que aprender em termo de relações políticas, ele não é hábil politicamente, embora seja muito competente como burocrata (e não atribuo valor negativo ao termo), a competência dele não faz com que ele tenha sucesso em uma série de ações. Mas, então: a Marta está lá disputando e o Haddad lança o PDE, só que ele lança o PDE sem dizer o que o PDE é. Ele diz: “Temos um PDE”. Pega tudo o que os empresários defendiam, pega parte do que a sociedade defendia, não cita o Plano Nacional de Educação (2001-2010), que estava em vigor naquele momento, que estava sendo flagrantemente descumprido, e lança para a imprensa o plano. Eu, com 29 anos, um ex-aluno do Haddad, dou uma entrevista para a Revista Época, para a repórter Ana Aranha, dizendo que aquilo era um plano “fica na cadeira Ministro”, né... O Lula tinha dado este espaço para ele tirar a Marta do jogo. Hoje ele até assumiu, com algumas pessoas, em algumas reuniões, que era isso mesmo que ele tinha feito; mas ficou revoltado comigo – não me preocupei, pois tenho compromisso exclusivo com um projeto de educação, inscrito na Constituição Federal e nas posições da Campanha. Enfim, ele não lança nada dizendo o que é o plano, ele só vai lançar em setembro. Ele divulga em março o PDE, depois lança de novo em abril, se não me engano, ou maio, e eu, como era do Conselho Nacional da Juventude, da Mesa Diretora do Conjuve, o primeiro membro jovem da sociedade civil, eleito em primeiro turno e contra a posição do Governo Lula, eu era chamado para esses eventos, então eu ia. Enfim, Haddad não lançou nada, e aí, só em setembro, sai um livrinho verde que explica o que é o PDE, depois de uma reunião em 22 de agosto de 2007, se não me engano, com ele, comigo e com o Comitê Diretivo da Campanha. Então, o grau de conflito com o governo era altíssimo, eles não chamaram a gente para ser da Comissão Organizadora da CONEB, incomodávamos demais. Essa reunião de agosto é importante... como a gente ganha o Prêmio Darcy Ribeiro de 2007, a gente convoca uma reunião com o Haddad, a gente já tinha ganho, né, já tinha sido anunciado em agosto (22 de agosto de 2007). Eu peço uma reunião com o Haddad, uma audiência pública, ele demora para aceitar...aceita... Durante o encontro, entramos em um embate sobre o PDE, ele reclama da entrevista à Época e a outros veículos, eu mantenho a posição crítica da Campanha, apoiado pelos meus colegas. Quando ele aceita essa audiência pública, é até engraçado lembrar, quando ele aceita essa audiência pública conosco ele pede para termos mais interação, eu falei: “olha, uma condição para nós continuarmos a conversar, sem ter qualquer influência em nossa posição – que fique claro –, é participar da Comissão Organizadora da CONEB, pois somos o

maior movimento em defesa da educação do Brasil”, ele concorda, fala que sim, mas só vão colocar a gente em outubro. A primeira reunião que a gente participa é outubro. A Comissão Organizadora é composta, a cadeira da Campanha é composta por mim, como titular, e a Denise Carreira, como suplente. E aí, a nossa estratégia, Fernanda, no dia 31 de outubro... a gente tem aquele Encontro Nacional, em 30/31 de outubro, e a gente decide na CONEB pressionar pela CONAE e começar a construir a pauta e o controle programático do Plano. E tudo isso foi pensado. Então, a nossa incidência na CONAE é secundária. Ela é continuidade de um processo que a gente começou na CONEB e a gente veio da CONEB (sempre com um processo cumulativo) para chegar na CONAE, e da CONAE de 2010 pra incidir no Plano, inclusive via as etapas preparatórias da CONAE de 2014, que era para ter sido realizada em fevereiro e que iria decidir questões muito pesadas do Plano... (se a CONAE 2014 tivesse ocorrido em fevereiro de 2014 – e claro, isso é um achismo, mas não tem nada que me tire da cabeça – a gente teria aprovada a exclusividade do recurso público para educação pública, e foi isso que o governo quis evitar quando cancelou a CONAE de fevereiro e jogou para novembro, entre outras questões, depois da tramitação do PNE).

F.: Ok...

Daniel: Agora, só uma coisa sobre a literatura, e eu também vou colocar isso no meu Doutorado: não existe nenhuma comprovação empírica de que a CONAE automaticamente gerou o PNE. O Documento da CONAE é muito diferente do documento que o governo apresenta no PNE. As emendas da CONAE não surgiram de geração espontânea... tem muita gente na literatura que diz: “ah, a CONAE subsidiou o PNE”. Recentemente, numa reunião com o Heleno, que agora é o coordenador do FNE (era do FNE, agora é do Fórum Nacional de Popular de Educação, depois da interferência do Mendonça Filho e do Temer no FNE), ele disse: “o documento da CONAE 2014 é igual ao do Plano”. É claro que é igual! Porque o Documento referência da CONAE 2014 foi feito em agosto de 2012, já tinha tido a primeira aprovação do PNE na Câmara dos Deputados. Então, parece que a CONAE de 2014 é geradora do Plano, passaram para trás até a Conae de 2010. Não é, não existe transmissão automática, tem que ter um fio condutor, tem que ter alguém que encaminhe, e aí, a Campanha teve uma presença importante: pegamos o texto da Conae de 2010 e fizemos as emendas que aproximaram o resultado legislativo do PNE do Documento Final daquela Conae. A Conae de 2014, nesse sentido, é corroborativa, apenas...

F.: É, e isso inclusive com a presença da Campanha na Comissão de Organização da CONAE 2010. Quer explicar um pouco sobre isso?

D.: É, então, na Comissão a gente de fato priorizava a mesma lógica da intensidade: nunca perder prazo, sempre ser mais rápido, estar mais preparado para o debate. Eu não poderia nunca faltar, porque... por um pedido do Haddad, a minha cadeira era composta: eu, como representante da Campanha de titular; o “Todos pela Educação”, como suplente. Como a gente ia deixar claro que eles iam ficar na suplência, ou seja, eles eram menores do que nós (sendo bem sincero), o Comitê Diretivo achou uma boa ideia e também achou uma boa ideia deixar explícito que a gente tinha 90 delegados na Conae de 2014 e eles 06. Em 2010 foi 54 contra 4 – e eles sequer foram capazes de habilitar todos. Por que isso é importante? Porque – e tem até a tese da Lara Simielli que abarca um pouco isso – as pessoas entendem que tem dois movimentos que disputam, só que disputam com uma diferença enorme de pautas e de condições. Enquanto a gente tem que lutar para cada espacinho que a gente consegue, o “Todos pela Educação”, sendo vinculado ao Grupo Gerda, à Globo, etc... consegue tudo mais fácil – esse é um outro problema, a explicitação do poder econômico sobre a pauta pública. Então, o Comitê Diretivo achou que era uma boa, então eu não podia faltar e era uma presença que tinha que ser muito preparada, pois precisava decidir o jogo ali. E a gente optou por duas estratégias: primeiro, desde a CONEB, a gente é coordenador de um eixo que incluía ou tratava de financiamento, mas na Coneb não era de financiamento, era de gestão, e a gente dividiu a coordenação do eixo com o MEC. Era eu e o Horácio Reis que fazíamos a coordenação. Na CONAE de 2010, fomos eu e o Paulo Santos da UNCME, na Coordenação do Eixo de Financiamento, e na CONAE de 2014, era eu e o Gil, do PROIFES, aquele da Ufscar, na coordenação. Só que acabou que, enfim, a Campanha era sempre a que ficava. A gente já tinha essa prática muito centrada de coordenar o Eixo de Financiamento, por conta do CAQi e da luta pelo percentual do PIB. E por tudo o que construímos, ninguém disputava conosco, éramos e somos legitimados na pauta. E eu só quero deixar claro que o percentual do PIB nunca foi nossa questão principal, sempre foi o CAQi, porque se você determina o Custo Aluno-Qualidade, é ele que gera a necessidade dos 10% do PIB, que poderia ser 6% se nosso PIB fosse muito maior e se nossa demanda por educação fosse muito menor. Para nós não importa a quantidade do PIB, o que importa é o quanto que se investe por aluno ao ano, quanto na Educação Básica, quanto na Educação Superior, que está bem melhor do que Educação Básica em termos de qualidade (isso não significa que a gente acha que tem que investir menos na educação superior e mais na educação básica: tem que aumentar um pouco na educação superior e muito na educação básica, essa que é a relação). Então, na Comissão Organizadora, a gente ficava com a Comissão de Sistematização, porque é a

comissão programática e com o eixo de financiamento. E na comissão de sistematização, era pau constante, né... muita briga, muita dificuldade. A nossa posição tensionava com a do campo petista, que é majoritário, mas não hegemônico... não era hegemônico, vale reiterar, ele era majoritário, mas não era hegemônico... mas a gente nunca perdeu uma tese no debate. Essa é uma vantagem que as pessoas não percebem do PT: o fato de ser um partido que se reivindica democrático-popular, mesmo quando ele faz uma disputa dura, contra uma tese. Se você tem melhores argumentos e se você vota deliberações partidárias, porque elas são progressistas, ele fica constrangido. A posição de Haddad no MEC pouco tem a ver com a posição programática do PT. É um paradoxo, uma contradição, mas é assim... Uma briga que a gente teve, via Fátima Bezerra, e que a gente conseguiu, foi colocar no 4º Congresso do PT a demanda por 10% do PIB, por exemplo. Ai, a gente emparedou o Fernando Haddad: se o PT tá dizendo que é 10% do PIB, o deputado que votar contra os 10% do PIB vai estar ferindo uma deliberação partidária. Existe, quando você lida com um governo petista, esses espaços. Isso não é pouca coisa. Certamente a gente não conseguiria fazer as mesmas estratégias num governo não petista, haja vista o que ocorre agora com Temer. Porque a gente consegue manter o jogo da intensidade, mas a abertura do adversário para o jogo que nós propomos é uma abertura diminuta se não é um governo que tem essa mística, essa narrativa, de ser um governo democrático-popular – bem fundamentada em obras como: “Quando novos personagens entraram em cena”, do Eder Sader. Tanto é que você vai notar que cada vez menos o PT se reivindica um governo democrático-popular ao longo do governo Lula. E abandona, na prática, essa tese no Governo Dilma. Era para ser um governo democrático-popular e se torna depois um movimento social-desenvolvimentista, um governo social-desenvolvimentista, como Lula. A ideia de um governo como o do Lula “Brasil, um país de todos”, ela é automaticamente substituída, no governo Dilma, por “Brasil, um país sem miséria” e depois, “Brasil, pátria educadora”, que foi uma provocação, até uma palhaçada (desculpa o termo), pois era uma forma de tirar o PNE do centro do debate. Pegaram a ideia mal formulada pelo Gilberto Dimenstein da “Cidade Educadora”, que é um conceito bom, mas que ele distorceu... e o Mercadante convenceu Dilma da ideia da Pátria Educadora, como uma extrapolação. Depois, veio o texto do Mangabeira Unger, no curto tempo em que foi Ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, a falecida SAE. Ai, tudo ficou claro. Lembra do texto: “Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional”? O objetivo era colocar algo de péssimo gosto e proposição no lugar do PNE. E ele foi além, propôs um segundo texto, sempre com o apoio do Palácio do Planalto, que tinha

empossado o Renato Janine Ribeiro no MEC, mas retirando todo o poder dele. O Mangabeira ainda fez o texto “Federalismo Cooperativo – Sistema Nacional de Educação”, reunia de forma mal escrita as teses da Sase (Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino) do MEC, sob Binho Marques, com outras teses equivocadas. Por sorte, os textos não avançaram.

F.: Bom, duas perguntas ainda sobre a Comissão de Organização: um detalhe chama a atenção na Comissão Organizadora da CONAE: há 4 quatro entidades que compõem o Comitê Diretivo da Campanha (CNTE, UNDIME, MST, UNCME)...

D.: ... E agora tem mais: (não é do Comitê Diretivo, mas é da Campanha). A gente incluiu o MIEIB (Movimentos Inter fóruns de Educação Infantil) e os Fóruns de EJA (Educação de Jovens e adultos), e a gente incluiu dentro do processo da CONAE 2014, a gente criou emendas – as emendas mais aprovadas, em 17 estados, em cada uma dessas etapas preparatórias – para incluir o MIEIB e os Fóruns de EJA dentro da Comissão Organizadora da CONAE 2014 e seria para a Conferência de 2018.

F.: Ainda essa presença na Comissão de Dinâmica e Sistematização: auxiliaram a elaboração do documento referência e fizeram parte de todo o processo de sistematização de emendas, relatoria, etc... Pode falar um pouco sobre isso?

D.: Sim, bom, primeiro em relação às entidades, a Campanha representa uma vontade geral, como já falei. Nossa posição não é consensual, a gente não tem como alcançar o consenso. O consenso é uma quimera, ou é algo falso. Normalmente ele é tratado como alternativa de inviabilização do poder, por meio do poder de veto de algumas entidades, no modelo de consenso mais elaborado. Por exemplo, algumas questões são paradigmáticas. O debate sobre a Lei do Piso, que é bem prático: a UNDIME era contra, dizia que não era possível pagar. A gente chegou em uma reunião e falou: “UNDIME, é inaceitável ser contra a Lei do piso para a Campanha”. A UNDIME ameaçou sair da Campanha. Respondi: “se não tem jeito, tudo bem, só que a nossa defesa é pela valorização dos profissionais da educação, a lei do piso é um passo para isso, bem pequenininho, e a gente não vai abrir mão desse passo, a gente vai defender a lei do piso, se for necessário, e como de fato foi – tem um livro que foi feito junto com Ação Educativa, porque o nosso advogado era o Salomão Ximenes, que era da Ação Educativa e agora é professor da UFABC – vamos defender até no Supremo”. E a gente foi lá e bateu no peito e fez valer a posição de defesa da Lei do Piso. Da mesma maneira que a CNTE não aceitava o conveniamento das creches no FUNDEB, que a gente considerava que era uma alternativa temporal. Acabou que as alterações da lei do FUNDEB geraram como resultado a

liberalização para o conveniamento de creches, de forma quase irrestrita. A CNTE era contra, em nome do princípio do investimento público, do dinheiro público exclusivamente para educação pública, mas isso significava mais de um milhão de crianças sem creche – que eram creches conveniadas. Não dava para ser automático, a gente propôs uma regra de transição. E a CNTE anuiu. E a UNDIME era quem mais defendia. Defendia tanto que foi uma das entidades que pressionaram para ter conveniamento irrestrito. Foi beneficiada, porque tem outra legitimidade, uma posição da Campanha, que defende o direito à educação, ao invés da posição corporativa e imprescindível da CNTE, ou a posição de interesse da UNDIME. Ou seja, a Campanha é a expressão de uma vontade geral: não é porque tem a UNCME, o MST, a CNTE... que a nossa voz é igual a deles. E, aí, é fácil comprovar: “CONEB: defendemos o fim do conveniamento em creche 2018, no FUNDEB”. A UNDIME ficou junto com o MEC, defendendo conveniamento irrestrito. A CNTE, por pressão do MEC e do PT, dividiu. E foi a Campanha, sozinha, que bancou e ganhou (ganhou de lavada) a votação. Depois da CONEB, quase que acontece um racha na Campanha, e essa situação de tensionamento é refletida na dissertação da Anja Anja Eickelberg (“Framing, Fighting and Fraldas pintadas: The Learnings and Teachings of the Brazilian Campaign for the Right to Education”), defendida em Amsterdã, na Faculty of Social and Behavioural Sciences do Amsterdam Institute for Metropolitan and International Development Studies.

F.: Ok. E especificamente sobre a comissão de dinâmica e sistematização, qual foi o papel da Campanha, e de todos os seus interlocutores, para a elaboração do documento referência, para...

D.: Ah... a gente era a entidade que mais lia, ... a nossa legitimidade tem que ser afirmada pela qualidade da nossa posição, porque a gente não tem a mesma abrangência que as outras entidades, então ela tem que ser mais qualificada, de forma a respeitar também as posições históricas das outras entidades, para depois tensioná-las – se for o caso. Então, por exemplo, a gente nunca vai defender que todo o recurso de educação seja para salários, porque é preciso expandir matrícula, então você não pode gastar tudo com salário do professor. Isso tensiona com a CNTE. Para a gente poder avançar em relação às pautas corporativas, a gente tinha que ter a posição mais qualificada. Então, a nossa estratégia era: ir com uma posição mais qualificada, determinar o calendário de prazos, determinar o ritmo de funcionamento da Conferência, não permitir uma coisa que o MEC queria muito, que era que a posição dos Consultores do Documento Referência prevalecesse sobre a posição da Comissão. Isso tinha o apoio muito forte do [Francisco]

Chagas, por exemplo. Então, contratavam o Luiz Dourado (UFG), com a uma parceria com a Unesco, ou o Genuíno Bordignon (UnB), para fazer com que a posição do MEC vencesse – o Genuíno ia em um caminho diferente, mas o Dourado e seu grupo, não. Ou seja, naturalmente, não era nem a posição do Dourado e do Bordignon a de defender a posição do MEC, mas começava assim. Então, a gente batia, ai, eles voltavam para uma posição pautada na história deles, no trabalho deles... E eles eram mais principiológicos. Então, nosso trabalho era muito de exigir o princípio, determinar o ritmo da coisa.

Mas você perguntou sobre a Comissão de Dinâmica... Enfim, não sei se ficou claro, mas tínhamos duas estratégias: focar no Eixo de Financiamento e coordená-lo e... sempre estar na Comissão de Dinâmica e Sistematização. Por que? Porque é ela quem define o conteúdo e a forma de deliberação da Conae. E isso é o mais importante. As outras Comissões, de Mobilização e Infraestrutura, são importantes, lidam com recursos, número de delegados, mas nosso jogo é vencer no debate. O que conta em uma Conferência é o produto final, o Documento Final e ele é debatido, em termos de aportes iniciais e procedimentos deliberativos, na Comissão de Dinâmica e Sistematização.

Como isso funciona? O Coordenador de Eixo ou os Coordenadores, a partir do aporte dos Consultores – e nós mexemos muito neles – elabora o capítulo do Documento Referência do seu Eixo. Ou seja, apresenta a primeira visão. Ela é aprovada pela Comissão de Dinâmica e Sistematização e, depois, pelo Pleno do FNE. Depois, vai para as etapas municipais e estaduais. As emendas que alcançarem 5 Estados, ou seja, forem aprovadas em 5 Estados, são incorporadas ou no Bloco 1 do Documento Base (aquele que é debatido na etapa nacional da Conae), como sugestão de incorporação feita pelo pleno do FNE, ou vão para o Bloco 2, como sugestão de rejeição. Há um Bloco 3, com emendas importantes que não alcançaram o critério dos 5 Estados.

Quem faz essa proposição do que vai para o Bloco 1, para o Bloco 2 ou entra no Bloco 3 é a Coordenação do Eixo. Seguindo para a deliberação da Comissão de Dinâmica e Sistematização e, depois, para o Pleno do FNE. Mas o poder do coordenador é forte.

Durante a Conae, temos os colóquios, que aprofundam os debates e preparam a deliberação para os debates nas plenárias de eixo. E depois a plenária final. Tudo isso é determinado pelo Regimento Interno da Conae.

Como coordenador, fiz um bom trabalho de aceitar as proposições que eu concordava e que eu discordava. Não tenho problema de perder no debate, a Campanha não teme o debate, mas precisa do debate. Vencer com uma emenda, a partir de uma polêmica, é mais útil, muitas vezes, do que ganhar por consenso. Então, como

coordenador, organizei muito bem o debate. Os delegados podem destacar o conteúdo do Bloco 3. Feito o destaque, é votada a admissibilidade e, depois, é discutido o mérito e votado o mérito. Aprovamos todos os destaques em globo e fomos para o mérito. Com isso, o debate do Eixo de Financiamento foi mais qualificado, destencionado e gerou uma deliberação mais coerente. O Eixo ficou redondo e legitimado.

F.: A CONAE 2010 contou com mais de 2.000 delegados, dentre natos oriundos de indicação nacional, eleições etapas sobre nacionais. Segundo informações contidas no portal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a entidade coordenou Eixo V e habilitou 135 delegados para participação nas etapas estaduais da CONAE. A Campanha dirigiu suas estratégias de intervenção a outros eixos temáticos? Agiu só no eixo V? Como foi isso?

D.: Sempre, todos os eixos. Sim, a gente entrevistou em todos os eixos. A nossa prioridade era o eixo de financiamento (Eixo V, em 2010) e o eixo de Sistema (Eixo I). O fato é: o que você faz quando tem um grupo muito qualificado em um tema, mas precisa atuar em todos? Você destaca quem é melhor para cada um, conversando com o grupo e distribuindo tarefas. Isso parte da própria vontade da pessoa, quando é possível, ou da delegação de uma tarefa, quando necessário. Teve gente que mesmo tendo vontade de ir para outro eixo, mas era muito hábil em uma questão específica, então a gente mandava para aquela outra questão. Embora a Campanha tenha uma história na área de financiamento, a grande disputa do coração dos ativistas da Campanha é pelo tema da diversidade, não pelo eixo de financiamento. O eixo de financiamento é praticamente o eixo de todos. Então, todos sabem debater financiamento. Só que o eixo de diversidade é aquele que mobiliza o maior número de pessoas na sua identidade individual e acaba que esse é o eixo que a maior parte da delegação da Campanha quer. (Na CONEB, inclusive, teve uma sacanagem: a determinação de quem vai para cada eixo era determinada por uma bolotinha, um sorteio, daquelas bolinhas coloridas de papel da piloto, sabe? Bolotinha coloridinha. Daí, uma militante nossa, sem eu saber, foi até uma papelaria comprou um monte dessas bolotinhas e habilitou todos que ela queria na diversidade (risos...). Eu odiei isso, quando soube. Tem que cumprir a regra: quem está em cada uma, pela bolinha, deve ir para o Eixo da bolinha, cuja distribuição era aleatória. Gerou uma baita briga. Levei o caso para a Comissão Organizadora, assumindo o ônus. Depois, o MEC liberou. Participava do Eixo quem quisesse participar, isso na CONEB). Mas na CONAE 2010 não, era a inscrição. Era bem preciso o processo. Vinha no crachá, para qual eixo você estava designado, etc, conforme sua inscrição prévia, que no caso da Campanha correspondia a

uma deliberação coletiva, que levava em conta a vontade individual, mas não apenas. Mas então, a gente participou de todos, ou melhor, nossa delegação esteve em todos os Eixos. E o que eu posso dizer é que a maior parte da delegação da Campanha, se pudesse escolher sem negociação, só pela vontade individual - que era sempre considerada, mas não era o elemento decisório, como eu disse - escolheria o eixo de diversidade, e o que menos escolheria seria o eixo de valorização dos profissionais da educação, porque não divergíamos tanto da posição da CNTE, que era quem dominava o eixo. Então, a Campanha, a ocupação, se dava mais no financiamento e no de diversidade, mas estava presente em todos os Eixos e essa presença era menor no eixo de valorização dos profissionais da educação, até porque, essencialmente, o debate de valorização era muito decidido no financiamento, por conta da viabilização financeira da política salarial e de carreira.

F.: Por falta de acesso a alguns documentos, não consigo saber exatamente como era essa dinâmica das conferências, das votações. Qual era o impacto da presença de vocês, em termos de proporção?

D.: Em primeiro lugar, o mais importante foi conquistar espaço nas comissões organizadoras da Coneb e da Conae de 2010 e 2014, a última já a Comissão Organizadora como atribuição do FNE. Na verdade, o fundamental foi entrar na Comissão Organizadora da Coneb, o que somente veio após audiência com o Ministro Fernando Haddad, em 22 ou 24 de agosto de 2007, preciso confirmar. Depois, nas comissões organizadoras, a luta foi para coordenar o eixo de financiamento da educação. Sempre conseguimos, pela força de nosso trabalho. Na Coneb de 2008 foi o Eixo III: “Construção do regime de colaboração entre os sistemas de ensino, tendo como um dos instrumentos o financiamento da educação”, na Conae de 2010 foi o Eixo V: “Financiamento da educação e controle social”, e em 2014, o Eixo VII: “Financiamento da educação: gestão, transparência e controle social dos recursos”. Como coordenador do Eixo, você fecha a redação do Documento Referência do Eixo para apresentar para a Comissão de Sistematização e, em sequência, para o Pleno. Depois, formula o Documento Base, avaliando quais emendas vão para os Blocos 1, 2 e 3. Isso significa dizer que você determina uma primeira avaliação a ser validada pela Comissão de Sistematização e, depois, pelo Pleno, mas já sai muito na frente. Pode conferir, os eixos que coordenei estão precisos, não há contradições. Se o coordenador de eixo é dedicado, ele favorece uma deliberação consciente nas plenárias de eixo e na plenária final. E a clareza favorece as deliberações. Isso facilitou uma boa

construção da Meta 20 do PNE, que é a mais clara e com melhor fio lógico em termos de redação.

Feito isso, é preciso garantir uma boa delegação. A gente procurava dividir a delegação. Agora, a delegação da Campanha era muito maior do que os 54. Vinha gente de outros segmentos, que tinham uma posição próxima da Campanha, e vinham juntos. Depois de perder para nós na Coneb, a UNDIME sempre compôs com a Campanha nas Conaes. Era uma composição dolorida, por que o MEC pressionava a UNDIME para que seguisse a posição dele, mas em geral, compunha com a Campanha. Então, a gente dividia os 54 e mais esses. Só que dividia os 54 porque esses eram obrigados a seguir uma posição acordada entre todos. Os outros, que eram esses que vinham, a gente exigia, mas não existe um mecanismo de coerção.

F.: Bom, fechando a CONAE, poderia discorrer, brevemente, sobre o que acha mais relevante acerca das estratégias de intervenção da Campanha? Em relação a formação desse consenso, à votação...

D.: Bom, no caso da CONAE 2010, a gente fez um grande debate em Brasília. Foi numa casa de Retiro da Igreja Católica, em Brasília, com apoio do Instituto C&A. A gente fez um encontro nacional para discutir a nossa intervenção em 2009 para as etapas estaduais. A gente ganha muito terreno nas estaduais, aprova tudo que a gente decidiu aprovar com facilidade e chaga na etapa Nacional já muito preparado. Todos os dias da conferência nacional a gente pediu para o MEC designar uma sala para nós, para fazermos a reunião de delegação – o MEC cumpriu. A reunião de delegação era uma reunião que demorava o tempo necessário, mas que a gente discutia tudo o que era divergente e procurava estabelecer a pauta geral, a afirmação dessa vontade geral, e designava as estratégias de intervenção: quem ia falar, em que ponto, e o quê. Era uma delegação muito preparada. Em termos de conteúdo, a nossa principal preocupação era afirmar o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), como prioridade absoluta, a demanda dos 10% do PIB e um Sistema Nacional de Educação que reconhecesse o papel coordenador da União, mas que não excluísse os Estados e Municípios do processo de tomada de decisão e a gente conseguiu. Teve uma decisão que a gente perdeu, que estabelecia, pedia para criar um conselho gestor de sistema entre União, Estados e Municípios, e ficou afirmado uma posição petista e do PCdoB, de quem teve tomar a decisão é a União. Mas que pra CONAE de 2014 isso já tinha mudado, a gente já tinha conseguido reequilibrar o jogo de forças. Tinha uma questão também importante que era tensionar o Ideb. Na Conae de 2010 significou a edição do artigo 11 do PNE, que é o SINAEB, que a gente conseguiu uma

regulamentação, mas que foi revogada pelo governo Michel Temer (ou seja, se foi revogada, é por que era uma questão tensa) e assim que a gente conseguiu fazer a coisa avançar. O Sinaeb, tanto na Conae, quanto no PNE, é fruto de emenda nossa com o Cedes da Unicamp. Não constou do texto original do Plano, pois o MEC é apologista do Ideb, mas foi apresentado – não como esse nome na Conae –, aprovado e virou emenda aprovada no texto sancionado do PNE. Porém, na pauta da avaliação, o Inep de Temer é muito recuado e revogou a proposição de regulamentação que construímos no Inep.

F.: O Fórum Nacional de Educação foi instituído no fim desse processo da CONAE, né? Pode descrever como foi o processo de incubação da criação desse órgão?

D.: O Fórum tem uma história, que é uma história engraçada. A emenda em que se deu a criação do Fórum não conseguiu aprovação em cinco estados, que era uma emenda da Campanha, mas como todas as outras entidades, a gente achava que era uma emenda que ia passar fácil, então não teve controle nas etapas estaduais da Conae 2010. Por que não teve controle? Só a gente acabou apresentando, as outras entidades não apresentaram, todo mundo dava como certo. E a emenda dizia o seguinte: “O FNE deveria ser o espelho da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Educação”. Isso estava no Eixo I e ficou no bloco III. Ai, a gente articulou com o Abicalil (Carlos Augusto Abicalil, deputado federal à época e coordenador do Eixo I), que é um deputado que estava na comissão organizadora da conferência, que era um dos coordenadores do Eixo I, para resgatar essa emenda para debate na plenária nacional, para a gente fazer um acordo de redação no plenário no plenário final, que era uma exceção. Então, teve que aprovar a exceção no plenário, daí chegamos no texto, que era um texto consensual, que é o que está no documento final da conferência. Daí, começa o processo de negociação com Haddad, que não queria criar um Fórum, porque ele achava que o Fórum era muito grande, que o Fórum não tinha uma visão muito clara. Na eleição de 2010, a gente conseguiu, no dia 15 de outubro de 2010, numa reunião com a Dilma (isto tem até foto, está tudo no site antigo da Campanha, eu teria que passar site antigo da Campanha para você poder acessar os documentos). Nessa reunião com a Dilma, dia 15 de outubro de 2010, a gente acordou que o Fórum precisava ser criado e ela topou - Serra também topou, conversamos com os dois. Então, ficou meio constrangedor para o Haddad dizer não. E, ai, foi um processo cumulativo, que também não teria acontecido se não fosse a nossa pressão para lançar o PNE. E, ai, o Lula não só quis lançar o PNE, como quis divulgar o Fórum, buscando distensionar com o Haddad. O Haddad disputava nesse momento se ele ia continuar como ministro (a Dilma não queria, mas Lula queria e ele seria candidato). E ai, a gente faz um

processo de pressão, e ele - para dar uma boa notícia, porque ele só tinha feito sacanagem com a gente, né? Só tinha descumprido o que tinha sido combinado... (o Haddad, ele somente descumpriu uma vez um combinado: foi em relação ao FNE e ao PNE, todos os outros combinados que nós fizemos com ele, inclusive na tramitação do PNE, ele cumpriu, também porque aprendeu). Em relação ao Fórum e ao PNE, ele descumpriu o combinado porque ele sempre retardou, e se não é a gente pressionar e saber da intenção do Lula de lançar o PNE no dia 27 de dezembro, imagina! Se sai o PNE no dia 27 de dezembro, ninguém critica! Parece uma ótima notícia de final de ano. Então, foi assim que surgiu o Fórum. O Fórum surge como uma boa notícia perante uma má notícia, perante um descumprimento de acordo. O fórum também estava no acordo, mas era muito mais difícil instituir o Fórum do que ter o texto do PNE. O texto do PNE, o Lula ia divulgar uma hora, mas do fórum ele poderia abrir mão. Tem uma outra questão. A liderança do fórum era de um campo dentro do PT que não era um campo que conversava muito com Haddad, que era o campo do Chagas. Isso é tão real que o Chagas cai em 2007, ele era secretário de Educação Básica, ele é demitido. Na época o Haddad era tão desconhecido que nos jornais saiu assim “Paulo Haddad” - não era Fernando Haddad – “demite secretário de educação básica”. E, aí, por pressão do Chagas, da CNTE, o Chagas sai da Secretaria de Educação Básica e vai para Secretaria Executiva Adjunta. Ele caiu porque você sai de uma secretaria para ser adjunto em outra... Só que ele “caiu para o andar de cima”, do lado do ministro. E, aí, então não aceitar o fórum está também dentro dessa vertente de o Haddad, que não tolerava muito esse grupo, que era o grupo dos sindicalistas dentro do PT, do núcleo de educação do PT, ter que engolir.

F.: Fechando a CONAE, a Campanha considera que os resultados da CONAE 2010, formalizadas no Documento final, acolheram os objetivos principais...

D.: Totalmente. Só uma questão que ficou em aberto, que aí o plano e a conferência de 2014 resolve, que existe uma visão naquele momento de que a União deveria ser a condutora de todo o processo de gestão da política educacional. É bom porque o tempo ensina também. Eles tanto se decepcionaram - quem defende essa tese - com as próprias atitudes do MEC, não só na gestão do Haddad, mas também na gestão do Mercadante, como também percebem hoje que se você dá todo poder para União, chega um governo irresponsável ilegítimo, como esse do Temer, e destrói tudo. Você tem que criar, dentro de uma estrutura institucional, como Sistema Nacional de Educação, tem que ter um contrapeso.

F.: CONAE e Poder Executivo. Em relação ao conteúdo do Projeto de Lei, ele pode ser considerado fruto da CONAE?

D.: Não, o projeto de lei original, não. Ali, era o que o MEC queria fazer, pinçando da CONAE o que para ele era interessante. Nós tivemos reuniões com o Haddad, na época. Ele apresentou algumas questões sobre o plano, a gente divergiu, ele não quis apresentar mais. Ele ia lançar o PNE somente no dia 27 de dezembro, a gente fez adiantar... O Haddad também nunca apostou na Conferência. Ele achava que a Conferência nem seria respeitada dentro do Parlamento. (Tem um texto dele, em que ele não é o autor explícito, mas eu sei que foi ele, ele disse que foi ele que escreveu, um texto sobre as legislações que foram geradas na gestão dele. Ele praticamente coloca Governo e Parlamento como autores. Ele não conseguiu entender a sociedade civil como esfera, porque ele não sabe perder, não tem muita generosidade. Só que ele perdeu todas as questões que disputou para sociedade civil, normalmente, liderada pela Campanha). O que acontece é que, como o governo dá a última palavra, a história é escrita sempre como sendo uma posição do governo. “Ah, o governo quis o FUNDEB”, mentira! “O Governo quis a Emenda Constitucional 59”... não com um artigo 208 reformado na questão dos insumos para Educação Básica, não na mudança do artigo 214, porque isso é conteúdo nosso, porque a gente vai lá pinçar da CONEB. Se você quiser pegar um momento, se você quiser um momento seminal... do que aconteceu com a CONAE, é a reforma da Constituição da Emenda 59. Por que a gente conseguiu fazer com que os Parlamentares não só atuassem sobre a DRU (desvinculação das receitas da União), que era uma posição que o MEC defendia, mas conseguiu fazer com que eles reformassem os artigos 214, 208, 206, para alterar questões que eram importantes para a CONEB, aprovadas pela Coneb. Agora, a gente viu o “Todos Pela Educação” dizendo que foi ele! Se você perguntar quais foram os debates... essa é uma questão. Se você chegar para um ator da área e perguntar quais foram os impactos, as negociações, para aprovar a reforma do artigo 214, não sabem dizer! E no artigo 208? Menos ainda. A extensão da obrigatoriedade “foi fruto de um seminário que aconteceu em Buenos Aires, do Unicef, que criou o ambiente para alterar o art. 208 e estender a obrigatoriedade da educação secundária, do Ensino Médio”. Isso era a posição do MEC, também. O MEC se convenceu disso, até porque era a Pilar Lacerda, a secretária de Educação Básica, e a irmã dela, que era a Salete, que era quem tinha organizado o seminário com do Unicef, porque era a coordenadora de Educação. Então, tinha posição nossa, mas tinha a posição do UNICEF e do MEC. Mas as alterações, no artigo 214, eles não queriam e a gente ganhou, nem da extensão dos insumos do 208. Então é um pouco isso: o governo, no final, diz que foi tudo

ele. Essa é uma habilidade do lulismo que a Dilma não seguiu. Quando ela não faz uma cerimônia de solenidade para sanção do PNE, sem vetos, ela está assumindo que ela está desgostosa com a matéria. E a dos royalties, que ela também perdeu, ela faz com o Mercadante, dizendo: “quem teve toda essa ideia foi a Dilma”. Mentira! Não era ideia dela, o fundo social do pré-sal para educação foi vitória nossa. Então é isso, a luta com o governo é sempre desigual, mas o que importa é a vitória na matéria.

F.: No tema do financiamento e do controle social, então, as principais divergências entre o projeto de lei apresentado eram...

D.: Era o sistema CAQi-CAQ como base para o financiamento da educação pública com o CAQi, sendo padrão mínimo de qualidade, e o CAQ, o padrão de qualidade; os 10% do PIB, mas indo além da mera questão do valor, porque eles apresentam o PNE com 7% do PIB considerando investimento público total, ou seja, incluindo as parcerias público-privadas – e a gente defende os 10% do PIB para educação pública, exclusivamente, dinheiro público apenas para a educação pública, como era a tese do [sociólogo] Florestan Fernandes; a regulamentação do Sistema Nacional de Educação em regime de cooperação e colaboração, o primeiro regulamentando o parágrafo único do Art. 23 e o segundo o Art. 211, especialmente o parágrafo primeiro.

Creio que esses eram os 3 temas que eram insuportáveis para o MEC. E o MEC defendia a Lei de Responsabilidade Educacional como ação civil pública, que era a posição do Haddad. Esse era um ponto de consenso entre nós, Campanha e MEC, mas com divergência com o setor empresarial. Agora, tramitou um pouco a LRE e o texto é mais ou menos, embora positivo para a regulamentação do CAQi. A gente nem se preocupa muito também, porque tramitou só para o governo dizer que está avançando em alguma agenda do PNE, é a estratégia 20.11. Então, esses eram os pontos que eram mais polêmicos, regulamentação do sistema nacional de educação e do regime de colaboração, a partir do 23º parágrafo único e do art. 211 da Constituição Federal, os 10% do PIB e o ponto que era mais polêmico e mais insuportável do governo, que era o CAQi. Até hoje! O Governo Dilma designou um Secretário, que era o Binho Marques, ex-governador do Acre, só pra isso. O trabalho do Binho, no final, era praticamente só pra bater no CAQi, desconstruir o CAQi.

Fernanda, sobre as Conferências, vale dizer: o sistema CAQi-CAQ não entrou na Conae de 2010. Tudo que está aprovado na Conae de 2010 como CAQ significa CAQi. Ocorre que, naquele momento, o único estudo de CAQ que estava disponível era o nosso. Ou seja, o CAQi era a proposta de CAQ da Campanha e do Conselho Nacional de

Educação, na forma do Parecer CNE/CEB 8/2010. Na tramitação do PNE, em uma negociação com o [Angelo] Vanhoni, relator da matéria na Câmara dos Deputados, propus junto com o Angelo Souza, professor da UFPR, assessor do Vanhoni e membro do PT do PR, e com o Marcos Cordioli, que também assessorava o Vanhoni, a ideia de que o CAQi era o primeiro passo e deveria ser implementado em 2 dois anos da vigência do PNE, sendo parte – inclusive, vale ressaltar – da regulamentação do SNE. Ou seja, o CAQi é o modelo de financiamento da educação básica do SNE, bem como o Sinaeb é o modelo de avaliação da educação básica do SNE e a Base Nacional Comum Curricular o paradigma de currículo. Já o CAQ seria definido a partir do terceiro ano do PNE e implementado, progressivamente, até o décimo. Assim, um é padrão mínimo, outro é padrão de qualidade. Um aspecto importante: segundo o Art. 214 da Constituição Federal, o PNE articula o SNE. Ou seja, o PNE é a agenda do SNE, determina quais são as diretrizes, metas e estratégias do esforço conjunto da União, Estados e Municípios. Esse esforço conjunto é operacionalizado política e administrativamente pelo SNE. Mas como o primeiro PNE após a reforma do Art. 214, por meio da EC 59/2009, não conta com um SNE, construir o SNE ficou, como Lei Complementar, agendado no PNE. E o prazo é o mesmo da implementação – e não definição, pois isso já foi feito pelo Parecer CNE/CEB 8/2010 – do CAQi, da BNCC e do Sinaeb (que não tem prazo, mas era essa a ideia).

F.: Bom, iniciando o processo legislativo. O PNE de 2014/2024, aprovado pela lei 13.005, teve longa tramitação. Na Câmara dos Deputados sofreu quase 3.000 emendas, acrescidas mais 449 ao primeiro substitutivo do relator; no Senado sofreu importantes alterações nas três comissões técnicas pelas quais passou, também com centenas de emendas. Há importantes registros oficiais sobre a influência destacada da Campanha no processo legislativo do PNE. Como se deu essa incidência da Campanha no processo durante toda tramitação? Em quais temas e metas mais atuou? Poderia, na sequência, descrever como foi em relação à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal?

D.: Então, primeiro, no processo legislativo, seguindo essa estratégia de manter a intensidade, controlar a intensidade do jogo e controlar o ritmo do jogo, a gente utilizou janeiro, porque ninguém trabalha em janeiro no Congresso Nacional, para poder preparar nossa posição. Logo, no início de janeiro, a gente apresenta um CD querendo criar aquela avalanche de emendas, que conseguimos. A gente entrega para Fátima Bezerra, que na época foi a relatora do Plano (ela foi a primeira relatora designada e o Vanhoni o presidente da Comissão. Depois, eles invertem, Vanhoni se torna o relator e a Fátima, presidente da Comissão de Educação). Quando o Haddad percebe que vai ter uma

avalanche de emendas, ele tem que criar uma alternativa de tramitar rápido o PNE, para se resguardar no controle do jogo. A tese do governo é que se eles trabalhassem rápido, poderiam ter maior controle da matéria. Daí, a nossa estratégia foi atuar pela tramitação do PNE, pela regra de tramitação, pois o posicionamento público crítico ao Plano na versão de Haddad já tinha penetrado e a avalanche de emendas provava a fragilidade do texto do Governo; agora era agir sobre a forma de tramitação, pois o produto de um processo político é sempre determinado sobre a forma como ele é decidido, elaborado. Primeiro, nossa reivindicação era por uma tramitação normal, porque a tramitação em Comissão Especial era uma “forção” de barra regimental, não era aceitável. Num determinado momento, a gente teve a fidelização da Fátima a essa tese, porque ela era a presidente da Comissão de Educação e ela queria comandar... não, comandar não é uma palavra justa com a Fátima... ela queria poder ter controle da agenda, dar o ritmo. Ela tinha sido uma ótima relatora do FUNDEB, a gente ficava muito tranquilo com ela na liderança da tramitação do PNE. E, aí, o governo pressionava pela Comissão Especial. Então, qual foi nossa estratégia: a gente esticou o máximo possível a corda, o Haddad liga para o Carlos Eduardo Sanches (ele não teve coragem de ligar direto para mim) e pede uma audiência com a Campanha para negociar a tramitação do PNE. O Carlos era o presidente da UNDIME. Daí conversa vai, conversa vem, clima tenso... e no meio da audiência, o Haddad pega o telefone e fala: “vou ligar para o presidente da Câmara, vou dizer que a Campanha quer atrasar o PNE e dizer para encerrar a ideia da Comissão Especial”. Nós dissemos: “tudo bem, liga”. Ai, ele fica desconcertado. Em negociação, somos duros, não cedemos, e, aí, eu apresento uma proposta de solução do caso: “a gente só vai aceitar a regra de tramitação. Se tiver 80% da Comissão Especial proveniente da Comissão de Educação, ou com histórico ligado à área, concordamos com Comissão Especial, caso contrário, não tem acordo”. (O Abicalil era o secretário da SASE na época e ele estava revoltado porque a gente estava determinado a regra. Ele sabia da importância da dinâmica de tramitação no Parlamento, tinha sido parlamentar). O que o MEC e o Palácio do Planalto queriam era lotar a Comissão Especial de gente vinculada à Comissão de Finanças e Tributação e inviabilizar a tramitação do Plano na questão do financiamento. Ai, o Haddad percebeu que não tinha volta e falou: “Tá bom, eu aceito”. E ele bancou o acordo. Tanto é que eu lembro de uma vez que o Gastão Vieira (PMDB-MA), que era o presidente da Comissão Especial (porque logo que se cria a Comissão Especial, coube ao PMDB indicar a presidência e ao PT, a relatoria. Gastão Vieira era ligado ao Sarney, foi presidente da Comissão de Educação, depois foi ministro da Dilma, do Turismo. Vanhoni ficou como

relator, permaneceu). Então, eu lembro dele pegando o telefone, na minha frente, e falando para o Haddad: “esse menino aqui está dizendo que você aceitou esse acordo”. O Gastão Vieira desligou o telefone e disse: “Como o Haddad fecha esse acordo com vocês?”. Agora, ia ter que cumprir o acordo, caso contrário, a gente já tinha divulgado para imprensa... O Haddad cumpriu com a palavra – que tirando o caso do texto do PNE, sempre foi a regra. Bom, botamos na Agência Brasil... “Agora vocês vão ter que cumprir, senão a gente vai pra cima, vai desmoralizar todo mundo que for da Comissão”. Tem hora que você tem que utilizar esse tom, o constrangimento também é ferramenta política. É claro que não se tem governabilidade sobre o constrangimento, se vai surtir efeito ou não. Ultimamente não tem surtido, mas eles ficaram com medo, naquela época, claro... aí eles toparam. Daí, começou o processo de discussão do prazo de emendas no meio disso. A gente já tinha conseguido demarcar que o texto era insuficiente, ruim... fizemos a avalanche de emendas, participamos da regra de tramitação... O próximo passo era fazer o governo apresentar uma justificativa do porquê ele ter apresentado um Plano desse jeito, porque se ele não fizesse isso, só as emendas não sustentariam a mudança do texto do Plano. Então, a gente exigiu que o governo apresentasse um documento, que ele transformou em dois: a gente queria um diagnóstico das metas do Plano e uma planilha de custos. Ele decidiu dividir em dois documentos, o que é estranho – mas foi suficiente. Qual era o nosso objetivo? Era mostrar a necessidade dos 10% do PIB, a partir do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi). Na realidade, no início, a gente defendeu os 10% do PIB porque era uma aprovação da CONAE, só que a gente achava que não ia dar 10% do PIB, necessariamente. Se tem algo que não abrimos mão é do princípio de justiça: era preciso calcular, na ponta do lápis, quanto custa o PNE. E, aí, pegamos as projeções do MEC, que chegaram apenas em abril, maio... aperfeiçoamos – havia erros nas projeções do MEC – projetamos o CAQi para Educação Básica e fizemos um acerto na Educação Superior e o resultado deu 10,38% para o PIB de dinheiro público para a educação pública, que é o resultado da Nota Técnica escrita por mim e pelo Luiz Araújo. Então, aceitamos boa parte das projeções do MEC e dissemos: “tudo bem, vocês têm essas projeções, aqui e ali precisa aperfeiçoar, mas vocês não pensam a qualidade, a gente pensa. E pensando qualidade, tem que sair de 7% para 10%, apenas incluindo o custo do CAQi, normatizado pelo CNE”. Este foi um ponto de virada na tramitação do Plano. Além disso, a gente se utilizou de uma outra estratégia, que foi uma estratégia mais difícil: ocupar a primeira audiência pública. Isso foi impressionante. Porque eu estava em São Paulo, o escritório da Campanha era na Morato Coelho, eu estava nervoso porque a gente não tinha recursos para ir para Brasília.

Estava com nosso pessoal de Brasília lá presente, coloquei a Fátima Bezerra, o Paulo Rubem Santiago e o Ivan Valente para exigir a participação da Campanha na primeira Audiência. O Gastão Vieira queria colocar todo grupo empresarial, jamais nós. Eu sabia que na primeira Audiência a gente devia estar! (Igual quando você joga truco: quem desce a primeira, tem muita vantagem). A primeira audiência era sobre qualidade de educação, sobre financiamento, era muito importante. Eles pressionaram tanto que o Gastão Vieira me ligou, já muito perto de acabar a reunião. Ele ligou meio certo de que eu não ia atender, que não ia dar: “Você consegue vir amanhã para audiência pública? Eu não vou te pagar a passagem, o Requerimento eu já aprovei, você não estava previsto, agora estão querendo que você entre”. Daí eu brinquei com ele e falei assim: “Amanhã, eu estou aí, nem que eu pague do meu bolso”. Ele falou, com uma voz meio desanimada, para o plenário da Comissão Especial: “Ele falou que pode vir, então”. Daí eu fui na audiência pública, paguei do meu bolso – tinha que ir. Na primeira audiência pública, o grande argumento – ainda não tinha a Nota Técnica do PNE, ainda não tinha esse argumento – foi mostrar, pegando os números do Pisa [a avaliação de proficiência da OCDE], que a questão da qualidade se comprovava como a necessidade de um custo-aluno adequado, como o CAQi. O CAQi se baseou nas escolas federais, especialmente as técnicas, e estaduais de São Paulo, que são as melhores escolas de educação básica do Brasil, a nossa ideia quando começou a construir o CAQi era fazer com que o alto padrão de qualidade das técnicas federais e estaduais de SP se multiplicassem para todas as escolas. Daí eu levei esse argumento mostrando que no “PISA”, se o Brasil tivesse o padrão das federais, que têm um custo aluno-ano muito diferenciado e que é muito próximo do CAQi, que o Brasil teria uma outra qualidade da educação e que o debate do PNE tinha que enfrentar a questão do financiamento. Isso virou chavão! Virou a linha. Foi aí que a gente determinou o jogo. Então, estar presente na primeira Audiência Pública é muito decisivo, desde que você saiba aproveitar o momento e o espaço. Você determina a lógica do debate sobre o Plano. Claro que a gente tem que estar presente na primeira audiência pública e gerar fatos políticos que subsidiem o resultado. Depois dessa audiência pública, o Gastão Vieira quase odiava a gente, estava revoltado com a nossa incidência. E ele decidiu – como todo parlamentar decide (o Haddad fico p*** com isso) – fazer seminários em todas as Assembleias Legislativas Estaduais. A primeira? No Ceará. Justo o lugar onde a gente tem a maior base, o maior Comitê! Que era justamente do pessoal que quis fazer emendas mais avançados do que as nossas no PNE. Fernanda... nós lotamos aquele auditório da Alece! Ele saiu da audiência pública e foi para um seminário na semana seguinte, no Ceará. Quando ele chega

lá no seminário, aquele povo da Campanha... PNE pra Valer! Cartaz de 10% do PIB, CAQi... ele chegou lá e viu que a gente estava estourando a pauta. Quando ele voltou para Brasília, me procurou e falou assim: “Daniel, desisto, agora vou trabalhar com vocês. O que vocês acham que tem que fazer aqui?” <risos>. O jogo tem que ter esses processos. É claro que sim, encadear eventos também um pouco de sorte e habilidade, mas tem sorte também. A gente conseguir encadear as coisas e deu muito certo. A audiência no Ceará marcou todos os Deputados, porque foi muita gente, lotou a Assembleia Legislativa. E era “10% do PIB”, e era “Custo Aluno-Qualidade”, era “MEC não respeitou a CONAE”. Então, a coisa tinha uma força... teve movimento de pessoas com deficiência pela educação inclusiva (que naquele momento estava muito forte)... são os jogos de equilíbrio.

F.: Quais partidos foram os partidos e os congressistas interlocutores da Campanha nesse processo?

D.: Todos. O Gastão Vieira (MA), Lelo Coimbra (ES) e Raul Henry pelo PMDB – mas, sempre tensionando a favor do governo. Pelo PT, praticamente a bancada toda, mas no início o Vanhoni (PT-PR), como relator, teve muita interlocução, mas nem sempre com muita simpatia às nossas posições, porque tirávamos ele da zona de conforto, além de tensionar com ele o protagonismo da matéria, via imprensa, porém, ele sempre nos tratou com respeito. Gilmar Machado (MG), Newton Lima (SP), depois a Margarida (MG), mas a principal interlocução foi com a Fatima Bezerra (RN), que se tornou nossa principal interlocutora no Congresso Nacional desde a tramitação do Fundeb, quando foi relatora da matéria. No PSOL, Ivan Valente (SP) e Chico Alencar (RJ); do PSB, na época, o Glauber Braga (PSB-RJ, hoje PSOL-RJ) e o líder – que não era da Comissão Especial, mas era um aliado, o Beto Albuquerque (RS) – hoje sem mandato; Dorinha do DEM (TO); Paulo Rubens Santiago (PE), do PDT. Átila Lira (PI) – que navega nos partidos. No PCdoB, a Alice Portugal (BA), mas com interlocução com Orlando Silva (SP), Gustavo Petta (SP) e Chico Lopes (CE). Aliás, pela força do nosso Comitê Regional... o Ceará é um caso à parte, pois todos os deputados do Estado nos apoiaram – de dentro e de fora da Comissão – especialmente Eudes Xavier (PT), Artur Bruno (PT) e Chico Lopes (PCdoB), como eu disse. Mas não fica restrito a isso. Nas bancadas sempre tivemos apoio também, garantindo participação em reuniões de bancada, especialmente no PT, PDT, PMDB, PSOL e PSB, mas também conversamos com PSDB. O PP sempre foi o partido mais fechado, o que pode ser explicado pelo tamanho, que é menor, e à fidelidade canina ao governo e abriu pouco espaço – talvez pelas justificativas decorrentes das investigações recentes de corrupção, especialmente a Lava-jato. O PP, no PNE, foi o partido mais fiel ao Planalto.

Consegui muito espaço no PMDB e foi o Eduardo Cunha que abriu esse espaço. A questão é pragmática: nós constrangíamos o governo e isso o interessava. Mas não havia comprometimento real com a pauta da educação, obviamente. Era difícil conversar com ele, mas eu precisava ver o cargo, o papel institucional, não a pessoa que ocupava esse cargo. Para fazer advocacy é preciso ir além. O PP, vale retomar, tivemos alguma reunião, alguma conversa com Esperidião Amin (SC), normalmente ele nos recebia em pé ou conversava rápido nos corredores. Mas quem mais abriu mais espaço foi o Waldir Maranhão.

F.: O que você acredita, Daniel, dentro desse assunto de mecanismo de pressão, discurso da CONAE, a mídia, etc, o que você acredita, nisso tudo, que tenha levado esses interlocutores a acatar suas propostas de emendas e suas intervenções, de forma resumida?

D.: Há um circuito aí. Toda vez que vamos para Brasília – e íamos toda semana enquanto tivemos apoio do Fresce, colaborando com o apoio do Instituto C&A – enfim, quando vamos para o Congresso, enviamos um alerta para a imprensa. Ou seja, avisamos o que vai ser feito. Quando chegamos à Brasília, nunca estamos sozinhos, pois reúno – no mínimo – a Vivian da UNDIME, a prof.^a Catarina de Almeida Santos (UnB), do nosso Comitê DF, estudantes, quem tiver em Brasília da nossa rede, do Comitê Diretivo... Discutimos nossa estratégia e partimos, juntos, para o Congresso Nacional para conversar com os parlamentares. Fazemos o alerta para a imprensa já com uma análise técnica da questão que vamos abordar em Brasília, depois, com o grupo, aprofundamos e testamos a argumentação. Fica tudo encadeado. Somos muito legítimos, pela nossa pluralidade e História, então, por isso, nossa posição penetra mais, ou seja, a argumentação técnica, somada com a nossa capacidade de articulação e ocupação da mídia, mais do que a mobilização – a mobilização só é eficaz no nosso caso, pra gente que não tem recursos, nem massa, não somos um movimento de massa, em momentos específicos, como foi no Ceará ou como o como foi nos tuitaços – enfim... essa tríade argumentação técnica, imprensa e articulação, mais do que mobilização, monta uma espécie de pirâmide do convencimento.

Eu citei os tuitaços. Nesse caso, a gente também utilizou uma estratégia diferente da maioria das pessoas e instituições com os tuitaços. A maioria das entidades tenta ocupar os “*Trending Topics*”, um negócio praticamente impossível, porque você está disputando com todos os adolescentes que não tem nada o que fazer. Nós direcionamos o tuitaço direto para o parlamentar. Então, a gente fazia tuitaço “arroba o nome do parlamentar”, dizendo: “se você não votar pela educação, não vai cumprir compromissos do mandato, seus eleitores

estão sabendo”, ou seja, expunha o parlamentar. Então isso também tinha uma função. Mas o tuitaço é muito no jogo da pressão, é uma agenda negativa. Você está constrangendo e isso não constrói, só pode ser usado de vez em quando, você não pode ficar fazendo isso o tempo todo. Você tem que ter maior dedicação a construir. Para construir, considerando que a gente não tem os mesmos recursos políticos e financeiros do governo, a nossa opção é pela argumentação técnica, essa que atrai a imprensa, que é muito mais afeita ao “Todos Pela Educação” e às fundações empresariais, então precisamos sempre disputar com eles essa primazia – como não temos poder econômico, vamos pela legitimidade, pela argumentação mais apurada, pelo compromisso real com a escola pública. Então, a gente tem que conseguir atrair por outros caminhos, tem que ser pela argumentação técnica, pela nossa legitimidade, porque é muito mais eficiente também com os parlamentares. Eu costumo dizer que os parlamentares querem visibilidade. Trabalhando com o governo, eles têm acesso às emendas parlamentares, isso resolve a questão paroquial. Mas se eles almejam ir além do mandato de deputado federal, se eles querem uma vaga no Executivo ou uma cadeira no Senado, eles precisam de visibilidade e de uma causa. A educação é uma causa extremamente simpática. E quem trabalha conosco sabe que pode ganhar terreno nessa causa, pois temos seriedade, legitimidade e nosso mandato é em defesa do direito à educação.

F.: Uma última questão, a respeito do procedimento. No site da Campanha, bem como em notícias das outras entidades parceiras, há um fato a respeito da polêmica do recurso 162, envolvendo o Deputado André Figueiredo. Pode discorrer um pouco sobre isso?

D.: O Recurso 162 foi o seguinte... A gente aprova o relatório do PNE, no dia 26 de junho de 2012, na Comissão Especial, com o CAQi e os 10% do PIB para a educação pública. Durante o mês de maio, sofrendo muita ameaça e pressão do Governo e dos seus parlamentares contra os 10% do PIB, e com uma proposição de 8%, o Vanhoni, que tinha um outro cálculo, baseado em uma outra nota técnica, cheia de problemas, feita pelo Angelo Souza, primeiro veio com uma proposição de 7,49%, depois 8,29% - Agência Brasil deu isso com exclusividade, por que vazamos para a Agência Brasil. E aí, quando eu percebi que eles estavam querendo negociar conosco a defesa dos 8%... quem negocia, sendo governo, 8% -com todos os recursos do governo - é porque sabe que vai perder. E aí, eu disse: “não! Agora a gente vai a 10% de vez”. A UNDIME e a CNTE, angustiadas, foram pressionadas para aceitar os oito, e eu fechei um acordo com a UNE (na época quem representava a UNE nas negociações não era o presidente, era o André Vitral, irmão da

Carina Vitral, a última ex-presidente): vamos jogar todos pelos 10% do PIB para a educação pública! Campanha e UNE tinham muito apelo e isso deu sustentação à CNTE e UNDIME. Vencemos. Logo depois, a Dilma sai na imprensa dizendo que o Congresso é irresponsável, o Mercadante sai dizendo que a gente queria colocar mais um orçamento do MEC dentro do MEC, e a Ideli Salvati dizendo que era uma “gracinha” o que tinha sido aprovado. A alternativa do governo era tirar a terminatividade, a função terminativa da Comissão Especial, que lá atrás ele tinha lutado tanto para estabelecer, veja a ironia. Ou seja, o Governo queria levar a tramitação para o Plenário. E, aí, o quê que a gente fez? A gente combinou com André Figueiredo, uma figura brilhante, líder do PDT, que emerge mobilizado por nós e pelo Paulo Rubem Santiago, que na época era do PDT, e o Paulo Rubem Santiago era autor da emenda dos 10% aprovada... que a gente fez um teatrinho lá na tramitação do dia 26... a gente pediu para o Vanhoni apresentar o relatório com oito vírgula alguma coisa, se não me engano, 8,29. Ai, acordamos que um parlamentar pedisse destaque. Bom, primeiro há uma história do dia 26: não tinha ninguém lá [no Congresso], a Fátima Bezerra virou para mim: “não vai votar hoje”. Naquele dia organizamos uma atividade com a UNE, em frente ao MEC, aí eu falei para os meninos da UNE: “você vão para dentro dos gabinetes e comecem a pegar parlamentar por parlamentar e levar para o plenário”. Lá foi aquela galera linda (porque a gente tinha acesso ao Congresso, hoje não tem mais). Aquele caso da confluência de fatores: lota sala, graças aos meninos... de repente, vem o PT em peso para aprovar o relatório do Vanhoni (ainda apostando no relatório do Vanhoni). Tanto é que no vídeo do PNE, tá lá no Youtube, o Gilmar Machado fala: “não, o governo aceita os 10% do PIB”, foi meio constrangido... aí, criou aquela onda. E o negócio é criar uma onda, quando você cria uma onda, é muito difícil debelar a onda. O impeachment foi uma onda, várias questões são uma onda, os 10% do PIB foi uma onda... Ai, estava naquele clima de que ia aprovar o relatório do Vanhoni... daí, a gente faz estratégias. Voltando ao teatrinho: aprova o relatório do Vanhoni. Governo respira. Democratas apresentam o destaque da Dorinha, junto com o Izalci, do PSDB, de 10% do PIB de dinheiro público para tudo, inclusive parcerias público-privadas. Ivan Valente diz que concorda, mas o Paulo Rubem Santiago chama a atenção que não é só para educação pública, daí o Ivan Valente fala que não pode concordar, tem que ser dinheiro público para educação pública e vem a Dorinha e concorda... foi tudo combinado entre eles. O Ivan destaca o texto do Paulo Rubem Santiago e o leva o tema como proposta de consenso, e aí, foi.... O texto sai na Comissão Especial da Câmara com 10% do PIB de dinheiro público para a educação pública. O governo sentiu o baque e o que poderia fazer era apresentar um

recurso para levar a tramitação a plenário. O que ele já tinha negociado durante a semana. O Arlindo Chigália, que era o líder do PT, negociou com o Marco Maia, que era o presidente da Câmara e filiado ao PT gaúcho, e negociou todo o processo de tramitação. Ele apresentaria o recurso, iria para plenário, seria determinado um novo relator, haveria uma Comissão Geral e seria votada a matéria da forma que queria o Governo. Eles tinham mapeado tudo: a quantidade mínima de deputados, a ideia até de fazer uma comissão geral - ai, votar o Plano após uma Comissão Geral – ai, começou a disputa para ver se a gente ia falar, pois não queriam deixar a gente falar na Comissão Geral... Daí, a gente foi lá para o André Figueiredo, junto com o Paulo Rubem Santiago. E o PDT topou derrubar o recurso. Buscaram outros parlamentares e colocaram o Arnaldo Faria de Sá (que agora foi recentemente presidente da Comissão de Educação, mas que nunca tinha lidado com a Educação) para buscar a retirada de assinaturas... (Como funciona? Aqueles que assinaram o apoio ao recurso para levar a tramitação da matéria, ou melhor, a votação da matéria para o Plenário, esses signatários têm que retirar as assinaturas. Quem assinou, tem de retirar). E colocaram a máquina do PDT de envio de SMSs pedindo a retirada de assinaturas, o Arnaldo e nós fazendo tuitaços, ligando para os gabinetes, mandando e-mails. “Quem está com vocês?”, perguntou o André Figueiredo. “Explicitamente, nenhuma entidade do Diretivo da Campanha”, respondi. Por isso que eu digo, que essa coisa das entidades da Campanha não funciona perfeitamente. Nenhuma entidade do Comitê Diretivo veio junto, em público. Teve pressão do MEC. UNDIME, CNTE e UNCME cederam. As ONGs que nos apoiavam não tiveram condições de estar em Brasília. Ai, eu coloquei para o Comitê Diretivo: “a gente é contra o Recurso 162, a gente não vai aceitar porque ele vai fazer regredir tudo que a gente já conseguiu no PNE. Vocês estão de acordo?”, “ah, sim, mas a gente não vai se pronunciar”, “então, ótimo. Então, está fechado”... “Só que a gente não vai estar presente em Brasília”, completei. “Tudo bem, siga em frente”, disseram. Fui à JPL, que é do PPL, e é uma força dentro da UNE, a JPL veio junto com a gente (porque a direção da UNE também não veio) e a gente começa uma batalha para derrubada do recurso 162. Fizemos uma petição no Avaaz (até por conta desse processo, que nem teve muitas assinaturas, mas por conta do sucesso do processo, logo depois a equipe do Avaaz me fez uma proposta de trabalho, para eu sair da Campanha e ir trabalhar lá, porque eles perceberam que não era só ter muitas assinaturas, era ter resultado. O segredo não é você ter um milhão de assinaturas, é você conseguir mudar uma decisão legislativa). E a gente também faz outro tuitaço, os SMSs do PDT, o André Figueiredo e o Arnaldo Faria de Sá pressionando... resultado: até que o Governo consiga que a matéria seja levada a plenário e

inicie o debate, o Recurso 162 poderia ser derrubado. Chegamos em agosto e a gente tinha uma reunião com Marco Maia. Uma série de projetos estava tramitando, uma série de projetos. O governo da Dilma tinha lançado a ideia dos royalties, logo depois que aprova o PNE, que é pra dar uma acalmada na gente: “olha, não vai ser o PNE que vocês querem, mas vai ter os Royalties...”. Era uma baita demagogia, que não era dinheiro nenhum – aquele projeto dela era uma falácia, a Dilma pensava que éramos bobos. Mas a gente sabia fazer caldo. Bom, a gente deixou o governo de lado e foi trabalhando, em silêncio. No “PNE pra Valer!”, que é a nossa lista de comunicação por email, eu ficava: “a gente vai perder”. Fingindo que ia perder. Eles liam o “PNE pra Valer!”, pois vazava para o MEC. Pois nesse momento, já tinha entrado monte de gente na lista do “PNE pra Valer!”. Tudo o que passava ali, o MEC sabia no dia seguinte. Pessoas da própria UNDIME e da CNTE passavam pro MEC o que estava acontecendo. Fizemos o tuitaço, pegava cada parlamentar que tinha assinado e dizia: “você é inimigo de educação”. Fomos pro constrangimento. O André e o Arnaldo Faria de Sá retirando assinatura, e o governo achando que estava nadando de braçada, tranquilo... e que a gente estava desesperado, dizendo que ia perder. E, aos poucos, íamos conseguindo retirar assinaturas. No dia da reunião marcada com o Marco Maia, numa terça, para entregar a petição do Avaaz, a gente já tinha conseguido as assinaturas, na segunda. Por um erro de comunicação da Mesa Diretora, eles não informam o Marco Maia, que não desmarcou a nossa reunião (para entregar a petição do Avaaz). Eu ligo para o MEC, para o Chagas, para contar: “Vocês perderam, a gente acabou de derrubar o recurso 162, depois que estava tudo sacramentado!”. (Temos a foto com o banner do Avaaz, está na Campanha: o Marco Maia com uma cara horrível; o Wagner, presidente da CUT, p***; o Newton Lima p***; e a gente está feliz!) E isso foi esse grupo, aí, a Coordenação da Campanha, com o apoio da secretaria executiva da UNDIME - não a diretoria da UNDIME. Também tem essas coisas entre as entidades. A equipe da UNDIME ajudou, a diretoria jogou contra; o PPL (da UNE), o Arnaldo Faria de Sá e o André Figueiredo (eu brinco que a gente deve essa pro Arnaldo Faria de Sá e a Lei das Cotas para o Sarney, pois setores do Governo Dilma também eram contra Lei das Cotas e foi o Sarney quem fez tramitar a matéria no final).

F.: A meta 20 foi o ponto central do empenho da Campanha, pelo que se percebe...

D.: A gente atuou sobre todo o plano, mas a meta 20 era muito forte porque era a meta que viabiliza as outras metas. Esse foi um erro do MEC, de estratégia de comunicação. O Haddad, porque ele estava dando uma péssima notícia quando lançou o texto do Plano, uma vez que ele não incorporava a CONAE, ele disse que a meta 20 era a

meta que subsidiaria as outras metas do Plano e que ele garantia, sem apresentar nenhum cálculo, nenhum estudo, que 7% do PIB resolveria todo o problema do PNE. Ele cometeu dois erros de comunicação: deu muita ênfase à meta 20 (ele deveria dar ênfase às outras 19), e a gente aproveitou para trabalhar em cima disso, e ele afirmou que com 7% do PIB dava. Daí, como a gente conseguiu, via Dorinha, no requerimento de informação dela, fazer com que o MEC divulgasse as duas notas técnicas que falei antes, aí, a gente conseguiu marcar que a meta 20 era muito importante e que ela, do jeito que estava, não garantia as outras 19 metas. Então, a meta 20 ficou naturalmente evidenciada no Plano pelo próprio erro de estratégia de comunicação do MEC e a gente navegou nessa onda, colocando 10% do PIB, apresentando uma necessidade prioritária do Custo Aluno-Qualidade Inicial e do CAQ. Nossa estratégia de comunicação – e a gente foi mais ciente dos nossos dos nossos limites de convencimento – foi colocar os 10% do PIB no debate e passar o CAQi como como uma estratégia para garantir os 10% do PIB, a locomotiva dos 10% do PIB para Educação Básica, mas fora do radar do MEC, abaixo do radar do Planalto. Tanto é que em nenhum momento vão discutir o CAQi. Só no Senado Federal, da metade para o fim da tramitação no Senado Federal, e aí, já era tarde, porque já tínhamos conquistado corações e mentes. Hoje, qualquer debate sobre o PNE começa com o CAQi, pois não existe nada mais justo do que universalizar escolas com padrão digno de qualidade, com professores bem remunerados, com política de carreira, número adequado de alunos por turma, formação continuada para os profissionais da educação e bibliotecas, laboratórios de ciências, de informática, quadra poliesportiva coberta, Internet banda larga. O CAQi que é o tema mais discutido do PNE, então deu certo. Vencemos uma importante etapa.

F.: Um pouco do Fórum Nacional de Educação. O Fórum Nacional de Educação constou no projeto original do governo como articulador e coordenador das conferências. Foi tema de diversas emendas apresentadas na Comissão Especial, tanto na comissão, quanto no substitutivo do relator. Ao final, ganhou status de instância de monitoramento das metas do PNE e menção expressa na estratégia 20.8, relativa ao CAQ. Poderia descrever essas tensões?

D.: Primeiro, uma coisa importante: a gente coloca na estratégia 20.6 “implementar o CAQi”, ou seja, um instrumento normativo já aprovado pelo CNE, era para ser implementado, não era para definir. O CAQi já estava definido. No caso da estratégia 20.8, a gente colocou o FNE porque a gente faz parte do Fórum. Foi também com negociação com o Vanhoni, mas foi por proposição nossa também. A gente queria que o FNE fosse

uma instância que crescesse no processo de regulamentação do Sistema Nacional de Educação (a lei 13.005 tem prazo de duração 10 anos, então o FNE deveria estar na Lei Complementar de Sistema). Embora isso não esteja nas nossas emendas, a gente queria - em negociação com o MEC - determinar que no terceiro ou quarto ano do PNE se definisse o Sistema Nacional de Educação, com CAQi, com Base Nacional Comum Curricular, com política de valorização docente e com estratégias claras para equalização e diminuição das desigualdades. Ou seja, a gente apostava no momento chave do PNE. O MEC, outra vez na estratégia de querer diminuir prazo para poder ter controle – o mesmo equívoco que fez na apresentação do PNE – colocou tudo a perder, porque colocou tudo para o segundo ano. A gente até defendia segundo ou primeiro ano, mas como estratégia de negociação, até levamos isso para MEC, nos bastidores, nas negociações com os parlamentares, em falas na imprensa. Mas o MEC decidiu jogar tudo para antes. Então, a estratégia 20.8 era para regulamentar o CAQ no terceiro ano do PNE porque no segundo ano o CAQi já estaria implementado e nossa proposta era no 3º e 4º, ou no 5º e 6º. Então, ia começar um cálculo por um padrão de qualidade maior do que o padrão mínimo inicial e o Fórum viraria uma instância importantíssima de definição da política de educação, porque ele definiria a forma como seria despendido o recurso na Educação Básica com padrão de qualidade (CAQ), pois o CAQi já estava definido. O MEC não queria o Fórum com todo esse poder. E isso, em algum momento do Plano, coincidiu com aquele debate sobre a Política de Participação da Dilma. Então, a gente foi acusado de bolchevique, de bolivariano, porque defendia a maior participação do Fórum. Mas a gente bancou e como o Fórum era muito legítimo – porque não tem como dizer que as entidades desse Fórum Nacional de Educação que existia (não o de agora, o FNE do Mendoncinha) não eram as mais legítimas, pois eram. Não tinha muito esse debate, sobre se deveria ou não participar. Era mais uma instância de monitoramento. Essa é uma questão importante. Quando se vai para um debate Congressional, existem palavras chave que sempre são valorizadas. Por exemplo, no SINAEB. Mudou a política de avaliação, mas se é mais avaliação, então é bom. Então é bom o FNE, que até pode ser tratado como uma instância bolivariana e bolchevique, mas é mais controle social, então é positivo. Os parlamentares tendem a aceitar mais controle sobre o Executivo, talvez não sobre o Parlamento, mas sobre o Executivo, sim. Agora, o MEC jogou contra. Nesse caso, se divide o MEC, que é também heterogêneo: no gabinete do ministro, o Binho, (que era da SASE) todos jogando contra. Quando começa esse debate, o Chagas joga a favor do FNE. Agora a SASE sempre foi um entrave para o fortalecimento do Fórum, até o momento em que ela, em 2015, assume o

controle administrativo do Fórum. Mas antes, era contra. Percebe? Ai... ironicamente, recebe a gestão do Fórum, nos primeiros meses do segundo mandato da Dilma?

F.: Gostaria que você destacasse se existem outros elementos, dentro da Lei aprovada, que dizem respeito a este sistema de controle social. Lembro de algumas conversas que já tivemos, em que você fala sobre o relatório Inep, do artigo quinto parágrafo segundo, se há outros elementos que conferem poderes às entidades...

D.: Na meta 19, busca-se uma aproximação com Tribunais de Contas, Ministério Público. Isso também é um tema que a gente leva para conferência, a gente tem tentado trabalhar com os Tribunais de Contas na perspectiva de fortalecer o controle social do Plano, o monitoramento e controle social do PNE, com o Ministério Público, também. Qual é o drama dessa história? O drama é que os Tribunais de Contas e o Ministério Público, nesse momento da sociedade brasileira, se tornaram muito conservadores, então eles fazem as avaliações numa perspectiva totalmente divergente do direito à educação. Eles ficam milimetrados, limitados às avaliações em larga escala, sem entender muito bem o mecanismo. O quê que é avaliação em larga escala? A gente, agora, tem trabalhado dentro da Academia para fortalecer pesquisadores, dar mais destaque a pesquisadores que questionam as medidas de erro das avaliações em larga escala. O erro no IDEB é grande. A margem de erro do Ideb, dos resultados do Ideb, é enorme porque advém da “Prova Brasil”, que é quem tem essa margem de erro, e ao mesmo tempo... a composição matemática do IDEB tem problemas. Então, a gente está tentando melhorar a qualidade do debate sobre as avaliações externas. Mas é difícil mostrar para os Tribunais de Contas e para o Ministério Público que eles olham para o lado errado. Aprovamos uma emenda com o relatório bienal do INEP sobre o cumprimento das metas e estratégias do Plano. Isso era importante numa lógica em que o FNE - e começou a ser assim e, por isso, que não saiu no governo Dilma – era quem determinaria junto com o Congresso Nacional e com o MEC a forma e as regras de monitoramento do PNE. Basicamente, o que foi que se acordou: que as instâncias dedicadas ao monitoramento e avaliação do PNE pudessem determinar o escopo da avaliação feita pelo INEP – e essa medida de monitoramento, dos relatórios, foi fruto de pressão nossa, como eu disse. Quando concluímos o trabalho no FNE e o governo percebeu que ficaria exposto - governo Dilma! – ai, a SASE travou. Agora, foi divulgado o relatório, mas é sem a participação dessas instâncias, ou seja, não é um relatório que fortalece, ele colabora, apenas, tangencialmente, o monitoramento do PNE. Ele cumpre o papel de apresentar dados oficiais, e isso a gente poderia fazer, não precisaria do INEP. Ainda assim, é muito mais do que tinha no PNE passado, que era só no quinto ano do

plano que tinha que fazer uma avaliação oficial. Agora, é a cada dois anos. Agora, é frustrante porque é uma avaliação que toda hora está dizendo que o PNE não está sendo cumprido. Isso joga água no moinho, de certa maneira, daqueles que querem revogar o plano. E quem quer revogar o plano? O Mendonça Filho, a Maria Helena Guimarães de Castro, a Maria Inês Fini, enfim... eles têm dado declarações nesse sentido: não dá para cumprir, então é melhor rever. O Janine saiu do MEC dizendo isso, uma pena... E qual foi a primeira atitude para revogar o PNE: desconstruir o FNE, porque as entidades saem... mas nem todas. A UNDIME e a UNCME permaneceram no FNE. E o campo fica dividido... isso acaba gerando um problema enorme para a permanência do controle social no Plano e, até, alimento um futuro apoio à revogação do PNE, pois são entidades que dependem de recursos do MEC, diferente das que saíram.

F.: E as Conferências definidas no plano, como mecanismos de gestão e de controle da implementação, neste contexto?

D.: Ficam enfraquecidas.

F.: Bom, para fechar nossa entrevista, um pouco sobre esse episódio envolvendo as medidas recentes do MEC quanto à composição do FNE, como Portaria 577/2017, causando indignação em diversas entidades e movimentos que o integra. Poderia descrever os impactos para o modelo de controle social tal qual desenhado na lei do PNE e para a pauta da Campanha?

D.: Não foram só as entidades, foi também o MPF, como eu disse anteriormente. O impacto da Portaria 577 e do Decreto do Executivo de 26 de abril é que desconstrói o modelo, o sistema de participação e controle social do plano. O que está posto na lei como obrigação do FNE? Monitorar e avaliar o cumprimento do PNE e propor o PNE vindouro, o próximo PNE, seria em tese 2025/2035. Considerando que a emenda constitucional 95 (o teto dos gastos) ela inviabiliza o PNE economicamente, o que o governo fez, agora, foi desconstruir o sistema de participação social. Ou seja, o PNE, como uma lei (considerando seus mecanismos de controle), sai muito enfraquecido, na minha opinião. Isso foi uma tentativa muito radical de testar qual seria uma reação eventual em relação à revogação do Plano, considerando a maneira como eles pensam. E a justificativa para tomar essa atitude foi pelo fato de que, depois de terem negociado um texto com a Comissão Organizadora da Conferência [de 2018], que é o Fórum (o MEC negociou um texto junto conosco, chegou num acordo conosco), ele quis levar a voto, quis provocar o voto, perdeu no voto e aí disse: “ah, esse Fórum sempre vai votar contra o MEC, então a gente revoga o Fórum”. Agora, em termos de cultura política, o que sai dessa portaria 577 é muito ruim, porque ele vai

dizer lá na portaria que as entidades, para as vagas das entidades que não indicarem representantes, cabe ao Ministro escolher quem coloca. Sendo quem é o Mendonça Filho, ele vai fazer todo um compadrio e se utilizar de todos mecanismos não republicanos e patriarcalistas para compor o Fórum. Então, é um momento muito ruim, eu acho. Na minha opinião, ele é introdutório para aquilo que o governo quer fazer. Resta saber quanto tempo esse governo continua, se o Mendonça Filho continua num eventual governo. Rodrigo Maia tende a continuar, porque o Rodrigo Maia pensa como o Mendonça Filho, mesmo partido, etc. Agora, o impacto é muito grande, né? A boa notícia é que 15 Fóruns Estaduais já decidiram, depois da gente ter se manifestado na semana passada e começado a trabalhar essa questão de maneira mais estratégica, isso no nosso campo, no campo das entidades que saíram do Fórum, 15 fóruns estaduais já disseram que vão integrar a CONAPE e não a CONAE. Isso vai dar um impacto muito grande para o MEC. Praticamente inviabiliza a CONAE do MEC, porque não vai ter SP, MG, PR, que são governos em que o PSDB tem bastante presença ou teve, e que, como diversos outros, vão aderir ao Fórum Nacional Popular de Educação. Então, não sei, acho que eles deram um tiro pela culatra. Eles têm o poder da caneta na mão, e vão tomar uma série de iniciativas que a gente vai ter que desconstruir depois. Agora, nosso lema é: revoga tudo! O outro presidente que vier vai ter que revogar tudo que o Governo Temer fizer.

F.: Daniel, muito obrigada.

APÊNDICE C – QUADROS

Quadro 1: COMITÊ DIRETIVO DA CNDE

Entidade	Tipo	Sede	Ação/missão/objetivos
Ação Educativa	Associação Civil	São Paulo-SP	Criada em 1994, agregando à temática da educação popular as da juventude e da cultura, atua na defesa e promoção de direitos educativos, culturais e da juventude, tendo em vista a promoção da democracia, da justiça social e da sustentabilidade socioambiental no Brasil. Foi a principal articuladora pelo estabelecimento da CNDE no Brasil e sua primeira coordenadora, sucedida por Denise Carreira e Daniel Cara.
Actionaid (Brasil)	Associação Civil	Rio de Janeiro-RJ Recife-PE	Criada em 1972, presente em 45 países, tem presença no Brasil desde 1999. Seu foco de ação é justiça social, igualdade de gênero e fim da pobreza. Atua em parceria com 2,4 mil comunidades no Brasil, promovendo organização social em projetos de educação, agroecologia e clima, igualdade de gênero e participação e democracia.
CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire	Associação Civil	Olinda-PE	Criada em 1972 com foco na defesa de Direitos Humanos. Seu foco são ações de fortalecimento da democracia na sociedade, promovendo a expansão, qualificação e consolidação da participação cidadã e da prática dos Direitos Humanos, por processos educativos e culturais.
CEDECA/CE - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará	Associação Civil	Fortaleza-CE	Criado em 1994, tem como principal objetivo promover a tutela de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e violência institucional, especialmente do poder público. Sua principal ferramenta de atuação são as ações judiciais que demandam a efetivação desses direitos em face dos poderes públicos, mas agregou outras medidas ao longo do tempo.
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação	Entidade sindical	Brasília-DF	Criada em 1990 como CNTE, decorre de entidade criada em 1960, no contexto da disputa da elaboração da LDB de 1961, CPPB (Confederação dos Professores Primários do Brasil), seu principal objetivo é a defesa da categoria dos trabalhadores em educação para promover condições dignas no contexto de defesa de escola pública, gratuita, laica e de qualidade.

FINEDUCA - Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação	Associação Civil	São Paulo-SP	Criada em 2011 com o objetivo de incidir sobre os poderes públicos para garantir a realização do direito à educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade para todos, com destaque para esforços de estudo, produção de conhecimentos e pesquisas sobre financiamento adequado, com a garantia de fiscalização e controle social.
Fundação ABRINQ - Pelos direitos da criança e do adolescente	Fundação privada	São Paulo-SP	Fundada em 1990 pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), a Fundação busca promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania das crianças e adolescentes, com foco nos eixos de educação, proteção, saúde, proteção contra a violência, o trabalho infantil e diferentes tipos de fragilidades.
MIEIB - Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil	Movimento social	Todas as Ufs	Mobilizados desde 1999, os participantes do Mieib são professores, gestores, pesquisadores e organizações da sociedade civil que lutam pelo atendimento às crianças de 0 até 6 anos em instituições de educação infantil, através de diversas frentes. Seus membros compartilham o princípio da não institucionalização do movimento. Atuam por fóruns regionalizados
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Movimento social		Encruzilhada Natalino, no RS, a mobilização dos trabalhadores sem terra se apresenta como fundada em 1984. Tem por foco, obviamente, o acesso à terra, mas alimenta diversas bandeiras que relacionam-se com o desenvolvimento social dos acampamentos e assentamentos. A Educação é uma de seus destaques.
UNCME - União Nacional de Conselhos Municipais	Associação Civil	DF Ilhéus-BA	objetivo incentivar e orientar a criação e o funcionamento de Conselhos Municipais de Educação para a atuação em busca da universalização do direito à educação e da inclusão social. Defende a concepção de Conselhos de Educação como órgãos de Estado, de participação, representatividade e controle social, com caráter plural.

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais	Associação Civil	Brasília-DF	Fundada em 1986, articula, mobiliza e integra os dirigentes municipais de educação de 5.570 municípios brasileiros, através reuniões, seminários e fóruns, com o objetivo de buscar e repassar informação e formação a todas as secretarias municipais de educação, dirigentes e equipes técnicas sobre o tema da educação pública
---	------------------	-------------	--

Quadro 1A: MEMBROS DA REDE DA CNDE REFERIDOS NA PESQUISA

Nome	Atuação/formação
DANIEL TOJEIRA CARA	Coordenador geral da CNDE desde 2006, é educador, cientista político e ativista político. Doutorando em Educação, mestre em Ciência Política e bacharel em Ciências Sociais (USP). Foi membro titular do Fórum Nacional de Educação entre 2010 e 2017, da direção da Campanha Global pela Educação (2007-2011) e do Comitê Diretivo da Campanha Latino-americana pelo Direito à Educação (2009-2012). Colunista do UOL Educação (Grupo Folha). Foi laureado com o Prêmio Darcy Ribeiro 2015, especialmente em função da articulação da incidência política da CNDE no PNE.
JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO	Fundador e primeiro Presidente da FINEDUCA, da qual é membro do comitê editorial, sócio estatutário da Ação Educativa, foi o coordenador dos estudos, seminários e pesquisas em parceria com a CNDE para desenvolver a metodologia do CAQi. Licenciado em Física e bacharel em Direito (USP), Mestre e Doutor em Educação (UNICAMP), atualmente é professor associado da USP. Atua e pesquisa em diversos temas ligados à Política e Gestão Educacional, com ênfase em financiamento da Educação, municipalização do ensino, regime federativo e educação do campo. Em seu histórico de atuação, tem ou teve vinculação à diversas instituições ligadas à Educação, especialmente: ANPED-SP; INEP-MEC; CEDES.
DENISE CARREIRA SOARES	Coordenadora adjunta da Ação Educativa, foi oordenadora da CNDE entre 2002-2006, atuou no desenvolvimento da metodologia do CAQi, especialmente na sistematização de importantes publicações sobre o tema. Graduada em Jornalismo, mestra e doutora em Educação da USP. Feminista.
VIVIAN KATHERINE FURH MELCOP	Secretária executiva da UNDIME e sua representante no Comitê Diretivo da CNDE desde 2003, é graduada em Comunicação Social (Jornalismo) e especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais (UFMG). Desenvolve e coordena programas e projetos na área de educação básica pública, com produção de conteúdos e pesquisas e ações de mobilização social e de advocacy. Integra o Conselho Fiscal do Instituto Campanha desde 2015. Realiza formações e capacitação em diversos programas ligados à gestão da educação básica, inclusive em programas voltados ao desenvolvimento do controle social.
RAIMUNDO LUIZ SILVA ARAUJO	Membro do Conselho fiscal da FINEDUCA, é professor Adjunto do Departamento de planejamento e Administração da Faculdade de Educação da UNB. Tem licenciatura em História (UFPA), mestrado em Educação (UNB) e doutorado em Educação (USP). Atuação e pesquisa em financiamento da educação, fundeb, participação popular e educação básica. Exerceu o cargo de Secretário Municipal de Educação da

	cidade de Belém (Pará) entre 1997 e 2002 e ocupou a Presidência do INEP de 2003 a 2004. Foi Secretário de Educação de Belém (PA) e presidente do INEP-MEC, assessor de financiamento e consultor educacional da UNDIME. Ex-presidente do PSOL.
JOÃO ANTÔNIO CABRAL DE MONLEVADE	Ex-diretor da CNTE (1972-2003), é graduado em filosofia (Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira) e em Sociologia (Spring Hill College), mestre e doutor em Educação (UNICAMP). É consultor legislativo do Senado Federal.

Quadro 2: COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL DA CONAE 2010

	NOME	SETOR/SEGMENTO/ENTIDADE
1	Francisco Chagas	Secretário Executivo Adjunto – MEC
2	Arlindo Cavalcanti de Queiroz	Secretaria Executiva Adjunta (SEA-MEC)
	Paulo Egon Wiederkehr	Secretaria Executiva Adjunta (SEA-MEC)
3	Carlos Artexes Simões	Secretaria de Educação Básica (SEB-MEC)
	Edna Martins Borges	Secretaria de Educação Básica (SEB-MEC)
4	Renata Perez Dantas	Secretaria de Educação Superior (SESU-MEC)
	João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva	Secretaria de Educação Superior (SESU-MEC)
5	Martinha Clarete Dutra dos Santos	Secretaria de Educação Especial (SSESP-MEC)
	Sinara Pollon Zardo	Secretaria de Educação Especial (SSESP-MEC)
6	Carlos Eduardo Bielschowsky	Secretaria de Educação à distância (SEED-MEC)
	Hélio Chaves Filho* (na lista de delegados: Alvana Maria Bof)	Secretaria de Educação à distância (SEED-MEC)
7	Marcelo Minghelli	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT-MEC)
	Patrícia Barcelos	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT-MEC)
8	Armênio Bello Schmidt	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD-MEC)
	Leandro da Costa Fialho	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD-MEC)
9	Fátima Cleide Rodrigues da Silva	Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal
	Cristovão Ricardo Cavalcanti Buarque	Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal
10	Carlos Augusto Abicalil	Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados
	Nilmar Gavino Ruiz	Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados
11	Maria Izabel Azevedo Noronha	Conselho Nacional de Educação
	Antônio Carlos Caruso Ronca	Conselho Nacional de Educação
12	Alan Kardec Martins Barbiero	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)

	Gustavo Henrique de Sousa Balduino	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)
13	Mário Luiz Neves de Azevedo	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM)
	Janete Gomes Barreto Paiva	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM)
14	Arnaldo Cardoso Freire	Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEM)
	Olmira Bernadete Dassoler	Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEM)
15	Márcio Rillo* (na lista de delegados: Marcelo Ferreira Lourenço)	Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC)
	Alencar Mello Proença* (na lista de delegados: Luiz Síveres)	Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC)
16	Paulo Eduardo Grischke	Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de educação Tecnológica – (CONCEFET)
	Jair Jonko Araújo	Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de educação Tecnológica – (CONCEFET)
17	Milca Severino Pereira	Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED)
	Teresa Cristina Porto Xavier	Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED)
18	Leocádia Maria da Hora Neta	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)
	Carlos Eduardo Sanches	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)
19	Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho	Confederação Nacional dos trabalhadores em educação (CNTE)
	Denilson Bento da Costa	Confederação Nacional dos trabalhadores em educação (CNTE)
20	José Thadeu Rodrigues de Almeida	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE)
	Cristina Almeida Castro	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE)
21	Rosângela Gomes Soares da Costa	Federação dos Sindicatos dos trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA)
	Janine Teixeira Vieira	Federação dos Sindicatos dos trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA)
22	Márcia Angela da Silva Aguiar	Representação das entidade de estudo e pesquisa em Educação (ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação)
	Iria Brzezinski (ANPED)	Representação das entidade de estudo e pesquisa em Educação (ANPED - Associação Nacional de Pós-

		Graduação e Pesquisa em Educação)
23	Helder Machado Passos	Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino (PROIFES)
	Paulo Roberto Haidamus de Oliveria Bastos	Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino (PROIFES)
24	Ricardo Scoopel Velho	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE)
	Ricardo Eugênio Ferreira* (na lista de delegados: José de Araújo Pereira)	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE)
25	Aguinaldo Garrido	Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE)
	José Reinaldo Antunes Carneiro	Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE)
26	Paulo Eduardo dos Santos	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME)
	Maria Ieda Nogueira	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME)
27	Thiara Lustosa Milhomem* (na lista de delegados: Yann Evanovick Leitão Furtado)	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)
	Michele Leopoldino Bressan* (na lista de delegados: Rafael Luiz Clabonde)	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)
28	Tiago Ventura	União Nacional dos Estudantes (UNE)
	Daniel Iliescu	União Nacional dos Estudantes (UNE)
29	Iedyr Gelape Bambirra	Confederação nacional das Associações de Pais e Alunos (CONFENAPA)
	Pedro Trindade Barreto	Confederação nacional das Associações de Pais e Alunos (CONFENAPA)
30	Nelson Maculan Filho	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Comunidade Científica)
	Paulo Figueiredo Lima	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Comunidade Científica)
31	Antônia Vanderlúcia de Oliveira Simplicio	Movimento Sem Terra (Representação Social do Campo)
	Eliene Novaes Rocha	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Representação Social do Campo)
32	Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Pará (Movimentos de Afirmação da diversidade)

	Antônio Carlos Malachias	Centro de Estudos das Relações de Trabalho (CEERT) (Movimentos de Afirmação da diversidade)
33	Daniel Tojeira Cara	Campanha Nacional pelo Direito à educação (Movimento em defesa do direito à educação)
	Mozart Neves Ramos	“Todos pela Educação” (Movimento em defesa do direito à educação)
34	José Celestino Lourenço	Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Centrais Sindicais dos Trabalhadores)
	Antônio Bittencourt Filho	União Geral dos Trabalhadores (UGT) (Centrais Sindicais dos Trabalhadores)
35	Regina Maria de Fátima Torres	Confederação Nacional da Indústria (CNI) - Confederações dos Empresários e do Sistema “S”
	Lea Maria Sussekind Viveiros de Castro	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) Confederações dos Empresários e do Sistema “S”

Elaboração Própria. Fontes: Portarias normativas MEC nº 10, de 2008, e nº 17, de 06 de outubro de 2008.

Quadro 3: COMISSÃO ESPECIAL DE DINÂMICA E SISTEMATIZAÇÃO – CEDS

	NOME	SEGMENTO REPRESENTADO
1	Carlos Artexes Simões	Secretaria de Educação Básica (SEB-MEC)
	Edna Martins Borges	Secretaria de Educação Básica (SEB-MEC)
2	Maria Izabel Azevedo Noronha	Conselho Nacional de Educação
	Antônio Carlos Caruso Ronca	Conselho Nacional de Educação
3	Amaro Henrique Pessoa Lins	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)
	Gustavo Henrique de Sousa Balduino	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)
4	Márcio Rillo	Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC)
	Davi Ferreira Barros	Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC)
5	Paulo Eduardo Grischke	Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de educação Tecnológica – (CONCEFET)
	Jair Jonko Araújo	Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de educação Tecnológica – (CONCEFET)
6	José Thadeu Rodrigues de Almeida	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE)
	Cristina Castro	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE)
7	Simone Perecmanis	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de ensino superior (ANDES)
	Antônio Lisboa Leitão de Souza	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de ensino superior (ANDES)
8	Flávia Cale da Silva	União Nacional dos Estudantes (UNE)
	Rafael Cardoso Chagas	União Nacional dos Estudantes (UNE)
9	Daniel Tojeira Cara	Campanha Nacional pelo Direito à educação (Movimento em defesa do direito à educação)
	Mozart Neves Ramos	Movimento Todos pela Educação (Movimento em defesa do direito à educação)
10	Carlos Augusto Abicalil	Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados
	Nilmar Gavino Ruiz	Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados

Quadro 4: EIXOS TEMÁTICOS E COORDENADORES – CONAE 2010

Eixo	Descritivo	Parágrafos	Coordenadores/Categoria
I	Papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade: organização e regulação da educação nacional	13 a 57	Maria Izabel Noronha (CNE/Apeoesp) Carlos Augusto Abicalil (Deputado Federal).
II	Qualidade da educação, gestão democrática e avaliação;	58 a 111	José Thadeu de Almeida (CONTEE) Milca Severiano (CONSED)
III	Democratização do acesso, permanência e sucesso escolar	112 a 145	Leocádia da Hora (UNDIME) Thiago Ventura (UNE)
IV	Formação e valorização dos profissionais da educação	146 a 209	Heleno Araújo Filho (CNTE) Márcia Angela Aguiar (ANPED)
V	Financiamento da educação e controle social	210 a 250	Daniel Cara (CNDE) Paulo Santos (UNCME)
VI	Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade	251 a 287	Eliene Rocha (CONTAG) Raimundo Jorge de Jesus (Cadara) José Celestino Lourenço (CUT)
-	Plano Nacional de Educação	288 a 292	

Quadro 5: DELEGADOS DA ETAPA NACIONAL – CONAE 2010

Delegados	Descrição			Etapas prévias	Previsto	Habilitados
Natos	Membros da Comissão Organizadora Nacional			Não	69	65
Indicados Nacionais por setores	Gestores do MEC			Não	266	146
	Ministérios da Área Social					
	Parlamentares (Câmara e Senado)					
	Órgãos colegiados normativos ou executivos					
	Órgãos de fiscalização e controle					
Eleitos nos Estados por Segmento	Superior (30%)	Profissional (20%)	Básica (50%)	Sim	2000	1821
	Gestor Federal	Gestor de Est. Federal	Gestores Estaduais			
	Gestores Estaduais/ Municipais	Gestores Estaduais/ Municipais	Trabalhadores Ed. Pública			
	Gestores Ed. Privada	Gestores Ed. Profissional Privada	Gestores Municipais			
	Trabalhadores Ed. Privada	Trabalhadores Ed. Profiss. Privada	Gestores da educação Privada			
	Servidores da Ed. Pública	Trabalhadores Ed. Profiss. Pública	Trabalhadores da Ed. Básica Privada			
	Docentes Ed. Pública	Conselheiros estaduais Ed. Profissional	Conselheiros Estaduais Ed. Básica			
	Estudantes	Estudantes	Conselheiros Municipais de Educação			
			Estudantes			
			Pais			
Indicados Estaduais por setores	Movimentos de Afirmação da Diversidade			Sim	547	384
	Articulações sociais em defesa da Educação					
	Comunidade Científica					
	Movimento Sindical					
	Instituições religiosas					
	Empresário, Confed. Patronais e Sistema “S”					
	Entidades Municipalistas					
	Parlamentares (vereadores e deputados)					
	Órgãos de fiscalização e Controle					
Total com direito a voto				-	2.884	2.416

Quadro 5A: DELEGADOS DA CNDE NA CONAE 2010

	QUADRO 5A- DELEGADOS DA CNDE NA CONAE 2010		UF
	DECLARADO	REGISTRADO	
1	Jailton Souza Lira	Jailton Souza Lira	AL
2	Vanderlete Pereira	Vanderlete Pereira	AM
3	Izabel Dantas de Menezes	NÃO	BA
4	Djacira Maria de Oliveira Araujo	Djacira Maria de Oliveira	BA
5	Rose Maria Pereira de Souza Bonfim	Rose Maria Pereira de Souza Bonfim	BA
6	Jurandir de Almeida Araújo	Jurandir de Almeida Araujo	BA
7	Márcio Alan Menezes Moreira	Márcio Alan Menezes Moreira	CE
8	Maria de Jesus Araújo Ribeiro	Maria de Jesus Araujo Ribeiro	CE
9	Célia Maria Machado Brito	Celia Maria Machado Brito	CE
10	Raquel Noronha Maia	Raquel Noronha Maia	CE
11	Keila Leite Chaves Rita de Cassia Lima	Keila Leite Chaves	CE
12	Rita de Cassia Lima	Rita de Cassia Lima Alves	CE
13	Angela Barreto	Angela Maria Rabelo Ferreira Barreto	DF
14	Luiz Raimundo Silva Araújo	Raimundo Silva Araújo	DF
15	Vivian Katherine Fuhr Melcop	Vivian Katherine Fuhr	DF
16	Fátima Rodrigues Burzlaf	Fátima Rodrigues Burzlaff	ES
17	Geovania Cutrim	Geovania Cutrim Silva	MA
18	Dinéia Aparecida Domingues	Dineia Aparecida Domingues	MG
19	Luiz Eduardo Souza	Luiz Eduardo de Almeida Souza	MG
20	Suely Duque Rodarte	Suely Duque Rodarte	MG
21	Helena Maria Bortolo	Helena Maria Bortolo	MT
22	Mariete Felix Rosa	Mariete Felix Rosa	MS
23	Maria Aparecida Salmaze	Maria Aparecida Salmaze	MS
24	Maria do Socorro Belisário da Silva Lacerda	Maria do Socorro Belisário da Silva Lacerda	PB
25	Maria Elizabeth Gomes Ramos	Maria Elizabete Gomes Ramos	PE
26	Mônica Laranjeira Jácome	Monica Laranjeira Jacome	PE
27	Jose Alberto Pereira da Silva	jose Alberto Pereira da Silva	PE
28	Maria Aparecida Freire de Oliveira Couto	Maria Aparecida de Oliveira	PE
29	Célia Maria Vieira dos Santos	Celia Maria Vieira dos Santos	PE
30	João Simão Neto	Joao Simao Neto	PE
31	Rosana Evangelista da Cruz	NÃO	PI
32	Samara de Oliveira Silva	Samara de Oliveira Silva	PI
33	Kelly Cristina Russo de Souza	Kelly Cristina Russo de Souza	RJ
34	Avanildo Duque da Silva	Avanildo Duque da Silva	RJ
35	Maria Teresa Avance de Oliveira	Maria Teresa Avance de Oliveira	RJ
36	Alexandre Arrais	Alexandre Arrais Siqueira Meneses	RJ
37	Sandra Regina Cardoso de Brito	Sandra Regina Cardoso de Brito	RJ

38	Antonia Fernanda Jalles	Antonia Fernanda Jalles	RN
39	Vitalina Conceição Marques Gonçalves	Vitalina Conceicao Marques Goncalves	RS
40	Lisaura Maria Beltrame	Lisaura Maria Beltrame	SC
41	Evandro Accadrolli	Evandro Accadrolli	SC
42	Vilmar Klemann	Vilmar Klemann	SC
43	Amélia Isabeth Melo Bampi	Amelia Isabeth Banpi Paines	SP
44	Káthia Dudik	Kathia Sabrina Dudik	SP
45	Aparecida Suelaine Carneiro	Aparecida Suelaine Carneiro dos Santos	SP
46	Marilse Araujo	Marilse Terezinha de Araujo	SP
47	Sérgio José Custódio	Sergio Jose Custodio	SP
48	Cintia de Jesus Santos	Cintia de Jesus Santos	SP
49	Ana Maria de Araújo Mello	Ana Maria de Araujo Mello	SP
50	Vinicius Xavier Zammataro	Vinicius Xavier Zammataro	SP
51	Denise Carreira	Denise Carreira Soares	SP
52	Salete Camba Valesan	Salete Sirlei Valesan Camba	SP
53	Hildebrando Maia	Hildebrando Oliveira Maia Junior	SE
54	Hélio Márcio Lino Borges	Helio Marcio Lino Borges	TO

Quadro 6: A CNDE E SUA REDE NOS COLÓQUIOS DA CONAE 2010

Eixo V - Financiamento da Educação e Controle Social			
Nº	Tema	Palestrantes	Entidade
5.36	Gestão e financiamento de políticas educacionais no regime de colaboração; políticas; papel dos entes federados; órgãos de controle interno; externo e de controle social	João Antônio Cabral de Monlevade	CNTE/CNE Consultor Legislativo (Senado Federal)
5.37	Política de fundos: articulação e consolidação do Sistema Nacional de Educação	1) Marta Vanelli 2) Raimundo Luiz Araújo	1) CNTE 2) UNDIME
5.38	Vinculação e subvinculação dos recursos financeiros à manutenção e ao desenvolvimento da educação, na perspectiva do custo aluno-qualidade (CAQ)	1) Daniel Cara 2) José Marcelino de Rezende Pinto	1) CNDE 2) CNE
5.39	Financiamento da educação: controle social e regulação dos setores público e privado	1) Celina Alves Padilha Arêas 2) Célia Maria Vilela Tavares 3) Romualdo Portela	1) UNDIME 2) CONTEE 3) Fac. Educação USP
5.40	Estratégias para o financiamento da educação pública de qualidade: alterações no sistema tributário e fiscal	1) Milton Canuto de Almeida 2) Nelson Carsodo Amaral 3) Paulo Martins de Sena	1) CNTE 2) UFG 3) Consultor Legislativo (Câmara dos Deputados)
5.41	Estabelecendo referenciais e novas fontes de recurso para o financiamento da educação pública	Cândido Gomes	Universidade Católica de Brasília

Elaboração própria. Fonte: BRASIL, 2011, p. 177-187. BRASIL. Ministério da Educação. Fórum Nacional de Educação. Anais da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2010. Brasília: MEC, 2011, V2: Processo de construção e as etapas da Conae, p. 177-187. Disponível em http://fne.mec.gov.br/images/pdf/anais_vol2.pdf. Acesso em 22 jun 2017

Quadro 7: ETAPA NACIONAL DA CONAE 2010 - METODOLOGIA DAS EMENDAS

BLOCO	Emendas na etapa estadual	Qualidade das Emendas	Quem decide?	Trâmite	Quórum de votação
I	Apresentadas por cinco ou mais unidades federativas	Convergentes ao Documento-Referência	CEDS/Comissão Organizadora	Se não destacadas: automaticamente aprovadas Se destacadas: sujeitam-se à deliberação para rejeição	< 30%: mantêm-se automaticamente aprovada >30% e <50%: sujeita automaticamente à deliberação na Plenária Final > 50%: automaticamente rejeitada
II	Apresentadas por cinco ou mais unidades federativas	Conflitantes com o Documento-Referência	CEDS/Comissão Organizadora	Se não destacadas: automaticamente rejeitadas Se destacadas: sujeitam-se à deliberação para aprovação	< 30%: rejeitada >30% e <50%: sujeita à deliberação na Plenária Final > 50%: automaticamente incorporada
III	Apresentadas por menos de cinco unidades federativas	Passíveis de destaque (pedido admissibilidade para deliberação na Plenária Final)	Pedido: delegado da Plenária de Eixo; Recebimento: Coordenador do Eixo	Se não destacada por escrito ou não recebida: emenda rejeitada Se destacada por escrito e recebida: sujeita-se à deliberação para aprovação	
Etapa Nacional: Deliberação de emendas na Plenária Final					
Emendas	Trâmite		Quórum/resultado		
Aprovadas com menos de 50% na Plenária de Eixo	Sujeitam-se automaticamente à deliberação		<50%: rejeitadas >50%: aprovadas		
Destacadas	Sujeitam-se à deliberação				

Quadro 8: ANÁLISE DAS EMENDAS APRESENTADAS PELA CNDE

EMENDAS AO EIXO V - FINANCIAMENTO E CONTROLE SOCIAL CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2010						
	Caderno de emendas CNDE + Orientações	Nº da emenda	Bloco I	Bloco II	Bloco III	Aprovadas Documento Final
1	212-aditiva	V1	X			X
2	214-supressiva	V12		X		X - acordo de redação
3	214-aditiva	V13		X		X - acordo de redação
4	214-aditiva	V14		X		X
5	214-aditiva	V15		X		X
6	217-supressiva	Não constou nos blocos - não foi suprimida do Doc. Final				
7	218-supressiva	V63			X	Não constou
8	218-aditiva	V64			X	Não constou
9	218-aditiva*	V65			X	Não constou
10	218-aditiva*	V66			X	Não constou
11	218-aditiva*	V67			X	Não constou
12	218-aditiva*	V68			X	Não constou
13	218-aditiva*	V69			X	X
14	218-aditiva	V2	X			X
15	219-supressiva	V70			X	X
16	219-aditiva	V71			X	X
17	219-supressiva/aditiva	V72			X	X
18	219-aditiva	V73			X	X
19	221e-aditiva	V3	X			X
20	221f-aditiva	V75			X	X
21	221m-aditiva*	V79			X	X (221g)
22	221p-aditiva*	V81			X	X (221h)
23	222-supressiva	V83			X	X
24	222-Supressiva	V4	X			X - idem V84
25	222-Supressiva	V84			X	X - idem V4
26	222-aditiva	V5	X			X
27	222-aditiva	V85			X	Não constou
28	222-aditiva	V86			X	Não constou
29	222-aditiva	V87			X	Não constou
30	225-aditiva*	V91			X	X
31	225-supressiva	V92			X	X
32	225-aditiva*	V93			X	X - acordo de redação
33	226-supressiva/aditiva	V94			X	X
34	226-supressiva/aditiva	V95			X	X

35	226-aditiva	V96			X	X - acordo de redação
36	227-aditiva	V6	X			X
37	229-aditiva	V7	X			X
38	230c-aditiva	V98			X	X
39	230d-aditiva	V8	X			X
40	230j*	Não constou nos blocos nem no Documento Final				
41	231a-aditiva	V103			X	X
42	231c-supressiva/aditiva	V20		X		X
43	231d-aditiva	V21		X		X
44	231f-aditiva	V122			X (parte de 242i)	Não constou
45	231f-aditiva	V123			X (parte de 242i)	Não constou
46	231f-aditiva	V124			X (parte de 242i)	Não constou
47	233-supressiva	V105			X	Não constou
48	233-supressiva/aditiva	V106			X	Não constou
49	233-supressiva	V107			X	Não constou
50	233-aditiva	V108			X	X
51	235-supressiva/aditiva	V22		X		X
52	235-supressiva/aditiva	V23		X		X idem 112
53	235-supressiva/aditiva	V110			X	X
54	235-supressiva/aditiva	V111			X	X
55	235-supressiva	V112			X	X idem 23
56	235-aditiva	V113			X	X - acordo de redação
57	239-supressiva/aditiva	V9	X			X
58	239-aditiva	V10	X			X
59	242-supressiva/aditiva	V117			X	X
60	242 (aditiva de alínea)	V25		X		X - 1ª parte alínea b
61	242 (aditiva de alínea)	V26		X		X - 2ª parte alínea b
62	242 (aditiva de alínea)	V27		X		X - 3ª parte alínea b
63	242a-aditiva	V24		X		Não constou
64	242d-aditiva*	Não constou nos blocos nem no Documento Final				
65	242e-aditiva	V118			X	Não constou
66	242f-aditiva	V119			X	X
67	242-aditiva (alínea j)	V120			X	X (242l)

					(242g)	
68	242-aditiva (alínea k)	V121			X (242h)	Não constou
69	243d-supressiva	V28		X		X
70	243e-supressiva	V130			X	Idem V28: não constou
71	243e-supressiva	V29		X		X
72	245-aditiva	V131			X	X - acordo de redação
73	245-aditiva	V135			X	X
74	245-aditiva	V136			X	X
75	245-supressiva/aditiva	V137			X	X
76	245-supressiva/aditiva	V138			X	X
77	245-aditiva	V11	X			X
78	246-supressiva/aditiva*	V139			X	X
79	246-supressiva/aditiva*	V140			X	X
80	246-aditiva*	V141			X	X
81	246-aditiva*	V142			X	X
82	247-aditiva*	V143			X	Não constou
83	247-aditiva*	V144			X	Não constou
84	247-supressiva/aditiva*	V145			X	Não constou
85	247-supressiva/aditiva*	V146			X	Não constou
86	247-supressiva/aditiva*	V147			X	Não constou
87	250A-aditiva*	Não constou nos blocos nem no Documento Final				
88	250B-aditiva	V32		X (2ª parte do 250A)		X (2ª parte do 250A)
89	250B-aditiva	V33		X (3ª parte do 250A)		X (constou como 3ª parte do 250A)
90	250B-aditiva	V34		X (4ª parte do 250A)		X (constou como 4ª parte do 250A)
91	250C-aditiva	V31		X (1ª parte do 250A)		X - 1ª parte do 250A
92	250D-aditiva	V35		X (250B)		X parte do 250B
93	250E-aditiva*	Não constou em nenhum bloco nem no Documento Final				
	Totais	88	11	19	58	64

Elaboração própria. Fonte: Cf. nota metodológica do Quadro 08

QUADRO 9: DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2010

Eixo V: Financiamento e Controle Social em versão analítica

Texto das proposições com realce das alterações promovidas pela CNDE por bloco de emendas

Síntese temática do debate (coluna tema): **Quadro 9A**

Legenda:

Preto – texto do Documento Referência inicial

Verde – Emenda da CNDE inserida no Bloco I

Azul – Emenda da CNDE inserida no Bloco II

Laranja - Emenda da CNDE inserida no Bloco III

Quadro 9: DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2010

Item	Texto da proposição	Emendas	Comentários	Tema
210	A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a educação é um direito social e definiu que os/as responsáveis pelo seu provimento são o Estado e a família. Para resguardar o direito à educação, o Estado estabeleceu a estrutura e as fontes de financiamento. Ao determinar a vinculação de recursos financeiros para a educação, a Constituição garantiu percentuais mínimos da receita, resultantes de impostos, à manutenção e desenvolvimento do ensino: 18% da receita de impostos da União e 25% da receita de impostos dos estados, Distrito Federal e municípios, incluindo-se as transferências ocorridas entre esferas de governo e o salário-educação.			
211	O conceito expresso na Constituição Federal			

	<p>assevera, portanto, que o financiamento adequado das políticas educacionais se traduz em alicerce para a construção do Sistema Nacional de Educação e, consequentemente, é imprescindível para assegurar o alcance das metas contidas em planos nacionais, como o Plano Nacional de Educação (PNE). Contudo, para o acesso equitativo e universal à educação básica de qualidade e para a garantia de permanência e sucesso escolar de crianças, jovens e adultos que cursam as etapas e modalidades de ensino que a integram, além da elevação substancial de estudantes matriculados/as na educação superior pública, urge aumentar o montante estatal de recursos investidos na área, principalmente em relação à contribuição da União, além de solucionar a desigualdade regional</p>			
212	<p>Como primeiro passo rumo à superação dessa realidade, faz-se necessário assegurar a elaboração e aprovação de uma reforma tributária transparente, no prazo máximo de três anos, pautada pela justiça social e o equilíbrio regional e preocupada, primordialmente, em garantir recursos financeiros suficientes e permanentes para a</p>	V1		<p>Recursos Humanos (profissionais da educação) pagos pelo Fundeb não são encargos com pessoal para fins dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (G)</p>

	<p>efetivação de direitos sociais e distribuição de renda. Essa reforma deve ser capaz de vincular de forma adequada todos os tributos (impostos, taxas e contribuições) ao investimento educacional, de tal modo que as políticas de renúncia e guerra fiscal não prejudiquem o financiamento público da educação. Necessita garantir também que as perdas de recursos educacionais advindos das renúncias ou isenções fiscais sejam recuperadas e garantidas em rubricas orçamentárias educacionais. Deve, também, alterar as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), retirando as despesas com recursos humanos pagas com dotações financeiras advindas do Fundeb do somatório do total gasto com pessoal. Com isso, não fica comprometido, portanto, o limite máximo de 54% da receita corrente líquida que devem ser investidos em pessoal pela referida lei.</p>			
213	<p>Como alternativa ao atual desequilíbrio regional e à oferta de educação básica pública, o financiamento à educação deve tomar como referência, e em caráter de urgência, o mecanismo do custo aluno/a-qualidade (CAQ). Previsto no ordenamento jurídico brasileiro, o CAQ deve ser definido a</p>		<p>Não é emenda da CNDE. Refere-se ao CAQ como mecanismo a ser definido</p>	<p>Meta de investimento: Construção, institucionalização e operação do CAQ (C)</p>

	<p>partir do custo anual por estudante dos insumos educacionais necessários para que a educação básica pública adquira e se realize com base em um padrão mínimo de qualidade.</p> <p>A construção do CAQ exige amplo debate sobre o número de estudantes por turma, remuneração adequada e formação continuada aos/às profissionais da educação, condições de trabalho aos/às professores e funcionários/as, materiais necessários à aprendizagem dos/das estudantes (como salas de informática, biblioteca, salas de ciência, quadra poliesportiva, oficinas de música e de artes, mobiliário adequado, além de sala de recursos para apoio pedagógico a estudantes com dificuldade de aprendizagem etc). Em suma, deve considerar o conjunto dos insumos exigidos para a adequada relação de ensino-aprendizagem nas escolas públicas brasileiras que oferecem a educação básica. No esforço para a implementação do CAQ as escolas com menos acesso a esses recursos devem ser tornadas prioritárias, levando em consideração, principalmente, a diversidade e as desigualdades regionais e suas peculiaridades.</p>			
--	--	--	--	--

	<p>É preciso considerar ainda um valor diferenciado para os estabelecimentos que atendam crianças, adolescentes, jovens e adultos com desafios de inclusão, como pessoas com deficiência, populações do campo, populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Para atender adequadamente esses grupos, entre outras medidas, como financiamento adequado à políticas de formação adequada dos/as profissionais da educação, é preciso adequar e reestruturar os prédios, atendendo também às necessidades educacionais relacionadas à educação inclusiva, além de disponibilizar mobiliário adequado, respeitando a ergonomia, faixa etária dos estudantes atendidos e oferta de merenda escolar de qualidade que atenda às necessidades de todos/as os/as educandos/as.</p> <p>O CAQ deve ser formalmente definido no prazo máximo de um ano a partir da aprovação desse documento. E deve também ser dada publicidade ao CAQ, propiciando uma ampla fiscalização social em sua implementação. Para tal é necessário realizar e divulgar estudos sobre os custos adequados da</p>			
--	--	--	--	--

	educação básica nas suas diferentes etapas e modalidades, com base em padrões mínimos de qualidade, com vistas a melhorar a eficiência e garantir a generalização da qualidade do atendimento. Deve caber à União a complementação de recursos financeiros a todos os estados e aos municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQ.			
214	A ampliação do quantitativo do número de vagas na educação superior pública exige, além do aperfeiçoamento, democratização, execução ampliada e superação dos limites do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a implementação de outros programas de expansão democraticamente discutidos com a comunidade universitária e com a sociedade local, para que esta seja feita com garantia e elevação da qualidade. Tal preocupação se estende à criação de novas instituições e cursos, que devem ser resultado de um processo que leve em consideração as reais necessidades da população das diferentes regiões do País. Exige, também, a elaboração de indicadores de acompanhamento da qualidade das	V12 V13 V14 V15	V12 e 13 com acordo de redação; V14: primeira parte V15: segunda parte	Meta de investimento: recursos públicos para a educação pública (B)

	universidades públicas, especialmente as federais, em que sejam explicitadas as evoluções do custo do/da estudante/ano; as condições de funcionamento dos programas de pós-graduação stricto sensu a imprescindível abertura de novos programas de pós-graduação stricto sensu; apoio ao desenvolvimento de pesquisas, definidas no contexto da autonomia de cada uma das universidades; programas que apóiem a permanência de estudantes nas instituições; além da oferta de pós-graduação lato sensu, garantindo-se a gratuidade para todos os interessados			
215	Os/As dirigentes da educação dos níveis de governo federal, estadual, distrital e municipal, articulados com os demais segmentos e setores da sociedade civil, em especial com os/as trabalhadores/as da educação, estabeleceram ações coordenadas com vistas à elaboração de uma agenda mínima de fortalecimento da educação básica e superior e delinearam ações que provocaram avanços nas políticas educacionais.			
216	Nas últimas décadas, portanto, no âmbito das políticas educacionais, destacaram-se as			

	<p>modificações de ordem jurídico-institucional. Após a aprovação da Constituição Federal de 1988, cinco textos legais foram de grande importância para a área educacional: a aprovação da LDB (Lei nº 9.394/96) e do PNE (Lei nº 10.172/01), bem como a instituição do Fundef, alterado pela aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 53/2006 e da Lei nº 11.494/2007, que respectivamente criaram e regulamentaram o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos/ das Profissionais da Educação (Fundeb), além da EC 59/2009.</p>			
217	<p>As ações governamentais na educação superior pública federal, principalmente a partir de 2005, significaram também uma elevação dos recursos financeiros aplicados em educação. As seguintes ações contribuíram para esse fato: a implantação do Programa Universidade para Todos (ProUni) em 2005, acompanhada de seu respectivo órgão de controle social, a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social (Conap) do Prouni, estabelecida em 2006; a iniciativa de recuperar os valores gastos em outros custeios e investimentos nas</p>			

	instituições federais de ensino superior; a expansão dos campi das universidades federais estabelecidos no interior dos estados, em 2006; e o início da implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007/2008, que, até 2012, expandirá as vagas de graduação presenciais de 133.941, em 2007, para 227.260, em 2012.			
218	<p>Apesar desses avanços, o debate sobre o financiamento da educação é central e envolve a solução de alguns nós críticos: a revisão do papel da União no financiamento da educação básica; a instituição de um verdadeiro regime de colaboração entre os entes federados; o estabelecimento de uma real valorização dos trabalhadores em educação; a definição de referenciais de qualidade para todos os níveis e modalidades de educação/ensino; e a definição do papel da educação superior pública no processo de desenvolvimento do País.</p> <p>Além disso, é preciso determinar que o orçamento da educação seja administrado sempre pelas secretarias de educação e não pelas secretarias de governo, fazenda ou suas</p>	V69 V2	V2 está no caderno de emendas; a V69 foi indicada como prioritária na orientação para a etapa nacional	Gestão financeira independente/Gestores de educação/responsabilidade educacional (G e F)

	correlatas. Nesse contexto, é fundamental a criação e instituição da Lei de Responsabilidade Educacional e alterações de dispositivos da LRF que limitam os avanços na área da educação.			
219	Enquanto a LDB reestruturou e definiu as diretrizes e bases da educação brasileira após o regime militar, o PNE apontou novos rumos para as políticas e ações governamentais na chamada “Década da Educação”. No entanto, o PNE sofreu vetos que o descaracterizaram e não houve esforço governamental efetivo (nas três esferas de governo) para sua implementação. Há, portanto, neste momento, a necessidade de se efetivar e publicizar uma avaliação do PNE, como prioridade, tendo em vista o término da “Década da Educação”, em 2010, e a elaboração do novo PNE, iniciada pela Conae.	V70 V71 V72 V73	V70: aprovada a supressiva.	Urgência de uma política de financiamento
220	O alcance das metas estipuladas no PNE, na perspectiva de garantia do direito a uma educação com qualidade social, requer ações governamentais ousadas, que revoguem os vetos presidenciais apostos ao PNE atual. Especificamente no setor público, a CF/1988 e a LDB/1996 atribuíram à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a			

	<p>responsabilidade pela administração do sistema educacional brasileiro. Daí a exigência de um sistema nacional de educação articulado, norteado pela firme concepção da educação como direito humano fundamental, direito público e dever do Estado. Sua operacionalização não pode prescindir da regulamentação do regime de colaboração entre as instâncias federadas – o que, certamente, ensejará o estabelecimento de marcos teórico-conceituais na organização, na gestão e no real alcance do papel dos entes, por seu caráter descentralizado.</p>			
221	<p>Apesar dos recentes avanços conquistados pela sociedade brasileira nos termos do ordenamento jurídico relativo às políticas educacionais, o esforço para o cumprimento das metas do PNE ficará gravemente prejudicado se alguns pontos críticos complementares e interdependentes não forem garantidos:</p>			
221 a)	<p>Regulamentação do Art. 211 da Constituição Federal, que trata do Regime de Colaboração.</p>			
221 b)	<p>Redefinição do modelo de financiamento da educação, considerando a participação adequada dos diferentes níveis de</p>			

	governo (federal, estaduais, distrital e municipais) relativa aos investimentos nas redes públicas de educação.			
221 c)	Estabelecimento de referenciais de qualidade para todos os níveis educacionais.			
221 d)	Definição do papel da educação superior pública no processo de desenvolvimento do País, além do estabelecimento da autonomia universitária com adequado financiamento (Artigo 55, LDB).			
221 e)	Aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e avaliação da sociedade no que tange ao financiamento da educação, como: ampla divulgação do orçamento público; acesso aos dados orçamentários e transparência nas rubricas orçamentárias; e articulação entre as metas do PNE e os demais instrumentos orçamentários da União, estados, Distrito Federal e municípios	V3		Transparência e acesso à informação (J)
221 f)	Regulamentação do setor privado	V75		
221 g)	Instituição, como política de Estado, da compulsoriedade de administração de todos os recursos da educação em contas específicas exclusivas em todos os níveis (federal, estadual, distrital e municipal).	V79	Proposta como emenda 221m no bloco três	Gestão financeira independente/Gestores de educação/responsabilidade educacional (G e F)
221 h)	Aplicação dos recursos públicos exclusivamente nas instituições públicas	V81	Proposta como emenda 221p no bloco	Meta de investimento: recursos públicos para a educação pública (B)

	de ensino		três	
222	<p>Há que se problematizar, também, o papel de cada instância e os marcos jurídicos que normatizam a ação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios junto à educação básica, que deve ser universalizada, bem como em relação à educação superior pública, que deve ser expandida e devidamente financiada. Para tanto, é imprescindível que o investimento público no ensino superior seja direcionado, prioritariamente, à ampliação e qualificação de oferta pública no Brasil.</p>	V4 V5 V84	V4e V84 são idênticas (supressão de texto). A emenda V5 é aditiva. Emendas V85, V86 e V87 são versões polêmicas da V5 e foram rejeitadas.	Meta de investimento: recursos públicos para a educação pública superior (B)
223	<p>Considerando que cabe à União liderar o esforço em aumentar o investimento em educação em relação ao PIB, há que se estabelecer estratégias nacionais, compreendendo-se a ação conjunta da própria União, dos estados, DF e municípios. Este esforço deve ser proporcional à respectiva participação de cada um na arrecadação nacional, levando-se em conta as responsabilidades constitucionais de cada ente da federação. Portanto, é preciso definir o papel da União em todas as modalidades e níveis de ensino (educação básica e ensino superior), e não somente os papéis dos estados e</p>			

	<p>municípios. Faz-se necessário, também, regulamentar o ensino privado em todos os níveis educacionais, limitando a participação de capital estrangeiro na educação, retomando os marcos da educação como direito e não como mercadoria, garantindo fiscalização efetiva para evitar abusos.</p>			
224	<p>Todas essas questões identificam-se com a efetivação do Sistema Nacional de Educação e o redirecionamento dos processos de organização e gestão, para lograr a qualidade social em todos os níveis e modalidades da educação brasileira. Em um país fortemente marcado por disparidades regionais, elas evidenciam a importância do estabelecimento de políticas nacionais por meio da participação na elaboração do orçamento, planejamento e acompanhamento dos recursos a serem investidos na educação, visando a descentralizar, democratizar e desburocratizar tais recursos; devidamente de forma articuladas com políticas estaduais, municipais, distritais e regionais, mediante práticas de colaboração.</p>			
225	<p>O financiamento da educação constitui tarefa complexa, devido ao envolvimento entre os diferentes entes federados e a esfera privada, bem</p>	<p>V91 V92 V93</p>	<p>V91 com acordo de redação; V92 – Supressão de texto V93 – com</p>	<p>Estabelecer Responsabilidade Educacional (F)</p>

	<p>como à falta de regulamentação do regime de colaboração entre os entes, à ambígua relação entre o público e o privado e à necessidade de implementação de uma gestão democrática. Desse modo, deve ser estabelecida lei específica que defina as competências, a participação nos investimentos educacionais e as demais responsabilidades de cada ente federado e devem ser estabelecidos meios de controle e medidas de punição no caso de descumprimento desse dispositivo legal. A esses aspectos, somam-se a urgência na definição de padrões mínimos que estabeleçam referenciais para a qualidade da educação e, em específico, o critério custo-aluno/a qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais.</p>		acordo de redação	
226	<p>Atualmente, os gastos por aluno/a-ano dos níveis e modalidades da educação, especialmente na educação básica, são significativamente inferiores aos requeridos para os insumos adequados a um ensino de qualidade. Urge aumentar os valores aplicados, por estudante, destinados à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública, para fazer face aos inúmeros desafios, tais</p>	<p>V94 V95 V96</p>	<p>V94 - Supressão e adição de texto. V96 com acordo de redação.</p>	<p>Meta de investimento: institucionalização da fórmula inicial do CAQ desenvolvida pela CNDE. (C)</p>

	como: a remuneração condigna dos/ das profissionais da educação; a formação continuada e adequada dos/das trabalhadores/as em educação; a oferta correspondente à demanda por transporte escolar; a correção da relação de estudantes por sala de aula; a oferta de insumos (profissionais qualificados e recursos materiais), essenciais a uma boa relação de ensino-aprendizagem nas escolas da educação básica			
227	Na educação superior, é fundamental a efetivação da autonomia universitária constitucional, bem como a expansão das vagas em cursos presenciais e o aporte de recursos financeiros especiais para a pesquisa e pós-graduação stricto sensu e lato sensu, de modo a alterar o ambiente heterônimo em que as instituições se encontram	V6		
228	O financiamento da educação envolve a definição das condições materiais e de recursos para a formulação, implantação e avaliação das políticas educacionais e dos programas e ações a elas relacionados. Também envolve os processos de gestão, acompanhamento, controle e fiscalização dos recursos. Tudo isso deve trazer de volta a reflexão sobre a			

	necessidade de sua vinculação ao produto interno bruto (PIB), em percentuais bem acima dos praticados hoje, dado que os atuais se mostram insuficientes ao ressarcimento da dívida histórica do Estado para com a educação brasileira.			
229	A política de financiamento da educação básica, nos termos de um sistema nacional de educação, deve, obrigatoriamente , amparar-se na definição de um custo aluno/a-qualidade (CAQ), construído com a participação da sociedade civil, capaz de mensurar todos os insumos necessários à educação de qualidade, superando as desigualdades regionais, com ênfase no investimento à valorização de todos/as os/as profissionais da educação básica	V7		Meta de investimento: institucionalização da fórmula inicial do CAQ desenvolvida pela CNDE. (C)
230	Prioritariamente, o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, tendo como um dos instrumentos o financiamento da educação, não pode prescindir das seguintes ações:			
230 a)	Regulamentar o regime de colaboração entre os entes federados previsto na Constituição Federal, estabelecendo o direito à educação gratuita e de qualidade social em todas as esferas administrativas,			

	com garantia das devidas condições para o seu funcionamento			
230 b)	Construir o regime de colaboração entre os órgãos normativos dos sistemas de ensino, fortalecendo a cultura do relacionamento entre o Conselho Nacional de Educação, os conselhos estaduais, distrital e municipais de educação.			
230 c)	Ampliar o investimento em educação pública em relação ao PIB, na proporção de, no mínimo , 1% ao ano, de forma a atingir, no mínimo, 7% do PIB até 2011 e, no mínimo, 10% do PIB até 2014, respeitando a vinculação de receitas à educação definidas e incluindo, de forma adequada, todos os tributos (impostos, taxas e contribuições).	V98	Constou, por equívoco, como emenda supressiva no bloco III	Meta de investimento: patamar do PIB (A)
230 d)	Definir e aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação da sociedade, articulados entre os órgãos responsáveis (conselhos, Ministério Público, Tribunal de Contas), para que seja assegurado o cumprimento da aplicação dos percentuais mínimos na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), garantindo que os percentuais mínimos vinculados à MDE nas constituições estaduais e leis orgânicas municipais e Distrital sejam respeitados pelo	V8		Proteger recursos vinculados: controles institucionais e sociais em todos os entes federativos (L, H e I)

	executivo, sob fiscalização adequada dos tribunais de contas, especialmente nos estados, Distrito Federal, e municípios que têm previsto uma vinculação mínima superior aos 25%;			
230 e)	Ampliar o atendimento dos programas de renda mínima associados à educação, a fim de garantir o acesso e a permanência na escola a toda população			
230 f)	Estabelecer política nacional de gestão educacional, com mecanismos e instrumentos que contribuam para a democratização da escola e do ensino, assegurando a elaboração e implementação de planos estaduais, distrital e municipais de educação e articulando a construção de projetos político-pedagógicos escolares, sintonizados com a realidade e as necessidades locais			
230 g)	Garantir a autonomia (pedagógica, administrativa e financeira) das escolas, bem como o aprimoramento dos processos de gestão, para a melhoria de suas ações pedagógicas			
230 h)	Criar instrumentos que promovam a transparência na utilização dos recursos públicos e sua divulgação pelos sistemas de ensino e pelas escolas, para toda			

	a comunidade local e escolar.			
230 i)	Estabelecer mecanismos democráticos de gestão que assegurem a divulgação, a participação e a socialização na elaboração e implementação de planos estaduais, distrital e municipais de educação, bem como de projetos político-pedagógicos escolares.			
230 j)	Definir financiamento, em regime de colaboração, para políticas e estratégias de solução dos problemas do transporte escolar, enfrentados principalmente pelos municípios, em relação ao gerenciamento e pagamento das despesas.			
230 k)	Orientar os conselhos municipais de educação para que se tornem órgãos normatizadores do ensino público municipal e das instituições privadas de educação infantil, no contexto do SNE.			
231	Para se avançar na consolidação de políticas de financiamento que contribuam para a melhoria da educação nacional, em todos os níveis, faz-se necessário:			
231 a)	Desvincular os recursos destinados à educação de qualquer nível de contingenciamento de recursos provenientes das receitas da União, bem como de estados, Distrito Federal e municípios.	V103		Proteger recursos vinculados em todas as esferas federativas (L)
231	Revogar, de imediato, a			

b)	DRU para todas as áreas sociais.			
231 c)	Garantir o aumento dos recursos da educação de 18% para, no mínimo, 25% da União e de 25% para, no mínimo, 30% (de estados, DF e municípios) não só da receita de impostos, mas adicionando-se, de forma adequada, percentuais das taxas e contribuições sociais para investimento em manutenção e desenvolvimento do ensino público	V20		
231 d)	Efetivar a responsabilização administrativa e fiscal dos/das gestores/as públicos/ as que não executem a integralidade dos recursos orçamentários destinados à educação e a perda do mandato nos termos da legislação em vigor (Lei 101 C), inclusive para os gestores que não cumpram os percentuais para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino previstos nas constituições estaduais e leis orgânicas municipais e Distrital.	V21		Estabelecer Responsabilidade Educacional (F)
231 e)	Retirar as despesas com aposentadorias e pensões da conta dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino da União, estados, DF e municípios, garantindo a paridade entre aposentados/as e ativos/as, mas mantendo o pagamento das aposentadorias e pensões			Recursos humanos (profissionais da educação) pagos com verbas vinculadas ao MDE não são encargos com pessoal para fins dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (G)

	nos orçamentos das instituições educacionais.			
232	No tocante ao financiamento da educação brasileira, destaca-se, nos últimos anos, a criação do Fundeb, ocorrida com forte participação da sociedade civil organizada, iniciativa importante na implantação da política nacional direcionada à articulação dos entes federados, na descentralização do sistema educativo, bem como na valorização do magistério público.			
233	O Fundeb, ao substituir o Fundef, trouxe pelo menos duas vantagens: 1) aumentou substancialmente o compromisso da União com a educação básica, ampliando o aporte, a título de complementação, de cerca de R\$ 500 milhões (média no Fundef) para cerca de R\$ 5 bilhões de investimento ao ano; e 2) instituiu um único fundo para toda a educação básica e não apenas para o ensino fundamental. No entanto, é urgente o ressarcimento da União - em valores atualizados - à sociedade brasileira, estados, DF e municípios pelo não cumprimento dos critérios legais para o cálculo do valor aluno/a/ano do Fundef (Lei 9424/ 96). A dívida já supera os R\$ 20 bilhões de reais e deve ser	V108	V105 V106 V107 Tentativas de supressão não aprovadas.	Denúncia quanto à baixa efetividade dos mecanismos de financiamento em virtude da inobservância dos critérios legais de valor por aluno.

	paga imediatamente aos estados e municípios, que deverão obrigatoriamente investir os valores a serem recebidos na melhoria da qualidade do ensino de suas redes. Essa dívida educacional não pode ser paga ou descontada por meio de perdão da dívida tributária desses entes federados para com a União.			
234	No que diz respeito à educação básica, a implantação do Fundeb representa a visão sistêmica da educação, ao financiar todas as suas etapas, da educação infantil ao ensino médio, e ao reservar parcela importante dos recursos para a educação de jovens e adultos. É também a expressão de uma visão de ordenamento do território e de desenvolvimento social e econômico, na medida em que a complementação da União é direcionada às regiões nas quais o investimento por estudante é inferior à média nacional.			
235	Duas inovações foram incorporadas ao financiamento da educação básica, referentes ao Fundeb: 1) a diferenciação dos coeficientes de remuneração das matrículas não se dá apenas por etapa e modalidade da educação básica, mas também pela	V22 V23 V110 V111 V112 V113	Com acordo de redação foi acrescido: aporte financeiro do governo federal para aumento da oferta de vagas; matricular 50% das	Meta de investimento: Recursos públicos para a educação infantil pública/congelamento paulatino das parcerias com entidades privadas/ Função Supletiva da União (B)

	<p>extensão do turno: a escola de tempo integral recebe 25% a mais por estudante matriculado/a;</p> <p>2) a creche conveniada foi contemplada para efeito de repartição dos recursos do fundo – a atual taxa de atendimento da educação infantil, em especial na creche, dadas as metas expressas no PNE, justifica, nesse caso, a parceria do poder público com o segmento conveniado. Contudo, em respeito ao princípio do recurso público para a escola pública, o número de matrículas em creches conveniadas deve ser congelado em 2014, e essa modalidade de parceria deve ser extinta até 2018, tendo que ser obrigatoriamente assegurado o atendimento da demanda diretamente na rede pública. Vale dizer que no caso da educação infantil, a extensão da obrigatoriedade do ensino não pode significar prejuízo de investimentos na ampliação de matrículas nas creches - primeira etapa da educação básica e aquela que está mais distante de atingir as metas de atendimento estabelecidas pelo PNE. Nessa ótica, é fundamental a garantia de aporte financeiro do Governo Federal para construção, reforma, ampliação e custeio com pessoal para o aumento significativo da oferta de</p>		<p>crianças de 0 a 3 anos até 2012 e universalizar o atendimento da demanda manifesta até 2016.</p>	
--	--	--	---	--

	vagas. O objetivo é matricular 50% das crianças de 0 a 3 anos, até 2012, e universalizar o atendimento da demanda manifesta, até 2016			
236	O Fundeb se pauta ainda pela universalização do atendimento à educação, no acréscimo de 15% para 20% do FPE, FPM, ICMS, IPI, EXP, lei complementar 87, IPVA, ITBI e ITR e o acompanhamento e avaliação da sociedade, realizado por meio dos conselhos do fundo, tendendo a melhorar a transparência e a fiscalização dos recursos aplicados em educação. Ainda como recursos da educação, devem ser acrescentados os 5% dos mesmos impostos do fundo que não foram vinculados e os 25% dos impostos próprios, estaduais, distrital e municipais..			
237	Nesse contexto, o Fundeb não atendeu a todas as expectativas da sociedade civil, em especial dos/das trabalhadores/as em educação, mas foi um avanço em relação ao antigo Fundef, que priorizava apenas o ensino fundamental e discriminava a educação infantil e o ensino médio, fragmentando, consequentemente, a luta dos movimentos sociais e dos/das trabalhadores/as em educação			
238	Entretanto, o Fundeb,	V114	Emendas cuja	Meta de investimento: O

	<p>como visto, não é suficiente para garantir a universalização da oferta de vagas na educação básica e tampouco a permanência do/da estudante na escola até a conclusão do ensino médio com qualidade, o que exige a aplicação de recursos financeiros na educação básica para além desse fundo. Nesse sentido, em perspectiva, entende-se a importância de transformar o Fundeb em um fundo nacional, com igual per capita para todos os Estados, com a aplicação de parte ainda mais significativa dos recursos vinculados à educação e incorporando também outras formas de arrecadação, não só os impostos. Deve-se, também, tomar como referência o maior per capita existente no País, com o objetivo de unificar o valor aluno/a por ano executado no Brasil, acabando com as desigualdades por Estado. O Fundeb, para isso, deve ter como referência o estabelecimento de um Custo Aluno/a - Qualidade (CAQ), nivelando todos os CAQs, a partir do valor máximo alcançado e praticado nos estados com maior arrecadação.</p>	V115 V116	<p>orientação foi destacar para o debate V114 e V115. Aprovadas com acordo de redação. A V116 era do fundo especial para o financiamento da educação profissional. Recomendada a rejeição tabela de Orientações de 25/03/2010. Foi rejeitada</p>	Fundeb operando com mecanismo do CAQ (cálculo per capita) (C)
239	<p>Acredita-se, contudo, que os recursos hoje contabilizados no Fundeb, se bem aplicados e fiscalizados adequadamente, com a</p>	V9 V10		<p>Meta de investimento: Institucionalização do CAQ como mecanismo do Fundeb (C)</p>

	participação dos conselhos de acompanhamento, instituídos no âmbito dos estados, DF e municípios, poderão constituir avanços no financiamento para as diversas etapas de ensino e modalidades da educação básica. Estima-se, com isso, que ocorra o aumento da matrícula nas diversas etapas da educação, asseguradas a aplicação e a otimização dos percentuais vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, especialmente com a participação mais efetiva da União. Contudo, para tanto, deve-se assegurar que os fatores de ponderação do Fundeb representem os custos efetivos de cada etapa ou modalidade de ensino.			
240	Para se fazer com que o Fundeb possa colaborar efetivamente para elevar a qualidade da educação, a referência de investimento por estudante/ano do fundo deve, necessariamente, passar a ser uma verdadeira política de custo-aluno/a-qualidade, ancorada pela União e construída em parceria com a sociedade civil, como uma das principais referências no âmbito do financiamento da educação			
241	O valor mínimo do Fundeb, em cada nível, etapa e modalidade de educação, deve assim			

	garantir a presença, em todas as escolas públicas do País, dos padrões mínimos de qualidade previstos no PNE e na LDB, além de outros que precisam ser definidos no regime de colaboração			
242	Em se tratando do financiamento da educação básica e especialmente do Fundeb, as seguintes ações devem ser asseguradas	V117		
242 a)	Consolidar o Fundeb – garantindo recursos financeiros adequados por estudante –, de modo que resulte em real ampliação dos recursos vinculados à educação, incorporando, de forma adequada, impostos, taxas e contribuições.			
242 b)	Alterar a lei do Fundeb no sentido de retirar o sistema de balizas que limitam os fatores de ponderação do fundo a uma escala de 0,7 a 1,3. Esta medida é imprescindível para substituir a atual perspectiva do gasto-aluno/a/ano ou custo-aluno/a/ano existente no fundo, por uma política de custo-aluno/a-qualidade. Concomitantemente, a complementação da União ao Fundeb deve avançar imediatamente para uma transferência equivalente a 1% do PIB/ano	V25 V26 V27	Constaram como emenda da alínea “a”.	Meta de investimento: Institucionalização do CAQ como mecanismo do Fundeb (C)
242 c)	Considerar as condições reais e os custos de cada etapa e modalidade de			

	ensino, nos fatores de ponderação do valor por estudante do Fundeb, considerando: relação estudante/turma; presença de infraestrutura e insumos adequados; qualificação dos/das profissionais de educação; presença de jornada em tempo integral dos/das estudantes etc.			
242 d)	Fortalecer e regulamentar o papel fiscalizador dos conselhos de acompanhamento e de avaliação do Fundeb, considerando a composição e suas atribuições legais.			
242 e)	Tornar públicas e transparentes as receitas e despesas do total de recursos destinados à educação em cada sistema público de ensino federal, distrital, estadual e municipal e assegurar a efetiva fiscalização da aplicação desses recursos por meio dos conselhos, do Ministério Público, tribunais de contas estaduais, distrital e municipais e dos diversos setores da sociedade			
242 f)	Constituir as secretarias de educação municipais, estaduais e distrital como unidades orçamentárias, em conformidade com o artigo 69 da LDB, com a garantia de que os/as dirigentes da pasta educacional sejam gestores/as plenos dos		V118 rejeitada: versava sobre aumento de atribuições aos Conselhos do Fundeb	Controle social dos recursos: fortalecimento institucional dos Conselhos (H)

	recursos vinculados, sob o acompanhamento, controle e fiscalização de conselhos, tribunais de contas estaduais, distrital, municipais e demais órgãos fiscalizadores.			
242 g)	Garantir, em articulação com os tribunais de contas, a formação dos conselheiros/as do Fundeb no âmbito de todos os estados, DF e municípios, para que tenham uma atuação qualificada no acompanhamento, avaliação e controle fiscal dos recursos, por meio de cursos permanentes, provendo-lhes suporte técnico contábil e jurídico, a fim de que exerçam com maior autonomia e segurança as suas funções, sendo que a primeira formação deve ocorrer imediatamente após a sua eleição	V119	Constou como emenda da alínea f no bloco III	Controle social dos recursos: qualificação dos Conselheiros (H)
242 h)	Apoiar a criação e/ou consolidação de conselhos estaduais, distrital e municipais de educação, assegurando dotação orçamentária ao seu custeio e à capacitação dos conselheiros/as, para garantir o acompanhamento e controle social dos recursos vinculados à educação		V121 constou nesta alínea. Foi rejeitada. Versava sobre congelar matrículas de creche conveniada com recursos do Fundeb, para dirigir recursos públicos à rede pública.	Metas de investimento: recursos públicos para educação pública (B)
242 i)	Ampliar e consolidar as políticas de financiamento e expansão da educação profissional, com ênfase no ensino médio integrado, na			

	educação tecnológica, na formação de professores/as e no desenvolvimento da pesquisa e da inovação, considerando as necessidades produtivas, sociais e de inserção profissional.			
242 j)	Financiar a compra de transportes adequados ao atendimento de estudantes com deficiência			
242 l)	Considerando o princípio legal da educação inclusiva, apesar do importante papel desempenhado pelas organizações filantrópicas privadas, comunitárias e confessionais. nas últimas décadas, deve-se hoje compreender essas organizações como estabelecimentos assistenciais e não escolares. Nesse sentido, como cabe ao Fundeb investir apenas em educação, deve-se congelar as atuais matrículas em 2014 e extingui-las até 2018, tendo que ser obrigatoriamente assegurado o atendimento da demanda diretamente na rede pública.	V120	Constou como emenda 242 g, no bloco III. Com acordo de redação	Meta de investimento: Recursos públicos para a educação inclusiva pública/congelamento paulatino das parcerias com entidades privadas. (B)
242 m)	Defender e encaminhar proposta de equivalência dos percentuais da EJA no Fundeb aos demais da educação básica, ampliando recursos financeiros a ela destinados, melhorando o sistema distributivo, e promovendo condições de qualidade e ampliação			

	de matrículas na EJA			
242 n)	Revisar as restrições às matrículas em EJA no Fundeb, especialmente a que limita as matrículas nessa modalidade em 15% do total de matrículas do fundo			
243	Com relação ao financiamento da educação superior, as seguintes ações devem ser asseguradas:			
243 a)	Realizar estudos para estabelecer um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior Pública, vinculando, de forma adequada, recursos dos impostos, taxas e contribuições, de modo a efetivar a autonomia universitária prevista na CF/1988.			
243 b)	Estabelecer parâmetros para a distribuição dos recursos entre as instituições públicas que considerem, em seu conjunto, as diversas atividades desenvolvidas pelas instituições.			
243 c)	Definir as condições a serem satisfeitas por estados, distrito federal e municípios para demandarem recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior Pública.			
243 d)	Garantir recursos orçamentários para que as universidades públicas possam definir e executar seus próprios projetos de pesquisa, propiciando			

	uma efetiva autonomia de pesquisa.			
243 e)	Alocar recursos financeiros específicos para a expansão da graduação nas instituições públicas no período noturno, com a condição de que o número de vagas nesse período seja 1/3 (um terço) do número total de vagas.	V28 V29 V30 V129-134	Não constou no caderno de emendas, mas constou como elemento de negociação com temas de outro bloco. Com acordo de redação.	
243 f)	Definir parâmetros que expressem a qualidade da instituição de educação superior e estabelecer que o volume mínimo de recursos financeiros seja alocado para que as atividades de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão reflitam a qualidade estabelecida.			
243 g)	Estabelecer programas de apoio à permanência dos/das estudantes nas instituições públicas, considerando-se que há a necessidade de provocar uma grande expansão dos cursos de graduação presenciais.			
243 h)	Ampliar a discussão sobre a política do Prouni e do Reuni, para que os recursos públicos destinados a estes programas possam ser revertidos à ampliação, melhoria e reestruturação das instituições públicas de ensino superior, fortalecendo seu caráter público, gratuito e de qualidade.	V132	Consta apenas na tabela de Orientações de 25/03/2010 aparece como prioritária	Meta de investimento: Recursos públicos para a educação superior pública. Congelamento paulatino das parcerias com entidades privadas (B)
243	Garantir orçamentos às			

i)	políticas de acesso e permanência na educação superior para inclusão dos negros, povos indígenas, além de outros grupos e extratos sociais historicamente excluídos desse nível de ensino			
243 j)	Garantir financiamento do governo federal ou estadual nos campi universitários públicos para oferta de curso de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado aos/ às profissionais da educação.			
244	Quanto à organicidade das políticas de financiamento, dentre as várias questões que se colocam envolvendo o Sistema Nacional de Educação, deve-se reiterar, ainda, a necessidade de ampla reforma tributária, que contribua para a ampliação e melhor distribuição das receitas destinadas à educação. Para tanto, é preciso que os setores educacionais pressionem e colaborem com o Congresso Nacional na construção de uma reforma tributária ampla e justa socialmente, que iniba as políticas de renúncia e guerra fiscal, responsáveis por grave prejuízo ao investimento de recursos nas áreas sociais, em especial na educação.			
245	Essa reforma tributária deve estabelecer que não só os impostos, mas todos	V11 V135 V136		Meta de investimento: reforma tributária e ampliação da gama de

	os tributos (impostos, taxas e contribuições) do orçamento fiscal façam parte da vinculação de recursos à educação pública, além dos dividendos advindos de multas. Nesse sentido, é fundamental aumentar e garantir, no contexto da reforma tributária, a vinculação de recursos ampliando os atuais percentuais constitucionais e impedindo a desvinculação de recursos da educação. A contribuição social do Salário-Educação deve ser preservada como um recurso fundamental para a educação pública brasileira	V137 V138		recursos vinculados (D)
246	O financiamento tem como base e pressuposto as opções de política fiscal e tributária. Por isso, nas reformas legais dessas áreas, deve ser levada em conta a ampliação dos recursos à educação. De todo modo, é preciso fiscalizar a arrecadação e garantir a correta aplicação por todos os entes federados dos recursos devidos à área, promovendo-se a transparência do uso nos recursos públicos. Além disso, o fim do superávit fiscal e superávit primário deve resultar em benefício para o desenvolvimento das políticas sociais	V139 V140 V141 V142		Controle fiscal e orçamentário da arrecadação e aplicação dos recursos em educação. (I)
247	É necessária, assim, a realização de uma reforma tributária que	V143 V144 V145	Rejeitadas	

	<p>crie um modelo mais justo que o atual, tributando o capital especulativo, as grandes fortunas (imposto ainda não regulamentado), o latifúndio improdutivo e o capital financeiro, além de reduzir as disparidades regionais na distribuição da receita tributária.</p>	<p>V146 V147</p>		
248	<p>É imperativo, pois, enfrentar o principal problema do financiamento educacional no País – a falta de recursos suficientes –, exercendo acompanhamento e controle social para que sejam devidamente aplicados. Para superar a fragmentação e o isolamento das políticas educacionais, é preciso criar um sistema nacional de educação que, através do regime de colaboração, garanta os recursos necessários à educação pública com qualidade social</p>			
250	<p>Ressalte-se, mais uma vez, que a construção do regime de colaboração entre os sistemas de ensino é uma luta histórica dos/das educadores/as e de toda a sociedade brasileira e que precisa ser aprimorado e devidamente financiado. Deve-se compreender, portanto, a necessidade de sua construção e implementação, por meio de uma legislação clara sobre as regras, em que os custos sejam</p>			

	<p>devidamente compartilhados e pautados por uma política nacional de educação, referenciada na unidade nacional, dentro da diversidade. Essa política deve fortalecer o relacionamento entre os órgãos normativos, permitindo uma equivalência nas diretrizes próprias de valorização dos/das profissionais, bem como na definição de instrumentos básicos para o perfeito desenvolvimento do ensino, em todas as suas necessidades.</p>			
250A	<p>Deve-se destinar cinquenta por cento (50%) dos créditos advindos do pagamento de royalties decorrentes de atividades de produção energética (extração, tratamento, armazenagem e refinamento de hidrocarbonetos) à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Como outra nova e importante fonte de recursos para a área educacional, os valores financeiros que compõem o Fundo Social advindos da exploração da camada pré-sal devem ter uma destinação na ordem de 50% de suas receitas para a educação, tendo, desse modo, vinculação imediata ao orçamento do MEC, ou seja, não devem passar por deliberação do Comitê Gestor do Fundo</p>	<p>V31 V32 V33 V34</p>		<p>Meta de investimento: novas fontes de recursos à Royalties do Petróleo/Fundo Social do Pre-Sal. (E) Gestão financeira independente/Gestão pela educação (G)</p>

	<p>Social. Desse total acumulado, 30% devem ficar com a União, para o desenvolvimento de programas relativos ao ensino superior e profissionalizante e 70% devem ser transferidos a estados, distrito federal e municípios, para o desenvolvimento de programas de educação básica por meio de uma política de transferências equivalente ao salário educação. É importante ressaltar que devem ser priorizados os estados e municípios com baixo IDH. Apenas dessa forma a riqueza do pré-sal poderá beneficiar efetivamente todos os brasileiros e todas as brasileiras</p>			
250B	<p>No tocante à educação fiscal deve-se: garantir que os conteúdos da educação fiscal para cidadania componham currículo obrigatório na formação dos/as profissionais de educação, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino; possibilitar que o Sistema Nacional de Educação e as entidades da sociedade civil organizada, órgãos públicos de controle e fiscalização, escolas de governo e demais parceiros atuem articulados às ações e projetos de educação fiscal; estimular atividades práticas para o exercício da cidadania e do controle social</p>	V35		Controle Social e educação fiscal (H)

	<p>assegurando a participação popular na gestão do Estado; fomentar o debate em torno das políticas públicas capazes de reduzir as desigualdades sociais; ser um instrumento de promoção permanente do Estado Democrático de Direito; difundir informações que possibilitem a construção da consciência cidadã em torno do papel social dos tributos, dos bens e orçamentos públicos; informar, à sociedade, sobre os efeitos lesivos da corrupção, da sonegação fiscal e da má gestão dos recursos públicos; e, garantir financiamento de programas de extensão, pesquisas e projetos de servidores públicos, com vistas à construção de conhecimentos relativos à educação fiscal.</p>			
--	--	--	--	--

Fonte: Documentos da Conferência Nacional de Educação: Referência, Base e Final. Cf. Nota de metodologia do Quadro 9. Cf. Quadro 9A (coluna tema)

Quadro 9A2: SÍNTESE TEMÁTICA: A CNDE NA CONAE 2010

Meta de investimento: Patamar do PIB	A
Metas de investimento: recursos públicos para educação pública (educação inclusiva, infantil e superior)	B
Meta de investimento: CAQ inicial - CAQ como mecanismo do FUNDEB - CAQ e função supletiva União	C
Meta de investimento: ampliar a gama de recursos vinculados	D
Meta de investimento: assegurar novas fontes de recursos (Royalties do Petróleo - Lei 12.858/2013 - e Fundo Social do Pré-Sal Lei n 12.351/2010)	E
Mecanismo de Responsabilidade Educacional	F
Gestão financeira independente/Gestores de educação	G
Controle Social (Conselheiros e Conselhos de Educação e do FUNDEB, Educação fiscal)	H
Controles institucionais (Tribunais de Contas e Ministério Público)	I
Transparência/Acesso a informação	J
Proteger recursos vinculados em todas as esferas federativas (DRU, DRE e DRM, aposentadorias e pensões de inativos da educação)	L
Urgência de uma política de financiamento	M
Baixa efetividade dos mecanismos de financiamento: inobservância dos critérios legais de valor por aluno	N

Cf: Nota de metodologia do quadro 9A

Quadro 10: PROJETO DE LEI Nº 8.035, DE 2010 – DIVISÃO TEMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 8.035, DE 2010		
Dispositivo	Assunto	
Artigo 1º	Descrição do objeto: Plano Nacional de Educação 2011-2020	
Artigo 2º	Diretrizes do Plano Nacional de Educação	
Artigo 3º	Comando genérico de prazo: prazo geral e prazos específicos	
Artigo 4º	Referência para metas: dados do censos nacionais de educação básica e superior atualizados	
Artigo 5º	Regra sobre a meta de ampliação de investimento (meta 20)	
Artigo 6º	Controle social: Conferências de Educação e Fórum Nacional de Educação	
Artigo 7º	Regime de colaboração federativa	
Artigo 8º	Planos estaduais e municipais: prazo	
Artigo 9º	Estados e Municípios: norma de gestão democrática	
Artigo 10º	Leis orçamentárias dos entes federativos e o PNE	
Artigo 11	IDEB como mecanismo de avaliação de qualidade do ensino	
Artigo 12	Norma de vigência	
ANEXO- METAS E ESTRATÉGIAS		
Dispositivo	Assunto	Estratégias
Meta 1	Educação Infantil	9
Meta 2	Ensino fundamental	12
Meta 3	Ensino fundamental	12
Meta 4	Ensino fundamental	6
Meta 5	Ensino fundamental	5
Meta 6	Ensino em tempo integral	6
Meta 7	Avaliação da educação básica	25
Meta 8	Educação de Jovens e Adultos - EJA	6
Meta 9	Educação de Jovens e Adultos - EJA	5
Meta 10	Educação de Jovens e Adultos - EJA	8
Meta 11	Educação Profissional	10
Meta 12	Educação Superior	16
Meta 13	Educação Superior	7
Meta 14	Educação Superior	9
Meta 15	Formação dos profissionais de educação	10
Meta 16	Formação dos profissionais de educação	5
Meta 17	Valorização da Carreira dos Profissionais	3
Meta 18	Valorização da Carreira dos Profissionais	8
Meta 19	Gestão democrática	2
Meta 20	Investimento e política de financiamento	6
Total Estratégias		170

Quadro 10A3: META 20 NA LEI FEDERAL Nº 13.005, DE 2014

ANEXO- METAS E ESTRATÉGIAS		
Dispositivo	Assunto	Estratégias
Meta 20	Investimento, política de financiamento e controle	12
Total Estratégias		254

Quadro 114: A META 20 DO GOVERNO E O EIXO V DA CONAE 2010

Dispositivo	Proposição	CONAE 2010	Comentário
Meta 20	Ampliar progressivamente o investimento público em educação: 7% PIB.	230c: Ampliar o investimento em educação pública em relação ao PIB, na proporção de, no mínimo, 1% ao ano , de forma a atingir, no mínimo, 7% do PIB até 2011 e, no mínimo, 10% do PIB até 2014.	divergiu da CONAE
Estratégia 20.1	Garantir fonte de financiamento permanente e sustentável para todas as etapas e modalidades da educação pública.	231a, b e c - Fontes de recursos (extinguir a DRU e aumento da vinculação de recursos à MDE); 245 (reforma tributária) 250A: Royalties e Fundo social do Pré-sal	não especificou mecanismos
Estratégia 20.2	Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.	não há comando específico	-
Estratégia 20.3	Destinar recursos do Fundo Social ao desenvolvimento do ensino.	250A: Destinar 50% Royalties do petróleo e 50% das receitas do Fundo Social do Pré-Sal	não especificou a obrigação

Estratégia 20.4	Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação	221e: Aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e avaliação da sociedade no que tange ao financiamento da educação, como: ampla divulgação do orçamento público; acesso aos dados orçamentários e transparência nas rubricas orçamentárias; e articulação entre as metas do PNE e os demais instrumentos orçamentários da União, estados, Distrito Federal e municípios.	não especificou mecanismos
	Definir o custo aluno-qualidade da educação básica à luz da ampliação do investimento público em educação	225: o CAQi é passível de implementação: 226: Institucionalização do CAQi 228: Institucionalização do CAQi	divergiu da CONAE (não reconheceu a metodologia do CAQi)
Estratégia 20.5	Desenvolver indicadores de investimento e tipo de despesa per capita por aluno em todas as etapas da educação pública	238, 239, 241, 242b, 242c: CAQi como mecanismo per capita do FUNDEB	divergiu da CONAE (não reconheceu a metodologia do CAQi)
Estratégia 20.6			

Fonte: Projeto de Lei nº 8.035, de 2010 remetido pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 20 dez 2010.
Documento Final da Conferência Nacional de Educação de 2010. Cf. nota de metodologia do Quadro 11

Quadro 12: DEPUTADOS INTERLOCUTORES - CNDE

QUADRO 12: DEPUTADOS INTERLOCUTORES - CNDE		
Comissão Especial		Interlocutores dentro e fora da Comissão Especial
Deputado Federal	Comissão Educação	
52	14	24
	27%	
PT		
Angelo Vanhoni (PT/PR)	X	X
Fátima Bezerra (PT/RN)	X	X
Margarida Salomão (PT/MG)		X
Newton Lima (PT/SP)		X
Alessandro Molon (PT/RJ)		
Artur Bruno (PT/CE)		X
Iara Bernardi (PT/SP)		
Pedro Uczai (PT/SC)		
PMDB		
Gabriel Chalita (SP)		
Lelo Coimbra PMDB/ES	X	X
Professor Setimo (MA)	X	
Raul Henry PMDB/PE	X	X
Renan Filho PMDB/AL		
Eduardo Cunha PMDB/RJ		X
Gastão Vieira PMDB/MA	X	X
Manoel Junior PMDB/PB		
Pedro Chaves PMDB/GO		
PSDB		
Eduardo Barbosa PSDB/MG	X	
Izalci PSDB/DF	X	X
Nelson Marchezan Junior PSDB/RS		
Nilson Pinto PSDB/PA	X	
Alfredo Kaefer PSDB/PR		
Mara Gabrilli PSDB/SP		
PP		
Jair Bolsonaro PP/RJ		
José Linhares PP/CE	X	
Esperidião Amim		X
DEM		
Efraim Filho DEM/PB		
Professora Dorinha Seabra Rezende DEM/TO		X
Onyx Lorenzoni DEM/RS	X	
PR		

Paulo Freire - SP		
Jorginho Mello - SC		
PSB		
Dr. Ubiali - SP		
Pastor Eurico - PE		
Stefano Aguiar - MG		
Glauber Braga - RJ		X
Leopoldo Meyer - PR		
PDT		
Paulo Rubem Santiago PDT/PE		X
André Figueiredo - CE		X
Marcos Rogério - RO		
Bloco PV, PPS		
Stepan Nercessian PPS/RJ		
PTB		
Alex Canziani - PR		
Eros Biondini - MG		
PSC		
Pastor Marco Feliciano PSC/SP		
PCdoB		
Alice Portugal - BA	X	X
Chico Lopes - CE		X
PRB		
Antonio Bulhões - SP		
PSD		
Marcos Montes - MG		
PROS		
Ariosto Holanda - CE		
Ronaldo Fonseca - DF		
PSOL		
Ivan Valente - SP	X	X
Jean Wyllys - RJ		

1ª Comissão Especial do PL 8.035, de 2010		
Gilmar Machado	X	X

Interlocutores - Sem vínculo com a Comissão Especial		
Eudes Xavier (PT-CE)	X	X
Chico Alencar (PSOL-RJ)	X	X
Raul Henry (PMDB-PE)	X	X
Beto Albuquerque (PSB-RS)		X
Atila Lira (PSB-PI)	X	X

Quadro 135: EMENDAS DA CNDE AO PL 8.035, DE 2010 - TEMAS

PROPOSTAS NA COMISSÃO (EMC)			
Item	Proposição	CONAE	TEMA
meta 20	Ampliar progressivamente o investimento público direto em educação pública de forma a atingir, no mínimo, 7% do PIB em até quatro anos após a vigência desta Lei e, no mínimo, 10% do PIB até o último ano de vigência desta Lei, sendo que 80% dos investimentos públicos em educação devem ser revertidos para a educação básica e 20% para o ensino superior.	A	1
20.1	A União enviará ao Congresso Nacional, no prazo de seis meses após a aprovação desta Lei, Proposta de Emenda à Constituição que eleve progressivamente a vinculação de impostos e transferências para a manutenção e desenvolvimento do ensino, em ritmo e percentual compatíveis com o cumprimento da Meta 20, garantindo-se fonte de financiamento permanente e sustentável para todas as etapas e modalidades da educação pública	D	2
20.2	NÃO HOUVE PROPOSTA		
20.3	Destinar 50% dos valores financeiros que compõem o Fundo Social advindos da exploração da camada pré-sal para a educação, sendo que 30% devem ficar com a União, para o desenvolvimento de programas relativos ao ensino superior e profissionalizante e 70% devem ser transferidos a estados, distrito federal e municípios, para o desenvolvimento de programas de educação básica por meio de uma política de transferências equivalente ao salário educação.	E	3
20.4	NÃO HOUVE PROPOSTA		
20.5	Implementar o custo aluno-qualidade (CAQ) da educação básica à luz da ampliação do investimento público em educação, no prazo máximo de um ano contado da publicação desta Lei.	C	4
20.6	Tomando como referência o custo-aluno-qualidade (CAQ), a União deve desenvolver indicadores de gasto educacional e de tipo de despesa per capita por aluno em todas as etapas e modalidades da educação básica pública, utilizando os resultados para subsidiar as definições de distribuição dos recursos do Fundeb e corrigir eventuais distorções entre o CAQ e o gasto efetivo.	C	5
20.7	Destinar cinquenta por cento (50%) dos créditos advindos do pagamento de royalties decorrentes de atividades de produção energética (extração, tratamento, armazenagem e refinamento de hidrocarbonetos) à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).	E	6

20.7	No prazo máximo de um ano, o CAQ será definido em portaria do Ministério da Educação, consultado o Conselho Nacional de Educação e o Fórum Nacional de Educação, devendo ser implementado através da complementação da União aos estados e aos municípios que comprovadamente não atinjam o valor do CAQ quando consideradas as respectivas receitas vinculadas para manutenção e desenvolvimento do ensino	C	7
20.7	No prazo de um ano contado da aprovação deste Plano, tornar públicas e transparentes, em tempo real e em seção específica do portal eletrônico do órgão gestor da educação nos respectivos sistemas de ensino, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira de cada unidade gestora dos recursos vinculados à função educação e à manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como toda a receita vinculada auferida, respeitadas as disposições específicas da Lei Complementar nº 131, de 2009.	J	8
20.7	Implantar, no prazo de dois anos após a aprovação deste Plano, em regime de colaboração e com a participação dos respectivos Tribunais de Contas, programas articulados e permanentes de formação de membros dos Conselhos do Fundeb e de Educação, abertos à comunidade, com o objetivo de qualificar sua atuação no acompanhamento, avaliação e controle social dos recursos vinculados à educação e ao ensino.	H	9
20.7	Prover, no prazo de dois anos após a aprovação deste Plano, com a colaboração técnica e financeira da União, todos os Conselhos do Fundeb e de Educação do suporte técnico contábil e jurídico necessário ao exercício pleno e autônomo de suas atribuições no acompanhamento, avaliação e controle social dos recursos vinculados à educação e ao ensino.	H	10
20.7	A partir da aprovação desta Lei, excluir as despesas com aposentadorias e pensões do cálculo do cumprimento da vinculação mínima de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo-se a paridade entre aposentados/as e ativos/as e mantendo-se a gestão e o pagamento das aposentadorias e pensões nos orçamentos dos órgãos gestores dos respectivos sistemas de ensino.	L	11

20.7	Para colaborar no cumprimento das metas e estratégias deste Plano Nacional de Educação, no prazo de dois anos contados da aprovação desta Lei, deverá ser criado o Fundo de Investimento na Infra-Estrutura e Transporte Escolar da Educação Básica Pública, gerido pelo Ministério da Educação na forma de um mecanismo de transferências diretas a estados e municípios que priorize os fundos estaduais do Fundeb que apresentem menor custo-aluno/ano. Este novo Fundo deverá ser composto pela destinação de 5% do lucro líquido das empresas estatais federais e seu montante deverá ser adicional a todas as transferências obrigatórias e voluntárias empreendidas pela União, configurando-se em um recurso efetivamente novo e promotor de equidade em termos de oferta de insumos educacionais.		12
Meta 21	O financiamento à educação deve tomar como referência o mecanismo do custo aluno-qualidade (CAQ), que deve ser definido a partir do custo anual por aluno/estudante dos insumos educacionais necessários para que a educação básica pública adquira e se realize com base em um padrão mínimo de qualidade, sendo o prazo para a sua implementação o de dois anos após a aprovação desta Lei.	C	13
21.1	A definição do CAQ deve ser realizada no prazo máximo de um ano após a aprovação desta Lei, na forma de uma legislação específica que determine prazos e responsabilidades administrativas, entre os entes federados, para sua implementação.	C	14
21.2	A definição do CAQ deve ser empreendida na forma de lei por meio de articulação e negociação entre os entes federados, em interlocução com o Congresso Nacional, com o Conselho Nacional de Educação e com as organizações da sociedade civil presentes no Fórum Nacional de Educação.	C	15
21.3	O CAQ deve ser tratado como a principal referência de financiamento da educação e como eixo fundamental do regime de colaboração da educação	C	16
21.4	O estabelecimento do CAQ deve ser subsidiado pela institucionalização e manutenção, em regime de colaboração, de um programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, tendo em vista a equalização regional das oportunidades educacionais	C	17

21.5	O CAQ deve assegurar a todas as escolas públicas de educação básica insumos como água tratada e saneamento básico; energia elétrica; acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade; acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a bibliotecas; acesso a espaços adequados para prática de esportes; acesso a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências	C	18
21.6	No ensino superior o CAQ deve definir parâmetros que expressem a qualidade da instituição de educação superior e estabelecer que o volume mínimo de recursos financeiros seja alocado para que as atividades de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão reflitam a qualidade estabelecida	C	19
21.7	Caberá à União a complementação de recursos financeiros a todos os estados e aos municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQ.	C	20
Meta 21	Proposta global (inclusas 07 estratégias)	C	21
PROPOSTAS AO SUBSTITUTIVO DO RELATOR (ESB)			
20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2016 e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio.	A/B	1S
20	Ampliar o investimento público direto em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2016 e, no mínimo, o equivalente a dez vírgula quatrocentos e três por cento do PIB ao final do decênio.	A/B	1S
20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2014 e, no mínimo, o equivalente a dez vírgula quatrocentos e três por cento do PIB ao final do decênio.	A/B	1S
20	Ampliar o investimento público direto em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de oito por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2016 e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final deste plano.	A/B	1S
20	Ampliar o investimento público direto em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2016 e, no mínimo, o equivalente a dez vírgula quatrocentos e três por cento do PIB ao final do decênio.	A/B	1S

20.3	Destinar cinquenta por cento dos recursos do Fundo Social do Pré-sal, <i>royalties</i> e participações especiais da União, referentes ao petróleo e à produção mineral à manutenção e desenvolvimento do ensino público.	E	3 e 6
20.7	Caberá à União a complementação de recursos financeiros a todos os estados, ao distrito federal e aos municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.”	C	20S

Cf. Nota metodológica do Quadro 12

Quadro 14: EMENDAS À META 20 - POR DEPUTADO E TEMA CNDEJ

A. Molon		Bifi		EMC 1699		EMC 2033	
EMC 1315		ESB 366		EMC 1700		EMC 2659	
EMC 1317		Chico Lopes		EMC 1701	1	EMC 2684	
ESB 373		EMC 330		EMC 1702		EMC 2685	3
Alfredo Kaefer		ESB 191		EMC 1703	2	EMC 2686	
ESB 343	1	ESB 197	20S	EMC 1704	7	EMC 2687	
Alice Portugal		ESB 198	1S	EMC 1705		ESB 447	1S
EMC 2875	1	Claudio Puty		EMC 1706		Francisco P.	
EMC 2878	3	EMC 2907		EMC 1707	6	EMC 1523	
EMC 2879	2	Profa. Dorinha		EMC 1708	3	EMC 1524	
EMC 2880	4	EMC 1056		EMC 1709	3	EMC 1525	4
EMC 2881	5	EMC 1057	3	EMC 1710	8	EMC 1526	8
EMC 2882	10	EMC 1058	4	EMC 1711	5	Gilmar M.	
EMC 2883	6	EMC 1059	5	EMC 1712	12	EMC 1285	
EMC 2912	11	EMC 1060	6	EMC 1713	8	Ivan Valente	
EMC 2913		EMC 1061	11	EMC 1714	9	EMC 87	8
EMC 2915	21	EMC 1062	12	EMC 1715	10	EMC 88	4
ESB 127		EMC 1064		EMC 1716	11	EMC 89	7
Ana Arraes		EMC 1744		EMC 1717	21	EMC 90	
EMC 1089	8	ESB 101	11	EMC 1789	4	EMC 91	21
EMC 1091		ESB 109		EMC 2008		EMC 92	10
EMC 1093		ESB 110	3	EMC 2009	2	EMC 93	9
Antônio Imbassy		ESB 111		EMC 2010	3	EMC 94	11
EMC 1929		Emiliano José		EMC 2011	4	EMC 150	6
Artur Bruno		EMC 216		EMC 2012		EMC 151	2
EMC 84	21	EMC 234	21	EMC 2013		EMC 152	
EMC 839	3	EMC 1192	1	EMC 2014		EMC 153	5
EMC 841	5	EMC 1193	2	EMC 2015	9, 10	EMC 154	3
EMC 842	11	EMC 1194	3	EMC 2016	6	EMC 455	
EMC 843	10	EMC 1195	4	EMC 2017		EMC 456	
EMC 844	9	EMC 1196	5	EMC 2018		EMC 457	
EMC 845	8	EMC 1197	7	EMC 2019		EMC 458	
EMC 846	4	EMC 1198	6	EMC 2020		EMC 459	
EMC 852	1	EMC 1199	21	EMC 2021		EMC 460	
EMC 853	7	EMC 1318		EMC 2022		EMC 461	
EMC 854	2	Eudes Xavier		EMC 2023		EMC 462	
EMC 855	6	EMC 9	6	EMC 2024		EMC 463	
EMC 856	12	EMC 10	7	EMC 2025	13	EMC 464	
EMC 857	21	EMC 12	2	EMC 2026	14	EMC 465	
ESB 38		EMC 25	3	EMC 2027	15	EMC 466	
ESB 41	6	EMC 26	1	EMC 2028	16	ESB 226	7
ESB 42	20S	EMC 27	4	EMC 2029	17	ESB 230	3 e 6

ESB 43	3 e 6	EMC 29	5	EMC 2030	18	ESB 231	
Assis Melo		Fátima Bezzerra		EMC 2031	19	ESB 240	1
EMC 1357		EMC 1698		EMC 2032	20	Izalci Lucas	

ESB 28		EMC 2494	3	EMC 1091	
ESB 313	20S	EMC 2495	4	EMC 1093	
ESB 314	3 e 6	EMC 2780		EMC 1094	
Jandira Fegali		EMC 2781		R. Azambuja	
EMC 1236		EMC 2782		EMC 1476	1
Jô Moraes		EMC 2783	6	EMC 1477	2
EMC 792		EMC 2784		EMC 1478	3
José Linhares		EMC 2821		EMC 1479	4
EMC 280		EMC 2822		EMC 1480	5
Lelo Coimbra		EMC 2823		EMC 1481	6
ESB 263		EMC 2825		EMC 1482	7
ESB 265		EMC 2826		EMC 1483	8
ESB 266		EMC 2827		EMC 1484	10
ESB 267		Osmar Serraglio		EMC 1485	20
Luiz Couto		EMC 759	1	EMC 1486	11
EMC 1240	1	EMC 760	2	EMC 1487	12
Mandeta		EMC 761	3	EMC 1489	9
EMC 2340	12	EMC 762	4	Rog. Marinho	
Manoel Junrior		EMC 763	10	EMC 904	
EMC 1072		EMC 764	8	ESB 287	
EMC 1073		EMC 765	6	Romário	
EMC 1074		EMC 766	5	EMC 2351	
EMC 1075		EMC 767	7	EMC 2352	
Manoela D'Ávila		EMC 768	9	Rui Costa	
EMC 538		EMC 769	20	EMC 1839	
EMC 539		P. Avelino		St. Nercessian	
EMC 540		EMC 2178		EMC 1581	
EMC 541		Paulo R. Santiago		ESB 84	
EMC 542		EMC 1004		Ubiali	
EMC 543		EMC 1005	1	ESB 61	
EMC 547		EMC 1006	2	ESB 369	3 e 6
EMC 556	2	EMC 1007	3	ESB 393	20S
EMC 557		EMC 1008	4	Waldenor P.	
EMC 575		EMC 1009	5	EMC 1023	
Marina Santana		EMC 1010		EMC 1353	
EMC 1307		EMC 1011	6	EMC 1569	3
EMC 1308		EMC 1012	8	EMC 1570	4
N. Fonteles		EMC 1013	20	EMC 1571	5

RESULTADOS	
Emendas à Meta 20	
Total	276
Emendas da CNDE	
Total	137
% do total	50%
Interlocutores	105
Outros Deput.	22

EMC 496		EMC 1015	2	EMC 1572	6
EMC 498		ESB 76	1	EMC 1921	1
N. Marchezan		ESB304	20S	EMC 1922	21
EMC 2234		ESB 327	1S	EMC 2906	
Newton Lima		ESB 328	3 e 6		
EMC 2492		ESB 329	3 e 6		
EMC 2493	2	Regin. Lopes			

Quadro 65: AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - PROJETO DE LEI Nº 8.035, DE 2010

	Data	Tema	Rede da CNDE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	11-05-11	Qualidade da Educação	Coordenação Geral CNDE UNDIME e CNTE
	18-05-11	Educação brasileira e seus desafios	
	25-05-11	Financiamento da educação	Coordenação Geral CNDE UNDIME Prof. José Marcelino Rezende (FINEDUCA)
	31-05-11	Educação especial	
	01-06-11	Igualdade racial e política para mulheres	
	08-06-11	Educação na idade certa	
	15-06-11	Ministro da Educação Fernando Haddad	
	29-06-11	Ensino Superior	
	06-07-11	Gestão e fontes de recursos	
	13-07-11	Considerações ao PNE	
	17-08-11	Educação Infantil	
	31-08-11	Valorização dos Profissionais da Educação	
	20-03-12	Meta 20: Investimento e Custo Aluno-Qualidade	Coordenação Geral CNDE UNDIME Prof. José Marcelino Rezende (FINEDUCA)
	14-03-12	Ministro da Educação Aloísio Mercadante Oliva	
	29-11-12	Ministro da Educação Aloísio Mercadante Oliva	
SENADO FEDERAL	08-10-13	Financiamento - investimento - CAQi	Coordenação Geral CNDE Prof. José Marcelino Rezende (FINEDUCA)
	15-10-13	CAQi e meta 20	UNDIME
	22-10-13	PLC 103/2012	
	29-10-13	CAQi e meta 20	CNTE
	31-10-13	PLC 103/2012	
	05-11-13	PLC 103/2012	
	07-11-13	PLC 103/2012	
CD	25-02-14	Substitutivo do Senado Federal	Coordenação Geral CNDE UNDIME e CNTE

**QUADRO 15A – SÍNTESE TEMÁTICA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
CAMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI 8.035, DE 2010**

A CNDE E SUA REDE NA PAUTA DE FINANCIAMENTO

Quadro 15A7: SÍNTESE TEMÁTICA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

**Audiência Pública de 11 de maio de 2011 – Câmara dos Deputados
Qualidade da Educação**

Daniel Cara (CNDE): Qualidade da Educação e seu financiamento no aspecto do custeio de carreiras docentes. Problemas do Projeto de Lei no aspecto da definição de responsabilidades claras aos entes federativos. Responsabilidade da União no custeio da qualidade. Qualidade da educação básica ao ensino superior. O PNE proposto pelo governo se ancora no mecanismo de avaliação do IDEB. O IDEB não mensura qualidade da educação, não mapeia a questão da quantidade de aluno por docente. Falta ao PNE proposto pelo governo a definição dos insumos com referência de qualidade. A relação entre gestão democrática e qualidade da educação também não está bem estabelecida no PNE do governo.

Cleuza Rodrigues Repulho (UNDIME): CONAE 2010, construção participativa do tema do financiamento. Municípios no financiamento. Muitas atribuições e volume de matrículas. Menor quantidade de recursos na comparação com outros entes federativos. Creche e pré-escola. O problema do conveniamento excessivo e a destinação de recursos públicos para educação privada. Fim do modelo de entidades assistenciais. Recursos Públicos para educação Pública.

Roberto Franklin de Leão (CNTE): A Qualidade da educação está moldada em três pilares: financiamento da educação, gestão democrática do ensino e valorização profissional. Gestão democrática para combater os problemas de gestão. O desvio de função dos trabalhadores da educação. Piso salarial nacional de professores. Valorização Profissional: salário, carreira e condições adequadas de trabalho. Aluno por sala. Avaliação do ensino.

**Audiência Pública de 25 de maio de 2011 – Câmara dos Deputados
Financiamento da Educação**

José Marcelino Rezende Pinto - Professor associado da Universidade de São Paulo – USP (Coordenou o trabalho coletivo da CNDE para o desenvolvimento da metodologia do Custo Aluno Qualidade inicial): Desafios da construção do PNE: quantidade e qualidade. A quantidade: introduzir nas redes de ensino 37 (trinta e sete) milhões de pessoas (metas de alfabetização de jovens e adultos, creches e faixa de 04 a 17 anos, educação profissional, inclusiva e superior). A qualidade: o financiamento adequado desse atendimento. Valor por aluno no Fundeb em 2010: R\$ 1.416,00 por ano ou R\$ 120,00 por mês. A metodologia inicial do CAQ desenvolvida pela CNDE, que não é ambiciosa, eleva o parâmetro do valor por aluno ao dobro (R\$ 240,00 por mês). A mensalidade média das escolas particulares é de R\$ 500,00. Educação de qualidade é: salário (85% dos gastos) e insumos básicos (biblioteca, laboratório de informática e de ciências, quadra e acesso à Internet). O Brasil investe 5% do PIB em educação, como os Estados Unidos, mas a diferença está no PIB *per capita* e nas perdas do sistema: 01 ano de investimento por aluno nos EUA equivale a 06 anos no Brasil. Nossa carga tributária é de 35%. Separar 10% para educação é uma disputa política. A participação da União, que só custeia 20% do investimento em educação, deve ser ampliada.

Cleuza Rodrigues Repulho (UNDIME): O Brasil tem 5.565 municípios, 20% deles com arrecadação própria. O desafio do PNE para os Municípios representa 39% de todo o investimento em educação, mas as receitas tributárias destes entes são apenas 18% do montante arrecadado. As emendas propostas pela CNDE importam para os Municípios na medida em que equalizam a distribuição dos recursos: a emenda à meta 20, ampliar o investimento para 7% e 10% do PIB, prevê direcionamento de 80% dos recursos para a educação básica. Emenda sobre os recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, a proposta é de 70% dos recursos para os Estados e Municípios; emenda os créditos da produção energética (royalties do petróleo), 50% seria direcionado para a Educação básica, priorando Estados e Municípios. Todas as emendas relativas ao CAQ servem também a este propósito: o custo/aluno calculado por esta metodologia é baseado em dados concretos sobre necessidade para cumprir as metas, não apenas no padrão de gasto pretérito.

Daniel Cara (CNDE): A Campanha Nacional pelo Direito à Educação junto com a FINEDUCA (integrada pelo Prof. José Marcelino Rezende Pinto e pelo Prof. Luiz Araújo, da UNDIME) está finalizando a Nota Técnica sobre a justificativa detalhada da necessidade de investimentos em educação no patamar de 10% do PIB. [Referência à Nota Técnica: “Por que 7% do PIB para educação é pouco?”, elaborada em função da proposta original do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010. Cf. nota 151 – capítulo 3)

Audiência Pública de 20 de março de 2012 – Câmara dos Deputados Debate Preliminar sobre a meta 20: Recursos, investimentos e CAQ

Daniel Cara (CNDE): A Nota Técnica elaborada pela CNDE em agosto de 2011 partiu do mesmo cálculo apresentado pelo MEC para justificar o PNE. Aplicou o padrão mínimo de qualidade definido pelo CAQ inicial. Resultado: mais de 10% do PIB. O CAQi da CNDE foi acolhido pelo Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CEB nº 8/2010), está fundamentado na Constituição de 1988 e no art. 4º, inciso X da LDB. O trabalho coletivo da CNDE, dirigido pelo Prof. Marcelino, foi medir o custo médio de cada insumo, considerando as questões brasileiras, para apresentar o custo mínimo para uma escola funcionar em qualquer lugar. O CAQ como mecanismo de custo por aluno do FUNDEB ampliaria o montante de recursos disponíveis a Estados e Municípios. O Substitutivo do Dep. Angelo Vanhoni acatou o CAQi e sua implementação (20.5), determinou quem vai definir a metodologia do CAQ definitivo (20.6: MEC, FNE e CNE), mas deixou de determinar prazo de implementação e o complemento financeiro da União (equidade entre Estados e Municípios). A defesa de 10% do PIB de investimento público é para escola pública. Fora dessas condições, a decisão é meramente política e o PNE não é exequível.

José Marcelino Rezende Pinto – (USP/FINEDUCA): O CAQi (inicial) foi construída em 02 passos: 1º: Definição dos insumos mínimos necessários; 2º: “Precificação”. Construção participativa: educadores, gestores, pais e movimentos. O CAQ não é preço médio das despesas por aluno com educação no Brasil, não é a projeção da situação ideal. É o mínimo. Ele dialoga, inicialmente, com o mecanismo de custo por aluno do FUNDEB, que é baixo demais. O CAQi, nesse mínimo, dobra o FUNDEB. Implementar o CAQi em 02 anos é aumentar o investimento, no mínimo, para 1% do PIB automaticamente. Desafios: creches (criar 3 milhões de vagas); Alfabetização de Jovens e Adulto (14 milhões de pessoas); analfabetos funcionais (28 milhões); Educação Superior é um paradoxo: o temos 5 milhões universitários, atende apenas 20% da população de 18 a 24 anos e, ao mesmo tempo, há 5 milhões de vagas não preenchidas. Reflexo da expansão recente no setor privado (75%). O problema das carreiras e dos salários. A prática: quanto mais nova a pessoa atendida, mais baixo o salário do professor. Da creche à educação superior, as

carreiras não recomendam a educação infantil e a fundamental. Isso compromete a qualidade.

08 de outubro de 2013 – Senado Federal - 1ª Audiência Pública
Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012 – Comissão de Educação,
Cultura e Esporte

José Marcelino Rezende Pinto (USP/FINEDUCA): a importância do direito a educação no contexto das desigualdades federativas, a obrigatoriedade da educação, municipalização, função supletiva da União pelo FUNDEB e pelo CAQi. O desequilíbrio no financiamento da educação infantil: 56% das receitas tributárias fica com a União, 26% com os Estados e 18% com Municípios. Mas Estados e Municípios respondem por 90% da educação básica, com sobrecarga aos municípios, e a União custeia apenas 10%. A qualidade do ensino também se reflete neste cenário: gráficos mostram correlação entre nota do PISA e a renda da unidade federativa. Para entender o Fundeb e o CAQi nesta cena. O fundeb evidencia as discrepâncias *per capita*, ainda existentes. Com o complemento da União, equiparam-se muitos Estados, como o Maranhão, cujo valor médio é R\$ 900,00 e se garante o mínimo de 1.729,00 por ano por aluno. O CAQi: para entrar em vigor, é preciso que o MEC homologue o Parecer nº 8, de 2010, da CEB/CNE. Com o CAQi, todos os Estados da Federação passarão a receber complementação da União, até São Paulo. Comparando pelo cenário de 2012, o complemento da União pelo mecanismo do Fundeb, é de 0,21% do PIB; pelo CAQi, seria 1,05% do PIB, ou 46 bilhões de reais. Um montante de repasse desta monta precisa de um mecanismo de fundo para ser bem administrado, não adianta passar recursos por transferências voluntárias para municípios construírem creches. Com o CAQi, equalizam-se as oportunidades de investimento em toda a federação. Mas o CAQi ainda não é o padrão de qualidade, é o cálculo sobre insumos mínimos, que já representam um salto de investimento. Para comparação de todos esses números, foram feitos cálculos com vistas ao valor das mensalidades escolares. No Fundeb, o valor médio por aluno ano é, por mês, R\$ 146,00. O CAQi seria R\$ 236,00. Em São Paulo, o Fundeb é 240,00 por mês, onde escolas confessionais (que têm isenções) cobram R\$ 600,00 por mês. E isso, considerando ainda, que os R\$ 146,00 mensais não chegam em sala, porque os recursos com aposentadorias de professores são computados neste valor. Então não é apenas falta de gestão, é falta de dinheiro para a educação. Salário de professor (mostra quadro): na educação infantil eles competem com o salário de vendedor de loja. Média de R\$ 702,00. E o PNE nos coloca desafios, pensando no investimento de 7% a 10% do PIB: de forma modesta, consideramos o valor de R\$ 341,00 por mês para os anos iniciais e R\$ 470,00 o tempo integral. Se fossemos para R\$500,00, o investimento seria de 14% do PIB.

Daniel Cara (CNDE): A intervenção de hoje é demonstrar que o PNE tem sido desconstruído nas duas comissões pelas quais passou no Senado Federal (Assuntos Econômicos e Constituição e Justiça). O parâmetro é a Constituição: existe um federalismo cooperativo em matéria educativa no Brasil e o complemento da União é central nesse debate. PNE deve significar um esforço de cooperação entre União, Estados e Municípios, mas as Comissões do Senado têm se empenhado em desobrigar o poder público a diversos deveres: criar novas matrículas em ensino público profissional, ensino público superior, extinção do prazo para regulamentar a gestão democrática e para criar o Sistema Nacional de Educação. Além disso, está em curso a desconstrução do tipo do desenho escalonado de Conferências de Educação (supressão das etapas estaduais e municipais. Sabe-se que

esse processo participativo põe no debate todas as polêmicas. Outro ponto: a supressão da estratégia 20.8: complementação da União no CAQi. Um estudo feito pela UNB e pela UFSC informa que apenas 0,06% das escolas no Brasil atendem esse padrão mínimo que o Professor Marcelino falou. A demanda por estabelecimentos de ensino para superar as demandas é de 9 mil unidades. Se considerarmos 50% da demanda por creches, são 24 mil estabelecimentos. Para superar essa quantidade de demandas, é preciso que a União repasse o valor anual de 46 bilhões. Comparem os números (que parecem bem inflacionados, inclusive): o Brasil investe cerca de US\$1.700,00 por aluno ao ano na educação infantil, ao passo que a média da OCDE é de US\$6.670,00. Mesmo com 10% do PIB a gente não chega próximo da média da OCDE. Então o pedido da CNDE é que o Senado Federal modifique o texto das comissões anteriores.

15 de outubro de 2013 – Senado Federal - 2ª Audiência Pública
Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012 – Comissão de Educação,
Cultura e Esporte

Cleuza Repulho (UNDIME): A UNDIME e a CNDE têm intervido para adequar o Projeto de Lei do PNE ao que foi debatido na CONAE em 2010. E a questão central é que os municípios estão com o maior encargo ao passo que a União quer resistir à sua contribuição. São demandas invencíveis, além de 3 milhões de crianças fora da escola. E para cada R\$100,00 arrecadados, 58% ficam com a União, 25% ficam com os Estados, e 17% ficam com os Municípios. Ordem de investimento é: 20% ficam com a União, 40% com os Estados e 39% com os Municípios. Isso sem falar no impacto do custeio das creches. Esta não é apenas uma disputa entre Estados, municípios e a União quanto aos recursos. É pela qualidade efetiva da educação que exige que se olhe para os problemas reais. Não dá para se balizar apenas pela avaliação do Ideb (índice de desempenho da educação básica) porque o rendimento do aluno muda em função das vulnerabilidades em que está implicado, sendo necessário que se equalize esta distribuição. Por fim, o ultimo problema grave do cenário da educação: o aviltamento das carreiras dos professores da alfabetização implica que daqui há 10 anos não haverá mais professores interessados nessa etapa do ensino. Já não há professores de Física, Química e Matemática. É preciso defender a estruturação de carreiras e salários.

29 de outubro de 2013 – Senado Federal - 3ª Audiência Pública
Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012 - Comissão de Educação,
Cultura e Esporte

Marta Vanelli (CNTE): Estamos no debate do PNE há 05 anos, desde a CONAE 2010, que começou em 2008. Nada aqui é novidade e é hora do projeto da Câmara ser retomado. Quais são os principais pontos de discussão: a retirada da palavra “pública” nos termos do investimento, nos 10% do PIB. Queremos que essa palavra retorne, queremos 10% do PIB para a educação. Isso precisa estar na lei e precisa estar literalmente escrito na Meta 20, porque é a educação pública que precisa ter mais investimento. Também chama a atenção a tentativa de tirar o processo das Conferências do modelo de controle da implementação do PNE. A educação foi a última conferência que se realizou neste País. Todas as demais políticas públicas já fizeram conferências. Tirar as etapas subnacionais do modelo é um retrocesso à democracia e um retrocesso à participação social. Tirar também o prazo para que Estados façam seus Planos de Educação também é um retrocesso. Tiraram o prazo para regulamentar a gestão democrática, o

prazo para estabelecer o Sistema Nacional de Educação. Por fim, queremos manter o prazo de três anos do ensino fundamental para a criança ser alfabetizada, garantindo-se o processo lúdico dos primeiros anos da educação infantil. Também queremos retomar a responsabilidade do poder público com a criação de novas vagas para a educação profissional e para o ensino superior. O poder público não pode se desresponsabilizar por isso porque é o que garante inclusão social. Precisamos também retomar a responsabilidade da União para complementar os recursos financeiros do CAQi, que também foi retirado do PNE aqui no Senado. Deve retornar também a prazo para elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional. Por fim, meta 17: valorização dos trabalhadores de educação. Confiamos que o Senado possa fazer a sua parte. Temos pressa de votar este plano.

25 de fevereiro de 2014 – Câmara dos Deputados
Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010

Daniel Cara (CNDE): texto de Plano Nacional de Educação mais próximo do interesse da sociedade civil é o texto da Câmara dos Deputados. Meta 11: é falsa a ideia de que a proposta da Câmara é estatista, que é apenas educação pública. A proposta da Câmara atende o setor privado. De 8 milhões de vagas no ensino superior, 6 milhões são instituições privadas, 2 milhões são públicas. Em 2023, serão 12 milhões: 8 milhões de instituições privadas e 4 milhões de públicas. O que a CNDE defende, diferente da versão do Senado Federal, é a expansão adequada das matrículas no setor público. O CAQi e o FUNDEB: o CAQi é a única alternativa para forçar a complementação financeira da União na educação básica. Sem mecanismo para tornar a obrigação exigível, em 10 anos, Estados e Municípios continuarão responsáveis pelo grosso da educação básica. Se o CAQ e o CAQi forem implementados pela proposta do Senado toda a responsabilidade pela qualidade da educação básica vai recair sobre prefeitos e governadores.

Marta Vanelli (CNTE): A proposta de PNE aprovada pela Câmara dos Deputados é melhor que a do Senado Federal. O apoio é fundado principalmente nos 10% do PIB para a educação pública. Isso foi decidido na CONAE 2010 e a Câmara dos Deputados deve respeitar isso. União precisa se responsabilizar pela complementação do CAQi e CAQ, como aprovado no texto desta Casa e retirado pelo Senado Federal. O Senado também deixou de prover mecanismos de responsabilidade para os gestores públicos cumprirem o PNE (excluiu a Lei de Responsabilidade Educacional das metas).

Aléssio Costa Lima (UNDIME): A entidade congrega os 5.565 Secretários de Educação. A UNDIME Nacional - toda a Diretoria e associados – reafirma apoio à proposta da Câmara dos Deputados. 10% do PIB para educação Pública e uma política de redistribuição de recursos aos Municípios e Estados, que são os mais implicados na execução de diversas metas do PNE. Que o PNE seja aprovado com urgência.

Quadro 16: PROJETO DE LEI Nº 8.035, DE 2010 - HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

ITEM	PR	CÂMARA DOS DEPUTADOS		SENADO FEDERAL	C. DEPUTADOS
	Mensagem 701	PL nº 8.035, de 2010		PLC nº 103, de 2013	PL nº 8.035-B, de 2010
	Proposta do Governo	1º Substitutivo	Redação Final na CCJ	Redação devolvida à CD	Redação remetida à PR
Meta 20	Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do produto interno bruto do País.	Ampliar o investimento público total em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de oito por cento do Produto Interno Bruto do País, ao final do decênio.	Ampliar o investimento público em educação de pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.	Ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, observado o disposto no § 5º do art. 5º desta Lei.	Ampliar o investimento público em educação de pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.
20.1	Garantir fonte de financiamento permanente e sustentável para todas as etapas e modalidades da educação pública.	Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação pública.	Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais	Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei	Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais

			Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;	nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;	Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;
20.2	Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação	Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.	Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;	Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;	Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;
20.3	Destinar recursos do Fundo Social ao desenvolvimento do ensino	Destinar recursos do Fundo Social do Pré-sal, royalties e participações especiais da União, referentes ao petróleo e à produção mineral à manutenção e desenvolvimento do ensino público.	Destinar, na forma da Lei, 50% (cinquenta por cento) dos recursos da União resultantes do Fundo Social do Pré-Sal, royalties e participações especiais, referentes ao petróleo e à produção mineral, à manutenção e desenvolvimento do ensino público;	Destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da	Destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros

				meta prevista no inciso VI do caput do art. 214.	recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;
20.4	Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação	Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da	Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da	Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos	Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de

		Educação(MEC) , as secretarias de educação de estados e municípios e os Tribunais de Contas da União, de estados e municípios.	MEC, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;	Estados e dos Municípios;	Contas da União, dos Estados e dos Municípios;
2.5	Definir o custo aluno-qualidade da educação básica à luz da ampliação do investimento público em educação.	Implementar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a 265 partir do cálculo e do acompanhamento o regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, aquisição de material didático-escolar, alimentação e	O Inep desenvolverá estudos e acompanhará regularmente indicadores de investimento e de custos por aluno(a) em todas as etapas e modalidades da educação pública	Desenvolver, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades.	Desenvolver, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, estudos e acompanhamento o regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades.

		transporte escolar.			
2.6	Desenvolver e acompanhar regularmente indicadores de investimento e tipo de despesa <i>per capita</i> por aluno em todas as etapas da educação pública.	O CAQ será definido e ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação (MEC), e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.	No prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PNE, será implantado o Custo Aluno-Qualidade Inicial - CAQi , referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno-Qualidade - CAQ;	Definir o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica	No prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PNE, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi , referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno-Qualidade - CAQ;
2.7		No prazo de dois anos da vigência deste PNE, será implantado o Custo Aluno	Implementar o Custo Aluno-Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento	Formular, no âmbito do MEC e em parceria com a sociedade civil, a metodologia de cálculo do CAQ,	Implementar o Custo Aluno-Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento

		Qualidade Inicial (CAQi), que será progressivamente e reajustado até a implementação plena do CAQ	da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, de alimentação e de transporte escolar, bem como de outros insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem, a qual será acompanhada pelo Fundo Nacional de Educação (FNE), pelo CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.	considerando os investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, de alimentação e de transporte escolar, bem como de outros insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem, a qual será acompanhada pelo Fundo Nacional de Educação (FNE), pelo CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.	da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, de alimentação e de transporte escolares;
2.8		O INEP desenvolverá estudos e acompanhará regularmente indicadores de investimento e de custos por aluno em todas as etapas e modalidades da	O CAQ será definido no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da	Definir , no âmbito do MEC, no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PNE, o conceito de Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) , o qual será referenciado no conjunto de padrões mínimos	O CAQ será definido no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da

		educação pública	Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação - FNE, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e pelas Comissões de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;	estabelecidos na legislação educacional e terá seu financiamento calculado com base nos insumos indispensáveis ao processo de ensinoaprendizagem, a ser implementado até o terceiro ano de vigência da Lei, devendo o valor correspondente ser progressivamente ajustado até a implementação plena do CAQ, no oitavo ano de vigência deste PNE;	Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação - FNE, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;
2.9			Regulamentar o parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos	Regulamentar o parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e das funções	Regulamentar o parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos

			e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, com especial atenção às Regiões Norte e Nordeste do País	redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, com especial atenção às Regiões Norte e Nordeste;	e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, com especial atenção às regiões Norte e Nordeste;
2.10			Caberá à União, na forma da lei, a complementação o de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ ;	Aprovar Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional;	Caberá à União, na forma da lei, a complementação o de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ ;
2.11			Aprovar, no prazo de 1 (um) ano, Lei de Responsabilidade e Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica,	Encaminhar, até 31 de dezembro de 2019, projeto de lei para prorrogar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização	Aprovar, no prazo de 1 (um) ano, Lei de Responsabilidade e Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica,

			em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.	dos Profissionais da Educação (Fundeb), com aperfeiçoamentos que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do art. 211 da Constituição Federal	em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais;
2.12				Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º desta Lei. M	Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º desta Lei.

Elaboração própria. Fonte: BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8.035, de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>. Acesso em 20 ago. 2017.

ANEXO I - CNDE Caderno de emendas da Conferência Nacional de Educação - etapas estaduais, de 04 de novembro de 2009

CADERNO DE EMENDAS

**CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
ETAPAS ESTADUAIS**

Orientações gerais aos delegados

Querid@s delegad@s,

Encaminhamos a vocês a versão final do nosso Caderno de Emendas Conae 2010 – Etapas Estaduais. Nele estão consolidadas as nossas discussões sobre o Documento de Referência por meio das emendas a serem apresentadas e aprovadas nas etapas estaduais.

Abaixo, vocês encontrarão alguns apontamentos importantes para o melhor andamento e sucesso da nossa articulação e incidência na Conae 2010. Por favor, leiam com atenção e, caso tenham alguma dúvida e/ou sugestão, nos encaminhem.

O Caderno de Emendas foi formatado com o objetivo de deixar claro a todos e todas quais são as alterações propostas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Achamos que seria importante para a compreensão de todos destacar as alterações em cores, o que facilitará também a discussão e a compreensão da Mesa Coordenadora. Para evitar confusão nas nossas propostas de alteração, optamos por tirar do texto o “negrito” original do Documento de Referência.

Repensando a Conae 2010 – Etapa SP, é importante alertá-los em relação à apresentação das emendas. **De acordo com a formatação do Caderno de Emendas, é possível destacar cada Eixo temático para que este possa ser apresentado em bloco durante as discussões. Para isso, deve ser entendido/aceito pela Mesa Coordenadora dos trabalhos.** O melhor argumento é que assim não se corre o risco de erro na sistematização das emendas, já que o documento está digitado. Sugerimos que, se possível, os delegados tenham uma cópia colorida para ser entregue à Mesa Coordenadora. **É possível que a Mesa Coordenadora não aceite e que vocês precisem transcrever as emendas para o formulário-padrão.** Se isso for necessário, é importante ter atenção na transcrição do texto das emendas.

É importante verificar se todas as emendas aprovadas foram incluídas no documento que vai para a Plenária Final da Conferência Estadual. Caso alguma esteja faltando, é imprescindível conversar com a Comissão de Sistematização para que seja providenciada a inclusão da emenda.

*****Vale lembrar que as emendas devem ser aprovadas em 5 estados para que sejam incluídas no Documento Base da Conae 2010.**

Acordos do Encontro Preparatório em Brasília

Prioridades da Campanha: neste Caderno de Emendas há algumas delas que são prioridade de aprovação para a pauta política da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Para essas emendas, é necessária uma atenção maior para a sua aprovação e, assim, estão destacadas como “Prioridade da Campanha”.

Incluir entre os parágrafos 31 e 32 – Emenda Aditiva – Regime de Colaboração e articulação entre esferas com base no território.

Inclusão do CAQ/CAQi como referência de financiamento da educação

Parágrafo 250 - Emendas Aditivas – questão do Fundo Social do Pré-Sal e Royalties do Petróleo.

Liberação de voto: para aquelas emendas com liberação de voto, a Campanha não chegou a um acordo entre seus integrantes e não definiu uma posição fechada. Para essas questões, os delegados podem apresentar/votar emendas de acordo com o que suas instituições determinam, mas não podem apresentar as emendas em nome da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Abaixo, as emendas com liberação de voto:

Parágrafo 145: Emenda Modificativa (Substitutiva) – alteração do item “a”. Há **três** propostas de emendas. Os delegados podem optar qual emenda vão apresentar/apoiar, mas é importante que não se esqueçam de excluir as outras duas opções do Caderno, na hora de imprimir o documento.

Posição fechada: as emendas com posição fechada são aquelas em que houve acordo entre os integrantes da Campanha. Assim sendo, os delegados devem apresentá-las da maneira como estão elaboradas neste caderno e votar/articular para a aprovação das mesmas. Estas emendas podem ser apresentadas em nome da Campanha. Para efeitos de organização deste Caderno de Emendas, aquelas que não apresentarem classificação como “Liberação de voto” ou “Prioridade da Campanha” são as emendas com “Posição fechada”, aprovadas no Encontro Preparatório para a Conae 2010, em Brasília.

Tipos de emendas

Emenda supressiva: emenda supressiva é aquela em que parte do parágrafo ou o parágrafo todo é suprimido do texto do Documento de Referência. Na emenda supressiva, não é proposto um novo texto.

Emenda aditiva: emenda aditiva é aquela em que um novo trecho de texto e/ou palavras são adicionadas ao texto do parágrafo original, sem supressão de nenhuma outra parte.

Emenda modificativa/substitutiva: a emenda modificativa ou substitutiva (depende da nomenclatura dada pela Conferência do seu estado) é aquela que combina tanto a supressão de texto (trechos ou palavras) e a adição de uma nova redação.

Legenda das alterações

Supressão de texto: ~~vermelho tachado~~

Texto proposto pela Campanha: azul, sublinhado e negrito

Boa Conferência!

Equipe de Coordenação

Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Eixo V

Financiamento da Educação e Controle Social

Parágrafo 212

EMENDA ADITIVA

Resultado:

Como primeiro passo rumo à superação dessa realidade, faz-se necessária a elaboração e aprovação de uma reforma tributária pautada pela justiça social e o equilíbrio regional e preocupada, primordialmente, em garantir recursos financeiros para a efetivação de direitos sociais e distribuição de renda. Essa reforma deve ser capaz de vincular de forma adequada os tributos (impostos, taxas e contribuições) ao investimento educacional, de tal modo que as políticas de renúncia e guerra fiscal não prejudiquem o financiamento público da educação.

Deve também alterar as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, excluindo do somatório de seu gasto total com pessoal, as despesas com pessoal pagas com recursos do Fundeb, deixando de comprometer o limite máximo de 54% da receita corrente líquida, garantindo, inclusive, que as perdas de recursos educacionais advindos destas renúncias ou isenções fiscais sejam recuperados e garantidos em outra rubrica orçamentária.

Parágrafo 214

EMENDA MODIFICATIVA (SUBSTITUTIVA)

Resultado:

214 ~~A elevação do quantitativo de estudantes matriculados na educação superior pública exige, além da execução completa do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni),~~

A ampliação do quantitativo do número de vagas na educação superior pública exige a implementação de programas de expansão democraticamente discutidos com a comunidade universitária e com a sociedade local para que tal expansão não ocorra em detrimento da qualidade do ensino superior. Tal preocupação se estende à criação de novas instituições e cursos que devem ser resultado de um processo que leve em consideração as reais necessidades da população das diferentes regiões do país. Exige também, a elaboração de indicadores de acompanhamento da qualidade das universidades federais em que sejam explicitadas as evoluções do custo do aluno, condições de funcionamento dos programas de pós-graduação stricto sensu, abertura de novos programas de pós-graduação, apoio ao desenvolvimento de pesquisas, definidas no contexto da autonomia de cada uma das universidades, e programas que apóiem a permanência de estudantes nas instituições, além da necessária oferta de pós-graduação latu sensu, garantindo a gratuidade para todos os interessados.

Parágrafo 217

EMENDA SUPRESSIVA

Resultado:

~~**217** As ações governamentais na educação superior pública federal, principalmente a partir de 2005, significaram também uma elevação dos recursos financeiros aplicados em educação. As seguintes ações contribuíram para esse fato: a implantação do Programa Universidade para Todos (ProUni) em 2005; a iniciativa de recuperar os valores gastos em outros custeios e investimentos nas instituições federais de ensino superior; a expansão dos campi das universidades federais estabelecidos no interior dos estados, em 2006; e o início da implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007/2008, que, até 2012, expandirá as vagas de graduação presenciais de 133.941, em 2007, para 227.260, em 2012.~~

Parágrafo 218

EMENDA MODIFICATIVA (SUBSTITUTIVA)

Resultado:

218 Apesar ~~desses~~ de alguns avanços, o debate sobre o financiamento da educação é central e envolve a solução de alguns nós críticos: revisão do papel da União no financiamento da educação básica; instituição de um verdadeiro regime de colaboração entre os entes federados; estabelecimento de uma real valorização dos trabalhadores em educação; definição de referenciais de qualidade para todos os níveis e modalidades de educação/ensino; ~~e~~ definição do papel da educação superior pública no processo de desenvolvimento do País; criação e instituição da Lei de Responsabilidade Educacional, em substituição à LRF.

Parágrafo 219

EMENDA MODIFICATIVA (SUBSTITUTIVA)

Resultado:

219 Enquanto a LDB reestruturou e definiu as diretrizes e bases da educação brasileira após o regime militar, o PNE apontou novos rumos para as políticas e ações governamentais na chamada “Década da Educação”. ~~Agregou-se a essas mudanças a posterior definição e implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com ações específicas para elevar a qualidade da educação. Além de atuar para que as metas do PNE sejam alcançadas, os programas previstos no PDE abrangem todos os níveis educacionais. Há, portanto, neste momento, a necessidade de se efetivar e publicizar uma avaliação do PNE, como prioridade, tendo em vista o término da “Década da Educação” em 2011.~~ No entanto, o PNE sofreu vetos que o descaracterizou e não houve esforço governamental efetivo (nas três esferas de governo) para sua implementação. Há, portanto, neste momento, a necessidade de se efetivar e publicizar uma avaliação do PNE, como prioridade, tendo em vista o término da “Década da Educação” em 2010 e a elaboração do PNE (2011-2020) iniciada pela Conae.

Parágrafo 221

EMENDAS ADITIVAS

Resultado:

e) Aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e avaliação da sociedade no que tange ao financiamento da educação, tais como: ampla divulgação do orçamento público, acesso aos dados orçamentários e transparência nas rubricas orçamentárias; e articulação entre as metas do PNE e os demais instrumentos orçamentários da União, estados e municípios (PPA, LDO e LOA).

f) regulação do setor educacional privado.

Parágrafo 222

EMENDA MODIFICATIVA (SUBSTITUTIVA)

Resultado:

222 Há que se problematizar, também, o papel de cada instância e os marcos jurídicos que normatizam a ação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios junto à educação básica, que deve ser universalizada até 2020 e obrigatória, bem como em relação à educação superior pública, que deve ser expandida e devidamente financiada ~~considerando-se que diversos estudos acadêmicos mostram que o número de famílias brasileiras que podem arcar com o pagamento de mensalidades no setor privado já atingiu o limite máximo.~~ Para tanto, é imprescindível que o investimento público no ensino superior seja direcionado, primordialmente, à ampliação e qualificação de oferta pública no Brasil. Desse modo, em 2014 devem ser congeladas as matrículas financiadas pelos programas de isenção fiscal e apoio às instituições privadas de ensino superior, que vem vivenciado o problema da expansão desregrada e de ociosidade das vagas ofertadas em cursos de graduação. Deve-se, portanto, fazer valer o princípio do recurso público para a escola pública. Desse modo, até 2018 devem ser encerrados qualquer tipo de conveniamento entre o Estado e as IES privadas baseadas em isenção fiscal ou pagamento de matrículas em cursos de graduação. Além disso, é fundamental resgatar a meta vetada no PNE que garantia a ampliação da oferta do ensino superior público, assegurando uma participação nunca inferior a 40% do total de vagas do ensino superior no Brasil. Para o próximo PNE essa meta deve avançar à 50%.

Parágrafo 225

EMENDA SUPRESSIVA

Resultado:

225 O financiamento da educação constitui tarefa complexa, devido ao envolvimento entre os diferentes entes federados e a esfera privada, bem como à falta de regulamentação do regime de colaboração entre os entes, à ambígua relação entre o público e o privado, à necessidade de implementação de uma gestão democrática. A esses aspectos, somam-se a urgência na definição de parâmetros que estabeleçam a qualidade da educação e, em específico, o critério custo aluno-qualidade em todos os níveis educacionais, ~~o que dificulta o processo de otimização das políticas de financiamento e de gestão transparente no uso, bem como na definição e aplicação de recursos.~~

Parágrafo 226

EMENDA MODIFICATIVA (SUBSTITUTIVA)

Resultado:

226 ~~Apesar da dificuldade para definir o custo aluno-qualidade (CAQ) na educação básica, é possível inferir com base em estudos realizados no Brasil e diante dos valores investidos por países dotados de sistemas educacionais mais desenvolvidos, que os valores por aluno praticados a~~ Atualmente o gasto-aluno/ano das etapas e modalidades da educação básica são significativamente inferiores aos requeridos à infra-estrutura adequada a um ensino de qualidade. Urge, portanto, a necessidade de aumentar os valores aplicados, por aluno, destinados à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública, para fazer face aos inúmeros desafios, tais como: a remuneração condigna dos profissionais da educação; a formação continuada e adequada dos trabalhadores em educação; a oferta correspondente à demanda por transporte escolar; a correção da relação de alunos por sala de aula; a oferta de insumos, essenciais a uma boa relação de ensino-aprendizagem nas escolas da educação básica.

Parágrafo 227

EMENDA ADITIVA

Resultado:

227 Na educação superior, é fundamental a efetivação da autonomia universitária constitucional, bem como a expansão das vagas em cursos presenciais e o aporte de recursos financeiros especiais para a pesquisa e pós-graduação stricto sensu e latu sensu, de modo a alterar o ambiente heterônomo em que as instituições se encontram.

Parágrafo 229

EMENDA ADITIVA

Resultado:

229 A política de financiamento da educação básica, nos termos de um sistema nacional articulado de educação, deve obrigatoriamente amparar-se na definição de um custo aluno-qualidade (CAQ), construído com a participação da sociedade civil, capaz de mensurar todos os insumos necessários à educação de qualidade, com ênfase no investimento à valorização de todos os profissionais da educação básica.

Parágrafo 230

EMENDAS ADITIVA/ SUPRESSIVA

Resultado:

c) Ampliar o investimento em educação pública em relação ao PIB, ~~na proporção de 1% ao ano~~, de forma a atingir, no mínimo, 7% do PIB até 2011 e, no mínimo, 10% do PIB até 2014, respeitando a vinculação de receitas à educação definidas e incluindo, de forma adequada, todos os tributos (impostos, taxas e contribuições).

d) Definir e aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação da sociedade, articulados entre os órgãos responsáveis (conselhos, Ministério Público, Tribunal de Contas), para que seja assegurado o cumprimento da aplicação dos percentuais mínimos na manutenção e desenvolvimento do ensino, garantindo que os percentuais mínimos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) nas Constituições e Leis Orgânicas Municipais sejam respeitados pelo executivo, sob fiscalização adequada dos Tribunais de Contas, especialmente nos estados e municípios que têm previsto uma vinculação mínima superior aos 25%.

j) Definir financiamento, em regime de colaboração, para políticas e estratégias de solução dos problemas do transporte escolar, enfrentados principalmente pelos municípios, em relação ao gerenciamento e pagamento das despesas. Os estados deverão cobrir integralmente as despesas de transporte dos alunos de suas redes, transferindo os recursos às prefeituras eventualmente conveniadas.

Parágrafo 231

EMENDAS ADITIVA/MODIFICATIVA

Resultado:

c) Garantir o aumento dos recursos da educação de 18% para, no mínimo, ~~20%~~ **25%** (da União) e de 25% para, no mínimo, 30% (de estados, DF e municípios) não só da receita de impostos, mas adicionando-se, de forma adequada, percentuais das taxas e contribuições para investimento em manutenção e desenvolvimento do ensino público.

d) Efetivar a responsabilização administrativa e fiscal dos gestores públicos que não executem a integralidade dos recursos orçamentários destinados à educação e a perda do mandato nos termos da legislação em vigor (Lei 101 C), inclusive para os gestores que não cumpram os percentuais previstos para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais.

f) Até 2012 a União deve ampliar os recursos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que são transferidos aos estados e municípios, aumentando o valor per capita atual de R\$ 0,22 para, no mínimo, R\$ 1,00 para educandos de tempo parcial e R\$ 2,00 para alunos de tempo integral. A partir de 2012 este valor per capita do PNAE deve ser corrigido anualmente pelo INPC.

Parágrafo 233

EMENDA MODIFICATIVA (SUBSTITUTIVA)

Resultado:

233 O Fundeb, ao substituir o Fundef, trouxe pelo menos duas vantagens: 1) aumentou ~~substancialmente~~ o compromisso da União com a educação básica, ampliando o aporte, ~~a título de sua~~ complementação, ~~de cerca de R\$ 500 milhões (média no Fundef) para cerca de R\$ 5 bilhões de investimento ao ano~~; e 2) instituiu um único fundo para toda a educação básica e não apenas para o ensino fundamental. No entanto, é urgente o ressarcimento da União, em valores atualizados, à sociedade brasileira, estados e municípios pelo não cumprimento dos critérios legais para o cálculo do valor aluno do Fundef (9424/ 96) durante a vigência daquele Fundo. A dívida já supera os R\$ 20 bilhões de reais e não pode ser paga por meio de perdão da dívida tributária destes entes federados para com a União.

Parágrafo 225

EMENDA SUPRESSIVA/ADITIVA

Resultado:

235 ~~Três~~ Duas inovações foram incorporadas ao financiamento da educação básica, ~~sendo as duas primeiras referentes ao~~ por meio do Fundeb: 1) a diferenciação dos coeficientes de remuneração das matrículas não se dá apenas por etapa e modalidade da educação básica mas também pela extensão do turno: a escola de tempo integral recebe 25% a mais por aluno matriculado; 2) a creche conveniada foi contemplada para efeito de repartição dos recursos do fundo – a atual taxa de atendimento da educação infantil, em especial na creche, dadas as metas expressas no PNE, justifica, nesse caso, a parceria do poder público com o segmento conveniado ~~comunitário; e 3) a atenção à educação infantil é complementada pelo ProInfância, programa que financia a expansão da rede física de atendimento da educação infantil pública.~~ Contudo, em respeito ao princípio do recurso público para a escola pública, o número de matrículas em creches conveniadas deve ser congelado em 2014 e essa modalidade de parceria deve ser extinguida até 2018, tendo que ser obrigatoriamente assegurado o atendimento da demanda diretamente na rede pública.

Parágrafo 239

EMENDA MODIFICATIVA (SUBSTITUTIVA)

Resultado:

239 Acredita-se, contudo, que os recursos daí auferidos, se bem aplicados e fiscalizados adequadamente, com a participação dos conselhos de acompanhamento, instituídos no âmbito dos estados e municípios, poderão constituir ~~um novo marco~~ avanços no financiamento para as diversas etapas de ensino e modalidades da educação básica. Estima-se, com isso, que ocorra o aumento da matrícula nas diversas etapas da educação, asseguradas a aplicação e a otimização dos percentuais vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, especialmente com a participação mais efetiva da União. Deve ser assegurado que os fatores de ponderação do Fundeb representem os custos efetivos de cada etapa ou modalidade de ensino.

Parágrafo 242

EMENDA ADITIVA/ MODIFICATIVA (SUBSTITUTIVA)

Resultado:

Incluir novo item antes de “a”) A lei do Fundeb deve ser alterada no sentido de retirar o sistema de balizas que limitam os fatores de ponderação do fundo a uma escala de 0,7 a 1,3. Essa medida é imprescindível para substituir a atual perspectiva do gasto-aluno/ano ou custo-aluno/ano existente no Fundeb, por uma política de custo aluno-qualidade. Concomitantemente, a complementação da União ao Fundeb deve avançar imediatamente para uma transferência equivalente a 1% do PIB/ano.

~~e)~~ b) Consolidar o Fundeb – garantindo recursos financeiros adequados por estudante –, de modo que resulte em real ampliação dos recursos vinculados à educação, incorporando, de forma adequada, impostos, taxas e contribuições, mantendo-se o piso médio do valor de referência do Fundeb (vinculado ao custo-aluno do ensino fundamental, anos iniciais urbano) sem alteração do seu valor previsto, mesmo com queda nas receitas que compõe o Fundeb. Nestes casos haverá complementação com recursos próprios da União.

~~e)~~ e) Tornar públicas e transparentes as receitas e despesas do total de recursos destinados à educação em cada sistema público de ensino federal, distrital, estadual e municipal e assegurar a efetiva fiscalização da aplicação desses recursos por meio dos conselhos, do Ministério Público, tribunais de contas estaduais e municipais e dos diversos setores da sociedade, mediante a disponibilização, no site das instituições, das Leis de Diretrizes Orçamentárias, dos orçamentos, das prestações de contas apresentadas aos Tribunais de Contas, dos Balanços Anuais e dos demonstrativos físico-financeiros dos recursos investidos em manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive do Fundeb.

~~f)~~ f) Constituir as secretarias de educação municipais, estaduais e distrital como unidades orçamentárias, em conformidade com o artigo 69 da LDB, com a garantia de que os dirigentes da pasta educacional sejam gestores plenos dos recursos vinculados, sob o acompanhamento, controle e fiscalização de conselhos, tribunais de contas estaduais e municipais e demais órgãos fiscalizadores. Ademais, é imprescindível que se atribua aos conselhos do Fundeb a competência de acompanhar e fiscalizar, também, a totalidade dos recursos da educação, o que inclui os montantes não vinculados ao Fundeb.

~~g)~~ g) Garantir, em articulação com os tribunais de contas, a formação dos conselheiros do Fundeb no âmbito de todos os estados e municípios, para que tenham uma atuação qualificada no acompanhamento, avaliação e controle fiscal dos recursos, por meio de cursos permanentes, provendo-lhes suporte técnico contábil e jurídico, a fim de que exerçam com maior autonomia e segurança as suas funções, sendo que a primeira formação deve ocorrer imediatamente após a sua eleição.

j) Considerando o princípio legal da educação inclusiva, apesar do importante papel desempenhado pelas organizações filantrópicas privadas comunitárias e confessionais nas últimas décadas, deve-se hoje compreender essas organizações como estabelecimentos assistenciais e não-educativos. Nesse sentido, como cabe ao Fundeb investir apenas em educação, deve-se extinguir o conveniamento na educação especial com essas instituições.

k) Congelar o número de matrículas em creches conveniadas no Fundeb, até 2014, com garantia de incorporação das matrículas dessa etapa pela rede pública até 2018, quando o conveniamento via Fundeb deverá ser extinto.

Parágrafo 243

EMENDA MODIFICATIVA (SUBSTITUTIVA)

Resultado:

e) Alocar recursos financeiros específicos para a expansão da graduação nas instituições públicas federais, no período noturno, para seu atendimento pleno, sem prejuízo ao aluno trabalhador ~~com a condição de que o número de vagas no período noturno se iguale ao número de vagas no período diurno.~~

Parágrafo 245

EMENDA ADITIVA

Resultado:

Essa reforma tributária deve estabelecer que não só os impostos, mas todos os tributos (impostos, taxas e contribuições) do orçamento fiscal façam parte da vinculação de recursos à educação. Nesse sentido, é fundamental preservar no contexto da reforma tributária a vinculação de recursos e, no mínimo, os atuais percentuais constitucionais, impedindo a desvinculação de recursos da educação. Além disso, a contribuição social do Salário-Educação deve ser preservada como um recurso fundamental para a educação pública brasileira.

Parágrafo 250

EMENDAS ADITIVAS

Resultado:

a) Em relação ao papel dos Tribunais de Contas, reforça-se a necessidade de que disponibilizem os pareceres sobre as contas da educação da União, dos estados e dos municípios no site institucional. Também é imprescindível que o Ministério Público reforce sua supervisão de

forma a evitar que os Tribunais de Contas extrapolem suas competências minimizando a fiscalização sobre os percentuais mínimos vinculados à MDE pela Constituição estadual e leis Orgânicas Municipais.

b) Como nova e importante fonte de recursos para a área educacional, os valores financeiros advindos da exploração da camada Pré-Sal devem ter uma destinação na ordem de 50% de suas receitas para a educação tendo, desse modo, vinculação imediata ao orçamento do MEC, ou seja, não devem passar por deliberação do Comitê Gestor do Fundo Social. Desse total acumulado, 30% devem ficar com a União, para o desenvolvimento de programas relativos ao ensino superior e profissionalizante e 70% devem ser transferidos a estados e municípios para o desenvolvimento de programas de educação básica por meio de uma política de transferências equivalentes ao salário-educação. No tocante às transferências, é importante ressaltar que devem ser priorizados os estados e municípios com menor renda *per capita*. Apenas dessa forma a riqueza do pré-sal poderá beneficiar efetivamente todos os brasileiros e todas as brasileiras.

c) Cinqüenta por cento (50%) dos créditos advindos do pagamento de *royalties* decorrentes de atividades de produção energética (extração, tratamento, armazenagem e refinamento de hidrocarbonetos) devem ser detinados à MDE (manutenção e desenvolvimento do ensino).

d) É preciso inserir a Educação Fiscal na formação dos profissionais de educação, com o objetivo de disseminar informações e conceitos sobre a gestão fiscal que favoreçam a participação social. Isso deve ser feito por meio das seguintes diretrizes:

- Garantir que os conteúdos de Educação Fiscal componham o currículo obrigatório na formação dos profissionais de educação, em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades.
- Possibilitar que o Sistema Nacional de Educação e as entidades da sociedade civil organizada, órgãos públicos de controle e fiscalização, escolas de governo e demais parceiros atuem articulados às ações e projetos de Educação Fiscal.
- Estimular atividades práticas para o exercício da cidadania e do controle social assegurando a participação popular na gestão do Estado.
- Fomentar o debate em torno das políticas públicas capazes de reduzir as desigualdades sociais.
- Ser um instrumento de promoção permanente do Estado Democrático de Direito.
- Difundir informações que possibilitem a construção da consciência cidadã em torno do papel social dos tributos, dos bens e orçamentos públicos.
- Informar, à sociedade, sobre os efeitos lesivos da corrupção, da sonegação fiscal e da má gestão dos recursos públicos.
- Garantir financiamento de programas de extensão, pesquisas e projetos de servidores públicos, com vistas a construção de conhecimentos relativos à Educação Fiscal.

e) Urge implantar um Plano Nacional de Formação e Valorização dos Conselheiros de Políticas Públicas, em todas as esferas, de forma a fomentar o efetivo controle social, por meio das seguintes medidas:

- Estabelecer Programa de Formação de Conselheiros em parceria com os órgãos de educação com roteiros básicos, alinhados nacionalmente, que garantam a inserção dos conteúdos de Educação Fiscal.
- Garantir as condições de participação de todos os órgãos de Estado de controle e fiscalização e entidades da sociedade civil, na formação dos conselheiros de políticas públicas.
- Assegurar a capacitação dos Conselheiros após sua eleição/nomeação.
- Implementar uma rede social nacional de Conselhos de Políticas Públicas que proporcionem reflexões sobre as atitudes necessárias ao alcance de objetivos comuns, capaz de reunir e organizar pessoas e instituições de forma igualitária e democrática, disseminar as boas práticas visando o fortalecimento dos conselhos.
- Estabelecer Programa Educativo de Valorização da figura do conselheiro, assegurando que a sociedade conheça as formas de controle social estabelecidas e o papel de relevante interesse social dos conselheiros no Estado Democrático de Direito.

ANEXO II CNDE - METODOLOGIA DA CONAE E ORIENTAÇÕES, DE 25 DE MARÇO DE 2010
METODOLOGIA DA CONAE E ORIENTAÇÕES

1. **EMENDAS DO BLOCO I** - já estão incorporadas ao texto, pois tiveram unanimidade na Comissão Organizadora. Sendo assim **CASO NÃO SEJAM DESTACADAS, SERÃO CONSIDERADAS APROVADAS**. Neste caso só faremos destaque se discordarmos da emenda ou nos inscrevermos para mantê-la caso outro(a) delegado(a), tenha destacado uma emenda que seja de nosso interesse mantê-la no texto. (Essas emendas foram aprovadas em mais de cinco estados.)
2. **EMENDAS DO BLOCO II** – não foram incorporadas ao texto, pois não houve consenso Na comissão organizadora. **CASO NÃO SEJAM DESTACADAS SERÃO CONSIDERADAS REJEITADAS**. Haverá emendas que deveremos destacar para buscar sua aprovação e outras que caso sejam destacadas e não venham ao encontro de nossas defesas, deveremos nos inscrever para impedir sua aprovação. (Essas emendas foram aprovadas em mais de cinco estados.)
3. **EMENDAS DO BLOCO III** – sendo que não foram aprovadas em cinco estados ou mais, essas emendas para irem ao debate tem metodologia diferenciada. **Dez minutos antes do início dos trabalhos da Plenária de Eixo, o(a) Coordenador(a), pedirá que seja entregue o formulário onde deverá constar o número da emenda a ser destacada e a justificativa para o destaque**. A final da leitura do texto será colocado em votação cada uma destas solicitações, quando o plenário decidirá quais emendas serão admitidas para o debate. Assim temos que ficar atentos(as) para, em relação as emendas que temos interesse em destacar, entregar os formulário com a devida justificativa em tempo, para as que não queremos que sejam admitidas para o debate, orientar nossa bancada para o voto em contrário, já que não haverá defesa oral nessa fase. Caso a emenda seja admitida os procedimento são iguais aos do bloco II.
4. De modo geral é orientação nos unirmos na manutenção do texto do Bloco I dos diferentes eixos, que foi acordado na Comissão Nacional Organizadora, ou seja, não devemos fazer destaque neste bloco ou rebater as tentativas de fazê-lo.
5. Em relação ao Eixo VI, ainda que tenhamos muitas posições sobre o tema, não consegui produzir uma orientação sobre as emendas. Portanto, peço que as pessoas que trabalham no tema nos ajudem. Nos demais proponho abaixo as orientações abaixo dispostas.
6. **IMPORTANTE:** tomei como base para as orientações que seguem abaixo nossas discussões realizadas em Brasília (outubro) e uma avaliação feita pelo companheiro Luiz Araújo, consultor da Undime.

EIXO V – Financiamento da Educação e Controle Social

Total de emendas: 149

Parágrafo	Bloco I	Bloco II	Bloco III	Comentários
211			V,36 – V,41	APROVAÇÃO
212	V,1		V,42 – V, 45	<p>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA: V,1; EMENDA DA CAMPANHA e UNDIME</p> <p>V,1: Altera a LRF, que tem prejudicado a gestão educacional.</p> <p>Emenda apresentada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.</p> <p>APROVAÇÃO DAS DEMAIS</p>
213			V,46 – V,56	APROVAÇÃO
214		V,12; V,13; V,14; V,15		<p>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA GLOBAL – POLÊMICA</p> <p>O conjunto das emendas mantém a necessidade de programas de expansão, mas retira a citação ao REUNI, pois o mesmo sofre rejeição em segmentos organizados das universidades públicas. Além disso, a emenda V,15 acrescenta a garantia que a oferta de cursos de pós-graduação sejam gratuitos nas instituições públicas.</p> <p>Todas devem ser aprovadas, mas as emendas V,12 até V,14 serão polêmicas. Vale o destaque para o debate. O movimento estudantil deve propor um acordo de redação. É recomendável negociar a aprovação do mérito via acordo.</p>
215-216			V,58 – V,61	<p>APROVAÇÃO</p> <p>V,58 – V,61: melhoram o texto.</p>
217			V,62	<p>APROVAÇÃO</p> <p>Faz justa referência à Conap. Merece aprovação.</p>
218	V,2		V,64 – V,69	<p>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA; EMENDA CAMPANHA: V,69</p> <p>V,2: reforça a importância da LRE e alteração da LRF.</p> <p>V,64: ressalta que existem apenas “alguns” avanços em termos de financiamento da educação.</p> <p>V,65 – V,66: A V,65 qualifica a valorização, mas sua redação tornou o texto incoerente, citando trabalhadores em educação e depois profissionais. Se for possível adequar a redação mereceria ser aprovada. A V,66 é muito importante,</p>

				<p>pois corretamente vincula valorização com adequação de planos de carreira.</p> <p>V,67: acrescenta trecho sobre a educação de jovens e adultos que pode ser incorporado.</p> <p>V,68: inclui o “I” à palavra CAQ, tornando-a CAQi.</p> <p>V,69: A V,68 é bastante pertinente e importantíssima para a Undime e Consed. Reforça que o gestor da educação precisa ser o gestor do recurso.</p> <p>Emendas apresentadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.</p>
219			V,70 – V,73	<p>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA; EMENDAS CAMPANHA: V,70 – V,73</p> <p>No conjunto está posta uma crítica ao descompasso entre as metas do Plano Nacional de Educação e o estabelecimento do PDE, por isso propõe retirar do texto a idéia de que os dois instrumentos estão em sintonia. Em que pese serem polêmicas, as emendas estão totalmente corretas: o PDE não foi estruturado a partir das diretrizes e metas do PNE, mesmo que seus resultados ajudem a cumprir metas educacionais. As emendas não criticam o PDE, apenas retiram a inexistente relação dele com o PNE.</p> <p>Emendas apresentadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.</p>
220			V,74	APROVAÇÃO
221	V,3		V,75 – V,82	<p>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA; EMENDAS CAMPANHA: V,75; V,79; V,81</p> <p>V,75: Acrescenta item que explicitamente coloca como necessidade do Sistema Nacional a regulamentação do setor privado.</p> <p>V,79: Cria a instituição de conta específica para os recursos da educação. Isso é fundamental para o advento do gestor educacional ser o gestor dos recursos da área.</p> <p>V,81: Assevera que os recursos públicos devem ir para as escolas públicas.</p> <p>Emendas apresentadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.</p> <p>As demais emendas podem ser aprovadas.</p>
222	V,4 – V,5		V,84 – V,87	<p>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA; EMENDAS CAMPANHA: V,4; V,5; V,84; V,85; V,86; V,87</p> <p>As emendas são polêmica. A primeiras, V,4-V,5, suprimem texto que citavam estudos acadêmicos defasados, elas foram pré-assimiladas pela Comissão Organizadora.</p>

				<p>Já as emendas do terceiro bloco propõe o congelamento das vagas do ProUni até 2014 e sua extinção em 2018, com argumentos reais: baixa qualidade dos cursos e manutenção do princípio do dinheiro público para a escola pública. Na última parte propõe retomar o texto vetado no PNE e estabelecer meta de participação pública na oferta de vaga no ensino superior.</p> <p>É possível um acordo de redação.</p> <p>Emendas apresentadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.</p>
223			V,88	<p>APROVAÇÃO</p> <p>A emenda retoma o debate sobre a regulamentação do ensino privado, inclusive a necessária limitação da participação de capital estrangeiro no setor.</p>
224			V,89 – V,90	<p>APROVAÇÃO</p> <p>Acrescenta a necessidade de participação social na elaboração das normas do Sistema Nacional Articulado de Educação.</p>
225			V,91 – V,93	<p>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA</p> <p>As emendas melhoram muito o texto, tornando a redação sobre a urgência do CAQ mais concreta.</p>
226			V,94 – V,96	<p>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA</p> <p>As emendas melhoram muito o texto, pois retiram a idéia de que é difícil definir o CAQ.</p>
227	V,6			APROVAÇÃO
229			V,97	APROVAÇÃO
230 c)		V,16 V,17	V,98	<p>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA; EMENDA CAMPANHA: V,98</p> <p>Esta votação é a mais importante da CONAE, pois ela sinaliza o quanto o país vai investir em educação em % ao PIB na próxima década.</p> <p>Para que o CAQI seja referência para o financiamento da educação é necessário um aporte maior de recursos.</p> <p>As emendas do Bloco II (V,16; V,17) determinam o alcance de 14% do PIB.</p> <p>A emenda da Campanha é a melhor, pois apenas acrescenta a palavra “no mínimo”. Porém, há um erro de edição e ela aparece com cor vermelha, como se fosse supressiva. Mas, ela é aditiva.</p> <p>Segundo o texto original, em 2008 investimos – segundo o MEC – 4,7% do PIB. Em 2009 deveríamos chegar a 5,7%, porém não chegamos a esse percentual. Já em 2010 o patamar deveria ser de 6,7%, alcançando 7,7% em 2011. A proposta da emenda é alcançar 10% em 2014.</p> <p>Como não serão sempre esses patamares de crescimento,</p>

				<p>o termo no mínimo dá uma dimensão evolutiva de crescimento de 1% do PIB por ano até 2014.</p> <p>Emenda apresentada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.</p>
230 d)	V,8		V,99	APROVAÇÃO
230 - demais itens		V,18 – V,19	V,101 – V,102	APROVAÇÃO
231		V,20 – V,21	V,103; V,104	<p><u>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA;</u> EMENDAS CAMPANHA: V,20; V,103</p> <p>V,20: APROVAR. Amplia a vinculação para a educação da União de, no mínimo, 20%, para 25%.</p> <p>Essa é outra votação essencial da CONAE. A proposta acordada pressupõe uma elevação de 11% para a União e de 20% para estados e municípios, em relação aos percentuais atuais. Considerando injusto tal procedimento, a emenda do bloco II foi aprovada em 12 estados. A Conae deixa claro que a União deve assumir seu papel no investimento em educação.</p> <p>V,103: APROVAR. A redação da emenda oferece um posicionamento da CONAE contrário a DRU e também a qualquer tentativa de estabelecimento de DRE ou DRM, propostas que sempre aparecem nos debates dos entes federados.</p> <p>Emendas apresentadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.</p>
233			V,105 – V,107 V,108	<p><u>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA;</u> EMENDA CAMPANHA: V,108</p> <p>V,108: APROVAR. A emenda retoma o debate sobre a dívida da União pelo descumprimento das regras do Fundef.</p> <p>Emenda apresentada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.</p> <p>V,105 – V,107: visam relativizar a importância do aumento da complementação da União. Elas fazem isso suprimindo a citação dos valores e a palavra “substancialmente”. Seria mais correto ter agregado um comentário que reconhecendo a ampliação, mostrasse que isso não foi capaz de incidir nos indicadores de qualidade, nem de acesso.</p>

234			V,109	APROVAÇÃO
235		V,22; V,23	V,110; V,112; V,113	<p>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA; EMENDAS CAMPANHAS: V,22; V,23 e V,110 – V,113</p> <p>V,22 e V,23: A introdução indefinida das matrículas conveniadas em creches não foi reivindicada PELO pela UNDIME e nem pela CAMPANHA. Pelo contrário, a reivindicação é que fosse estabelecido um período de transição. A proposta estabelece um prazo para a extinção desta cláusula, tornando-a transitória. Assim, em 2014 haveria congelamento de matrículas em creches conveniadas mantidas com recursos do Fundeb e em 2018 extinção dessas matrículas.</p> <p>V,110 – V,113: Caso elas não sejam aprovadas, as emendas V,22 e V,23 ficam apenas parcialmente válidas. Contudo, por seu caráter polêmico, elas não são tão prioritárias como as anteriores. Pode haver acordo de redação.</p> <p>Emendas apresentadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.</p>
238			V,114 – V,115	<p>APROVAÇÃO OU REJEIÇÃO: COM ANÁLISE DE PLENÁRIO</p> <p>São várias emendas incorporadas ao texto.</p> <p>A primeira propõe transformar o Fundeb em fundo nacional (e não mais 27 fundos estaduais).</p> <p>A segunda propõe que o valor por aluno seja unificado, tendo por base o CAQ.</p> <p>A terceira propõe nivelar todos os CAQs estaduais ao valor máximo encontrado.</p> <p>É um tema essencial para o futuro do modelo de financiamento. Assim, independente do mérito final, vale a pena destacar a emenda e garantir o debate em plenário.</p> <p>A quarta emenda, que propõe criar um fundo separado para a educação profissional, está mais longe do acúmulo mínimo do período (fundo único). Portanto, é a única que não deve ser destacada.</p>
239	V,9 V,10			APROVAÇÃO
242		V,24; V,25 – V,27	V,117 V,118 V,119 V,120	<p>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA; EMENDAS CAMPANHA: V,25 – V,27; V,117; V,119; V,120</p> <p>V, 25 – V,27: Em conjunto apresentam uma reivindicação importantíssima das entidades, que é o estabelecimento de um custo-aluno real. Para isso, é preciso quebrar o sistema de balizas do Fundeb. Além disso, a V,27 determina que via Fundeb pode ser implementado o CAQi.</p> <p>V,117: Corrige o texto.</p> <p>V,119: Torna mais precisa a obrigação de formação dos conselheiros do Fundeb.</p>

				<p><u>V,120:</u> Não trata do tema abordado, mas sim da polêmica sobre extinção da remuneração de matrículas de instituições de atendimento especializado dentro do Fundeb. A emenda deveria propor uma transição. Pode haver possibilidade de acordo de redação.</p> <p><u>V,121:</u> Esta emenda deve ser aprovada, recuperando o sentido da emenda debatida na Campanha quando da tramitação da Lei 11.494.</p> <p><u>V,122 – V-124:</u> Estas emenda propõe elevação significativa das <i>per capita</i>s da alimentação escolar. Em que pese os últimos aumentos, os valores continuam muito aquém do desejável. E o apoio da União é central para a garantia de melhores condições alimentares para nossas crianças.</p> <p><u>V,128:</u> Emenda interessante sobre a qualidade do transporte para a área rural do país.</p> <p>Emendas apresentadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.</p>
243	V,28; V,29;		V,129 – V,131; V,132; V,133; V,134	<p><u>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA</u></p> <p><u>V,28 e V,29:</u> O Censo do Ensino Superior 2008 registrava a existência de 476.509 estudantes no diurno e 166.509 no noturno nas instituições federais. Não é factível condicionar que o número de matrículas do noturno se iguale ao diurno nas instituições federais, pois isso significaria praticamente paralisar o crescimento do diurno durante vasto período. A emenda é polêmica, mas correta.</p> <p><u>V,132:</u> no tocante ao Prouni e Reuni, pode ser uma emenda alternativa a polêmica presente na emenda do parágrafo 222.</p> <p><u>V,134:</u> Emenda que reforça os gastos na formação inicial dos profissionais da educação.</p>

245 -247	V,11		V,135 – V,138; V,139 – V,142; V,143 – V,147	<p><u>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA;</u> EMENDAS CAMPANHA: TODAS</p> <p>Todas são importantes propostas para o fortalecimento da idéia de uma Reforma Tributária justa.</p> <p>O debate que as emendas trouxeram indicam 1) se a Conae propõe diminuir a sangria de metade do orçamento federal com a política de superávit primário ou vai aprovar a luta uma mudança deste modelo e extinção deste mecanismo?</p> <p>A posição é pela ampla aprovação de TODAS ESSAS EMENDAS.</p> <p>Emendas apresentadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.</p>
248			V,148	APROVAÇÃO
249			V,149	<p>APROVAÇÃO</p> <p>O texto original é desnecessário na resolução da Conferência, pois apresenta conclusões que não são consensuais e restringe o debate sobre os limites da política de fundos a insuficiência de recursos e, com isso, simplifica uma polêmica maior.</p> <p>A emenda suprime o texto acertadamente.</p>
250 A			V,31 – V,34	<p><u>APROVAÇÃO PRIORITÁRIA;</u> EMENDAS CAMPANHA: TODAS</p> <p>Um conjunto de emendas, complementares entre si, visam reservar parte dos recursos oriundos do pré-sal e outras fontes de energia. São emendas que buscam viabilizar recursos para o CAQI.</p> <p>O movimento estudantil devem ir contra a emenda V,33. É possível negociar.</p> <p>Emendas apresentadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.</p>
250 B			V,35	APROVAÇÃO

**ANEXO III - CNDE - MINUTAS DE EMENDAS PROPOSTAS AO PROJETO DE
LEI Nº 8.035, DE 2010 (META 20)**

Emendas ao PL 8035/2010 (Plano Nacional de Educação)

Se desejar receber o arquivo aberto em word, entre em contato pelo email:
pnepravalter@campanhaeducacao.org.br

Apresentadas pela Campanha Nacional pelo
Direito à Educação em 31 de maio de 2010

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

data	PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.
------	------------------------------

Autor	nº do prontuário
-------	------------------

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página - Anexo	Artigo: Meta 20	Parágrafo	Inciso	Alínea
----------------	-----------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se a Meta 20 do Anexo do Projeto de Lei nº 8035/10, que passa a ter a seguinte redação:

Meta 20) Ampliar progressivamente o investimento público direto em educação pública de forma a atingir, no mínimo, 7% do PIB em até quatro anos após a vigência desta Lei e, no mínimo, 10% do PIB até o último ano de vigência desta Lei, sendo que 80% dos investimentos públicos em educação devem ser revertidos para a educação básica e 20% para o ensino superior.

JUSTIFICAÇÃO

A timidez da meta de investimentos públicos em educação pública é a maior deficiência da atual proposta do Executivo Federal de Plano Nacional de Educação 2011-2020. Definitivamente, o percentual proposto não garante a realização das metas apresentadas no documento, a saber, 7% do PIB até o último ano de vigência desta Lei.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), em 2009, o Brasil aplicou 5% do PIB em investimentos públicos diretos nas políticas públicas educacionais.

Segundo a redação original desta meta, proposta pelo Executivo Federal, a idéia é apenas crescer 2% do PIB em 10 anos, o que é uma progressão excessivamente tímida perante as necessidades educacionais brasileiras.

Dessa forma, aqui está apresentada a redação aprovada pela CONAE, com pequena e necessária adaptação aos prazos do PNE. Vale dizer que a presidenta Dilma Rousseff prometeu em campanha um investimento público na ordem de 7% do PIB em educação pública até 2014. Desse modo, a emenda é mais modesta do que a própria promessa da presidenta do Brasil.

Para melhor direcionar os recursos, aqui se propõe também uma definição de porcentagem entre a educação básica e o ensino superior, conforme deliberações da Conae, que foi o espaço que determinou as diretrizes do PNE 2011-2020.

Sala das Sessões,

de 2011.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

data

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.

Autor

nº do prontuário

1 Supressiva

2. Substitutiva

3. Modificativa

4. Aditiva

5. Substitutivo global

Página -
AnexoArtigo: Meta 20
Estratégia 20.1

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se a Estratégia 20.1 da Meta 20 do Anexo do Projeto de Lei nº 8035/10, que passa a ter a seguinte redação:

20.1) A União enviará ao Congresso Nacional, no prazo de seis meses após a aprovação desta Lei, Proposta de Emenda à Constituição que eleve progressivamente a vinculação de impostos e transferências para a manutenção e desenvolvimento do ensino, em ritmo e percentual compatíveis com o cumprimento da Meta 20, garantindo-se fonte de financiamento permanente e sustentável para todas as etapas e modalidades da educação pública.

JUSTIFICAÇÃO

O sucesso do Plano Nacional de Educação 2011-2020 depende do necessário comprometimento do Executivo Federal no envio de uma Proposta de Emenda à Constituição que viabilize uma elevação do percentual de recursos vinculados à educação, em proporção e escala que permita alcançar a meta de financiamento pública à educação pública de modo a garantir um padrão mínimo de qualidade e equidade à educação brasileira.

Vale reforçar que esta foi a deliberação da Conferência Nacional de Educação (Conae), processo de participação social que deveria servir de subsídio para a elaboração da proposta de PNE em questão.

Sala das Sessões,

de 2011.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

data

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.

Autor

nº do prontuário

1	Supressiva	2.	Substitutiva	3.	Modificativa	4.	Aditiva	5.	Substitutivo global
---	------------	----	--------------	----	--------------	----	---------	----	---------------------

Página - Anexo	Artigo: Meta 20 Estratégia 20.3	Parágrafo	Inciso	Alínea
-------------------	------------------------------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se a Estratégia 20.3 da Meta 20 do Anexo do Projeto de Lei nº 8035/10, que passa a ter a seguinte redação:

20.3) Destinar 50% dos valores financeiros que compõem o Fundo Social advindos da exploração da camada pré-sal para a educação, sendo que 30% devem ficar com a União, para o desenvolvimento de programas relativos ao ensino superior e profissionalizante e 70% devem ser transferidos a estados, Distrito Federal e municípios, para o desenvolvimento de programas de educação básica por meio de uma política de transferências equivalente ao salário educação.

JUSTIFICAÇÃO

A Conferência Nacional de Educação (CONAE), de acordo com proposta da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, consensuada e absorvida pelo movimento estudantil, a Confederação dos Trabalhadores em Educação e a União dos Dirigentes Municipais de Educação, aprovou esta proposta que é mais precisa e efetiva que a estratégia original do projeto do Executivo Federal. A vinculação de parte dos recursos do denominado Fundo Social é fundamental para cumprir a meta 20, de aplicação de porcentual do PIB em educação, de que trata o documento.

Sala das Sessões,

de 2011.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

data

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.

Autor

nº do prontuário

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página - Anexo

**Artigo: Meta 20
Estratégia 20.5**

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se a Estratégia 20.5 da Meta 20 do Anexo do Projeto de Lei nº 8035/10, que passa a ter a seguinte redação:

20.5) Implementar o custo aluno-qualidade (CAQ) da educação básica à luz da ampliação do investimento público em educação, no prazo máximo de um ano contado da aprovação desta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

O CAQ foi um dos principais temas debatidos na Conferência Nacional de Educação, sendo amplamente aprovado em todas as etapas deste inédito processo de participação social iniciado em 2008. Proposto e criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o CAQ é apoiado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), pelo Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pela União dos Estudantes Secundaristas do Brasil (Ubes), pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) e pelo Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE). Além disso, conta com o apoio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped, uma das principais associações nacionais de pesquisadores em educação.

Por todas essas entidades e pela comunidade internacional, especialmente representadas por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, o CAQ é tratado como um dos principais instrumentos para estabelecer o padrão mínimo de qualidade de que trata a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e do último Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001).

O CAQ é também um instrumento central para o estabelecimento de uma política de dignidade, equidade e de distribuição de recursos de forma transparente e justa nas políticas educacionais. Deve, portanto, ser implementado, não apenas definido.

Devido a sua importância, em uma parceria inédita entre a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Conselho Nacional de Educação (CNE), o CAQ foi matéria do Parecer 8/2010 da Câmara de Educação Básica do CNE.

Sala das Sessões,

de 2011.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

data

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.

Autor

nº do prontuário

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página -
AnexoArtigo: Meta 20
Estratégia 20.6

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUBSTITUTIVA

Modifique-se a Estratégia 20.6 da Meta 20 do Anexo do Projeto de Lei nº 8035/10, que passa a ter a seguinte redação:

20.6) Tomando como referência o custo-aluno-qualidade (CAQ), a União deve desenvolver indicadores de gasto educacional e de tipo de despesa *per capita* por aluno em todas as etapas e modalidades da educação básica pública, utilizando os resultados para subsidiar as definições de distribuição dos recursos do Fundeb e corrigir eventuais distorções entre o CAQ e o gasto efetivo.

JUSTIFICAÇÃO

Um dos principais problemas atuais de distribuição dos recursos do Fundeb é a regra prevista no parágrafo 2º do artigo 10 da Lei nº 11.494 de 2007, no qual se limita em 30% a variação entre as etapas e modalidades.

A Conferência Nacional de Educação (Conae) aprovou a extinção deste dispositivo. Por isso, deve-se reforçar o dever da União em estabelecer pesquisas e demais medidas que monitorem o valor real existente entre etapas e modalidades.

Sala das Sessões,

de 2011.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

data

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.

Autor

nº do prontuário

1 Supressiva

2. Substitutiva

3. Modificativa

4. Aditiva

5. Substitutivo global

Página -
AnexoArtigo: Meta 20
Estratégia 20.1

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se a Estratégia 20.7 à Meta 20 do Anexo do Projeto de Lei nº 8035/10, com a seguinte redação:

20.7) Destinar cinquenta por cento (50%) dos créditos advindos do pagamento de royalties decorrentes de atividades de produção energética (extração, tratamento, armazenagem e refinamento de hidrocarbonetos) à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

JUSTIFICAÇÃO

O sucesso do Plano Nacional de Educação 2011-2020 depende de medidas que viabilizem uma diversificação de recursos vinculados à educação, em uma escala que permita alcançar a meta de investimentos públicos em educação pública, de modo a garantir um padrão mínimo de qualidade e equidade à educação brasileira.

Vale reforçar que esta foi a deliberação da Conferência Nacional de Educação (Conae), processo de participação social que deveria servir de subsídio para a elaboração da proposta de PNE em questão.

Sala das Sessões,

de 2011.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

data

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.

Autor

nº do prontuário

1 Supressiva

2. Substitutiva

3. Modificativa

4. Aditiva

5. Substitutivo global

Página -
Anexo

Artigo: Meta 20

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se a Estratégia 20.7 à Meta 20 do Anexo do Projeto de Lei nº 8035/10, com a seguinte redação:

20.7) No prazo máximo de um ano, o CAQ será definido em portaria do Ministério da Educação, consultado o Conselho Nacional de Educação e o Fórum Nacional de Educação, devendo ser implementado através da complementação da União aos estados, Distrito Federal e aos municípios que comprovadamente não atinjam o valor do CAQ quando consideradas as respectivas receitas vinculadas para manutenção e desenvolvimento do ensino.

JUSTIFICAÇÃO

O CAQ foi um dos principais temas debatidos na Conferência Nacional de Educação, sendo amplamente aprovado em todas as etapas deste inédito processo de participação social iniciado em 2008. Conta com o apoio formal e reconhecimento de praticamente todas as organizações envolvidas na Conae, além da comunidade internacional – principalmente Unesco Unicef.

O CAQ é reconhecido como um dos principais instrumentos para estabelecer o padrão mínimo de qualidade de que trata a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e do último Plano Nacional de Educação (PNE, Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001). Por todas essas razões, o CAQ é reconhecido hoje como o principal mecanismo capaz de aliar a garantia de um financiamento educacional adequado com as exigências de qualidade e equidade do ensino. O novo PNE deve adotá-lo como meta estruturante no financiamento de seus demais pontos.

Seu recente reconhecimento no Conselho Nacional de Educação, através do Parecer nº 8, de 2010, da Câmara de Educação Básica, possibilita seu imediato reconhecimento institucional por parte do Ministério da Educação, a partir do qual passará a orientar a colaboração financeira da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Com o CAQ, mantidos os parâmetros construídos pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e incorporados pelo CNE, todos os fundos estaduais do Fundeb receberiam complementação da União, menos SP, DF e ES.

Sala das Sessões,

de 2011.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

data

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.

Autor

nº do prontuário

1	Supressiva	2.	Substitutiva	3.	Modificativa	4.	Aditiva	5.	Substitutivo global
---	------------	----	--------------	----	--------------	----	---------	----	---------------------

Página - Anexo	Artigo: Meta 20 Estratégia 20.7	Parágrafo	Inciso	Alínea
----------------	------------------------------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se a Estratégia 20.7 na Meta 20 do Anexo do Projeto de Lei nº 8035/10, com a seguinte redação:

20.7) No prazo de um ano contado da aprovação deste Plano, tornar públicas e transparentes, em tempo real e em seção específica do portal eletrônico do órgão gestor da educação nos respectivos sistemas de ensino, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira de cada unidade gestora dos recursos vinculados à função educação e à manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como toda a receita vinculada auferida, respeitadas as disposições específicas da Lei Complementar nº 131, de 2009.

JUSTIFICAÇÃO

O tema da transparência na gestão dos recursos educacionais ocupou um amplo espaço nas discussões e deliberações da Conae, no entanto, a proposta de novo PNE praticamente nada determina sobre o assunto. Por isso, a presente proposta objetiva tão-somente incluir no PNE importantes deliberações da Conae.

A publicização em tempo real da execução orçamentária e financeira de cada unidade gestora dos recursos educacionais e da receita vinculada auferida é plenamente factível, estando ainda conectada ao dever de transparência recentemente estipulado na Lei Complementar nº 131, de 2009. Além disso, a meta de ampliação do gasto educacional (Meta 20) precisa vir acompanhada de estratégias de fortalecimento dos mecanismos de acompanhamento e controle social, assegurando-se a aplicação dos novos recursos nas finalidades legais.

Sala das Sessões,

de 2011.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

data

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.

Autor

nº do prontuário

1 Supressiva	2 Substitutiva	3 Modificativa	4 Aditiva	5 Substitutivo global
--------------	----------------	----------------	-----------	-----------------------

Página -
AnexoArtigo: Meta 20
Estratégia 20.7

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se a Estratégia 20.7 na Meta 20 do Anexo do Projeto de Lei nº 8035/10, com a seguinte redação:

20.7) Implantar, no prazo de dois anos após a aprovação deste Plano, em regime de colaboração e com a participação dos respectivos Tribunais de Contas, programas articulados e permanentes de formação de membros dos Conselhos do Fundeb e de Educação, abertos à comunidade, com o objetivo de qualificar sua atuação no acompanhamento, avaliação e controle social dos recursos vinculados à educação e ao ensino.

JUSTIFICAÇÃO

A Conae deliberou, dentre outros pontos no mesmo sentido, que seja garantido “em articulação com os tribunais de contas, a formação dos conselheiros/as do Fundeb no âmbito de todos os estados, DF e municípios, para que tenham uma atuação qualificada no acompanhamento, avaliação e controle fiscal dos recursos, por meio de cursos permanentes, provendo-lhes suporte técnico contábil e jurídico, a fim de que exerçam com maior autonomia e segurança as suas funções, sendo que a primeira formação deve ocorrer imediatamente após a sua eleição.” (Documento Final, p.115). Contudo, enquanto o tema da transparência na gestão dos recursos educacionais ocupou um amplo espaço nas discussões e deliberações da Conae, o mesmo não ocorreu na proposta de novo PNE, que praticamente nada determina sobre o assunto. A presente proposta, portanto, visa enfrentar essa debilidade no texto em discussão, resgatando importantes contribuições aprovadas na Conferência. Entendemos que a meta de ampliação do gasto educacional (Meta 20) precisa vir acompanhada de estratégias de fortalecimento dos mecanismos de acompanhamento e controle social que sejam capazes de assegurar a aplicação dos novos recursos nas finalidades específicas. A formação dos atores responsáveis pelo controle social é ponto nodal neste desafio, sendo que a abertura dos programas de formação à comunidade visa formar novos conselheiros, possibilitando ainda o acompanhamento qualificado de tais órgãos.

Sala das Sessões,

de 2011.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

data

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.

Autor

nº do prontuário

1	Supressiva	2.	Substitutiva	3.	Modificativa	4.	Aditiva	5.	Substitutivo global
---	------------	----	--------------	----	--------------	----	---------	----	---------------------

Página - Anexo	Artigo: Meta 20 Estratégia 20.7	Parágrafo	Inciso	Alínea
-------------------	------------------------------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se a Estratégia 20.7 na Meta 20 do Anexo do Projeto de Lei nº 8035/10, com a seguinte redação:

20.7) Prover, no prazo de dois anos após a aprovação deste Plano, com a colaboração técnica e financeira da União, todos os Conselhos do Fundeb e de Educação do suporte técnico contábil e jurídico necessário ao exercício pleno e autônomo de suas atribuições no acompanhamento, avaliação e controle social dos recursos vinculados à educação e ao ensino.

JUSTIFICAÇÃO

A ausência de apoio técnico contábil e jurídico nos Conselhos responsáveis pelo acompanhamento e controle social dos recursos educacionais foi discutida e apontada na Conae como uma das principais debilidades desses órgãos. Por isso, a Conferência deliberou no sentido de que seja provido este suporte.

Há que se ter em conta que os conselheiros responsáveis por tal acompanhamento em regra não possuem formação técnica específica. A ausência de uma estrutura técnica de apoio, nesse contexto, inviabiliza o próprio trabalho do Conselho, que muitas vezes tem como única alternativa para o esclarecimento de dúvidas e o encaminhamento de questões os próprios órgãos fiscalizados, o que esvazia sua autonomia enquanto instância de controle.

A presente emenda objetiva, portanto, equacionar essa fragilidade dos Conselhos, instrumentalizando-os para o acompanhamento efetivo dos gastos educacionais, uma vez que a meta de ampliação dos recursos em relação ao PIB (Meta 20) precisa vir acompanhada de estratégias de acompanhamento e controle social equivalentes.

Sala das Sessões,

de 2011.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

data

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.

Autor

nº do prontuário

1	Supressiva	2.	Substitutiva	3.	Modificativa	4.	Aditiva	5.	Substitutivo global
---	------------	----	--------------	----	--------------	----	---------	----	---------------------

Página - Anexo	Artigo: Meta 20 Estratégia 20.7	Parágrafo	Inciso	Alínea
-------------------	------------------------------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se a Estratégia 20.7 na Meta 20 do Anexo do Projeto de Lei nº 8035/10, com a seguinte redação:

20.7) A partir da aprovação desta Lei, excluir as despesas com aposentadorias e pensões do cálculo do cumprimento da vinculação mínima de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo-se a paridade entre aposentados/as e ativos/as e mantendo-se a gestão e o pagamento das aposentadorias e pensões nos orçamentos dos órgãos gestores dos respectivos sistemas de ensino.

JUSTIFICAÇÃO

Apesar de vedada pela legislação em vigor e pelas normas de contabilidade pública, a inclusão das despesas com aposentadorias e pensões nos cálculos das despesas mínimas obrigatórias com manutenção e desenvolvimento do ensino segue como uma prática em muitos sistemas de ensino, o que, na prática, implica na redução dos recursos disponíveis para a manutenção e qualificação das respectivas redes.

Por esse motivo, a ampliação dos recursos educacionais e o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados passa necessariamente pela exclusão dessas despesas do gasto educacional.

A emenda tem esse objetivo, ao mesmo tempo que busca estabelecer garantias de que aposentados e pensionistas não sofrerão com essa alteração de ordem estritamente contábil.

Sala das Sessões,

de 2011.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data	PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.			
Autor			nº do prontuário	
1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
Página - Anexo	Artigo: Meta 20 Estratégia 20.7, nova.	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se a Estratégia 20.7 à Meta 20 do Anexo do Projeto de Lei nº 8035/10, com a seguinte redação:

20.7) Para colaborar no cumprimento das metas e estratégias deste Plano Nacional de Educação, no prazo de dois anos contados da aprovação desta Lei, deverá ser criado o Fundo de Investimento na Infra-Estrutura e Transporte Escolar da Educação Básica Pública, gerido pelo Ministério da Educação na forma de um mecanismo de transferências diretas a estados e municípios que priorize os fundos estaduais do Fundeb que apresentem menor custo-aluno/ano. Este novo Fundo deverá ser composto pela destinação de 5% do lucro líquido das empresas estatais federais e seu montante deverá ser adicional a todas as transferências obrigatórias e voluntárias empreendidas pela União, configurando-se em um recurso efetivamente novo e promotor de equidade em termos de oferta de insumos educacionais.

JUSTIFICAÇÃO

A infra-estrutura e o sistema de transporte escolar, especialmente das redes públicas de educação básica do Norte e Nordeste do país, estão marcadamente sucateadas. Portanto, no âmbito deste II PNE pós-redemocratização, é preciso estabelecer estratégias de melhoria das condições de ensino e aprendizagem nas escolas públicas brasileiras, que muitas vezes apresentam condições indignas. Apenas para ficar em alguns exemplos, a opinião pública tem alertado para a ausência de água filtrada em milhares de escolas públicas brasileiras, bem como são cotidianos acidentes rodoviários envolvendo crianças mal atendidas pelos sistemas públicos de transporte escolar.

Segundo o “Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão”, apenas em 2003, o lucro líquido das empresas estatais somaram R\$ 19,2 bilhões. Em 2010, segundo comunicação para os acionistas, a Petrobrás anunciou lucro líquido na ordem de R\$ 35,189 bilhões.

Portanto, como alternativa para o financiamento de condições dignas no atendimento dos estudantes brasileiros e certo de que isso, além de se constituir em um direito, influi positivamente na aprendizagem dos alunos, propõe-se aqui a destinação de uma alíquota de 5% do lucro líquido das empresas estatais para a composição deste “Fundo de Investimento na Infra-Estrutura e Transporte Escolar da Educação Básica Pública”. Se trata de uma contribuição justa e importante das empresas estatais para a melhoria do atendimento educacional, comprovadamente reconhecido como importante vetor de justiça social e desenvolvimento econômico.

Essa proposta foi extraída do livro “Custo Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil” produzido em 2007 pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e sistematizado por Denise Carreira e José Marcelino Rezendo Pinto, especialista que foi o primeiro proponente desta medida, encampada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e defendida em audiências públicas sobre o PNE. Vale dizer que a atualização desse estudo foi incorporada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da Resolução 8/2010, tornando-se peça oficial da educação nacional.

Sala das Sessões,

de 2011.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

data

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.

Autor

nº do prontuário

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página - Anexo	Artigo: Nova meta	Parágrafo	Inciso	Alínea
----------------	-------------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se a Meta 21 ao Anexo do Projeto de Lei nº 8035/10, com a seguinte redação:

Meta 21) O financiamento à educação deve tomar como referência o mecanismo do custo aluno-qualidade (CAQ), que deve ser definido a partir do custo anual por aluno/estudante dos insumos educacionais necessários para que a educação básica pública adquira e se realize com base em um padrão mínimo de qualidade, sendo o prazo para a sua implementação o de dois anos após a aprovação desta Lei.

21.1) A definição do CAQ deve ser realizada no prazo máximo de um ano após a aprovação desta Lei, na forma de uma legislação específica que determine prazos e responsabilidades administrativas, entre os entes federados, para sua implementação.

21.2.) A definição do CAQ deve ser empreendida na forma de lei por meio de articulação e negociação entre os entes federados, em interlocução com o Congresso Nacional, com o Conselho Nacional de Educação e com as organizações da sociedade civil presentes no Fórum Nacional de Educação.

21.3) O CAQ deve ser tratado como a principal referência de financiamento da educação e como eixo fundamental do regime de colaboração da educação.

21.4) O estabelecimento do CAQ deve ser subsidiado pela institucionalização e manutenção, em regime de colaboração, de um programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, tendo em vista a equalização regional das oportunidades educacionais.

21.5) O CAQ deve assegurar a todas as escolas públicas de educação básica insumos como água tratada e saneamento básico; energia elétrica; acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade; acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a bibliotecas; acesso a espaços adequados para prática de esportes; acesso a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências.

21.6) No ensino superior o CAQ deve definir parâmetros que expressem a qualidade da instituição de educação superior e estabelecer que o volume mínimo de recursos financeiros seja alocado para que as atividades de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão reflitam a qualidade estabelecida.

21.7) Caberá à União a complementação de recursos financeiros a todos os estados, DF e aos municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQ.

JUSTIFICAÇÃO:

O CAQ foi amplamente debatido e aprovado na Conferência Nacional de Educação - Conae, sendo referendada em todas as etapas do processo. Proposto e criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o CAQ é apoiado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), pelo Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pela União dos Estudantes Secundaristas do Brasil (Ubes), pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) e pelo Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE). Além disso, conta com o apoio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped, uma das principais associações nacionais de pesquisadores em educação.

Por todas essas entidades e pela comunidade internacional, especialmente representadas por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, o CAQ é tratado como um dos principais instrumentos para estabelecer o padrão mínimo de qualidade de que trata a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e do último Plano Nacional de Educação (PNE, Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001).

O CAQ é também um instrumento central para o estabelecimento de uma política de dignidade, equidade e de distribuição de recursos de forma transparente e justa nas políticas educacionais. Deve, portanto, ser implementado, não apenas definido. Devido a sua importância, em uma parceria inédita entre a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Conselho Nacional de Educação (CNE), o CAQ foi matéria do Parecer 8/2010 da Câmara de Educação Básica do CNE.

Por todas essas razões, o CAQ é reconhecido hoje como o principal mecanismo capaz de aliar a garantia de um financiamento educacional adequado com as exigências de qualidade e equidade do ensino. O novo PNE deve adotá-lo como meta estruturante no financiamento de seus demais pontos.

Sala das Sessões,

de 2011.

PARLAMENTAR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data:

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010, relatório substitutivo.

Autor

Emenda Aditiva

Página - Anexo	Artigo: Meta 20, nova estratégia.	Parágrafo	Inciso	Alínea
----------------	-----------------------------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à Meta 20 a seguinte estratégia:

“20.7) Caberá à União a complementação de recursos financeiros a todos os estados, ao distrito federal e aos municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.”

JUSTIFICAÇÃO

Uma das principais críticas recebidas à proposta original do PL 8035/2010, encaminhada pelo Executivo Federal ao Congresso Nacional no fim de dezembro de 2010, é a desresponsabilização da União no financiamento da educação básica. A Conferência Nacional de Educação (Conae), processo participativo que mobilizou mais de quatro milhões de brasileiros e brasileiras deliberou que “cabe à União liderar o esforço de aumentar o investimento em educação em relação ao PIB” (parágrafo 223).

O Art. 211 da Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo primeiro, determina que:

“§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma

a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.”

O Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação desde 2002 – e incorporado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), apenas em maio de 2010 – afere exatamente o custo do padrão mínimo de qualidade tratado pelo § 1º do Art. 211. Sendo o CAQi impossível de ser pago unicamente pelo esforço de grande parte dos estados e municípios, se faz necessário incluir esta proposta complementar às determinações das estratégias 20.5, 20.6 e 20.7, adequadamente incluídas no relatório substitutivo do deputado Angelo Vanhoni.

Ademais, sempre vale lembrar, que segundo relatório do Cedes (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) da Presidência da República, a União fica com 53% da arrecadação líquida de tributos, cabendo aos 26 estados, ao Distrito Federal e aos cerca de 5565 municípios a menor parte do bolo. Contudo, a cada R\$ 1,00 (um real) investido pelo Poder Público em educação pública, a União coloca somente R\$ 0,20 (vinte centavos), prejudicando a realização do direito à educação. A presente emenda busca amenizar essa grave distorção.

Sala da Comissão,

de 2011.

PARLAMENTAR:

ASSINATURA: _____

CÂMARA DOS DEPUTADOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data:

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010, relatório substitutivo.

Autor	Emenda Modificativa
--------------	----------------------------

Página – Anexo	Artigo: Meta 20, Estratégia 20.3.	Parágrafo	Inciso	Alínea
-----------------------	--	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à estratégia 20.3 a seguinte redação:

“20.3) Destinar cinquenta por cento dos recursos do Fundo Social do Pré-sal, *royalties* e participações especiais da União, referentes ao petróleo e à produção mineral à manutenção e desenvolvimento do ensino público.

JUSTIFICAÇÃO

No conjunto dos debates dedicados ao necessário aumento do investimento estatal em educação, a opinião pública questionou qual seria a fonte de recursos para subsidiar o gasto em políticas educacionais. Na Conferência Nacional de Educação (Conae), processo participativo que mobilizou mais de quatro milhões de brasileiros e brasileiras, foi deliberado que:

“Deve-se destinar cinquenta por cento (50%) dos créditos advindos do pagamento de royalties decorrentes de atividades de produção energética (extração, tratamento, armazenagem e refinamento de hidrocarbonetos) à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

Como outra nova e importante fonte de recursos para a área educacional, os valores financeiros que compõem o Fundo Social advindos da exploração da camada pré-sal devem ter uma destinação na ordem de 50% de suas receitas para a educação, tendo, desse modo, vinculação imediata ao orçamento do MEC, ou seja, não devem passar por deliberação do Comitê Gestor do Fundo Social.”

Segundo estimativas da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, baseadas em informações do Ministério do Planejamento publicadas em 2010, calcula-se que essas fontes de recursos devem girar em torno de R\$ 90 bilhões/ano em 2020, sendo que metade, ou R\$ 45 bilhões deveria ser revertido para políticas educacionais. A única forma do Brasil tornar a exploração mineral um ganho verdadeiramente público é revertendo parte significativa do bônus de sua exploração à principal

política emancipadora: a educação, afirmada como direito social pelo Art. 6º da Constituição Federal de 1988.

Sala da Comissão,

de 2011.

PARLAMENTAR:

ASSINATURA: _____

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data:	PROJETO DE LEI Nº 8035/2010, relatório substitutivo.
--------------	--

Autor	Emenda Modificativa
--------------	----------------------------

Página – Anexo	Artigo: Meta 20.	Parágrafo	Inciso	Alínea
----------------	------------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se à Meta 20 a seguinte redação:

“20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2016 e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio.”

JUSTIFICAÇÃO

Em todas as audiências públicas em que foi debatida a proposta do Executivo Federal ao PL 8035/2010 foi afirmada a necessidade de, no mínimo, um investimento equivalente a 10% do PIB para a educação pública.

Na primeira audiência pública ocorrida na Câmara dos Deputados para debater o PNE, dedicada ao tema da Qualidade da Educação, os expositores Daniel Cara (Campanha Nacional pelo Direito à Educação), Cleuza Repulho (Undime) e Roberto Leão (CNTE) defenderam a necessidade de implantação do mecanismo do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) no PNE – o que acabou sendo feito pelo relator, Deputado Angelo Vanhoni.

Em agosto de 2011, em resposta à Nota Técnica elaborada pelo Ministério da Educação, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação – com base em seu estudo do CAQi, foi incorporado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) –, mostrou a necessidade de investimento na ordem de 10,403% do PIB em educação pública.

Ao aplicar erroneamente o mecanismo do CAQi à sua planilha de custos, o deputado Angelo Vanhoni alcançou um valor equivalente a 8% do PIB que precisa ser investido em educação pública.

Em outro esforço de cálculo, na audiência pública de Financiamento da Educação no PNE, o professor José Marcelino Rezende Pinto (USP/Ribeirão Preto) aferiu a necessidade de 10,01% do PIB para a realização do direito constitucional à educação pública de qualidade. Já o professor Nelson Cardoso do Amaral (UFG) demonstrou que, com 10% do PIB o Brasil alcançaria a média do investimento por aluno/ano dos países pesquisados pela OCDE e pelo Factbook da CIA (Agência de Inteligência dos EUA) em 2030. No entanto, se aplicasse 7% do PIB, alcançaria essa média apenas em 2050. Investir menos do que o patamar de 10% do PIB em educação pública significa, precisamente, oferecer uma educação de baixa qualidade a quatro gerações de brasileiros e brasileiras.

Sala da Comissão,

de 2011.

PARLAMENTAR:

ASSINATURA: _____

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data:

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010, relatório substitutivo.

Autor

Emenda Modificativa

Página – Anexo	Artigo: Meta 20.	Parágrafo	Inciso	Alínea
-------------------	------------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à Meta 20 a seguinte redação:

“20: Ampliar o investimento público direto em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2016 e, no mínimo, o equivalente a dez vírgula quatrocentos e três por cento do PIB ao final do decênio.”

JUSTIFICAÇÃO

Em todas as audiências públicas em que foi debatida a proposta do Executivo Federal ao PL 8035/2010 foi afirmada a necessidade de, no mínimo, um investimento equivalente a 10% do PIB para a educação pública.

Na primeira audiência pública ocorrida na Câmara dos Deputados para debater o PNE, dedicada ao tema da Qualidade da Educação, os expositores Daniel Cara (Campanha Nacional pelo Direito à Educação), Cleuza Repulho (Undime) e Roberto Leão (CNTE) defenderam a necessidade de implantação do mecanismo do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) no PNE – o que acabou sendo feito pelo relator, Deputado Angelo Vanhoni.

Em agosto de 2011, em resposta à Nota Técnica elaborada pelo Ministério da Educação, a Campanha

Nacional pelo Direito à Educação – com base em seu estudo do CAQi, foi incorporado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) –, mostrou a necessidade de investimento na ordem de 10,403% do PIB em educação pública.

Ao aplicar erroneamente o mecanismo do CAQi à sua planilha de custos, o deputado Angelo Vanhoni alcançou um valor equivalente a 8% do PIB que precisa ser investido em educação pública.

Em outro esforço de cálculo, na audiência pública de Financiamento da Educação no PNE, o professor José Marcelino Rezende Pinto (USP/Ribeirão Preto) aferiu a necessidade de 10,01% do PIB para a realização do direito constitucional à educação pública de qualidade. Já o professor Nelson Cardoso do Amaral (UFG) demonstrou que, com 10% do PIB o Brasil alcançaria a média do investimento por aluno/ano dos países pesquisados pela OCDE e pelo Factbook da CIA (Agência de Inteligência dos EUA) em 2030. No entanto, se aplicasse 7% do PIB, alcançaria essa média apenas em 2050. Investir menos do que o patamar de 10% do PIB em educação pública significa, precisamente, oferecer uma educação de baixa qualidade a quatro gerações de brasileiros e brasileiras.

Sala da Comissão,

de 2011.

PARLAMENTAR:

ASSINATURA: _____

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data:

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010, relatório substitutivo.

Autor

Emenda Modificativa

Página – Anexo	Artigo: Meta 20.	Parágrafo	Inciso	Alínea
-------------------	------------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à Meta 20 a seguinte redação:

“20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2014 e, no mínimo, o equivalente a dez vírgula quatrocentos e três por cento do PIB ao final do decênio.”

JUSTIFICAÇÃO

Em todas as audiências públicas em que foi debatida a proposta do Executivo Federal ao PL 8035/2010 foi afirmada a necessidade de, no mínimo, um investimento equivalente a 10% do PIB para a educação pública.

Na primeira audiência pública ocorrida na Câmara dos Deputados para debater o PNE, dedicada ao tema da Qualidade da Educação, os expositores Daniel Cara (Campanha Nacional pelo Direito à Educação), Cleuza Repulho (Undime) e Roberto Leão (CNTE) defenderam a necessidade de implantação do mecanismo do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) no PNE – o que acabou sendo feito pelo relator, Deputado Angelo Vanhoni.

Em agosto de 2011, em resposta à Nota Técnica elaborada pelo Ministério da Educação, a Campanha

Nacional pelo Direito à Educação – com base em seu estudo do CAQi, foi incorporado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) –, mostrou a necessidade de investimento na ordem de 10,403% do PIB em educação pública para o Brasil garantir um padrão mínimo de qualidade na próxima década.

Ao aplicar erroneamente o mecanismo do CAQi à sua planilha de custos, o deputado Angelo Vanhoni alcançou um valor equivalente a 8% do PIB que precisa ser investido em educação pública.

Em outro esforço de cálculo, na audiência pública de Financiamento da Educação no PNE, o professor José Marcelino Rezende Pinto (USP/Ribeirão Preto) aferiu a necessidade de 10,01% do PIB para a realização do direito constitucional à educação pública de qualidade. Já o professor Nelson Cardoso do Amaral (UFG) demonstrou que, com 10% do PIB o Brasil alcançaria a média do investimento por aluno/ano dos países pesquisados pela OCDE e pelo Factbook da CIA (Agência de Inteligência dos EUA) em 2030. No entanto, se aplicasse 7% do PIB, alcançaria essa média apenas em 2050. Investir menos do que o patamar de 10% do PIB em educação pública significa, precisamente, oferecer uma educação de baixa qualidade a quatro gerações de brasileiros e brasileiras.

Sala da Comissão,

de 2011.

PARLAMENTAR:

ASSINATURA: _____

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data:

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010, relatório substitutivo.

Autor

Emenda Modificativa

Página – Anexo	Artigo: Meta 20.	Parágrafo	Inciso	Alínea
-------------------	------------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à Meta 20 a seguinte redação:

“20: Ampliar o investimento público direto em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de oito por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2016 e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final deste plano.”

JUSTIFICAÇÃO

Em todas as audiências públicas em que foi debatida a proposta do Executivo Federal ao PL 8035/2010 foi afirmada a necessidade de, no mínimo, um investimento equivalente a 10% do PIB para a educação pública.

Na primeira audiência pública ocorrida na Câmara dos Deputados para debater o PNE, dedicada ao tema da Qualidade da Educação, os expositores Daniel Cara (Campanha Nacional pelo Direito à Educação), Cleuza Repulho (Undime) e Roberto Leão (CNTE) defenderam a necessidade de implantação do mecanismo do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) no PNE – o que acabou sendo feito pelo relator, Deputado Angelo Vanhoni.

Em agosto de 2011, em resposta à Nota Técnica elaborada pelo Ministério da Educação, a Campanha

Nacional pelo Direito à Educação – com base em seu estudo do CAQi, foi incorporado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) –, mostrou a necessidade de investimento na ordem de 10,403% do PIB em educação pública.

Ao aplicar erroneamente o mecanismo do CAQi à sua planilha de custos, o deputado Angelo Vanhoni alcançou um valor equivalente a 8% do PIB que precisa ser investido em educação pública.

Em outro esforço de cálculo, na audiência pública de Financiamento da Educação no PNE, o professor José Marcelino Rezende Pinto (USP/Ribeirão Preto) aferiu a necessidade de 10,01% do PIB para a realização do direito constitucional à educação pública de qualidade. Já o professor Nelson Cardoso do Amaral (UFG) demonstrou que, com 10% do PIB o Brasil alcançaria a média do investimento por aluno/ano dos países pesquisados pela OCDE e pelo Factbook da CIA (Agência de Inteligência dos EUA) em 2030. No entanto, se aplicasse 7% do PIB, alcançaria essa média apenas em 2050. Investir menos do que o patamar de 10% do PIB em educação pública significa, precisamente, oferecer uma educação de baixa qualidade a quatro gerações de brasileiros e brasileiras.

Sala da Comissão,

de 2011.

PARLAMENTAR:

ASSINATURA: _____

CÂMARA DOS DEPUTADOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data:

PROJETO DE LEI Nº 8035/2010, relatório substitutivo.

Autor	Emenda Modificativa
--------------	----------------------------

Página – Anexo	Artigo: Meta 20.	Parágrafo	Inciso	Alínea
-----------------------	-------------------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à Meta 20 a seguinte redação:

“20: Ampliar o investimento público direto em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2016 e, no mínimo, o equivalente a dez vírgula quatrocentos e três por cento do PIB ao final do decênio.”

JUSTIFICAÇÃO

Em todas as audiências públicas em que foi debatida a proposta do Executivo Federal ao PL 8035/2010 foi afirmada a necessidade de, no mínimo, um investimento equivalente a 10% do PIB para a educação pública.

Na primeira audiência pública ocorrida na Câmara dos Deputados para debater o PNE, dedicada ao tema da Qualidade da Educação, os expositores Daniel Cara (Campanha Nacional pelo Direito à Educação), Cleuza Repulho (Undime) e Roberto Leão (CNTE) defenderam a necessidade de implantação do mecanismo do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) no PNE – o que acabou sendo feito pelo relator, Deputado Angelo Vanhoni.

Em agosto de 2011, em resposta à Nota Técnica elaborada pelo Ministério da Educação, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação – com base em seu estudo do CAQi, foi incorporado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) –, mostrou a necessidade de investimento na ordem de 10,403% do PIB em educação pública.

Ao aplicar erroneamente o mecanismo do CAQi à sua planilha de custos, o deputado Angelo Vanhoni alcançou um valor equivalente a 8% do PIB que precisa ser investido em educação pública.

Em outro esforço de cálculo, na audiência pública de Financiamento da Educação no PNE, o professor José Marcelino Rezende Pinto (USP/Ribeirão Preto) aferiu a necessidade de 10,01% do PIB para a realização do direito constitucional à educação pública de qualidade. Já o professor Nelson Cardoso do

Amaral (UFG) demonstrou que, com 10% do PIB o Brasil alcançaria a média do investimento por aluno/ano dos países pesquisados pela OCDE e pelo Factbook da CIA (Agência de Inteligência dos EUA) em 2030. No entanto, se aplicasse 7% do PIB, alcançaria essa média apenas em 2050. Investir menos do que o patamar de 10% do PIB em educação pública significa, precisamente, oferecer uma educação de baixa qualidade a quatro gerações de brasileiros e brasileiras.

Sala da Comissão,

de 2011.

PARLAMENTAR:

ASSINATURA: _____